

FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

U. PORTO

ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO PRIVADO

contributos e ambiguidades no desenho urbano

Inês Silva Vieira

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientação: Professor Doutor André Santos

Porto 2017

Nota prévia

A presente dissertação não segue as regras preconizadas pelo novo Acordo Ortográfico.

Todas as citações foram livremente traduzidas pela autora.

Agradecimentos

Ao Professor André Santos, pela orientação, disponibilidade e confiança, pela crítica pragmática sempre atenta e rigorosa.

Àqueles que, de alguma forma, acompanharam e enriqueceram o meu percurso académico, e que comigo decidiram continuar a pensar Arquitectura.

Aos de sempre, pela amizade incomensurável, por não olharem ao tempo roubado por estes estudos.

Ao Jó, pelo carinho, motivação e apoio constante, pela paciência inesgotável, por acreditar em mim e por permanecer ao meu lado, sempre.

À minha família, e especialmente,

Ao meu pai e à minha mãe, pela força incondicional, por tudo.

Abstract

The present dissertation takes as study basis the transformation of the urban space and its consecutive interference in the facts that organize it. The discontinuity of the public space, as well as the increased complexity of the relations established between different elements and domains, has motivated the study of the elementary contributions conferred by private external spaces open to public usufruct, being these directed to the filling of these ruptures – spatial and social –, and to the regeneration of a continuous and articulated strategy – *a system*.

These spaces, usually linked to public or private buildings, demand a look beyond the architectonic object and its programmatic requirements, considering the diversity of experiences and particularities that justify the possible addition of ambiguity. Although the field of intervention is reduced to the architectural scale, concentrating in one place the study of several subjects, there are also repercussions at the urban scale, since one of the main purposes of these spaces is based precisely on the resolution or refine of the surrounding issues. Thus, in order to counteract the fragmentation of the urban space, while recognizing, at the same time, the autonomy of each stratum and its unique contribution to the prosperous, balanced and congruent functioning of the system, it will be scrutinized in what measure the *social* and *community* nature of the spaces in question – common to the public and private by the transition that materialize – could enable a lively, inclusive and evolutionary urban landscape. Considering also that the best way to preserve a space – or, in this case, a *network* of (public) places – is through its use, the coherent strategy will be to promote a flexible and adaptable use to the metamorphosis that extends in time and space.

The construction of an idea brings together, through research and participatory dialogue, opposing notions, being the presente dissertation the result of the conciliation between concepts, understandings and personal ideas, giving rise to the production of principles applicable to the critical study of future project processes.

Keywords:

urban regeneration, public space, private space, collective space, community social place

Resumo

A presente dissertação toma como base de estudo a transformação do espaço urbano e sua consecutiva interferência nos factos que o organizam. A descontinuidade do espaço público, bem como a crescente complexidade das relações que se estabelecem entre diferentes elementos e domínios, motivou, assim, o estudo dos contributos elementares conferidos por espaços exteriores privados abertos ao usufruto público, sendo estes dedicados à colmatação dessas rupturas – espaciais e sociais –, e à revitalização de uma estratégia contínua e articulada – *um sistema*.

Estes espaços, habitualmente vinculados a edifícios públicos ou privados, reivindicam um olhar além do objecto arquitectónico e das suas exigências programáticas, atentando na diversidade de vivências e particularidades que justificam a possível adição de ambiguidade. Ainda que o campo de intervenção seja reduzido à escala arquitectónica, concentrando num lugar o estudo de várias matérias, registam-se igualmente repercussões à escala urbana, uma vez que um dos principais propósitos destes espaços assenta, precisamente, na resolução ou afinamento das problemáticas envolventes. Assim, de modo a contrariar a fragmentação do espaço urbano, porém reconhecendo, em simultâneo, a autonomia de cada estrato e seu singular contributo para o funcionamento próspero, equilibrado e congruente do sistema, escrutinar-se-á em que medida a natureza *social* e *comunitária* dos espaços em questão – comuns ao público e ao privado pela transição que materializam – poderá viabilizar uma paisagem urbana viva, integradora e evolutiva. Considerando ainda que a melhor forma de preservar um espaço – ou, neste caso, uma *rede* de lugares (públicos) – é através do seu uso, a estratégia coerente será a promoção de uma utilização flexível e adaptável à metamorfose que se estende no tempo e no espaço.

A construção de uma ideia reúne, pela investigação e diálogo participativo, noções opostas, sendo a presente dissertação resultado da conciliação entre conceitos, entendimentos e ideias pessoais, dando azo à produção de princípios aplicáveis ao estudo crítico de futuros processos projectuais.

Palavras-chave:

regeneração urbana, espaço público, espaço privado, espaço colectivo, lugar social comunitário

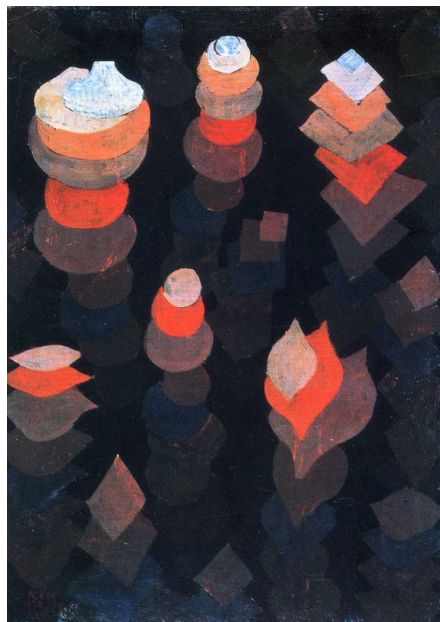


Fig. 001 _ KLEE, Paul | *"Growth of the night plants"*, 1992.

[a propósito de *transformação, deliberação e reacção*]

“Era uma vez um pintor que tinha um aquário e, dentro do aquário, um peixe encarnado. Vivía o peixe tranquilamente acompanhado pela sua cor encarnada, quando a certa altura começou a tornar-se negro a partir – digamos – de dentro. Era um nó negro por detrás da cor vermelha e que, insidioso, se desenvolvia para fora, alastrando-se e tomando conta de todo o peixe. Por fora do aquário, o pintor assistia surpreendido à chegada do novo peixe.

O problema do artista era este: obrigado a interromper o quadro que pintava e onde estava a aparecer o vermelho do seu peixe, não sabia o que fazer agora da cor preta que o peixe lhe ensinava. Assim, os elementos do problema constituíam-se na própria observação dos factos e punham-se por uma ordem, a saber: 1.º – peixe, cor vermelha, pintor, em que a cor vermelha era o nexó estabelecido entre o peixe e o quadro, através do pintor; 2.º – peixe, cor preta, pintor, em que a cor preta formava a insídia do real e abria um abismo na primitiva fidelidade do pintor.

Ao meditar acerca das razões por que o peixe mudara de cor precisamente na hora em que o pintor assentava na sua fidelidade, ele pensou que, lá de dentro do aquário, o peixe, realizando o seu número de prestidigitação, pretendia fazer notar que existia apenas uma lei que abrange tanto o mundo das coisas como o da imaginação.

Essa lei seria a metamorfose. Compreendida a nova espécie de fidelidade, o artista pintou na sua tela um peixe amarelo.”¹

1

HELDER, Herberto – “Vocação animal”. (p. 11 e 12).

Índice

Agradecimentos	[p. 05]
Abstract	[p. 06]
Nota Introdutória	[p. 13]
Introdução	[p. 15]
Objectivos	[p. 15]
Estrutura	[p. 16]

(Parte I)

1. Experimentar o urbano

1.1. Superação de um modelo ideal de cidade inexistente	[p. 23]
1.1.1. Proposições	[p. 23]
1.1.2. Do modelo <i>uma cidade – um centro</i> ao policentrismo	[p. 29]
1.1.3. A consciência de um território comum	[p. 30]
1.2. Sobre a percepção e experiência urbana	[p. 37]
1.2.1. Construção de imagens	[p. 37]
1.2.2. Espaços em aberto e sua ambiguidade	[p. 43]
1.2.3. Estratégias convencionais	[p. 47]
1.2.4. Ideias reais	[p. 53]

2. Pensar o urbano

2.1. Sobre o desenho do espaço urbano	[p. 57]
2.2. Sobre o desenho do espaço público	[p. 65]
2.2.1. Espaço público ao longo do tempo	[p. 65]
2.2.2. O espaço público	[p. 79]
2.2.2.1. Articulações	[p. 79]
2.2.2.2. Sobreposições	[p. 87]
2.3. Sobre o desenho do espaço privado (direccionado ao usufruto público)	[p. 97]

2.3.1. O espaço colectivo e o <i>lugar social comunitário</i>	[p. 105]
2.3.1.1. Entendimentos e clarificações	[p. 105]
2.3.1.2. Permanência e transformação	[p. 109]
2.3.1.3. (Pre) conceitos	[p. 114]

(Parte II)

3. Casos de estudo

3.1. Metodologia de análise	[p. 125]
3.2. Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	[p. 131]
3.2.1. O espaço	[p. 131]
3.2.2. Experimentar o espaço	[p. 133]
3.2.3. Pensar o espaço	[p. 137]
3.2.3.1. Contexto e <i>tempo</i> como dimensões projectuais	[p. 137]
3.2.3.2. Espaço de identidade e integração	[p. 141]
3.2.3.3. Morfologia, escala e plasticidade do lugar	[p. 143]
3.2.3.4. Questões de acessibilidade	[p. 147]
3.2.3.5. Sensação de segurança	[p. 148]
3.3. Espaço exterior do Conjunto Habitacional da Bouça	[p. 159]
3.3.1. O espaço	[p. 159]
3.3.2. Experimentar o espaço	[p. 161]
3.3.3. Pensar o espaço	[p. 166]
3.3.3.1. Contexto e <i>tempo</i> como dimensões projectuais	[p. 166]
3.3.3.2. Espaço de identidade e integração	[p. 171]

3.3.3.3. Morfologia, escala e plasticidade do lugar	[p. 175]	Índice
3.3.3.4. Questões de acessibilidade	[p. 176]	
3.3.3.5. Sensação de segurança	[p. 177]	
3.3.3.6. Sobre a leitura do lugar	[p. 179]	
3.3.3.7. Sobre a ambiguidade	[p. 181]	
 3.4. Espaço exterior da Casa da Música	[p. 191]	
3.4.1. O espaço	[p. 191]	
3.4.2. Experimentar o espaço	[p. 193]	
3.4.3. Pensar o espaço	[p. 197]	
3.4.3.1. Contexto e <i>tempo</i> como dimensões projectuais	[p. 197]	
3.4.3.2. Espaço de identidade e integração	[p. 201]	
3.4.3.3. Morfologia, escala e plasticidade do lugar	[p. 202]	
3.4.3.4. Questões de acessibilidade	[p. 205]	
3.4.3.5. Sensação de segurança	[p. 206]	
 4. Considerações finais	[p. 217]	

Fontes

Créditos de Imagens

Nota Introdutória

Pensar o espaço segundo as relações que o compõem e modificam, “*tecer as relações entre as coisas*”², entre o espaço público e o espaço privado, entre elementos isolados e desconectados, significa estruturar o meio urbano dotando-o de artefactos articuladores dedicados à vida social – pública e comunitária –, compreendendo a sua interferência na organização de sistemas que o ultrapassam mas que dele dependem impreterivelmente. Uma vez que o urbano se constitui por fragmentos *autónomo-dependentes* – isto é, intervenções pontuais que poderão ocasionar processos sinérgicos altamente transformadores –, a sua estruturação deverá atentar nas especificidades e potencialidades de cada um dos estratos, de forma a verter contributos singulares numa vivência urbana comumente partilhada.

Num contexto urbano onde é perceptível a progressiva diluição dos espaços públicos de coabitação³, e considerando igualmente que a conversão de um *espaço* em *lugar* apenas se concretiza a partir da sua apropriação social e emocional⁴, torna-se pertinente reflectir sobre estratégias que possam restituir a qualidade do uso e fruição pública, enriquecendo, em simultâneo, a experiência e percepção urbana.⁵ Assim, numa vertente relacional, pensar em soluções de transição que possam mediar a relação entre público e privado, transformando o limite ou fronteira num *lugar socialmente partilhado*, poderá constituir uma estratégia triplamente eficaz que concilia a intensificação da vida social, a revitalização do espaço público, e a renovação das formas arquitectónicas, por sua vez mais cativantes e complexas devido às variações de encontro entre diferentes domínios, bem como à ampliação de possibilidades que poderão suscitar. Neste sentido, através de um sucessivo cruzamento de escalas, a arquitectura dará mote ao planeamento urbano, construindo uma narrativa de sobreposições e complementaridades, onde espaços públicos e privados podem aliar-se em prol de um usufruto espacial qualificado e plural.

*“A arquitectura reflecte as condições instáveis e as escalas da metrópole – a cidade é pensada a partir da invenção formal e material que a arquitectura pode oferecer. A arquitectura pertence, então, de novo à cidade, essa entidade informe, amalgamada e dinâmica, onde entretanto metade da população do mundo passou a viver.”*⁶

2 PORTAS, Nuno – “A cidade como arquitectura”. (p. 188).

3 A atenção desmedida a objectos arquitectónicos isolados culmina, habitualmente, na minimização da importância do espaço público e de outros lugares de coabitação, sendo tal circunstância acentuada pela alteração dos modos de vida e pela atitude individualista contemporânea, bem como pela estagnação das formas urbanas no que diz respeito à sua compatibilização com os factores apresentados. Martí Arís acrescenta ainda que apesar da evolução urbana, mantém-se o mesmo sistema de espaços públicos, sendo, portanto, uma expansão *desproporcional*, dado o défice de lugares públicos.

4 De acordo com Hertzberger, um *lugar*, nascido da articulação, remete, primeiramente, para dimensões restritas – confortáveis à vivência e apropriação humana; por sua vez, um *espaço* sugere liberdade, ausência de impossibilidades e limitações, expectando a apropriação transformadora. O *lugar* pressupõe, assim, um “*valor especial adicionado ao espaço*”, sendo consecutivamente reconhecido por um determinado grupo de pessoas, dado os sentimentos de pertença e integração que desperta. “*O que toma um espaço num lugar é o enchimento [uso] concedido pelos ocupantes / usuários. Um espaço toma-se um lugar particular colorido pelas ocorrências passadas e presentes, que trocam associações.*” in HERTZBERGER, Herman – “Articulations”. (p. 33).

5 Mais do que a concepção de objectos, a intenção deverá assentar na criação de um *lugar* dotado de significado, pois o *significado* supera a forma tangível, resultando numa relação estimulante.

6 GADANHÓ, Pedro – “As arquitecturas de Rem Koolhaas” in “Koolhaas tangram”. (p. 11).

Introdução

Após a experiência vivenciada do edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, e considerando, como é referido, que o seu espaço deverá ser, também, *uma aula*⁷, surgiu o interesse por compreender o contributo prestado por arquitecturas de vocação explicitamente urbana, dada a ausência de limites restritivos. Algo que impressiona particularmente Álvaro Siza, autor deste projecto, no que respeita à arquitectura contemporânea é, precisamente, *“a pressa em concluir tudo rapidamente. Esta tensão para uma solução definitiva impede a complementaridade entre as várias escalas [e os diferentes domínios – público e privado], entre o tecido urbano e o monumento, entre o espaço aberto e a construção. (...) Assim se explica a dificuldade de interpenetração entre as várias partes da cidade.”*⁸, sendo crucial uma cedência intervalar expressa por lugares de latência, de possibilidade e adaptação, capazes de colmatar insuficiências e descontinuidades entre elementos. Neste sentido, serão objecto de estudo, os espaços exteriores privados, cuja hibridez, polivalência e ambiguidade, pode sustentar uma resposta direccionada aos fluxos intermitentes, estadias efémeras e práticas volúveis – características do meio contemporâneo –, fortalecendo e revitalizando o sistema de espaços públicos e suas articulações estruturantes, através da versatilidade que lhe adicionam.

Objectivos

Estabelece-se como desafio preliminar desta dissertação, a compreensão do espaço urbano segundo a organização dos dois domínios de composição elementares – público e privado –, bem como das suas variações – espaço colectivo e *lugar social comunitário* –, propondo para tal, uma reflexão teórica que se centrará nas características, prioridades e expectativas que se definem para cada uma das esferas. Posteriormente, estabilizada ainda que momentaneamente a clarificação de entendimentos e interpretações, o repto principal assentará na investigação dos contributos e ambiguidades subjacentes a espaços exteriores privados, vinculados a edifícios públicos ou privados, que se oferecem ao usufruto social – público e comunitário –, como estratégia de regeneração do espaço urbano e, especificamente, do seu espaço público. Neste sentido, para a análise e elucidação das questões já apresentadas, e para que a presente dissertação se possa constituir igualmente como ferramenta operativa, elegeram-se três casos de estudo que ilustram a problemática em questão, completando as premissas da investigação.

O objectivo primordial visa, assim, o alcance de uma consciência informada que possibilite a intervenção prudente e acertada num contexto em permanente transformação. Nesse âmbito, os casos de estudo servirão como base de compreensão das directrizes e princípios estratégicos, sendo a sua análise focada em aspectos e características singulares – porém transversais aos espaços desta natureza⁹ – que

⁷ Aula de Teoria III – *“Um corpo em viagem e o pensamento na arquitectura da cidade”*, leccionada por Teresa Fonseca. (12/01/2016).

⁸ SIZA, Álvaro – *“Imaginar a evidência”*. (p. 103).

⁹ Apesar do estatuto privado que lhes foi atribuído, os espaços em questão caracterizam-se pela sua natureza ambígua – receptível ao usufruto público e à apropriação privada, situando-se na continuidade dos dois domínios,

os tornam oportunos no momento de crise que o espaço público atravessa. O seu estudo deverá, portanto, transcender a abordagem sintética ou superficial, bem como a imediatez das percepções formais.

Será, deste modo, crença implícita na presente dissertação, o **contributo essencial destes espaços protéticos, ainda que pertencentes ao domínio privado, na reinvenção e revitalização da rede de espaços públicos alargada a um sistema de lugares abertos ao usufruto comum não restritivo**. Contudo, e tal como reconhece Carlos Martí Aris, não se pretende que a reflexão teórica determine fórmulas intemporais universalmente aplicáveis, mas que esta se possa constituir como incentivo ao estudo e prática do projecto, analisando as particularidades inerentes a cada circunstância, assumindo e clarificando a verdadeira “*complexidade do real*”¹⁰.

Estrutura

Esta dissertação organiza-se, essencialmente, em dois momentos distintos: na [Parte I], de conteúdo teórico, será feita a reflexão crítica e clarificação de entendimentos sobre as principais questões que marcam o desenho do espaço urbano, nomeadamente, e como já referido, o desenho do espaço público, privado e seus derivantes – colectivo e *social comunitário* –, sendo a investigação suportada por teorias de autores seleccionados que se revelaram determinantes para este estudo; a [Parte II], de teor operativo e experimental, porém igualmente fundamentado por bibliografia direccionada, assim como pela experimentação sensorial que auxilia o pensamento teórico, centrar-se-á no reconhecimento de três lugares elucidativos da temática em estudo, que reúnem um conjunto de factores de análise e atributos comuns, colocando, ao mesmo tempo, dúvidas, incertezas e inseguranças, tal como um projecto prático deve ser.

Na fase inicial da [Parte I], serão abordadas questões relativas a entendimentos habituais sobre o espaço urbano, nomeadamente a prevalência de uma ideia ou modelo ideal de cidade obsoleto que se encontra por superar, funcionando como mecanismo de defesa perante o inevitável processo de transformação urbana. Neste sentido, serão estudadas as problemáticas e circunstâncias reais em virtude da elaboração de uma linguagem partilhável que corresponda à efectiva complexidade das representações contemporâneas; será igualmente abordado, nesta fase, o processo de construção de imagens e memórias urbanas, produto da experiência e percepção espacial, e seu contributo para a compreensão, estruturação e uso do espaço urbano, sendo escrutinada a possível adição de ambiguidade e abertura ou receptibilidade ilimitada do espaço. Será também esclarecida a desactualização de algumas estratégias convencionais e *pré-definições*, contrapondo tais preceitos com *ideias reais* – circunstâncias verídicas –, tais como a sobreposição de domínios público e privado.

Por sua vez, o capítulo dedicado ao desenho urbano dará continuidade aos temas introdutórios, incidindo sobre o estudo do desenho do espaço público e privado. Inicialmente, realizar-se-á uma breve contextualização sobre a importância do espaço público ao longo da história da cidade e crítica ao seu actual papel no espaço urbano. De seguida, procurar-se-á um entendimento congruente do espaço público e dos factores que determinam a sua *condição pública*, assim como dos aspectos que introduzem complexidade

10

ARIS, Carlos Martí – “La cimbra y el arco”. (p. 22).

e instabilidade à sua definição. Como oposição e, simultaneamente, como complementaridade recíproca, será realizada uma reflexão sobre o espaço privado e seus contra-sensos que demandam a convivência e interacção com o público. Na sequência deste pensamento, desenvolve-se o sub-capítulo dedicado ao espaço colectivo e ao *lugar social comunitário*, de modo a evidenciar os contributos desta esfera ambígua no processo de revitalização e (re)desenho do espaço urbano, bem como da vida social dos seus habitantes. Serão, então, apontadas as formas sob as quais se expressa o espaço colectivo, e seu possível processo de elevação ao estatuto fulcral da dissertação – o *lugar social comunitário* como espaço privado compartilhado (aberto ao público irrestritamente) –, possibilitando a dilatação quer do domínio público, como da esfera privada. A este respeito, sublinha-se o pensamento de Manuel Solà-Morales – “*a cidade boa é que consegue dar valor público ao privado. (...) E, portanto, a qualidade do individual é condição para que, ao ser semanticamente colectivizada, gere uma riqueza colectiva.*”¹¹, ou preferencialmente, *comum* – acessível a todos.

Na [Parte II], será apresentada, primeiramente, a metodologia de análise aos casos de estudo propostos, justificando a sua escolha, bem como os parâmetros comuns de investigação. Este estudo será complementado por uma abordagem empírica – experimentação sensorial do lugar –, sugerindo a imagem da ambiência captada, que auxiliará, por sua vez, quer a investigação e entendimento do campo problemático, como a compreensão destes aspectos pelo leitor incipiente. Deve referir-se que a determinação dos factores de análise visa uma leitura comparada dos diferentes casos de estudo, sendo, para tal finalidade, realizada a recolha e produção de peças escritas, desenhadas e registos fotográficos.

Por fim, as considerações finais terão como objectivo o cruzamento entre o produto da reflexão-crítica realizada na [Parte I] e o registo obtido pelo estudo operativo de casos reais – [Parte II] –, de modo a corroborar ou excluir *pré-conceitos*, e a traçar possíveis estratégias de intervenção em contexto urbano, considerando que “*projecto urbano quer dizer que a arquitectura parte de dados que estão na cidade – restos, memórias, fragmentos e directrizes – tomando-os selectivamente como vínculos do próprio projecto ao mesmo tempo que este se propõe como resposta e resolução a um estado de coisas que previamente se entendem como inacabadas, desvanecidas, por resolver.*”¹², lançando uma base de relações e episódios entre elas.

¹¹ SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 188).

¹² SOLÀ-MORALES, Ignasi – “Territorios”. (p. 30).



Fig. 002, 003 e 004 _

*“O limite existe pela tensão entre quem quer explorá-lo e o indefinido onde desaparecer. (...) O limite é uma experiência subjectiva.”*¹³

13

SOLÀ-MORALES, Ignasi – “Diferencias: topografía de la arquitectura contemporánea”. (p. 125).

Um estímulo

*“Os meios que se utilizam para delimitar um espaço ou um recinto são, muitas vezes, de uma fragilidade extrema. Um arame esticado, como um risco, entre duas paredes, uma faixa de lona armada em toldo. Em Chandigarh tive oportunidade de ver um grupo de palhotas (habitações com tacto de palha) à sombra de três grandes árvores isoladas na planície. O espaço cercado pelas árvores havia-se transformado no centro cívico de uma minúscula comunidade.”*¹⁴

De facto, os factores subjacentes à delimitação de um espaço ultrapassam a autoridade humana, bem como os estatutos jurídicos que dela derivam, subordinando-se ao carácter e vocação própria do lugar. Assim, a vivência social e comunitária de um espaço exterior privado que se abre integralmente ao público, propiciada pelo desenho de um *limite habitável* e flexível, resultará da ambiência experimentada que, por sua vez, sugere, sem impor, formas de uso e apropriação. Serão, portanto, estes espaços protéticos, vinculados a edifícios, bem como ao espaço público adjacente, responsáveis pela articulação dinâmica do meio urbano, restituindo a condição *gregária* das comunidades, pelo pretexto e oportunidade que oferecem.

(Parte I)

1. Experimentar o urbano

2. Pensar o urbano

*“A missão da teoria do projecto não é gerar fórmulas que tratem de resolver os problemas de uma vez por todas, mas sim incentivar a prática de projecto e do seu campo problemático, proporcionando, ao mesmo tempo, instrumentos que permitam representar os problemas com maior clareza e justeza, ou seja, que permitam reconhecer mais ordenadamente, a complexidade do real.”*¹⁵

[a propósito dos fenómenos do urbano]

"Censuras-me porque todos os meus contos te transportam para o meio de uma cidade sem te falar no espaço que se estende entre uma cidade e outra: se o cobrem mares, campos de aveia, pinhais, pântanos. Vou-te responder com um conto.

Pelas ruas de Cecília, cidade ilustre, encontrei uma vez um cabreiro que conduzia encostado às muralhas um rebanho badalante.

– Homem abençoado pelos céus – deteve-se para me perguntar, – sabes dizer-me o nome da cidade em que nos encontramos?

– Que os deuses te acompanhem! – exclamei. – Como podes não reconhecer a mui ilustre cidade de Cecília?

– Tem pena de mim – respondeu ele, – sou um pastor em transumância. Calha-me às vezes a mim e às cabras atravessar cidades; mas não conseguimos distingui-las. Pergunta-me o nome dos pastos: conheço-os todos. (...) As cidades para mim não têm nome: são lugares sem folhas que separam um pasto do outro, onde as cabras se assustam nos cruzamentos e se dispersam. (...)

– Ao contrário de ti – afirmei, – eu só conheço as cidades e não distingo o que está fora delas. Nos lugares desabitados aos meus olhos todas as pedras e todas as ervas se confundem com qualquer outra pedra ou erva.

Desde então passaram muitos anos; conheci muitas mais cidades e percorri continentes. Um dia caminhava por entre esquinas de casas todas iguais: tinha-me perdido. Perguntei a um transeunte: – Que os imortais o protejam, sabes dizer-me onde nos encontramos?

– Em Cecília não podia deixar de ser! – respondeu-me ele. – Caminhamos há tanto tempo pelas suas ruas, eu e as cabras, e nunca mais consegui sair...

Reconheci-o, apesar da longa barba branca: era o pastor da outra vez. Seguiam-no poucas cabras peladas, que já nem cheiravam mal, de tão reduzidas a pele e osso. (...)

– Não pode ser! – gritei. – Eu também, não sei há quanto tempo, entrei numa cidade e desde então continuei a penetrar cada vez mais pelas suas ruas. Mas como pude chegar aonde dizes tu, se me encontrava noutra cidade, afastadíssima de Cecília, e nunca mais saí dela?

– Os lugares misturaram-se – disse o cabreiro, – Cecília está em toda a parte; aqui dantes devia ser o Prado da Salva Baixa. As minhas cabras reconhecem as ervas do separador das faixas da rua."¹⁶

¹⁶

CALVINO, Italo – "As cidades invisíveis". (p. 154 e 155).

1.1. Superação de um modelo ideal de cidade inexistente

1.1.1. Proposições

*“O termo cidade tornou-se polissémico, denotando diferentes lugares e aglomerações de vida e forma ditas urbanas.”*¹⁷

Actualmente, perante o desconfinar do espaço concreto da cidade, verifica-se um desfasamento ou perda de relação entre o tradicional conceito de *cidade* e sua tradução física contemporânea. A banalização do termo e a tendência para estendê-lo infinitamente de acordo com a definição habitual, culminou numa pluralidade de significados imprecisos, pouco rigorosos e, muitas vezes, falaciosos. Neste cenário, revela-se urgente a reflexão atenta sobre o panorama urbanístico real, de modo a identificar as principais transformações e a definir uma consciência informada para melhor intervir no espaço urbano e sua estrutura. Segundo Álvaro Domingues, *“do racionalismo e do moderno herdamos uma simplificação da realidade e uma tendência para entender o conceito de cidade – como se fosse um conceito das ciências exactas – como uma entidade universalizante, redutível a esquemas e taxionomias simples”*¹⁸, porém, a compreensão da cidade nas suas diversas vertentes, nomeadamente do seu processo natural de evolução, obriga à revisão e reformulação de conceitos obsoletos, bem como à aceitação da sua constante mutabilidade.

De acordo com vários autores, entre os quais François Ascher e Daniel Innerarity, a ideia tradicional de cidade – presente no senso comum –, assenta na caracterização desta como um *corpo* de forma e limites precisos, sendo este um *interior* protegido do *exterior* periférico ignorado e desconhecido. O centro seria igualmente delimitado e singular, correspondendo a uma hierarquia política e social perfeitamente organizada.¹⁹ A clara diferenciação entre *cidade* e *campo* afirmava-se como dicotomia-chave no entendimento deste modelo; contudo, a ausência de limites territoriais é uma circunstância inegável, sendo esta acompanhada pela perda de hegemonia do centro histórico assim como da estabilidade e homogeneidade social (utópica). O binómio cidade / campo deixou de ser aplicável, pois não existe fronteira capaz de separar realidades cada vez mais solúveis e similares. A cidade abandonou, assim, a sua condição de lugar concreto e uniforme para se afirmar como processo contínuo – o *urbano* – polissémico, heterogéneo, produto da sociedade que nele se movimenta.

“A urbe – como espaço edificado –, os seus materiais e formas de organização, escalas e contextos, será sempre um resultado da territorialização de uma organização social. (...) Ao

¹⁷ PORTAS, Nuno – “Políticas urbanas II – transformações, regulações e projectos”. (p. 11).

¹⁸ DOMINGUES, Álvaro – “Da cidade ao urbano” in “Políticas urbanas II – transformações, regulações e projectos”. (p. 24).

¹⁹ DOMINGUES, Álvaro – “(...) cidade seria a designação de um território edificado e com limites precisos, espécie de contentor da sociedade que o produz, organiza, usa, regula e transforma. (...) A cidade é um interior, um território delimitado pela sua muralha e acessível através das suas portas. Dentro dessa cidade, organiza-se uma sociedade e uma forma de poder: uma espécie de cidade-estado.” in “Da cidade ao urbano” in “Políticas urbanas II – transformações, regulações e projectos”. (p. 21).



Fig. 005 _ Serpa, 1988 | Possível retrato de uma ideia obsoleta de *cidade*, onde as muralhas que delimitam o núcleo medieval diferenciam o tecido compacto de uma urbanização difusa.

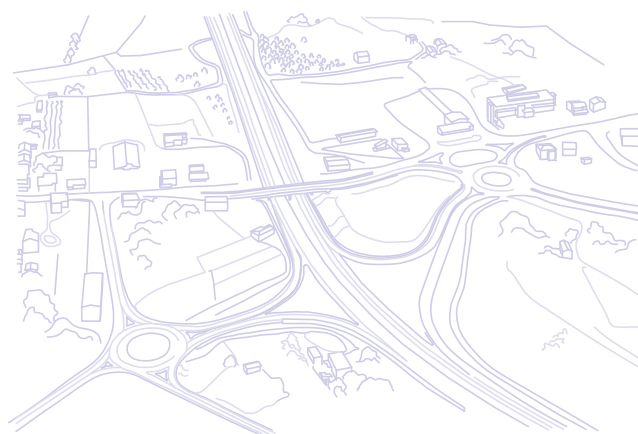


Fig. 006 _ Realidade actual | A *cidade continuada* e fragmentada que se estende ilimitadamente pelo território.

*nível formal, a urbanização toma um carácter extensivo e fragmentado – por contraposição à urbanização intensa e espacialmente contígua da cidade –, tornando quase impossível precisar forma, limites e padrões estáveis e legíveis de estrutura como no caso, por exemplo, do Sistema de Espaços Colectivos ou dos espaçamentos e traçados da cidade canónica.”*²⁰

No entendimento de François Ascher, é necessária a concepção de novos modos de representação, participação, negociação e gestão, uma vez que *“a noção de metrópole que utilizámos até ao presente para descrever estas grandes aglomerações parece inadequada para qualificar este novo tipo de espaço; por um lado porque esse conceito evoca mais o caso de uma grande cidade que assume funções mais elevadas na hierarquia urbana regional, por outro porque não introduz nem a ideia de uma nova estruturação de espaços urbanos, nem a formação de um novo espaço de funcionamento quotidiano das actividades económicas e sociais.”*²¹. Na verdade, a cidade não “desapareceu” como sugerira o congresso de Bremen em 1966 intitulado de *“O desaparecimento das cidades”*²², tendo esta, pelo contrário, modificado a sua configuração espacial, social e funcional, denunciando um carácter *orgânico*²³, tal como descrevera Manuel Delgado.

A incompreensão do espaço urbano contemporâneo, negando tudo aquilo que transpõe as premissas do modelo tradicional pré-estabelecido, incita o desenvolvimento de estratégias conservadoras – como a sacralização dos centros históricos –, bem como fenómenos de exclusão e discriminação que, por sua vez, dificultam o encontro de critérios adequados para a reordenação e consolidação das urbanizações emergentes. Neste cenário, existe ainda a propensão para considerar as transformações da cidade como negativas, classificando-as através de “conceitos vagos” – como *periferia* –, conceitos que apenas geram especulação desnecessária, e que tendem a afastar ou a esconder a realidade como medida de protecção de um espaço ideal inexistente.²⁴

Aldo Rossi defende que *“com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento”*²⁵, aceitando a inevitabilidade das adaptações do espaço às novas e instáveis exigências, através de transformações intrínsecas a qualquer

20 DOMINGUES, Álvaro – *“Da cidade ao urbano”* in “Políticas urbanas II – transformações, regulações e projectos”. (p. 25, 35 e 37).

21 ASCHER, François – “Metapolis”. (p. 16).

22 INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 123).

23 DELGADO, Manuel – *“Uma coisa é a cidade e outra bem diferente é o urbano. A cidade, como sabemos, é uma agrupação extensa de casas, ruas e serviços, onde vive uma população numerosa. O urbano é algo distinto. Poderíamos dizer que o urbano consiste num conglomerado apenas orgânico de instituições momentâneas, uma pura dispersão, uma meada, sobre o qual o controlo é difícil, o que não significa que seja impossível.”* in “Memória y lugar – el espacio público como crisis de significado”. (p. 9).

24 De acordo com Françoise Choay, *“a persistência da imagem da cidade que o anula [o urbano] surge de mecanismos de defesa: nega-se uma realidade demasiado difícil ou demasiado desagradável de enfrentar.”* (in “El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad”, (p. 182)), ignorando-se, consecutivamente, o sistema de referências e relações entre redes materiais e imateriais, ainda que se retire, em simultâneo, proveito deste, tendo-se estabelecido uma dependência irreversível.

25 ROSSI, Aldo – “A arquitectura da cidade”. (p. 31).

processo de optimização, ainda que os princípios geradores possam prevalecer como memória identitária do lugar. Do mesmo modo, a cidade tradicional e seu traçado não deverão constituir-se como entrave à aceitação e qualificação dos novos assentamentos, mas antes como base referencial e inspiradora, igualmente integrada numa rede maior que se completa e equilibra. De facto, os tempos do espaço urbano são também factores de composição, sendo estes fomentadores de complexidade e dinamismo. A necessidade de articular tal complexidade torna-se, então, crucial para a reurbanização²⁶ dos aglomerados mais fragmentados e desordenados.

*“Acreditar, pois, que um plano, a sua existência, ofereça à cidade uma solução espacial definitiva, do ponto de vista global, é inteiramente contestável; o plano é sempre um tempo da cidade, tal como qualquer outro elemento primário.”*²⁷

Neste contexto, a concepção de espaços públicos adequados e atractivos revela-se tarefa delicada e laboriosa. No espaço urbano contemporâneo parece não haver lugar, ou condições, para a discussão pública – espaços de coabitação e participação – devido às alterações quer da estrutura física da cidade como da sociedade, expressas por fenómenos sociais complexos – como a globalização. As deslocações, em todos os sentidos e a todas as horas, são mais frequentes do que as estadias de convívio e coexistência. O espaço público como lugar simbólico de encontro e expressão da cidadania parece desvirtuar-se face às aparentes contradições que se colocam – o convite à participação na vida e discussão pública e, simultaneamente, a disparidade de interesses; assim como a extensa e indeterminada área que o conceito *cidade* já não pode conter. A transformação do *local* num *aflorentamento global* não permite que o seu planeamento se limite à envolvente próxima. Como explica Daniel Innerarity, “*outro pólo de problemas relaciona-se com a formação de espaços globais e deslimitados, de maneira que o espaço público já não é somente o lugar da comunicação de cada sociedade consigo própria mas também o lugar de uma comunicação entre sociedades diferentes umas das outras*”²⁸, sendo cada vez mais comum a justaposição de diferenças do que a comunhão de valores próprios de uma comunidade. Contudo, a convivência entre estranhos, cada vez mais intensa e concentrada, provoca uma sensação libertadora que enriquece quer a experiência individual como a comunitária. O desencontro de opiniões, actividades e interesses, ainda que represente e acentue a profunda mudança, sugere a conciliação e complementaridade de identidades reunidas num espaço partilhado.

Assim, apesar do ambiente urbano contemporâneo insinuar a primazia da esfera individual – privada – sobre a experiência pública, não podem negar-se as formas intemporais de interacção entre indivíduos. De acordo com Innerarity, “*o entrelaçamento da existência individual com as formas de vida colectiva obriga-nos a pensar um sujeito integrado na vida pública porque a realização humana é impensável fora*

²⁶ PORTAS, Nuno – “o conceito de reurbanização – reforçando malhas, eixos e nós, sejam estes existentes, a completar, ou a criar – é mais necessário para a caracterização urbanística do que as unidades de execução, a delimitação de perímetros com frequência arbitrários (...), ou a definição de índices abstractos.” in “Políticas urbanas II – transformações, regulações e projectos”. (p. 12).

²⁷ ROSSI, Aldo – “A arquitectura da cidade”. (p. 144).

²⁸ INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 15).

do espaço comum”²⁹, alertando para o desmazelar frequente no que diz respeito ao tratamento deste espaço partilhado, sobretudo nas áreas urbanas em consolidação. Sobre este tema, Frederico Moura e Sá³⁰ argumenta que a rua, espaço primordial da cidadania, é hoje um território de ninguém, afirmando, de modo crítico e caricatural, que a arquitectura apenas se preocupa com o interior do lote e a engenharia com o desenho de autoestradas, prevalecendo o espaço mais importante – a rua – por valorizar e qualificar. Interessa, portanto, relembrar que *“todo o arquitecto que não mostre interesse por coisas, desde a torneira à urbanização de uma toda região, não compreendeu o sentido da Arquitectura actual. Desde a célula única, neighbourhood unit, à cidade e à organização de toda uma região, formou-se uma cadeia directa”*³¹, não sendo possível dissociar as diferentes escalas de intervenção por completo. Neste sentido, com o intuito de contrariar a base actual ainda dispersa, hostil e segregada, actuar sobre o espaço público poderá ser uma das medidas primárias solucionistas. Na cidade tradicional, a organização do espaço encontrava-se directamente vinculada à estrutura cívica dos habitantes, porém, hoje, face aos fenómenos de globalização, reclamam-se dispositivos espaciais protéticos, adaptáveis às divergências culturais, capazes de contrariar a trivialidade das aglomerações, a desvalorização do espaço destinado ao usufruto público e, conseqüentemente, a propensão para o atrofamento social. A existência cultural e social apenas poderá manifestar-se através dos lugares públicos, onde a ordem ou o caos se estabelecem.

*“A liberdade cidadina implica que não se deve doutrinar os outros nem obrigá-los a adaptar-se: podem ser diferentes à sua vontade. Se há alguma coisa que define a urbanidade, ela será precisamente a capacidade de relacionar-se com estranhos sem sentir necessidade de lhes censurar essa estranheza nem de a suprimir.”*³²

Assim, pensar a urbanidade significa conciliar exigências, aparentemente contraditórias mas complementares, de libertação e integração. Na sequência do pensamento de alguns sociólogos que escreveram sobre a cidade como espaço de individuação, como Ernest Burgess e Robert Park, depreende-se que a urbanidade não se concretiza sem integração social. Nesse sentido, a possibilidade de interagir com estranhos e conviver com a sua diferença, enriquecendo o âmbito pessoal e expressão própria, cruza-se com a oportunidade que esta experiência representa para os desconhecidos – poder conviver sem se revelar na totalidade, tendo a possibilidade de recomeçar uma nova vida a nível pessoal e colectivo. O espaço urbano é, em simultâneo, *“lugar de anonimato e identificação, deve proteger e dar possibilidades, deve ser espaço de indiferença e de reconhecimento. (...) A urbanidade tem de ser pensada em categorias contraditórias e realiza-se no movimento das suas contradições: entre a ordem e o caos, entre o público e o privado, entre a diferença e o compromisso cívico, entre a alienação e identificação.”*³³. Mais do que uma

29 INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 21).

30 Frederico de Moura e Sá, Doutorando do Programa de Doutoramento em Arquitectura da FAUP, licenciou-se em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e concluiu o mestrado em Planeamento do Território na Universidade de Aveiro. É, actualmente, docente na Universidade de Aveiro e membro do GOVCOPP, onde está envolvido em diversos projectos de investigação e de prestação de serviços nas áreas da reabilitação urbana, do planeamento urbano e da mobilidade.

31 GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e Comunidade”. (p. 30).

32 INNERARITY, Daniel – *op. cit.* (p. 117).

33 INNERARITY, Daniel – *idem.* (p. 122).

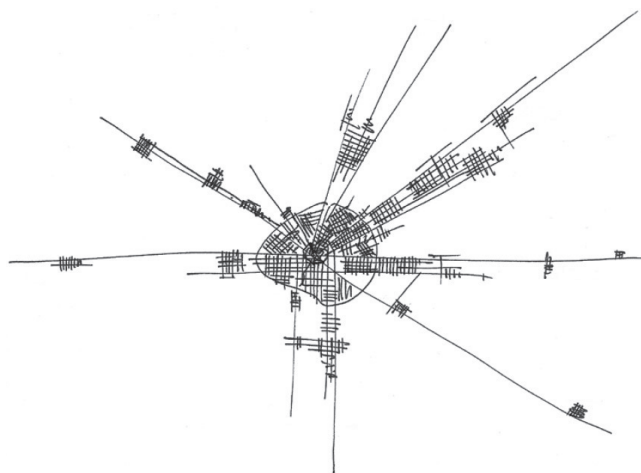


Fig. 007 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno; 2011 | *"Imagem mental de um núcleo urbano tradicional: conformado, limitado e concêntrico"*.

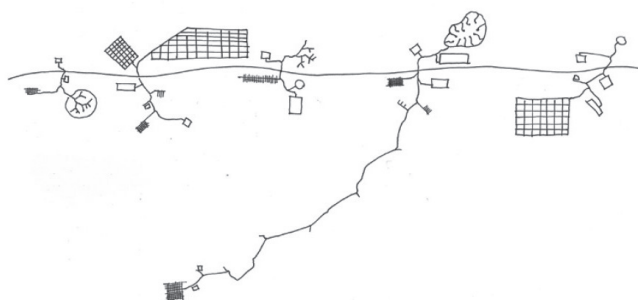


Fig. 008 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno; 2011 | *"Imagem mental dos novos sistemas urbanos baseados em vias rápidas"*.

forma ou classificação, a urbanidade é um modo de vida que se enraíza gradualmente, sendo impossível simular ou impor subitamente as suas práticas a uma sociedade volúvel. No entanto, deve salientar-se que esta cultura cívica – de coexistência e aceitação da diferença – já não é exclusiva da cidade tradicional, universalizando-se e concretizando-se em cenários diversos que ao longo do tempo se optimizam e aperfeiçoam.

1.1.2. Do modelo *uma cidade – um centro* ao policentrismo

*“O modelo uma cidade – um centro está a ser decisivamente ultrapassado. As modificações radicais no salto de escala da cidade (ponto) para o urbano (superfície) originaram a explosão e a fragmentação das centralidades o que, por outras palavras, significa que a lógica de localização das várias funções direccionais já não coincide necessariamente com aquilo que o velho centro ainda pode oferecer em condições vantajosas.”*³⁴

Era igualmente habitual associar a densidade física à densidade populacional e social na cidade canónica – *“uma cidade densamente construída era uma cidade densamente habitada em que havia densas relações comunicativas”*³⁵ –, onde viver no centro significava estar próximo do poder político e integrado na vida pública. Porém, no espaço urbano contemporâneo estes níveis de densidade desvinculam-se, dando lugar a diversas e imprevisíveis formas de ocupação e utilização do espaço. A condição de centralidade atribuída a um único lugar da cidade vê-se hoje diluída entre vários núcleos que procuram estabelecer-se como novas polaridades, cujo objectivo não será competir com o centro histórico, mas antes contribuir para o sentimento de integração social e, conseqüentemente, para uma urbanidade igualitária. Segundo Innerarity, *“a causa profunda de tudo isto está em que as sociedades modernas já não precisam da forma de centralidade espacial. O desaparecimento do centro, ou pelo menos das funções que até há pouco lhe estavam cometidas, resulta de o poder das redes ser tão considerável, e a sua ubiquidade tão completa, que de futuro nenhum lugar estará, por princípio, privilegiado perante os outros”*³⁶, esclarecendo que a conexão garantida quer a nível físico como virtual, através da melhoria das condições de comunicação e acessibilidade, tenderá a uniformizar a supremacia dos centros entre si, independentemente da sua geografia. No entanto, apesar do espaço urbano adoptar novas centralidades, o centro histórico conserva um valor simbólico distinto relativamente aos outros. Existe, de facto, ainda que de modo subjectivo, uma hierarquia entre as centralidades que se formam além dos limites da cidade canónica – hierarquia que se estabelece a partir das experiências e formas de entender a realidade. As novas centralidades devem então procurar, *“mais do que puras soluções funcionais”*³⁷, as características e significados simbólicos, representativos da sociedade, para que esta possa aceitá-las e inclui-las no seu mapa de referência / orientação.

³⁴ PORTAS, Nuno – “Políticas urbanas I – tendências, estratégias e oportunidades”. (p. 98).

³⁵ INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 125).

³⁶ INNERARITY, Daniel – *idem*. (p. 129).

³⁷ GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e comunidade”. (p. 31).

*“(...) cada ponto é um centro nas múltiplas intersecções da rede. Cada ponto local implica a rede global; reciprocamente, esta não é nada sem a multiplicidade dos lugares singulares. As sociedades modernas não necessitam de centralidade espacial. É importante perceber isto para conceber o novo espaço público que se nos abre para lá do antigo paradigma arquitectónico e nos convida a pensar a cidade de outra maneira.”*³⁸

Perante este cenário de descentralização, o papel e lugar clássico do espaço público é colocado em causa, uma vez que a sua função unificadora parece anular-se face à fragmentação das novas aglomerações. Por outro lado, observa-se em simultâneo, uma multi-pertença social quer a espaços locais como a lugares globais. Questiona-se, assim, o modo de concepção dos novos espaços públicos, cujo planeamento quando associado a edifícios públicos ou privados, corrigindo a ausência de ordenação prévia, poderá representar uma solução estimulante e articulada com outros fragmentos urbanos³⁹. Muitas vezes, os edifícios e espaços públicos não exprimem a sua função estruturante devido à falta de consciência urbanística e atitude sinérgica – qualidades que lhes deveriam ser intrínsecas –, passando despercebidos entre o tecido urbano, esmorecendo a relevância da organização do espaço e da experiência pública. Esta circunstância relaciona-se, igualmente, com a perda de sentido de *monumentalidade*, esquecendo-se o urbanismo contemporâneo que ao longo do tempo, o homem sempre reclamou a criação de símbolos representativos das suas convicções; porém, parece ainda não se ter encontrado a melhor forma de exprimir uma monumentalidade coetânea.

*“O desejo da monumentalidade é satisfeito por todos os regimes políticos. O grande problema que hoje se põe duma maneira premente é no entanto: como deve ela manifestar-se? (...) A monumentalidade surge da eterna necessidade humana de criar símbolos para os seus actos e para o seu destino (...). Esta necessidade de monumentalidade não pode ser abafada por muito tempo. Procura a todo custo encontrar uma saída.”*⁴⁰

1.1.3. A consciência de um território comum

O facto do espaço da cidade se ter desconfinado obriga à exploração de novas estratégias de planeamento que, por sua vez, incidam sobre o método de concepção da arquitectura como meio de *construir cidade*. A qualificação das urbanizações emergentes a partir de acções de reurbanização – reforçando eixos e sistemas de espaços públicos – pode ser intensificado pelo projecto de edifícios e seus espaços exteriores abertos ao usufruto público e social, colmatando transições entre os domínios público e privado, e auxiliando o processo a partir da sua consciência urbanística aguçada. Tais acções adquirem maior pertinência quando confrontados pelo facto de que o *grau de publicidade*, isto é, o nível de condição pública que um espaço oferece, tem diminuído no espaço urbano actual em concordância com a tendência

³⁸ INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 140).

³⁹ Estes espaços, vinculados a edifícios públicos ou privados, poderão associar-se a entidades / comunidades com escala nacional e mundial, integrando-se em redes expansíveis que superam a escala local; a proximidade e ligação a infra-estruturas de mobilidade poderá funcionar igualmente como meio de conexão entre fragmentos, ampliando o seu campo de relações.

⁴⁰ GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e comunidade”. (p. 31).

ou comportamento social dominante.⁴¹ Na definição de Frederico Moura e Sá, o espaço público é um espaço propriedade do Estado e de acesso livre, estando incluídos nessa definição ruas, praças, alargamentos funcionais, espaços verdes utilizáveis, equipamentos “abertos”, entre outros, validando a possibilidade de estender a rede de espaços públicos até ao interior dos edifícios, diminuindo-se progressivamente o nível de publicidade, porém devolvendo, em simultâneo, a condição pública congénita ao espaço urbano.

Dado que uma das questões principais assenta no papel articulador do espaço público, deve salientar-se que sem um sistema que unifique e dê corpo à sociedade, a segregação funcional e social percepcionada frequentemente na expansão do território, terá consequências nefastas ao contrário da sua aparente pacificidade, pois tal como explica Innerarity, *“a separação promove exactamente o contrário: insegurança civil e social. Sem a capacidade unificadora dos espaços urbanos, a distância é vivida como rejeição e alimenta a sensação de não pertencer à mesma sociedade.”*⁴². A segregação social anula e empobrece, deste modo, a vida nos espaços públicos, impedindo a experiência total da pluralidade de situações – imprevistos, surpresas, encontros espontâneos –, culminando na preferência e favoritismo do espaço privado. Este processo conduz impreterivelmente à privatização do espaço público indispensável à vida comum – sem um espaço *comum* não é possível manter as formas sociabilidade que reúnem os diferentes componentes da sociedade e que introduzem a consciência de um território partilhado. Contudo, contrariamente à tendência segregante, crê-se que as propriedades da urbanidade coincidem com a mentalidade moderna: *“capacidade de suportar e gerir a insegurança, a diferença, a contradição, a ambiguidade e a estranheza”*⁴³, sobressaindo as condições complexas e contraditórias da sociedade e espaço contemporâneos.

Ainda a este respeito, Frederico Moura e Sá esclarece que a segregação dificilmente qualifica o nível de vida dos cidadãos, quer a nível mais amplo – segregação funcional –, como ao nível de planeamento do espaço público local. O desenho de uma rua onde o lugar do peão é claramente delimitado, assim como o espaço da bicicleta e do automóvel, apenas contribui para uma ideia de *rua* – espaço público – insegura e perigosa, questionando-se qual o tipo de cidadania que se pretende incrementar. Devem, então, procurar-se soluções de equilíbrio – como o controlo de velocidades⁴⁴ – de modo a garantir condições de cidadania equitativas, ou seja, o acesso livre e igualitário a um espaço público ou *comunitário* partilhado e qualificado.

“Tomemos um exemplo muito simples: o direito do peão no meio da vida colectiva, no seu centro, no Core. Em civilizações anteriores, esse direito, considerado como uma coisa evidente, foi cuidadosamente respeitado. Hoje, o automóvel passa por cima deste direito indiscutível do homem; ultrapassa-o, na verdadeira acepção da palavra, e assim, as praças, locais de reunião do povo e espaço em que os homens podem estar juntos, sem obstáculos nem perigo, não existem para tal fim. O restabelecimento do direito do peão (...) é uma das tarefas mais urgentes e difíceis

⁴¹ MOURA E SÁ, Frederico – Aula aberta “A integração da bicicleta em meio urbano: principais desafios e orientações” por Frederico Moura e Sá (2017).

⁴² INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 134).

⁴³ INNERARITY, Daniel – *idem*. (p. 140).

⁴⁴ MOURA E SÁ, Frederico – *op. cit.*

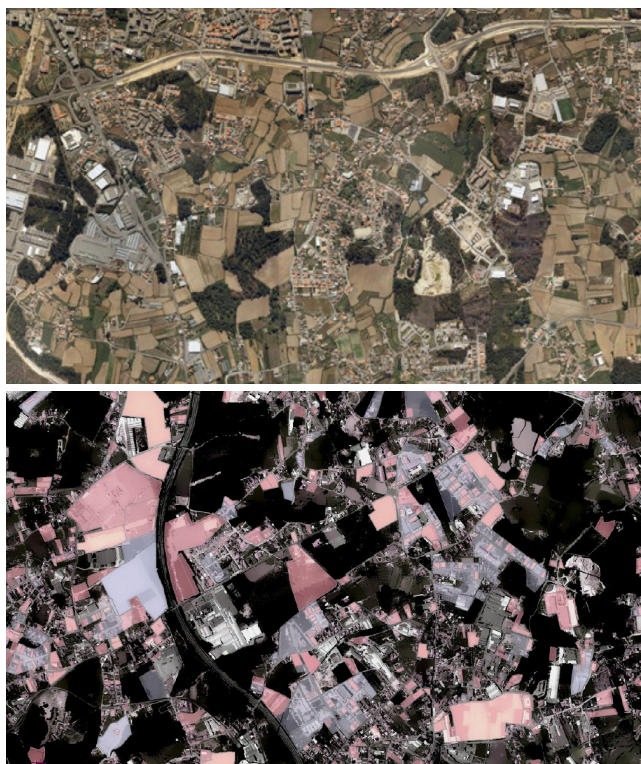


Fig. 009 e 010 _ A fragmentação ilustrada pelas imagens, enfatizada pela diversidade de formas geométricas que pontuam o território, resulta do processo de “colagem” e incompreensão dos sistemas de urbanização. Mais importante do que criar índices de alta densidade, revela-se imprescindível a leitura do espaço, o estudo dos modos de vida e a análise das tipologias a implantar.

*na edificação das cidades dos nossos dias.”*⁴⁵

Neste contexto, torna-se pertinente o recurso a um processo de decomposição dos conceitos pré-determinados bem como do panorama actual, em prol da construção de uma ideia *comum* real, que possibilite a discussão e trabalho sobre o espaço urbano de modo adequado. Não se trata, necessariamente, de algo novo, mas sim da aceitação daquilo que antes se rejeitava e que por esse motivo era tido como inexistente. A persistência na concepção de representações compartilhadas, a partir das quais se possam gerar debates abertos e abrangentes, visa o encontro de uma linguagem comum, sujeita a modificações e aperfeiçoamentos, compreensível e adoptada por todos, e não uma definição unânime ou encerrada como a que se encontra por superar (*cidade tradicional*). Como refere François Ascher, “*o urbanismo, que se liberta pouco a pouco das referências dogmáticas que o sobrecarregam, dispõe de múltiplos e eficazes instrumentos e de soluções variadas para responder a estas exigências.*”⁴⁶.

A superação do modelo tradicional passa, igualmente, pelo reconhecimento de que nem tudo era perfeito no espaço da cidade canónica, nomeadamente o défice de meios de transporte e de comunicação, traduzindo-se tais circunstâncias na aceitação maioritariamente passiva dos avanços tecnológicos e das melhorias nas condições de acessibilidade. Na verdade, as infra-estruturas de mobilidade desempenham um papel fulcral no processo de urbanização – suportam a formação de novas centralidades e consolidam as já existentes –, sendo responsáveis pelos efeitos de dispersão e aglomeração: o espaço urbano expande-se na medida em que a mobilidade aumenta.⁴⁷ Na verdade, talvez estas sucessivas optimizações permitam uma vivência mais intensa e completa do meio urbano, não devendo ser encaradas como algo errado ou anormal, dado que muitas delas resultam do desejo de emancipação do ser humano.

*“Ler e compreender o território apresentam-se como actos criativos por si só, e, sobretudo, pressupõe que ler bem o território comum permite fazer bem a nossa casa, permite compreender os seus valores específicos e, em sintonia com eles, torna possível trabalhar habilmente sobre uma imagem que é de todos.”*⁴⁸

Assim, quando se pretende elaborar uma ideia comum, partindo do reconhecimento do território para nele se operar, é necessário descodificar a sua linguagem, as suas características, hierarquizar prioridades e identificar oportunidades inerentes ao lugar, adquirindo, desse modo, a precisão e sensibilidade necessárias para garantir o máximo de benefícios e as melhores repercussões.

A cidade tradicional e seu centro histórico, agora lugar de nostalgia, devem igualmente integrar-se na elaboração deste entendimento, não com o objectivo de os cristalizar, mas sim de compreender o que podem representar numa forma urbana transformada. Os valores presentes no novo espaço público serão, então, diferentes da cidade tradicional – o espaço público urbano será lugar de coexistência, de expressão da diversidade assim como de interdependência, onde as diferenças não devem representar ameaça.

45 GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e comunidade”. (p. 85).

46 ASCHER, François – “Metapolis”. (p. 180).

47 INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 127).

48 DOMINGUES, Álvaro – “Território casa comum: morfologias e dinâmicas do território”. (p. 21).

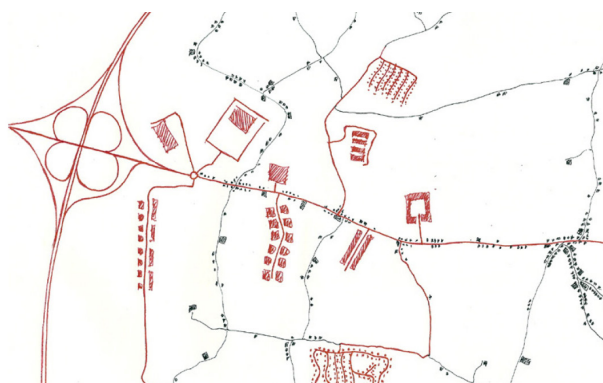


Fig. 011 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno; 2011 | Esquema sobre o processo de urbanização a partir da adição de fragmentos autônomos.



Fig. 012 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno; 2011 | “Possibilidade de densificação do urbano difuso”, que deverá incluir a estruturação de um sistema de espaços públicos e colectivos, ou comunitários, compreensível e acessível a todos.

O novo entendimento deverá também considerar que as qualidades de melhor acessibilidade, aglomeração de funções presentes nas esferas da vida social, e lugar de produção de imagens e valores identitários já não corresponde a um espaço particular ou a um único centro – *“a combinação entre acessibilidade, direcionalidade e identidade pode ocorrer de forma muito distinta em lugares cuja condição central é também muito diversa, quer do ponto de vista funcional, quer formal.”*⁴⁹. Actualmente, estas características são redistribuídas, contrariando o modelo mono-central, em prol de um sistema de polaridades necessariamente diferentes – com graus de autonomia e dependência desiguais –, mas articuladas entre si. Na verdade, serão as relações que se estabelecem entre diversos fragmentos que caracterizam o nível de urbanidade, sendo este tanto mais rico e elevado quanto mais heterogêneas forem as relações e seus componentes.

*“O mundo de hoje caracteriza-se pelo paradoxo de uma crescente globalização ser acompanhada por novas diferenciações, de haver mais relações entre um número maior de elementos. O cosmopolitismo e a particularidade não são opostos, antes se complementam e fortalecem mutuamente.”*⁵⁰

Por fim, deve salientar-se que o novo entendimento encerra alguns desfasamentos e contradições, entre os quais determinadas práticas e dinâmicas que levam à extinção da cidadania plena: o debate de assuntos comuns a partir de redes virtuais e meios de comunicação que apenas promovem uma participação passiva, o consequente desaparecimento ou repreensão dos contactos de vizinhança e cidadãos (mais abrangentes), deixando a rua e a praça de se constituir como principais lugares da cidadania. Neste cenário, pensar o ambiente da colectividade implica reflectir sobre o seu lugar público concreto – o *“espaço de experiência humana intersubjectiva, essencial à democracia”*⁵¹ –, cada vez mais subvalorizado perante um espaço público virtual e ilusório. Mais do que um espaço público onde se discutem assuntos comuns, a cidadania reclama hoje, primeiramente, o direito de acesso a um espaço público partilhado e qualificado – público ou, na sua ausência ou complementaridade, privado de usufruto público. O projecto público e o projecto privado podem assim, conjuntamente, desenhar o novo espaço urbano – carente de estruturação – através da sua configuração e disponibilidade articulável, e, desse modo, encontrar novamente o espaço da cidadania plena.

*“Os estudos multiplicam-se mas uma enunciação do difuso continua, ainda hoje, por fixar. Na verdade, já não se crê na sua fixação mas, antes, numa permanente aprendizagem, progressivamente reveladora, que assenta na construção de sucessivos retratos ou imagens, nem sempre em continuidade e muitas vezes antagonistas. Imagens que são de uma época mas reconhecem as múltiplas épocas da sua materialização, que assumem um momento mas reflectem a evolução decorrente das múltiplas conjunturas, que são presente mas são, também por isso, leituras do passado. Imagens que são, sobretudo a construção de um futuro.”*⁵²

49 DOMINGUES, Álvaro – *“Da cidade ao urbano”* in “Políticas urbanas II – transformações, regulações e projectos”. (p. 41).

50 INNERARITY, Daniel – *“O novo espaço público”*. (p. 167).

51 INNERARITY, Daniel – *idem*. (p. 136).

52 DOMINGUES, Álvaro – *“Território casa comum: morfologias e dinâmicas do território”*. (p. 17).

[a propósito de percepções e significados]

"O homem caminha durante dias pelo meio das árvores e pedras. Raramente o olho se detém sobre alguma coisa, só quando a reconhece pelo sinal de outra coisa: uma pegada na areia indica a passagem do tigre, um pântano anuncia um veio de água, a flor do hibisco o fim do Inverno. Tudo o resto é mudo e intercambiável; árvores e pedras são só o que são.

Finalmente a viagem conduz à cidade de Tamara. Entra-se nela por ruas pajadas de letreiros que sobressaem das paredes. Os olhos não vêem coisas mas sim figuras de coisas que significam outras coisas: a tenaz indica a casa do arranca-dentes, a garrafa a taverna, a alabarda o corpo da guarda, a balança romana a ervanária. (...) Outros sinais avisam do que num local é proibido – entrar no beco com as carroças, urinar atrás do quiosque, pescar com cana no alto da ponte – e do que é lícito – dar de comer às zebras, jogar à bola, queimar os cadáveres dos parentes. (...) Se um edifício não tiver nenhum letreiro ou figura, a sua própria forma e o lugar que ocupa na ordem da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a fundição da moeda, a escola de aritmética, o bordel. Até as mercadorias que os vendedores põem em exposição valem não por si próprias mas como sinais de outras coisas: a fita bordada para a frente quer dizer elegância, a liteira dourada poder (...). O olhar percorre as ruas como páginas escritas: a cidade diz tudo o que devemos pensar, faz-nos repetir o seu discurso, e enquanto julgamos visitar Tamara limitamo-nos a registar os nomes com que ela se define a si mesma e a todas as suas partes.

*Como realmente é a cidade sob este denso invólucro de sinais, o que ela contém e oculta, o homem sai de Tamara sem tê-lo sabido. Fora dela espraia-se a terra vazia até ao horizonte, abre-se o céu por onde correm as nuvens. Na forma que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem fica logo absorvido a reconhecer figuras: um veleiro, uma mão, um elefante..."*⁵³

1.2. Sobre a percepção e experiência urbana

1.2.1. Construção de imagens

Uma vez que o espaço da cidade – o *urbano* – já não é simplesmente um lugar, mas antes um processo em constante construção e mutação, a sua imagem não poderá ser algo fixo ou estabilizado. Decerto, determinadas imagens são retidas e associadas a lugares que permanecem na memória como intactos, pois “a paisagem urbana é, para além de outras coisas, algo para se ser apreciado, lembrado e contemplado”.⁵⁴ Porém, ao longo do tempo, a paisagem altera-se substancialmente, reproduzindo a evolução social, económica e tecnológica de uma população. Esta mudança pode não ser perceptível aos olhos de quem a vive diariamente, sendo apenas notável na sucessão de longos períodos de tempo.

Considerando tal processo e as memórias que dele decorrem, a imagem, vigente ou desactualizada, vinculada a um espaço urbano, tem que ver com as relações que se estabeleceram com o lugar no período em que este foi experimentado. Os elementos que o compõem – a materialidade, os percursos, a luz, os movimentos e as pessoas que o habitam – estimulam sensações mais ou menos marcantes, sendo assim elaborada uma representação subjectiva, e em parte efémera, que se traduz em significados comuns ou singulares. De facto, o modo como se escolhe conhecer uma cidade⁵⁵, os percursos pelos quais se opta e a atenção prestada a factores externos é variável, sendo igualmente variável a imagem obtida de um mesmo lugar. Como explica Manuel Delgado, não existe uma *memória urbana*, mas antes *memórias urbanas* polifónicas que seguem várias direcções⁵⁶ – o observador selecciona, organiza e dá sentido ao que vê de acordo com as suas intenções e *pré-conceitos*. Importa referir ainda que a imagem resulta não só dos contornos e limites físicos apreendidos como de atributos imateriais, tais como a definição ou significado cultural atribuído a determinada morfologia ou área da cidade. Estas circunstâncias justificam simultaneamente a incompleta representação alcançada do espaço urbano, uma vez que tanto a sua vastidão física e natureza processual contínua, como a sua apreensão total e objectiva, é inalcançável ao ser humano. De acordo com Kevin Lynch, “na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles.”⁵⁷.

Neste cenário, deve considerar-se o indivíduo que se move no tempo e no espaço como elemento participante instável, introdutor de complexidade no processo de construção das imagens ou memórias urbanas. De certo modo, todos os elementos, fixos e móveis, acabam por se revelar elementos

⁵⁴ LYNCH, Kevin – “A Imagem da cidade”. (p. 9).

⁵⁵ A este respeito, Jan Gehl alerta para as distorções derivadas de uma experimentação urbana mecânica, desencadeadas pela velocidade implícita à deslocação motorizada. De acordo com o autor, é necessário uma quantidade razoável de *tempo* para que se possam ver e processar as impressões visuais, sendo que estas são facilmente captadas à velocidade do caminhar humano (entre 5 a 15 km/h) – “a vida tem lugar a pé.” in “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 82).

⁵⁶ DELGADO, Manuel – “Memória y lugar: el espacio publico como crisis de significado”. (p. 20).

⁵⁷ LYNCH, Kevin – *op. cit.* (p. 12).



Fig. 013, 014 e 015 _
KAHN, Louis; 1951 | Desenhos de viagem onde ressaltam as principais características do lugar, apreendidas pela experiência sensorial e memória visual.

de instabilidade, pois todos se transformam, ainda que a diferentes níveis e velocidades; porém, o indivíduo ultrapassa a posição passiva de mera observação, evidenciando uma atitude operacional sem a qual não se verificaria o dinamismo heterogéneo desta experiência – “os *elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis.*”⁵⁸. É nas relações estabelecidas entre estes grupos de intervenientes distintos que reside a essência da representação alcançada, ficando por medir a sua verosimilidade, valor e influência na vida quotidiana de quem a delineou.

A representação será, assim, tanto mais útil quanto melhor permitir o desencadeamento de sensações de segurança, integração, orientação, autonomia e, essencialmente, identidade, sendo “*determinante para o comportamento social e psicológico dos habitantes*”⁵⁹. Segundo Norberg-Schulz, “*as duas funções implícitas no habitar, podem ser chamadas de orientação e identificação. (...) Enquanto que a identificação é a base de pertença a um lugar do homem, a orientação é a função que o faz afirmar-se como homo viator [homem viajante] que é parte da sua natureza.*”⁶⁰, concluindo-se que ambas as funções se completam no processo de conhecimento e experimentação do espaço, quer na dimensão de concretização individual, como comunitária.

A aparente clareza ou *legibilidade* da paisagem urbana, bem como a identificação de uma estrutura que organiza as diversas partes num conjunto coerente, são factores fundamentais para a concepção de um mapa mental orientador que sustentará a integração no meio urbano. É sabido que o sentido de orientação condiciona a mobilidade e, conseqüentemente, certas actividades quotidianas, sendo indispensável o reconhecimento de um sistema espacial que poderá ser igualmente variável de acordo com a experiência e motivação de cada indivíduo. O mapa mental elaborado, ainda que incompleto ou descontínuo, proporcionará autonomia e liberdade ao transeunte, assim como a possibilidade de hierarquização dos lugares onde apetece estar, parar, descansar. Uma das técnicas de orientação frequentemente utilizada consiste em “*pensar em termos do fim de uma rua e da sua origem*”⁶¹, pois desse modo torna-se possível articular diversos pontos que compõem uma rede maior. Como refere Lynch, “*estruturar e identificar o meio ambiente é uma actividade vital de todo o animal móvel. São muitas as espécies de orientação usadas: a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou polarização da luz, assim como outros sentidos, tais como o cheiro, o ouvido, o tacto, a cinestesia, a noção de gravidade, e talvez as de campos magnéticos ou eléctricos.*”⁶²; neste sentido, a susceptibilidade a estímulos sensoriais fornecidos pelo ambiente e sua organização interfere directamente no processo de construção de imagens urbanas que poderão auxiliar em caso de desorientação. Algumas destas imagens serão o produto da percepção imediata decorrente, considerando as propriedades plásticas dos espaços e objectos – “*a imagem mental de um edifício pode ser viva, envolver a sua forma, textura, cor e pormenor, ou bastante abstracta, sendo a estrutura*

58 LYNCH, Kevin – “A Imagem da cidade”. (p. 11).

59 LAMAS, José M. Ressano Garcia – “Morfologia urbana e desenho da cidade”. (p. 398).

60 NORBERG-SCHULZ, Christian – “Genius loci”. (p. 19 e 22).

61 LYNCH, Kevin – *op. cit.* (p. 65).

62 LYNCH, Kevin – *idem.* (p. 13).

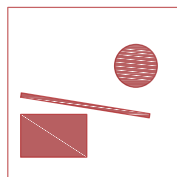
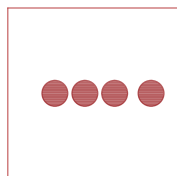
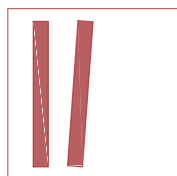
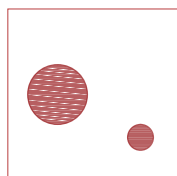
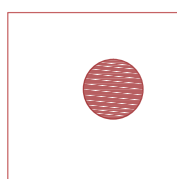
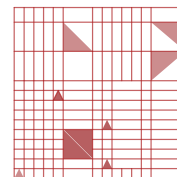
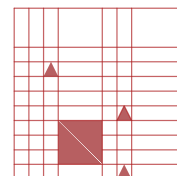
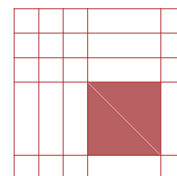
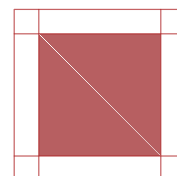
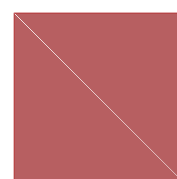


Fig. 017 _

A imagem que decorre da experiência e percepção de estruturas espaciais é composta por sucessivos estímulos relacionais, e nunca por factos isolados. Tal como nas figuras apresentadas, o espaço urbano é captado como um conjunto maior onde se inserem vários objectos em diálogo, sendo identificados fenómenos de assimetria, descentralização, discrepâncias de escala, desalinhamentos, diferenças de espaçamento, desequilíbrios e fragilidades, uma vez que o processo de observação pressupõe o enquadramento dos factos num plano englobante. Segundo Rudolf Arnheim, qualquer linha desenhada num papel, qualquer estímulo ordinário, perturba o repouso original e mobiliza o espaço, produzindo novas acções e percepções.

Fig. 016 _

Inserção e associação de fragmentos isolados em sistemas coordenados e mapas de referência.



*identificada como restaurante ou o terceiro edifício a partir da esquina.”*⁶³. Sobre este tema, Norberg-Schulz argumenta que a vida humana é composta por fenómenos concretos – de matéria palpável –, assim como de *“fenómenos menos tangíveis como a emoção”*⁶⁴, adiantando que *“(…) não é possível imaginar qualquer evento sem referirmos o lugar. O lugar é evidentemente uma parte integral da existência. (...) Obviamente algo mais do que uma coisa abstracta. Entendemos um conjunto feito de coisas concretas com a sua substância material, forma, textura, cor. Todas estas coisas juntas definem um carácter ambiental, que são a essência do lugar. Geralmente o lugar é definido pelo seu carácter ou atmosfera.”*⁶⁵. Esta teoria confirma, assim, a natureza fenomenológica do processo de construção das imagens e representações espaciais, tomando por base a percepção da ambiência experimentada que engloba, por sua vez, vários fenómenos concretos e abstractos.

Além da mobilidade facilitada e da identificação articulada de pontos de interesse, a organização das representações obtidas potencia uma estrutura de referência que organizará as rotinas individuais e *comuns* de uma sociedade. Consoante o tempo despendido na deslocação entre diferentes pontos, dos vários percursos apreendidos e dos atalhos e alternativas explorados, a ginástica mental é estimulada de forma a otimizar a elaboração de itinerários e a planificação de actividades. Não se espera que tal estrutura seja estável ou definitiva, devendo estar em permanente processo de construção, incorporando novos fragmentos, excluindo outros, ou seja, receptível à volubilidade urbana. Como anteriormente referido, o espaço urbano é um processo vivo e interactivo e não um lugar estabilizado, intervindo desse mesmo modo nas dinâmicas sociais que lhe estão vinculadas.

Embora a experiência urbana seja parcial e subjectiva, como referido até aqui, é inegável a percepção de determinadas características que ressaltam de forma concordante a um grupo de pessoas. Por vezes, tais qualidades podem encontrar-se desvanecidas entre adições posteriores que introduzem ruído à leitura precisa. A este respeito, Manuel Delgado alerta para a necessidade de reduzir o ruído urbano semântico, ou seja, de eliminar o excesso de informação sensorialmente transmissível de modo a permitir a saliência de uma identidade, não se tratando, portanto, de homogeneizar, mas antes de clarificar significados e expressões culturais.⁶⁶ Neste sentido, as imagens e representações urbanas, essencialmente da cidade que habitamos, apresentam-se como base para a concepção de significados e memórias compartilhadas, definindo-se, assim, a identidade⁶⁷ de um lugar e, consequentemente, a dos seus habitantes, podendo esta ser igualmente fractal, admitindo a heterogeneidade dos seus componentes. Considerando ainda que as actividades, modos de vida e de socialização obedecem a padrões culturais, *“a abordagem funcional*

⁶³ LYNCH, Kevin – “A Imagem da cidade”. (p. 99). Ainda sobre a percepção física, Lynch afirma que a qualidade ambiental redutora do sentimento indesejado de desorientação se define pela *imaginabilidade*, ou seja, pela aptidão para provocar uma recordação intensa ao transeunte, identificando o lugar ou edifício como ponto de referência.

⁶⁴ NORBERG-SCHULZ, Christian – “Genius loci”. (p. 6).

⁶⁵ NORBERG-SCHULZ, Christian – *idem*. (p. 7).

⁶⁶ DELGADO, Manuel – “Para Amos Rapoport, por exemplo, trata-se, por parte do projectista, de acalmar a excitação produzida pela vida urbana, e fazê-lo dotando o usuário de espaços públicos e imagens estruturadoras, tanto no plano afectivo como no plano cognitivo e perceptual – imagens cuja função seria, em última instância, a de encarnar valores e simplificar a visão do mundo eliminando o irrelevante em cada caso” in “Memória y lugar: el espacio publico como crisis de significado”. (p. 11).

⁶⁷ Segundo Norberg-Schulz, *“a identidade do homem pressupõe a identidade do lugar”* in “Genius loci”. (p. 22).



Fig. 018, 019 e 020 _ “*Imagens públicas*” | Espaços exteriores receptíveis à apropriação pública vinculados à imagem de um edifício (de uso privado ou colectivo).

(em cima) Largo Amor de Perdição associado ao actual Centro Português da Fotografia, Porto; (ao centro) espaço exterior da Casa da Música, Porto; (em baixo) espaço exterior associado à estação de Metro da Trindade, Porto.

*deixou de parte a consideração do lugar como algo concreto, para ser algo com identidade particular*⁶⁸, sujeito a variações específicas (no interior do próprio padrão) que procuram conciliar-se com os fluxos predominantes. Será, assim, oportuno referir que a sensação de *segurança emocional*⁶⁹ não deriva apenas do sentido de orientação, como também do sentimento de integração expresso através de memórias, significados e actividades *comuns*, proporcionando-se uma experiência espacial e social mais intensa, bem como um conforto físico e espiritual.⁷⁰

As imagens e representações partilhadas podem ser denominadas, segundo Lynch, de *"imagens públicas"*, sendo estas fundamentais para o planeamento do espaço público e colectivo (bem como das suas variantes – *lugares sociais comunitários*), na medida em que procuram ultrapassar as divergências individuais com vista à satisfação de necessidades comuns. No mesmo sentido, a comunicação entre os indivíduos será tanto melhor e produtiva quanto mais significados concordantes se tiverem estabelecido. Contudo, sublinha-se o carácter metamórfico quer das imagens e relações decorrentes, como das necessidades comuns implícitas, sendo pertinente a proposta de espaços híbridos, abertos e ambíguos à indefinição de tal volubilidade. Apenas desta forma será viável o prolongamento das acções e movimentos humanos no espaço devido à receptibilidade e adaptabilidade concedida a determinados lugares que providenciam a preservação e / ou desenvolvimento de novas práticas sociais, bem como a tradução física de memórias comumente partilhadas.

*"Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos. Ou talvez haja uma série de imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos. Tais imagens de grupo são necessárias, quando se pretende que um indivíduo opere de um modo bem sucedido dentro do seu meio ambiente e coopere com os seus companheiros. Cada indivíduo tem uma imagem própria e única que, de certa forma, raramente ou mesmo nunca é divulgada, mas que contudo, se aproxima da imagem pública e que, em meios ambientes diferentes, se torna mais ou menos determinante, mais ou menos aceite."*⁷¹

1.2.2. Espaços em aberto e sua ambiguidade

Considerando a oportunidade que os espaços em aberto – receptíveis à transformação – constituem no processo urbano, interessa entender as suas especificidades e características-base. Neste contexto, e

⁶⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian – "Genius loci". (p. 8).

⁶⁹ LYNCH, Kevin – "A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional. Pode estabelecer-se uma relação harmoniosa entre si e o mundo exterior." in "A imagem da cidade". (p. 15).

⁷⁰ Christian Norberg-Schulz conta a história de Gerhard Kallmann, um homem que após muitos anos voltou à sua terra natal e procurou a casa onde cresceu, porém esta havia desaparecido. Kallmann sentiu-se perdido. Então, de repente, reconheceu a típica pavimentação do passeio, as pedras onde brincou quando era criança, e aí provou uma forte sensação como se tivesse voltado a casa. De acordo com o autor, a identificação e reconhecimento de um espaço – tomando-o como lugar de pertença – representa a interferência de um *apoio existencial* fundamental para a estabilidade humana.

⁷¹ LYNCH, Kevin – "A imagem da cidade". (p. 57).

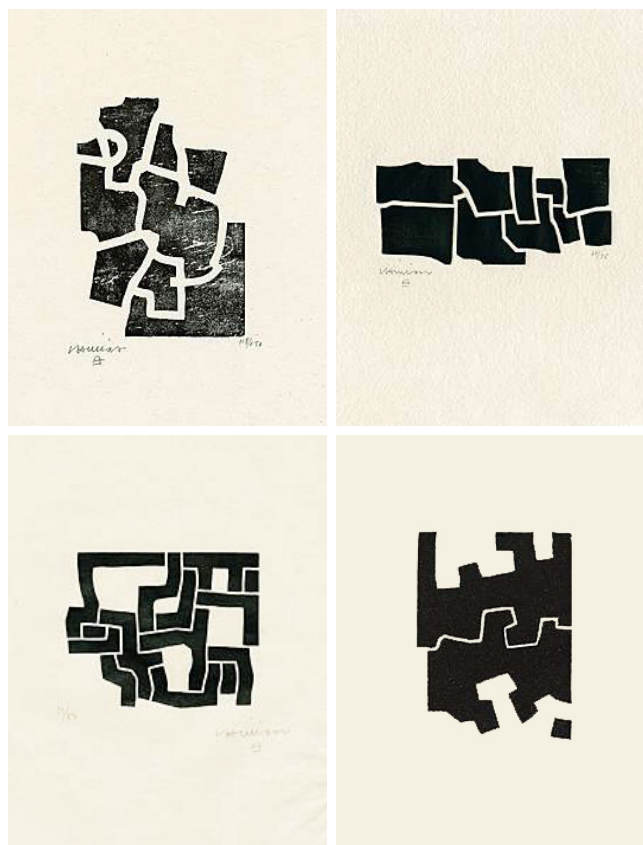


Fig. 021 _ CHILLIDA, Eduardo. 1968 - 1973.

"Limites são, efectivamente, o principal factor no espaço, assim como o presente, outro limite, é o principal factor no tempo." (E. Chillida)

no decorrer da presente dissertação, um espaço em aberto ou ambíguo⁷² será caracterizado, primeiramente, pela sua estratégia de implantação. Estes espaços deverão surgir e permanecer na continuidade de lugares públicos ou privados de função estipulada – habitação, serviços, ensino, etc. – procurando a extensão dessa mesma função e sua ramificação em funções derivantes ou outras associadas. Simultaneamente, estes espaços deveriam possibilitar a variação de tais funções para actividades contrastantes pontuais, revelando um carácter flexível e reversível que justificaria a sua permanência na estrutura urbana.

*“A estrutura do lugar não é uma condição fixa, eterna: normalmente o lugar muda e às vezes rapidamente. Isto não significa, no entanto, que o genius loci [o espírito do lugar] deve necessariamente mudar ou que seja perdido. (...) A estabilidade do lugar é uma condição necessária à vida humana. Mas como é que a estabilidade é compatível com a dinâmica da mudança? Deve dizer-se que um lugar deve ter a capacidade de receber conteúdo diverso, naturalmente dentro de um certo limite. Um lugar adequado apenas para uma finalidade em particular rapidamente se tornará inútil.”*⁷³

Na sequência deste aspecto, e uma vez que a ambiência do espaço influencia directamente o comportamento humano, deverá ser objectivo do urbanismo e da arquitectura transcender as atitudes meramente funcionalistas. Deste modo, um espaço em aberto será também definido pela sua escala e concepção morfológica – pois a *forma*, estritamente vinculada à apropriação espacial, deverá permitir a flexibilidade funcional, garantindo, em simultâneo, níveis de conforto e atractividade. A este respeito, colocam-se ainda questões de acessibilidade e dos limites físicos (e abstractos) predefinidos. Um limite estabelece sempre a fronteira entre duas partes distintas, entre uma forma encerrada e o espaço envolvente, interrompendo a fluidez dos acontecimentos no espaço, negando por vezes o acesso, e evitando uma transição demorada que prepara ou anuncia uma mudança de ambiente. A propensão fragmentária do *limite* e sua utilização desmedida pode, desta forma, provocar sensações de desorganização ou desorientação. Uma vez que interessam estudar os contributos e ambiguidades no desenho urbano, importa reflectir sobre o grau de penetrabilidade espacial que garante ou bloqueia a fluidez dos movimentos, propiciando ou inibindo usos, apropriações e atravessamentos. O espaço em aberto poderá ser, neste sentido, uma *fronteira extensa*⁷⁴ que compreende acontecimentos imprevisíveis, pertencendo ou servindo as duas partes distintas que separa (ou reúne) – neste caso o espaço público e o espaço privado. Assim, o limite não deverá ser tomado como uma barreira intransponível, mas antes como uma oportunidade para se *fazer cidade*, trabalhando a reunião e o desencontro, a diluição de obstáculos e a construção de relações fortalecidas pela mútua complementaridade – “*muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira*

72

O espaço em aberto ou ambíguo aqui tratado será posteriormente desenvolvido sob a forma de *lugar social comunitário* – um espaço privado que terá sido sujeito a uma apropriação *comum* social e emocional, adquirindo o estatuto de *lugar*, e que, pela sua ambiguidade vocacional – apesar de privado, oferece-se ao usufruto público – apresenta níveis de adaptabilidade superiores ao tradicional espaço colectivo, perante a permanente mutação dos factos urbanos. Esta tipologia espacial poderá, assim, contribuir de modo eficaz para a reordenação e revitalização urbana, bem como para a reafirmação do espaço público como elemento primordial da composição, dada a extensão e articulação que a este possibilita.

73

NORBERG-SCHULZ, Christian – “Genius loci”. (p. 18).

74

A *fronteira extensa* que se pretende enunciar trata-se de um limite que não se restringe a uma linha (porta, muro, etc.), mas antes a um espaço tridimensional capaz de suportar diferentes actividades dada a sua acessibilidade e hibridiz formal e funcional.



Fig. 022, 023 e 024 _ Percursos no Chiado entre o público e o privado | Terraços do Carmo e Pátio B, Lisboa.

*"(...) a circulação não está separada do contexto; o caminho é labirinto por entre serviços e encontros ocasionais de lazer; mas é também percurso orientado pela clareza da marcação de espaços significativos; caminho para comunicar e não apenas para circular mecanicamente."*⁷⁵

*isoladora e é interessante estudar as diferenças de tais efeitos.”*⁷⁶. Os espaços em aberto ou ambíguos inserem-se nesta definição, contribuindo para a organização, referenciação e consolidação do tecido urbano existente, bem como do mapa mental que cada um detém na memória. Contudo, dada a multiplicidade de entendimentos derivante da sua natureza ambígua, torna-se crucial antever, em parte, as possíveis formas de interacção com este tipo de espaços, bem como os diversos significados que estes poderão tomar, privilegiando as estratégias que estimulam sensações de segurança, integração, autonomia e identidade acima referidas.

Os espaços em aberto podem, igualmente, constituir parte integrante de elementos autónomos, como de um bairro ou uma instituição, onde o espaço exterior se estabelece como ponto de orientação e referenciação público, permitindo o seu usufruto físico e intelectual. Neste contexto, os espaços em aberto, ou ambíguos, poderão coincidir com a definição do sistema de espaços exteriores *comunitários* (abertos a todos) que, por sua vez, tendem a dinamizar a experiência e percepção do espaço urbano.

*“Uma cidade é uma organização mutável com fins variados, um conjunto com muitas funções criado por muitos, de um modo relativamente rápido. Uma especialização total, uma engrenagem perfeita são improváveis e indesejáveis. A forma tem, de certa forma, que ser não comprometedora, moldável aos propósitos e às percepções dos cidadãos. (...) Sobretudo se o meio ambiente está visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a conhecer, por meio dos seus próprios significados e relações. Nesse momento tornar-se-á um verdadeiro lugar notável e confundível.”*⁷⁷

1.2.3. Estratégias convencionais

Tendo em conta que um dos principais objectivos do projecto urbano consiste em desenhar relações, mais do que factos predefinidos – pois *“a cidade não a constituem os edifícios, os objectos urbanos, mas sim a relação entre eles”*⁷⁸ –, alguns dos métodos convencionais estabilizados poderão ser colocados em dúvida perante a complexidade de tais vínculos relacionais. Desta forma, a assertividade exigida ao projecto urbano deverá ter igualmente lugar para a imprevisibilidade associativa, por sua vez assegurada pelos espaços (ambíguos) abertos à transformação e vinculação interactiva, capazes de constituir novos lugares de expressão social com significado *comum*.

*“Actuar sobre a cidade não é resolver problemas: é clarificar e adicionar ambiguidade por vezes, para fazer presente a grande riqueza do que significam os lugares. Criar lugar onde não havia. Introduzir escalas de referência imprevistas. Aproveitar qualquer chamada aos sentidos para aumentar o significado mental do sítio.”*⁷⁹

⁷⁶ LYNCH, Kevin – “A imagem da cidade”. (p. 75).

⁷⁷ LYNCH, Kevin – *idem*. (p. 103 e 104).

⁷⁸ SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 138).

⁷⁹ SOLÀ-MORALES, Manuel – *idem*. (p. 72).

Contudo, muitas vezes, tal riqueza vinculativa é anulada por estratégias padronizadas insensíveis ao contexto e à vocação do lugar.⁸⁰ A definição clara dos limites entre espaço público e espaço privado é frequentemente considerada regra universal, excluindo as possibilidades de extensão ou dilatação destas esferas em estreita relação, bem como uma maior complexidade das soluções arquitectónicas.⁸¹ Na verdade, nem sempre se revela crucial a concepção de um espaço de suporte à vivência *comunitária*, no entanto, em casos concretos, o desenvolvimento de tais dispositivos que preparam a transição entre ambiências pode tornar-se um factor decisivo. Ainda que a definição precisa dos limites entre domínios seja uma estratégia válida, esta tende a simplificar os modos reais de apropriação e uso do espaço. Na opinião de Christian Norberg-Schulz⁸², a ausência de limites físicos entre espaço público e espaço privado pressupõe a perda de identidade estrutural do lugar, ou seja, tal indefinição representa a desordem e instabilidade que não poderá sustentar o desenvolvimento de manifestações identitárias – *“a perda de lugar é visível igualmente a nível urbano, e como já vimos, está ligada à perda de estrutura espacial que assegura a identidade do assentamento. Em vez de um lugar urbano, o assentamento moderno é concebido como uma casa ampliada do tipo desenvolvido pelos pioneiros da arquitectura moderna (...). A planta da casa moderna havia sido definida livre e o espaço um fluir contínuo que mal distingue o interior do exterior. Tal espaço pode resultar apropriado numa casa suburbana unifamiliar (o ideal de Wright), mas não se adapta a uma situação urbana. Na cidade torna-se necessário uma distinção clara entre o domínio público e o domínio privado, e o espaço não pode fluir livremente.”*⁸³. De facto, a total liberdade de movimento pode gerar inconvenientes no que diz respeito à expressão individual, a critérios legítimos de privacidade e a conflitos de propriedade. No entanto, será nesse sentido que a obra arquitectónica se deverá fundir ao projecto urbano, combinando sucessivas escalas de transição apreensíveis sensorialmente, alterando, consequentemente, os níveis de conforto para sensações de intromissão ou invasão incómoda – tal como acontece no Conjunto Habitacional da Bouça⁸⁴, onde é perceptível a restrição gradual de acesso ao longo

⁸⁰ Segundo Norberg-Schulz, o urbanismo do movimento moderno, regido por princípios universalmente aplicados, carecia das surpresas fundamentais, conferidas pelas particularidades do lugar, que tornavam os percursos da cidade antiga estimulantes e atractivos. As quebras de monotonia delicadas foram substituídas por factos arbitrários e sem relação com o conjunto envolvente – *“a vida é abstracta, numa espécie de espaço matemático”* (in “Genius loci”. (p. 190)). Procurava-se, então, uniformizar com o intuito de integrar todas as comunidades. Contudo, tal atitude resultou num urbanismo e *arquitectura de exclusão*, devido à ausência de transmissão de uma identidade comum, ainda que igualmente particular.

⁸¹ Robert Venturi afirma que a arquitectura produz-se pelo *“encontro de forças entre o uso do espaço interno com o externo”*, materializado pelo muro ou parede e seu sistema de aberturas. É no exacto ponto de intersecção que se concretiza a primeira impressão gerada pelo contacto entre diferentes domínios. Neste sentido, pondera-se a possibilidade de tais impressões se alongarem num espaço dilatador do limite linear, propiciando uma transição moderada entre ambiências que assegurará níveis de sociabilidade favoráveis devido ao conforto proporcionado a ambas as partes.

⁸² Christian Norberg-Schulz (1926-2000), foi um arquitecto, professor e teórico de arquitectura norueguês que se dedicou, essencialmente, ao estudo da fenomenologia arquitectónica, tendo publicado vários estudos relacionados com este tema, nomeadamente “Intentions in Architecture” (1965), “Genius loci: rumo a uma fenomenologia da arquitectura” (1980), entre outros.

⁸³ NORBERG-SCHULZ, Christian – “Genius loci”. (p. 194).

⁸⁴ O Conjunto Habitacional da Bouça, projecto do arquitecto Álvaro Siza, localiza-se na cidade do Porto, a Norte da Rua da Boavista. Este bairro, de natureza social, cuja concepção teve início no período revolucionário de 1974 e se concluiu definitivamente em 2006, apresenta-se como caso de estudo elucidativo da problemática em estudo, dado o carácter versátil e adaptativo dos seus espaços exteriores – abertos ao usufruto público, bem como à permanente metamorfose urbana.

dos espaços percorridos – pátios, escadas, galerias, vestíbulos. A este respeito, Hertzberger sublinha que *“os conceitos de público e privado podem ser vistos e compreendidos em termos relativos como uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, referem-se ao acesso, à responsabilidade, à relação entre propriedade e a supervisão de unidades espaciais específicas”*, sendo o projecto arquitectónico um meio de comunicação capaz de estabelecer termos de referência inteligíveis – ou didácticos – que completam, por sua vez, a intenção e entendimento do projecto urbano. Desta forma, o movimento fluído será calibrado com vista ao aprimoramento da qualidade urbana, nomeadamente a ampliação do espaço do pedestre, dado o empobrecimento registado das suas condições em benefício da circulação automóvel.

Também a tese de Hans Paul Bahrdt⁸⁵, referida por Aldo Rossi, defende que os espaços cuja categorização não é clara ou facilmente classificável, não detém qualquer significado, admitindo apenas a existência de duas esferas opostas – pública e privada – *“uma cidade é um sistema no qual toda a vida, e portanto a quotidiana, também mostra a tendência para se polarizar, para se desenvolver, pois, nos termos de agregado social público ou privado. Desenvolvem-se uma esfera pública e uma privada, que estão em estreita relação sem que se perca a polarização. Os sectores da vida, que não possam ser caracterizados nem como públicos nem como privados perdem significado. Quanto mais fortemente se exercita a polarização e mais estreita é a relação de intercâmbio entre a esfera pública e a privada, mais urbana é, sob o ponto de vista da sociologia, a vida de um agregado.”*⁸⁶. A distinção entre domínio público e domínio privado é, na verdade, uma noção primordial no estudo e planeamento urbano, no entanto, a relação incontornável que se conserva entre as duas esferas e os excedentes resultantes do seu contacto poderão convergir num espaço *comum* a ambos – espaço de encontro físico e social, que poderá dar lugar a uma esfera tão ambígua quanto articuladora do público e do colectivo – *comunitária* –, na qual se fortalecerá a intensidade de uso de cada um dos domínios. Assim, revisitando a teoria de Bahrdt, quanto mais se procurar a complementaridade entre as duas esferas, assumindo a ambiência distinta de cada uma, mais significativo e equilibrado será o carácter urbano.

No seguimento deste pensamento, Aldo Rossi defende que os elementos primários que asseguram a evolução e continuidade do espaço urbano definem-se pelo seu carácter público – aberto à comunidade –, servindo estes de base à inserção de núcleos privados com os quais mantém relação permanente. Será, assim, na sobreposição de usos e entendimentos, que se concretiza a expressão da vida contemporânea.

“(...) embora a divisão da cidade em esfera pública e esfera privada, (...) tenha já sido várias vezes indicada e proposta, não teve nunca a importância de primeiro plano que merece. Esta divisão está intimamente relacionada com a arquitectura da cidade, porque esta arquitectura é parte integrante do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos. O elemento colectivo e o privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de tantos pequenos seres que procuram uma organização

85

Hans Paul Bahrdt (1918-1994), foi um sociólogo alemão que desenvolveu investigação no Centro de Pesquisa Social de Munster, Dortmund. Posteriormente foi professor adjunto na Universidade de Hannover, tendo terminado a sua carreira como professor na Universidade de Gottingen, onde leccionou Sociologia. Este autor desenvolveu estudos sobre sociologia industrial, sociologia da ciência, bem como sociologia ligada a questões gerais e fenomenológicas.

86

BAHRDT, Hans Paul – *“Lineamenti di sociologia urbana”* in *“A Arquitectura da cidade”*. (p. 127).



Fig. 025 _ (em cima) Autor desconhecido | *"Dog and woman looking out the window"*. Milão, 1970.

Fig. 026 _ (em baixo) MAIER, Vivian | *"New York"*. Nova Iorque, 1954.

*e, juntamente com esta, um pequeno ambiente para si mais apropriado ao ambiente geral.”*⁸⁷

De facto, a concentração de um elevado número de acontecimentos e pessoas desconhecidas numa determinada área, por vezes reduzida, ao invés de potenciar o contacto entre elas, pode antes ocasionar o seu afastamento, na tentativa de encontrar um espaço mais reservado ou protegido, evitando a exposição pública. De forma a reverter tal circunstância, um dos atributos mais significativos que o espaço urbano poderá transmitir será a sensação de segurança experimentada.

*“Não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E quando temem as ruas, as pessoas usam-nas menos, o que as torna ainda mais inseguras.”*⁸⁸

Assim, de modo a intensificar o uso do espaço público, restabelecendo o seu carácter de lugar de integração e encontro, devem procurar-se estratégias que motivem a vigia inconsciente dos espaços comuns. A espontaneidade deste acto registada num lugar onde se misturam diferentes pessoas, actividades e percursos gera uma segurança emocional semelhante à sensação de orientação anteriormente referida. Contudo, para que se possa assegurar um movimento vigilante deve existir oportunidade, pretexto e simultaneamente dispositivos convidativos à fruição pública. Sobre este tema, Jane Jacobs afirma que para uma rua transmitir segurança deve, primeiramente, *“ser nítida a separação entre espaço público e privado.”*⁸⁹ No entanto, a segregação dos dois domínios poderá, contrariamente, acentuar a atitude individualista de valorização do espaço privado que *«nos»* pertence, e, consecutivamente, o desprezo por um espaço sobre o qual pensamos não ter responsabilidade. Deste forma, não existirá vontade de preservar ou vigiar um espaço que não se considera *«nosso»*, nem será possível o desenvolvimento de uma consciência comunitária responsável pelo espaço que, na verdade, pertence a todos.⁹⁰

O olhar sobre o que se passa na rua decorre do desejo inato de interacção, de contacto com o outro, da sedução pelo movimento. Consequentemente, e de modo involuntário, todos desenvolvem um sentimento de posse sobre o espaço que frequentemente habitam, sendo este mais intenso quanto melhor se propiciar a apropriação ilimitada e partilhada do lugar, vinculada a expressões identitárias. Reciprocamente, a identidade singular de um indivíduo constrói-se ou altera-se mediante a ambiência urbana experimentada – torna-se mais ou menos social, mais ou menos portador de um sentimento de responsabilidade perante outro indivíduo, sendo este um comportamento de civismo – *“ruas impessoais geram pessoas anónimas, e não se trata de qualidade estética nem de efeito emocional místico no campo da arquitectura. Trata-se do tipo de empreendimento palpável que as calçadas possuem e, portanto, de como as pessoas as utilizam*

⁸⁷ ROSSI, Aldo – “A Arquitectura da cidade”. (p. 32 e 33).

⁸⁸ JACOBS, Jane – “Morte e vida de grandes cidades”. (p. 30).

⁸⁹ JACOBS, Jane – *idem*. (p. 36).

⁹⁰ De acordo com Hertzberger, num sentido absoluto, *“(…) pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade pela sua manutenção é assumida colectivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la.”* (in “Lições de arquitectura”, (p. 12)), no entanto, esta rígida demarcação não corresponde à composição e funcionamento real do espaço urbano, sendo este igualmente organizado por nuances entre domínios que combinam e sobrepõem as responsabilidades assinaladas.



Fig. 027, 028 e 029 _

Apropriação privada do espaço público.

(em cima à esquerda) *"Peixeiras"* | Porto, 1950; (em cima à direita) *"Court of the First Model Tenements"* | Nova Iorque, 1936; (em baixo) *"Esplanada do Café Majestic"* | Porto, 2017.

na vida diária, quotidiana.”⁹¹. Assim, o ambiente urbano e sua disponibilidade de uso revelam-se factores atractivos vitais, sendo que “a segurança urbana depende sobretudo da presença de pessoas na rua, ou seja, da intensidade de usos do espaço público.”⁹². Neste sentido, um conjunto diversificado de espaços multifuncionais, abertos ao público, por vezes ambíguos na sua categorização, poderá contribuir para o aumento da sensação de segurança, bem como para a intensificação das oportunidades de socialização que despontam, imediatamente, na transição entre domínio público e privado.

1.2.4. Ideias reais

*“A noção de espaço público banalizou-se, permanecendo completamente vaga e até ambígua, e, assim sendo, de que forma é preciso entender o significado de público de um ponto de vista jurídico?”*⁹³

A transformação do espaço urbano, bem como das práticas nele vigentes, tem alterado significativamente os usos e estatutos atribuídos aos lugares que o compõem – *“as noções de público e privado alteram-se, as separações espaciais e jurídicas redefinem-se. As distinções estabelecidas público / privado, exterior / interior, colectivo / individual, comunitário / urbano são reajustadas pela desagregação social e funcional dos bairros, pelo desenvolvimento de novas centralidades, pelas novas sociabilidades, mais fundamentadas nas afinidades do que nas proximidades físicas, pela integração, através da função residência e de funções outrora exteriores, pelo desenvolvimento dos transportes rápidos, pela quase generalização do uso do automóvel, pelas concessões cada vez mais numerosas de obras e serviços públicos”*⁹⁴. Assim, perante os fenómenos de dispersão e desagregação contrários à índole humana, os espaços da comunidade que tendem a dissolver-se fisicamente, devem encontrar meios de adaptação, reinventando-se sob formas híbridas – de acordo com a heterogeneidade social que as define –, possibilitando a sua reintegração na rede de espaços de fruição pública, e, quiçá, favorecendo novamente a agrupação e reunião social características do espaço público pela coligação de significados diversos.

Tal como esclarece François Ascher, a classificação do espaço em *público* ou *privado*, pode ser falaciosa, pois o usufruto público não é redutível ao *domínio público*, admitindo a variação e sobreposição de territórios – *“certos espaços com um estatuto jurídico privado são-no, de facto (ruas, passagens, entradas de edifícios, cafés, etc.) no sentido em que o seu acesso é quase livre para todos, mas reciprocamente muitos domínios públicos não são acessíveis a todos, ou então são apropriados de forma privada (por exemplo, os passeios ocupados por esplanadas de cafés). No entanto, a indeterminação dos estatutos de propriedade tende hoje a ser menos do que outrora, embora se constate uma interpenetração crescente dos estatutos jurídicos e dos usos: as concessões de ZAC ou de serviços públicos, por exemplo, ou ainda a parceria público-privada, contribuem, em certa medida, para desligar a propriedade privada do uso*

⁹¹ JACOBS, Jane – “Morte e vida de grandes cidades”. (p. 61).

⁹² BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 39).

⁹³ ASCHER, François – “Metapolis”. (p. 172).

⁹⁴ ASCHER, François – *idem*. (p. 171 e 172).

privativo, e a propriedade pública do uso público."⁹⁵. Deste modo, as esferas pública e privada, embora inversas, cruzam-se através de dinâmicas *comuns* que redefinem socialmente o estatuto do espaço. Neste contexto, conclui-se que o estatuto jurídico pode diluir-se pelo uso que o lugar, por si só, induz – pelo que permite observar e no possibilita participar; contudo, nem sempre, ou nem todos os programas e tipologias, poderão admitir um uso espacial mais liberto ou ambíguo. Nos conjuntos habitacionais, onde a privacidade é o aspecto privilegiado, apenas será viável a adição de ambiguidade quando a circunstância latente à comunidade residente reivindica estratégias que possam contribuir para regeneração da qualidade de vida privada e, simultaneamente, para a vivência pública, ainda que esta decorra da integração e interação com a primeira. Surge, assim, um entendimento social do espaço a par com a sua condição jurídica, sendo necessário calibrar e conciliar ambos de forma a que tal equilíbrio se traduza numa experiência urbana mais coerente e comumente proveitosa.

*"A dinâmica própria da cidade e os comportamentos das pessoas podem criar espaços públicos que juridicamente não o são, ou que não estavam previstos como tal, abertos ou fechados, de passagem ou aos que há que ir expressamente. (...) Tal como são quase sempre acessos a estações e pontos intermodais de transporte (...). Em todos os casos o que define a natureza do espaço público é o uso e não o estatuto jurídico."*⁹⁶

*"O carácter público de um lugar depende também das práticas que possa acolher, que torna possíveis ou até que favorece, podendo as formas, as configurações espaciais e os estatutos jurídicos, facilitar ou proibir essas práticas públicas por estas terem necessidade ora de transparência, ora de serem escondidas. São também os passantes que, pelas suas actividades e interações, atribuem ao espaço o seu carácter público, nomeadamente através de micropráticas feitas de movimentos, de trajectos e posturas de corpo, de orientações do olhar."*⁹⁷

Neste sentido, tendo presente tais premissas, assim como a crescente complexidade dos factos urbanos e sociais, dos novos hábitos e rotinas inconstantes, a predefinição de usos, bem como a fixação de limites inflexíveis, torna-se contestável, sendo preferível a abertura à imprevisibilidade das práticas quer individuais, como públicas e comunitárias, ou, ainda, à sobreposição de todas estas. O método conceptual deve, então, reajustar-se, atendendo às reformulações dos entendimentos *público* e *privado* do espaço, ponderando a presença de um terceiro domínio – *comum* – onde ambos possam convergir de modo congruente.

*"As transformações metropolitanas continuam a fazer evoluir as distinções e as relações público / privado, permitindo três tipos principais de circunstâncias socioespaciais: o estar em sua casa, o que não é apenas a casa, mas também o espaço das práticas sociais e colectivas variadas; o urbano, que é o território das sociabilidades externas de cada um no meio dos outros; e o comunitário, que é o espaço-tempo do entre nós."*⁹⁸

95 ASCHER, François – "Metapolis". (p. 173).

96 BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – "El espacio publico: ciudad y ciudadanía". (p. 28).

97 ASCHER, François – *op. cit.* (p. 174).

98 ASCHER, François – *ibidem*.

(Parte I)

1. Experimentar o urbano

2. Pensar o urbano

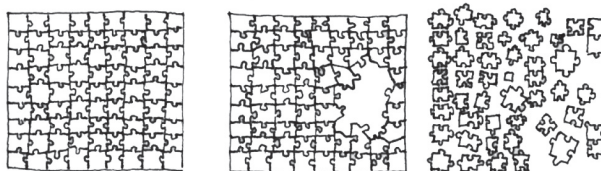


Fig. 030 _ O fim do *puzzle* | A ausência de uma lógica consensual que orienta o processo de organização do espaço é sucessivamente agravada pela introdução de novas lógicas e / ou desprezo pelas intenções existentes.

2.1. Sobre o desenho do espaço urbano

*“A manifestação mais visível, pelas suas dimensões, da descontinuidade e da desordem do espaço contemporâneo é a cidade, e se o homem como ser urbano tem já longos antecedentes, a verdade é que a cidade típica dos nossos dias apresenta aspectos e problemas completamente inéditos.”*⁹⁹

Impulsionada pelo acelerado processo de urbanização, a dilatação descontínua da forma urbana – ou daquilo que se declarava como *ideia comum de cidade*¹⁰⁰ –, traduziu-se num desordenamento territorial perceptível à escala da vivência humana. E, tal como quando se pensa numa *cidade*, se imaginam os seus espaços abertos – ruas, praças, jardins, parques –, é precisamente no espaço público que se manifestam tais desequilíbrios e disparidades, anulando-se atributos formais, simbólicos e funcionais que prevaleceram durante séculos. A par deste processo, o sentido de conjunto harmónico – atento às relações entre espaço livre e conjunto edificado – diluiu-se numa atitude efusiva de preencher, descontroladamente, todo o território. Segundo Manuel Delgado, a vontade de *“tratar [o território] por via do projecto e do monumento, por arquitectá-lo a todo o custo”*¹⁰¹ corresponde a um fenómeno irracional de *horror ao vazio*¹⁰² que se sobrepõe aos referenciais existentes, impedindo a organização coerente do espaço urbano.

*“O espaço público interessa-nos principalmente por duas razões. Em primeiro lugar porque é onde se manifesta, com maior força e maior frequência, a crise de cidade e de urbanidade. Por isso parece-nos que este seja o ponto sensível para actuar se se pretende impulsionar políticas de fazer cidade sobre cidade. E em segundo lugar, porque as novas realidades urbanas, especialmente as que se dão nas margens da cidade, colocam novos desafios ao espaço público: a mobilidade individual generalizada, a multiplicação e a especialização das novas centralidades, e a força das distâncias que parecem impor-se às tentativas de dar continuidade formal e simbólica aos espaços públicos.”*¹⁰³

Como consequência do ritmo acelerado de *construir cidade*, assim como da ausência de ponderação – seguindo lógicas fragmentadas e obedecendo, muitas vezes, a modelos pré-formatados –, surgiram várias problemáticas que permanecem irresolutas, tais como a prevalência de espaços residuais

99 TÁVORA, Fernando – “Da organização do espaço”. (p. 34).

100 Como referido no capítulo “*Superação de um modelo ideal de cidade inexistente*”, o espaço da cidade era convencionalmente entendido como um lugar urbanizado contínuo, mono-central e de limites definidos, prevalecendo a dicotomia entre *urbano* e *rural*, actualmente desactualizada.

101 DELGADO, Manuel – “Memória y lugar – el espacio público como crisis de significado”. (p. 8).

102 A expressão *horror vacui*, utilizada por Manuel Delgado, descreve o receio tendencioso por parte do arquitecto e urbanista de descontrolo súbito perante a organização do território. Esta expressão encontra-se relacionada com a noção de *terrain vague* exposta por Ignacio Solà-Morales: de acordo com o autor, os *terrains vagues* – terrenos baldios, imprecisos e indefinidos, que se encontram fora das lógicas organizativas e utilitárias – são espaços cobiçados que marcam a estrutura do sistema urbano, tanto pela sua condição passiva / expectante, como pelas possibilidades operativas que sugerem.

103 BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 26).

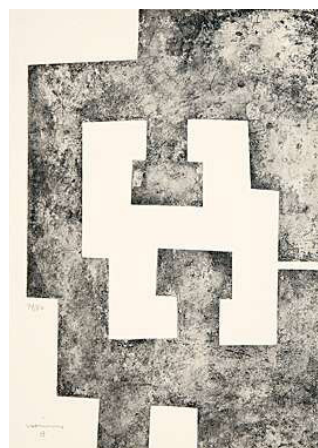


Fig. 031 _ (em cima) CHILLIDA, Eduardo; GANCHEGUI, Luis | Monumento a los Fueros Vascos. Vitoria Gasteiz, 1982.

Fig. 032 e 033 _ (em baixo) CHILLIDA, Eduardo. 1976.

passivos onde sobressaem, habitualmente, os principais desequilíbrios sociais. Esta circunstância encontra-se directamente vinculada a uma tendência comum entre arquitectos – como explica Hertzberger, “os arquitectos estão mais inclinados para pensar em termos de volume, objectos e coisas do que em espaço. Espaço, para eles, é habitualmente o que permanece in-between.”¹⁰⁴, esquecendo ou menosprezando o potencial ordenador do espaço público, na relação que este estabelece com o seu negativo (edificado)¹⁰⁵, bem como a garantia vital que representa quando compreendido e apropriado por uma comunidade. A este respeito, Nuno Portas salienta que “uma área urbana (...) incapaz de criar uma estrutura compreensível e de promover interacção entre pessoas (...) tende a tornar-se um espaço morto que entra facilmente num ciclo vicioso de degradação e abandono.”¹⁰⁶, evocando a dependência incontornável que se gera entre espaço e sociedade. Neste sentido, a *forma construída* não deverá restringir-se a volumes palpáveis, uma vez que o *espaço* que se encontra entre estes possui igualmente forma, sendo objecto de estudo, leitura e interpretação – o desenho do vazio é condicionado e, simultaneamente, condicionante da organização dos volumes tangíveis, devendo, portanto, superar a passividade de *espaço-entre*, dadas as ideias de *possibilidade e liberdade* que lhe são correlatas¹⁰⁷. Estabelece-se, assim, uma relação essencial de mútua complementaridade, que assegura a dinâmica e vitalidade do espaço urbano através do diálogo equilibrado entre elementos primários de composição – espaço / forma livre e forma preenchida, admitindo que as reais proporções apenas se revelam quando o olhar se dirige para a *forma* tendencialmente menos evidente.

*“Esta noção, tantas vezes esquecida, de que o espaço que separa – e liga – as formas é também forma, é noção fundamental, pois é ela que nos permite ganhar consciência plena de que não há formas isoladas e de que uma relação existe sempre, quer entre as formas que vemos ocuparem o espaço, quer entre elas e o espaço que, embora não vejamos, sabemos constituir forma – negativo ou molde – das formas aparentes.”*¹⁰⁸

Neste contexto, o desenho do espaço urbano deverá ser pensado, primeiramente, segundo uma vertente relacional capaz de reverter a condição passiva dos espaços sobranceiros, restabelecendo-se, como consequência, os atributos articuladores que tendem a dissolver-se com o processo de transformação urbana. Assim, o espaço público contemporâneo pode não ser reconhecido, à partida, como lugar social

¹⁰⁴ HERTZBERGER, Herman – “Articulations”. (p. 51). Deve referir-se, a par da citação, que a tendência mencionada está relacionada com o desejo de *sobressair* (egocentrismo ou excentricidade) manifestado, por vezes, tanto pelo arquitecto como pelo cliente, desejo este que deve ser combatido em virtude da coerência e validade do conjunto.

¹⁰⁵ Relembrando a lição de Fernando Távora, enunciado e premissa de planeamento e desenho urbano, “(...) *forma e espaço estão tão intimamente ligados que uma é negativo do outro, e vice-versa, pelo que não podem separar-se, assim as formas visualmente apreendidas mantêm entre si estreitas relações – harmónicas ou desarmónicas – mas de qualquer modo evidentes.*” in “Da organização do espaço”. (p. 18).

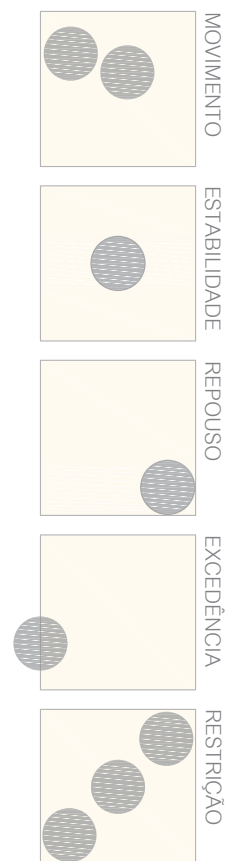
¹⁰⁶ PORTAS, Nuno – “Políticas urbanas II – transformações, regulações e projectos”. (p. 225).

¹⁰⁷ Herman Hertzberger defende que a existência de *espaço* amplia o conjunto das possibilidades existentes, eliminando limitações e potenciando a mutação das premissas iniciais. A visão desimpedida, facultada pela presença de espaço, sugere liberdade de movimento, acção e pensamento, sendo viável a apropriação indefinida perante a validade das múltiplas interpretações que a própria noção de *espaço* induz. – “*Espaço, como a liberdade, é difícil de conter; na verdade, quando uma coisa pode ser apreendida e compreendida, ela perdeu o seu espaço; não se pode definir espaço, apenas descrevê-lo se possível.*” in “Articulations”. (p. 28).

¹⁰⁸ TÁVORA, Fernando – “Da organização do espaço”. (p. 12).

Fig. 034 _

Os esquemas apresentados evidenciam a interferência da estrutura circundante na percepção e leitura dos factos isolados. O desejo pela distância adequada entre elementos, ou o anseio pela proporção correcta de espaço livre, predomina, assim, em todos os exercícios de organização do espaço.



de encontro e partilha – troca de bens, conhecimentos e valores –, porém, uma vez assegurada a articulação adequada¹⁰⁹ entre diferentes fragmentos, os restantes atributos e funcionalidades surgem de modo consecutivo, pois como defende Hertzberger, “o espaço deixado entre os elementos construídos (...) não é automaticamente espaço social. Devemos continuar a procurar as formas do espaço que tornam os nossos edifícios [e projectos] mecanismos onde toda a gente cruza caminho com todos os outros, um mecanismo que é mais do que um sistema de armazenamento humano cujo conteúdo é condenado ao isolamento.”¹¹⁰, frisando a pertinência da componente relacional – centrada no contacto entre diferentes partes, pessoas, ambientes – aplicada ao projecto de espaços articuláveis e susceptíveis à apropriação por parte da comunidade.¹¹¹ Deve ainda relembrar-se que a articulação do espaço urbano – suportada pela rede de espaços públicos (que poderá alargar-se a um conjunto de lugares abertos ao usufruto *comum*) – contribui para o sentido de orientação e autonomia dos indivíduos, bem como para a consolidação de identidades existentes ou emergentes, uma vez que o reconhecimento e uso das formas urbanas¹¹² viabiliza um processo de integração espontânea, despertando sentimentos de orgulho e de pertença devido à presença de marcos históricos simbólicos, assim como de novos lugares que ilustram a evolução da cidade, e que a longo prazo constituirão igualmente uma memória partilhada.

Na sequência deste pensamento, apontam-se duas formas de análise – e concepção – do espaço urbano liberto (espaço exterior direccionado ao usufruto público): aquele que se afirma como espaço público por si só¹¹³, configurando-se, no entanto, pela definição dos limites do edificado envolvente; e aquele que surge associado ao projecto de um edifício. Neste cenário, esclarece-se que a vinculação de um espaço exterior de usufruto público a determinado edifício não invalida, *a priori*, o seu contributo no (re)desenho urbano, uma vez que estes podem sugerir mais facilmente um pretexto para o uso e para o encontro, ao mesmo tempo que estimulam estratégias de valorização e revitalização dos espaços públicos adjacentes, ao contrário do que acontece com alguns espaços públicos *planeados de raiz*, nem sempre capazes de se integrar ou participar nos trajectos e rotinas sociais devido à ausência de *pontos de ancoragem*. De facto, como constatado por Cullen, “existe, sem dúvida, uma arte do relacionamento (...). O seu objectivo é a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente”¹¹⁴, ambicionando-se a interligação

109 É crença implícita nesta dissertação que a articulação adequada entre fragmentos urbanos pressupõe o estudo cuidadoso de vários factores, tais como: *contexto e tempo como dimensões projectuais*, noções de *identidade e integração*, aspectos de *morfologia, escala e plasticidade*, *questões de acessibilidade e sensações de segurança* – temas de análise aplicados aos casos de estudo eleitos que corroboram o seu contributo no desenho e organização do espaço urbano.

110 HERTZBERGER, Herman – “Articulations”. (p. 42).

111 A este respeito, sublinha-se a premissa elementar que possibilita a conversão de um espaço em *lugar* – o uso ou apropriação registada, sendo o *lugar* espaço de relação.

112 TÁVORA, Fernando – “A forma mais compreensível para o observador será assim aquela que melhor o retrate, aquela que com ele mais se identifique, aquela que ele conheça por conaturalidade, isto é por existência de uma natureza comum. (...) é sabido que uma forma só possui significado na medida em que representa ou satisfaz, para além de um homem, toda uma sociedade que dela se utiliza.” in “Da organização do espaço”. (p. 22 e 26).

113 Deve, no entanto, relembrar-se, a propósito da degradação do termo *espaço público*, que um lugar público diferencia-se dos espaços abertos e de *terrain vagues*, tal como referira Carlos Martí Aris, na medida em que possui uma conexão física, visual e emocional com outros elementos urbanos, ao contrário dos espaços residuais não construídos.

114 CULLEN, Gordon – “Paisagem urbana”. (p. 10).

de vários espaços, ainda que de diferentes naturezas, de modo a propiciar conexões que extravasam o meio físico, transparecendo em âmbitos convergentes – sociais e comunitários.

Actuando sobre um território marcado pela descontinuidade e ruptura com o tecido existente, e perante a consequente e pressentida extinção do espaço público¹¹⁵, o projecto urbano deverá assumir e aceitar, na sua própria lógica vinculativa, o possível contributo de estratégias alternativas que visam a revitalização e reordenação urbana a partir da integração de espaços de diferentes naturezas e estatutos na rede de percursos públicos – espaços que, por sua vez, poderão promover a reconversão e uso do espaço público pelo seu carácter versátil e limites suaves. Estes espaços, ainda que privados e / ou associados a um edifício, exprimem uma vocação pública, destinando-se, essencialmente, à articulação de diversidade – pessoas, grupos, ambientes, funções –, afirmando-se como lugares de transição e interacção onde se traduzem as novas formas de vida urbana que, por natureza, se manifestam igualmente articuladas (comunicação, mobilidade, habitabilidade).

*"Siza compreende a impossibilidade (ou a inutilidade) de grandes sínteses unitárias, à imagem da tradição dos assentamentos portugueses, que procuram sempre a cidade possível e não a cidade ideal. A cidade constrói-se agora por sucessivos acrescentos, como um palimpsesto, reconhecendo e valorizando de forma crítica todos os sinais pré-existentes, mas sempre com a consciência que muito existe a melhorar. A coerência atinge-se na resposta adequada das novas peças às narrativas urbanas, explorando todas as possibilidades de relação permanentemente abertas pela arquitectura, quando confrontada com outras arquitecturas. Cidade como relação de arquitecturas. Diálogo aberto, em permanência."*¹¹⁶

Assim, empenhados no diálogo coerente entre traçados primários e complementares –, sustentado pela correlação entre arquitectura e urbanismo –, num permanente ajuste de escalas de intervenção, torna-se possível apreender e responder à heterogeneidade de individualidades e ramificação das expressões contemporâneas – manifestações que determinam o desenho e organização do território.

"Vemos na palavra organizar um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido que a palavra ocupar não possui e daí que usemos a expressão organização do espaço pressupondo sempre que por detrás dela está o homem, ser inteligente e artista por natureza, donde resultará que

¹¹⁵ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – "A cidade actual sofre de um triplo processo negativo: dissolução, fragmentação e privatização. Dissolução pela difusão da urbanização desigual e a especialização dos centros. Fragmentação pela exasperação de alguns princípios funcionalistas: a combinação de um capitalismo selvagem com a lógica sectorial das administrações públicas, produz a multiplicação de elementos dispersos e monovalentes num território cortado por vias de comunicação; (...). E privatização com a generalização de guetos segundo classes sociais desde os condomínios de luxo até às favelas ou semelhantes, e a substituição das ruas, praças e mercados por centros comerciais (...). Os três processos reforçam-se mutuamente e contribuem para a extinção do espaço público como espaço de cidadania." in "El espacio publico: ciudad y ciudadanía". (p. 17).

¹¹⁶ MONTENEGRO, Manuel – "Álvaro Siza e a cidade como arquitectura", EURAU¹². (Disponível para consulta em: <http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/306.pdf>).

*o espaço ocupado pelo homem tende sempre para, caminha sempre no sentido de, tem como fim, a criação de harmonia do espaço, considerando que a harmonia é a palavra que traduz exactamente equilíbrio, jogo exacto de consciência e de sensibilidade, integração hierarquizada e correcta de factores.”*¹¹⁷

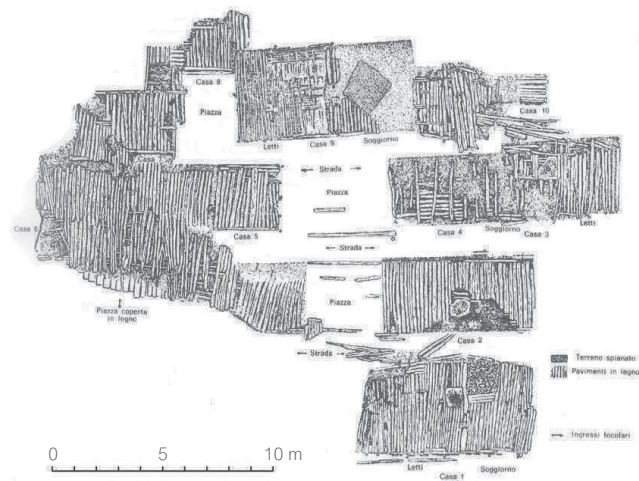


Fig. 035 _ Aldeia neolítica Aichbühl im Federseemoor. Germânia, 2000 a.C..

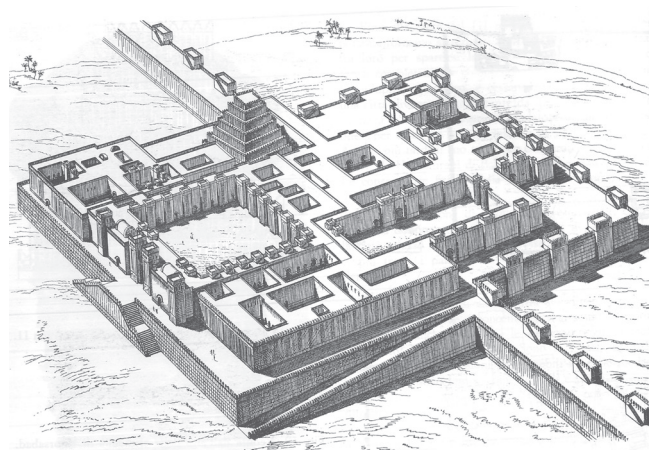


Fig. 036 _ Palácio de Sargon II em Khorsabad. Desenho de 800 a.C..

2.2. Sobre o desenho do espaço público

2.2.1. Espaço público ao longo do tempo

A organização do espaço habitável acompanha o ser humano desde as primeiras aldeias neolíticas onde se planeavam os *locais de estar* interiores bem como *locais de estar* exteriores de convívio. Apesar do núcleo privado não apresentar espaço exterior próprio, os pequenos caminhos de acesso à entrada da habitação assumiam tal função, convergindo simultaneamente para uma praça central¹¹⁸, como se existisse, de alguma forma, a noção de hierarquização espacial. O planeamento e atribuição de funções, ainda que elementares, a parcelas de terreno era já um indício da aptidão ordenadora e logística do espaço.¹¹⁹ Porém, apenas é possível falar de *cidade*, quando o lugar habitado toma dimensões e propensões sociais, culturais e económicas notórias – quando “*a sociedade se torna capaz de evoluir e de projectar a sua evolução.*”¹²⁰. Assim, face à rapidez das transformações da aldeia e da sua actividade agrícola – bem como da economia –, a estrutura e composição espacial evoluiu progressivamente, conduzindo à *revolução urbana*.

Inicialmente, a estrutura dominante das cidades residenciais começara por ser o palácio do rei – as *cidades-palácio* –, sendo que a ampliação destas originou capitais de império, cuja dimensão seria comparável às metrópoles modernas. A Babilónia, capital do Império Babilónico, planeada cerca de 2000 a.C., além dos seus templos e palácios, “*parece traçada com regularidade geométrica: as ruas são rectas e de largura constante, os muros cortam-se em ângulos rectos. Desaparece, assim, a distinção entre os monumentos e as zonas habitadas pelas pessoas comuns; a cidade é formada por uma série de recintos, os mais externos abertos a todos, os mais internos reservados aos reis e aos sacerdotes*”¹²¹, sendo interessante reflectir, a este respeito, sobre a existência de uma escala de privacidade e sucessivas transições que partem do núcleo externo – público – até ao núcleo interior – privado, restringindo gradualmente o nível de acessibilidade.

Desde a cidade grega, na qual o espaço público se gerava organicamente em torno de um santuário, até à cidade romana, onde se obedecia estritamente a uma malha regular, o espaço público assumiu um papel ordenador, hierarquizante e integrador da diversidade que informa e enriquece o tecido urbano.

Na cidade grega, o espaço público orgânico e sinuoso em torno dos monumentos, contribuía para a afirmação destes através de enquadramentos oblíquos e perspectivas que realçavam a monumentalidade,

118 Ver Fig. 035. (p. 64).

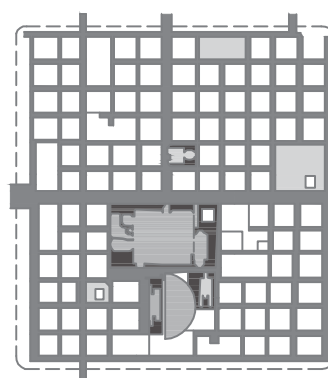
119 BENEVOLO, Leonardo – “O ambiente das sociedades neolíticas não é apenas um abrigo na natureza, mas um fragmento de natureza transformado segundo um projecto humano: compreende os terrenos cultivados para produzir, e não apenas para apropriar do alimento; os abrigos dos homens e dos animais domésticos; os depósitos dos alimentos produzidos para uma estação inteira ou para um período mais longo; os utensílios para o cultivo, a criação, a defesa a ornamentação e o culto.” in “A história da cidade”. (p. 16).

120 BENEVOLO, Leonardo – “A história da cidade”. (p. 23).

121 BENEVOLO, Leonardo – *idem*. (p. 32).



cidade grega Mileto, 479 a.C. | A quadricula ortogonal e uniforme era utilizada no tecido residencial como instrumento de organização fundiária e não como princípio de composição urbana.



cidade romana Timgad, 100 A.D. (Anno Domini).



cidade muçulmana *Casbah de Argel*, séc. XVI.

Fig. 037, 038 e 039 _

Esquematisações sobre o desenho e concepção do espaço público ao longo do tempo.

Nota _ A legenda de interpretação dos esquemas encontra-se na página síntese do presente sub-capítulo (p. 76).

contrapondo-se à malha regular e uniforme do tecido residencial¹²², sendo perceptível, nesta estratégia, uma hierarquia e organização espacial através da malha urbana que se distingue e complementa. Importa referir que, inicialmente, a Grécia, na periferia do mundo civil, encontrava-se dividida em principados independentes, contudo, após o colapso da economia do bronze e das invasões bárbaras, o estabelecimento de uma nova economia converteu a cidade principesca na “*polis*”¹²³ aristocrática ou democrática – onde se assinalou a concepção de espaços públicos dedicados à reunião e assembleia, nomeadamente a *ágora*¹²⁴, bem como outros equipamentos públicos onde “*toda a população ou grande parte dela podia reunir-se e reconhecer-se como uma comunidade orgânica.*”¹²⁵. Posteriormente, devido à colonização e destruição resultante das guerras e invasões, as novas cidades gregas priorizaram um maior rigor no traçado, sendo este racional, geométrico e aplicado desde a escala do edifício até à escala da cidade, integrando os elementos excepcionais na regra compositiva – “*a constância da grade – fixada pelas exigências das casas, não pelas exigências excepcionais dos templos e dos palácios – confirma a unidade do organismo urbano e a uniformidade de todas as áreas e das propriedades particulares perante a regra comum imposta pelo poder público.*”¹²⁶.

Por sua vez, a cidade romana, que se contrapõe à delicadeza e sensibilidade do urbanismo grego, caracteriza-se pela concepção pragmática e traçado geométrico inigualável, integrando de modo uniforme equipamentos e espaços públicos – como o *forum*¹²⁷ – numa malha regular onde se articulam várias funções e tipologias. Esta cidade caracteriza-se igualmente pelo afinado investimento na construção de novas infra-estruturas públicas, tais como estradas, pontes e aquedutos, dando continuidade ao planeamento do espaço público numa vertente monumental.

Poderia desde já questionar-se, a partir destes dois modos de fazer cidade, a opção de separar ou integrar diferentes funções pelo desenho do traçado urbano. A integração, neste caso representada pela

122 LAMAS, José M. Ressano Garcia – “(...) a relação dos monumentos como peças fortes da estrutura urbana com o tecido habitacional envolvente, regular e uniforme; a utilização da combinação de geometrias orgânicas com quadriculas regulares; os efeitos de monumentalidade sem recurso às perspectivas axiais e a valorização do monumento através da leitura em escorço, perspectiva oblíqua e o seu posicionamento em cota superior ao observador.” in “Morfologia urbana e desenho da cidade”. (p. 144).

123 BENEVOLO, Leonardo – “É necessário recordar sucintamente a organização da polis, a cidade-Estado, que tornou possíveis os extraordinários resultados da literatura, da ciência e da arte. A origem é uma colina, onde se refugiam os habitantes do campo para se defender dos inimigos; mais tarde, o povoado estende-se pela planície vizinha, e geralmente é fortificado por um cinturão de muros. Distingue-se então a cidade alta (a acrópole, onde ficam os templos dos deuses, e onde os habitantes da cidade ainda se podem refugiar para uma última defesa), e a cidade baixa (a astu, onde se desenvolveram o comércio e as relações civis); mas ambas são partes de um único organismo, pois a comunidade cidadina funciona como um todo único, qualquer que seja o seu regime político.” in “A história da cidade”. (p. 76).

124 A *ágora* – praça do mercado – pontuava o traçado de todas as cidades gregas, afirmando-se como centro da vida pública onde se realizavam não só trocas comerciais, como todas as actividades políticas e sociais que dizem respeito à organização e governo da *polis*. A sua configuração espacial é determinada pela disposição dos edifícios públicos que conferem prestígio à cidade.

125 BENEVOLO, Leonardo – “A história da cidade”. (p. 78).

126 BENEVOLO, Leonardo – *idem*. (p. 114).

127 O *forum* romano – espaço funcionalmente equivalente à *ágora* grega – ocupa uma posição central na cidade: no cruzamento perpendicular dos eixos estruturantes – cardo e decumano.

estratégia da cidade romana, será sempre um princípio positivo uma vez que democratiza a acessibilidade dos cidadãos aos equipamentos e espaços públicos, propiciando, em simultâneo, uma vivência urbana mais diversificada e animada pela presença de elementos excepção face à regularidade da malha. Contrariamente, quando se regista a fragmentação da cidade com base em funções ou programas distintos, ou seja, um princípio precursor do zonamento, poderão surgir inconvenientes como a monotonia, dispersão e desigualdade. No caso da antiga cidade grega essas adversidades são ultrapassadas através do diálogo equilibrado entre as diferentes partes, uma vez que a diferença é fundamentada pela própria dinâmica oferecida à cidade, valorizando-a. Contudo, nas áreas urbanas actuais, a segregação de actividades e, consequentemente, de pessoas, justificada pela suposta ordenação do território, contribuiu apenas para a descaracterização do espaço urbano e perda de identidade, como se constatará posteriormente.

Após a queda do Império Romano e da invasão árabe, as cidades fundadas ou transformadas pelos muçulmanos *"mantém um dos caracteres fundamentais das cidades do mundo antigo: todos os elementos de construção – as casas, os palácios, os edifícios públicos – formaram uma série de recintos, e os ambientes internos debruçam-se sobre eles, não sobre o espaço externo"*¹²⁸. A partir desta descrição torna-se perceptível e compreensível a desvirtuação do espaço público enquanto elemento ordenador, assim como lugar de reunião e encontro, uma vez que o sistema cultural muçulmano se define por uma rede de contactos e relações sociais mais reduzida e intimista. Nesse sentido, os espaços e equipamentos públicos, tais como foruns, basílicas e teatros – que conferiam complexidade e dinamismo às cidades helenísticas e romanas –, reduzem-se, na cidade muçulmana, a dois tipos de edifícios públicos – o de banhos (que correspondia às antigas termas), e as mesquitas para o culto religioso, anulando a espontaneidade dos contactos sociais registada em espaços exteriores públicos. Tal como nas *cidades-palácio* já referidas, a estrutura principal da cidade muçulmana é concebida a partir das habitações particulares, resultando um labirinto de ruas estreitas e tortuosas que dificultam a orientação e produção de uma imagem mental do conjunto. No entanto, à ausência de regularidade no tecido urbano público contrapõe-se a regularidade dos pátios reservados das mesquitas, evidenciando as prioridades da estratégia. Desta forma, a imagem final produzida será a de uma cidade densa e compacta, marcada por transições contínuas que se aproximam do recinto mais interno – *medina*. A porta de entrada (*bab*) poderá constituir uma metáfora da cidade à escala reduzida – apesar do seu carácter monumental, este é um elemento complexo organizado por uma porta externa e sucessivos pátios intermediários que conduzem até à porta interna onde se concretiza a entrada efectiva no sistema de ruas. Tais espaços intermediários, que assumem a função de vestíbulo, parecem afirmar-se igualmente como dispositivos de protecção e defesa, provocando uma experiência espacial mais intensa. De facto, no contexto da presente dissertação, a sequência de espaços que simultaneamente afasta e aproxima a esfera privada da esfera pública, poderá ser materializada por dispositivos similares, mas de diferente escala e espacialidade – menos tortuosos, mais fluídos e regulares, mais abertos e concordantes com o movimento natural humano, sendo o seu carácter confortável quer ao público como ao indivíduo singular, mediador de percursos e transições. Para tal, o desenho do espaço público e seus dispositivos de suporte não poderá ocupar uma posição secundária, mas antes o repto principal no planeamento do espaço urbano.

Na Idade Média, o desenvolvimento das cidades foi interrompido devido às invasões bárbaras nos territórios norte-ocidentais do Império Romano que procuraram resistir. Contudo, o despontar de uma nova vida económica e civil na Europa impulsionou uma nova fase de evolução urbana. Muitas cidades cresceram sobre o traçado dos assentamentos antigos *“mas com um carácter social e uma organização de construção diversos, que pelo contrário se ligam, sem interrupção, ao carácter e ao cenário da cidade contemporânea. (...) Algumas cresceram e tornaram-se grandes metrópoles modernas – Paris e Londres – e o conjunto habitacional da Idade Média é, apenas, um pequeno núcleo central; mas alguns caracteres estabelecidos na Idade Média influenciaram ainda, de modo surpreendente, o organismo muito maior da cidade contemporânea.”*¹²⁹. De facto, o núcleo medieval tornou-se rapidamente pequeno para albergar a população crescente, sendo necessário o seu consecutivo redesenho e expansão. A organização do espaço urbano era, inicialmente, dirigida pelo poder de iniciativa privada, porém, este acabou por se tornar um poder público com a formação de *“um Estado com uma lei própria, superior às prerrogativas das pessoas e dos grupos, embora respeitando os privilégios económicos”*¹³⁰. Deste modo, o espaço público recuperou o seu estatuto estruturante e promotor de igualdade, onde o equilíbrio entre espaço público e espaço privado é antecipadamente planeado nas cidades fundadas ou transformadas. Como refere José Garcia Lamas¹³¹, a rua *“é o elemento base na cidade medieval e vai preencher quase todo o interior do perímetro urbano”*¹³², servindo a circulação pedonal e o transporte de cargas, e participando activamente no desenho e delimitação dos quarteirões. A este respeito, deve salientar-se que o sistema do quarteirão – edifício perimetral e logradouro livre – surgiu neste período, e, após várias crises e modificações, prevalece e continua a transformar-se na cidade contemporânea. O sistema de espaços públicos da cidade medieval integrava a praça – elemento geralmente irregular que apesar de não ser totalmente planeado a nível formal, resultando antes de um vazio no tecido urbano e de decisões pragmáticas face a circunstâncias locais, acolhe importantes funções que fazem jus à sua denominação, funcionando como lugar de encontro e reunião social¹³³ –, e o mercado – como elemento público de excelência onde se realizavam trocas e negociações, actividades que acabariam por se prolongar pelas ruas – complementando-se e alternando as suas funções em simultâneo. Importa igualmente referir que, neste período, o traçado urbano não obedecia a uma regra universal sendo, portanto, sensível às particularidades do terreno, às tradições locais e a outros simbolismos.

129 BENEVOLO, Leonardo – “A história da cidade”. (p. 251).

130 BENEVOLO, Leonardo – *idem*. (p. 260).

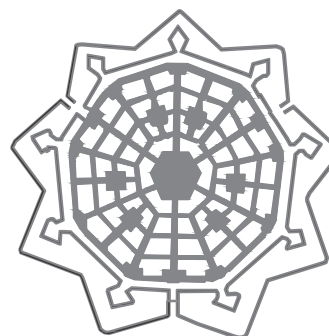
131 José Manuel Ressano Garcia Lamas, doutorado em Urbanismo pelo Institut d'Aménagement Régional d'Aix-en-Provence em 1975, e em Planeamento Urbanístico no ano de 1990 pela Universidade Técnica de Lisboa, é professor associado desta última Universidade, onde lecciona as unidades curriculares de Planeamento Urbano e Projecto de Arquitectura. Este autor desenvolveu vários estudos e projectos na área da sua especialidade.

132 LAMAS, José M. Ressano Garcia – “Morfologia urbana e desenho da cidade”. (p. 154).

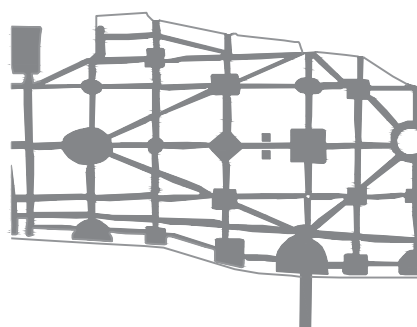
133 LAMAS, José M. Ressano Garcia – A praça da cidade medieval *“resulta mais de um vazio aberto na estrutura urbana do que de um desenho prévio. É na Idade Média que se começa a esboçar o conceito de praça europeia, que atingirá o seu apogeu a partir do Renascimento. A praça medieval é um largo de geometria irregular mas com funções importantes de comércio e reunião social. Assim, as praças medievais dividem-se geralmente na praça do mercado e na praça da igreja (adro), ou o parvis medieval. As suas funções são diferentes e a sua localização na estrutura urbana também.”* – *ibidem*.



vila medieval Óbidos, séc. XII | A escala monumental das cidades romanas foi abandonada em virtude de uma morfologia mais modesta e intimista.



cidade ideal renascentista *Palma Nuova*, séc. XVI | Este projecto, elaborado por Scamozzi, representa a unidade e racionalidade enunciada nos tratados e discursos da época, devendo a cidade constituir-se, segundo Alberti, sob o *prazer austero da geometria*.



plano de Evelyn para a reconstrução de Londres, séc. XVII | Este plano surgiu na sequência do incêndio de 1666, juntamente com uma série de estratégias onde é visível o pragmatismo e racionalidade impressos pelos traçados reguladores e formas geométricas do espaço público.

Fig. 040, 041 e 042 _

Esquematisações sobre o desenho e concepção do espaço público ao longo do tempo.

Já no Renascimento assistiu-se à predominância de um pensamento oposto ao misticismo medieval.¹³⁴ O desenho da cidade retornou às formas da antiguidade grega e romana, sendo evidente o desejo pela ordem e racionalidade. Ao contrário da cidade medieval, o urbanismo renascentista priorizou o desenho de espaços públicos de geometria regular e uniforme, procurando um ambiente físico e social em equilíbrio.

*“A rua renascentista será um percurso rectilíneo que mantém a função de acesso aos edifícios, mas será, pela primeira vez, eixo de perspectiva, traço de união e valorização entre elementos urbanos. A rua deixa de ser apenas um percurso funcional – como na Idade Média –, para se tornar também um percurso visual, decorativo, de aparato, próprio à deslocação por carruagem e organizador de efeitos cénicos e estéticos.”*¹³⁵

Do mesmo modo, a praça, ao ser devidamente planeada e conformada, adquiriu maior destaque na malha da cidade renascentista, reunindo em seu torno os principais monumentos e edifícios que lhe conferiram o estatuto de lugar social e manifestação do poder político – *“a praça adquire valor funcional e político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. É a praça o elemento básico da energia e criatividade do desenho urbano e arquitectura. A praça é também cenário, espaço embelezado, manifestação da vontade política e de prestígio.”*¹³⁶. Deve ainda acrescentar-se que, na cidade renascentista, surgiram diversos espaços verdes tais como alamedas, jardins, parques, tendo em vista o enriquecimento da vida pública.

A intensificação da carga urbana sentida no período da Revolução Industrial, bem como o desenvolvimento e banalização de novos meios de transporte e comunicação, culminou na dispersão populacional ao longo do território. O núcleo original deixou de suportar o cargo de *centro* deste aglomerado crescente e descontínuo – *“(...) as ruas são demasiado estreitas para conter o trânsito em aumento, as casas são demasiado diminutas e compactas para hospedar sem inconvenientes uma população mais densa.”*¹³⁷. Dadas as condições precárias vivenciadas no centro da cidade, *“(...) resultado da sobreposição de muitas iniciativas públicas e particulares, não-reguladas e não-coordenadas (...)”*¹³⁸, a população começou a fixar-se nas suas imediações – a periferia. Neste período, a periferia era caracterizada por um acumular de fragmentos heterogêneos e independentes, discerníveis do tecido homogêneo e consolidado da cidade antiga, que ao longo do tempo e através de sucessivas sobreposições poderia fundir-se num tecido mais compacto, porém, sem planeamento. Neste cenário, o espaço público perdeu novamente o seu papel estruturante – a rua tornou-se um mero percurso, a praça abandonou o seu significado de espaço de reunião e encontro, sendo apenas um vazio de fraca afluência, e o sistema do quarteirão que desenhava a frente de rua foi substituído por construções dispersas de baixa densidade. O desenho ordenador do

¹³⁴ Ao contrário do pensamento predominante na Idade Média – onde o indivíduo se submetia a uma entidade superior (a igreja) –, observa-se no Renascimento o florescimento de uma autonomia e voz própria. O antropocentrismo renascentista desencadeou uma reorganização teórica e prática, espelhando o novo homem livre. Tal reorganização obrigou à reestruturação dos espaços públicos, que deveriam agora conceber-se de modo racional e ordenado, à semelhança da sociedade.

¹³⁵ LAMAS, José M. Ressano Garcia – “Morfologia urbana e desenho da cidade”. (p. 172).

¹³⁶ LAMAS, José M. Ressano Garcia – *idem*. (p. 176).

¹³⁷ BENEVOLO, Leonardo – “A história da cidade”. (p. 565).

¹³⁸ BENEVOLO, Leonardo – *idem*. (p. 567).

sistema de espaços públicos foi, assim, secundarizado em virtude da qualificação do espaço privado, traduzindo-se tal circunstância na chamada “*crise do espaço público*”¹³⁹. Este poderá ser considerado um período de ruptura com a morfologia urbana tradicional, anunciando já, de alguma forma, o *contra-modelo* enunciado pela cidade moderna.

No contexto da Revolução Industrial, os economistas incentivaram ainda a venda de terrenos de propriedade pública para o pagamento de dívidas, beneficiando a liberdade da iniciativa privada. Contudo, a desordem gerada e suas consequências negativas levaram as classes dominantes a propor novas formas de intervenção pública. As iniciativas privadas começaram, assim, a ser reguladas pela administração pública que, por sua vez, estabelecia os regulamentos ordenadores, sendo ainda este modelo determinante no planeamento do espaço urbano contemporâneo. Porém, ao estabelecer-se tal acordo, foi consequentemente estipulada a definição clara dos limites entre espaço privado e espaço público – “*a administração [pública] gere um espaço que é o mínimo necessário para fazer funcionar o conjunto da cidade: o necessário para a rede de percursos (ruas, praças, estradas de ferro, etc.) e para a rede das instalações (aquedutos, esgotos, gás, electricidade, telefone, etc.). A propriedade [privada] administra o restante, isto é, os terrenos servidos por esta rede de percursos e instalações.*”¹⁴⁰ –, sendo o plano de fachada considerado suficiente para tal delimitação. No entanto, este poderá ser percebido como um sistema simplista que empobrece as dinâmicas mais espontâneas e ambíguas que compõem igualmente o espaço urbano. Como refere Benevolo, “*a cidade pós-liberal sobrepõe-se à cidade mais antiga, e tende a destruí-la: interpreta as suas ruas antigas como ruas-corredor, elimina os casos intermediários entre utilização pública e privada do solo, e sobretudo considera os edifícios como manufacturados intercambiáveis (...). Os ambientes privados e os públicos – até agora sempre ligados e misturados – na cidade burguesa tornam-se contrapostos entre si: de um lado as casas, os laboratórios, os estúdios, os escritórios, o mais possível isolados entre si, onde se pode imaginar penetrar somente por magia (...), também os espectáculos e as cerimónias colectivas adquirem carácter e distinção em pequenos ambientes fechados – os teatros, os salões – que não têm qualquer proporção com o tamanho da cidade (o novo Teatro da Ópera de Paris tem pouco mais de 2000 lugares, ao passo que a cidade tem dois milhões de habitantes; na cidade antiga de Atenas quase toda a população podia entrar no Teatro de Dionísio). Do outro lado há a calçada, a via pública, onde cada um se mistura necessariamente com todos os outros e não é mais reconhecido.*”¹⁴¹.

139 No século XIX, a transformação acelerada do espaço urbano, alimentada pelos progressos tecnológicos resultantes da Revolução Industrial – nomeadamente a banalização do uso do automóvel e o desenvolvimento dos meios de comunicação – conduziu não só à expansão descontrolada do *espaço da cidade canónica*, como alterou de modo significativo a paisagem e o uso dos espaços urbanos. Priorizava-se, então, o planeamento das vias rápidas de transporte, tal como explicara **François Ascher**: “*as cidades foram largamente concebidas no século XX com base no uso do automóvel*” (in “Novos princípios do urbanismo” (p. 139)), culminando na descaracterização do espaço público tradicional – a chamada *crise do espaço público*. No século XX, a velocidade e uso intensivo do automóvel tornaram as relações sociais passageiras e superficiais. O ruído provocado pelos meios de transporte motivou a preferência por espaços fechados mais tranquilos e climatizados, e o conseqüente abandono dos espaços de encontro ao ar livre. Consecutivamente, a preocupação central consistia em criar infra-estruturas de consolidação das aglomerações emergentes, e não tanto em recuperar ou criar espaços públicos de valor comum / partilhado. Surgem, neste cenário, lugares que se voltam apenas para si mesmos, fomentando uma vida urbana de anonimato, indiferença e insegurança, assim como um território fragmentado e descontínuo.

140 BENEVOLO, Leonardo – “A história da cidade”. (p. 573 e 574).

141 BENEVOLO, Leonardo – *idem*. (p. 595).

Este seria, assim, um prenúncio do *contra-modelo* exposto pela cidade moderna que pretendia uma alternativa livre dos princípios e morfologias da cidade canónica. Segundo Nuno Portas, o *modelo tradicional* corresponde ao sistema de relações estabelecido na cidade medieval entre os elementos primários de composição urbana: o espaço público, a edificação à margem do quarteirão e o logradouro sem construção.¹⁴² Neste sistema de relações recíprocas, o espaço público seria o elemento base que definiria a organização das futuras tipologias a implantar em concordância com a escala do espaço público adjacente. Por sua vez, o *contra-modelo*, munido de ideologias higienistas, recusou o sistema de relações referido bem como os seus elementos morfológicos, pondo em causa, em pouco tempo, os princípios de ordenação que haviam predominado e dado conta das mutações urbanas e sociais – “da rigidez histórica, passava-se à arbitrariedade sem história.”¹⁴³ Neste cenário, o fogo constituiu-se como elemento primordial de composição, funcionando por agregação e associação de células base, organizando o edifício e sucessivamente o conjunto de edifícios. O espaço público tornou-se novamente resíduo do elemento habitacional e suas exigências – “como se vê, a metodologia da concepção moderna da cidade é completamente diferente. Na cidade tradicional, a dimensão e a organização do alojamento resultavam da forma do edifício, e este da forma do lote e da sua posição no quarteirão. Para o urbanismo moderno, a célula habitacional é o elemento-base da formação da cidade.”¹⁴⁴ Como consequência, a vida pública e comunitária no espaço urbano foi desprezada e tratada com o mesmo grau de abstracção compositiva, que não poderá, em qualquer circunstância, traduzir as formas e necessidades reais de uma sociedade. No entanto, os mestres do modernismo defendiam que este novo modelo pretendia a superação das discriminações sociais, assim como a devolução do domínio do terreno ao poder público¹⁴⁵ através da libertação do solo pela construção em altura; porém, o resultado foi um urbanismo de exclusão – “a arquitectura moderna nasceu com um programa para superar as discriminações sociais da cidade liberal, e para dar a todos os cidadãos os benefícios de um ambiente cientificamente estudado. (...) Mas, entretanto, a cidade regularizada – pós-liberal ou moderna – não está mais disponível para todos, a maioria da população mundial aglomera-se, pelo contrário, na cidade irregular, que reproduz – em escala muito maior – os estabelecimentos liberais do primeiro período industrial.”¹⁴⁶

Neste contexto, delineou-se um pensamento funcionalista acentuado pela “pressão da vanguarda modernista centro-europeia e soviética que, desde os anos 20, vinha propondo uma ruptura com as formas urbanas do passado, apoiando-se na libertação tecnológica, mas visando criar um espaço urbano

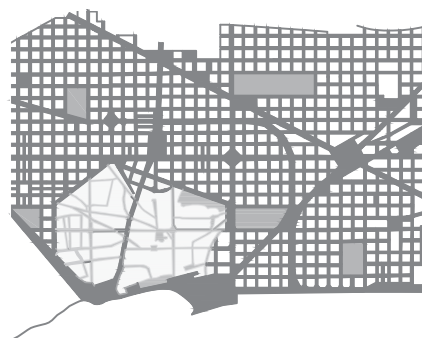
142 PORTAS, Nuno – “Neste sistema, os elementos constituintes são basicamente três: os espaços públicos de circulação e acesso; a edificação marginal em quarteirão; o espaço não construído de logradouro. Cada um destes elementos podia tomar formas e dimensões bastante distintas, arrastando alterações nos restantes sem que, no entanto, destruísse o sistema básico de relações.” in “Os tempos das formas”. (p. 105).

143 PORTAS, Nuno – “Os tempos das formas”. (p. 111).

144 LAMAS, José M. Ressano Garcia – “Morfologia urbana e desenho da cidade”. (p. 340).

145 BENEVOLO, Leonardo – “desde o início, os arquitectos modernos criticaram a combinação entre interesse público e propriedade particular que já se encontrava na base da cidade burguesa, e indicam a alternativa a alcançar: a reconquista do controlo público sobre todo o espaço da cidade” in “A história da cidade”. (p. 631).

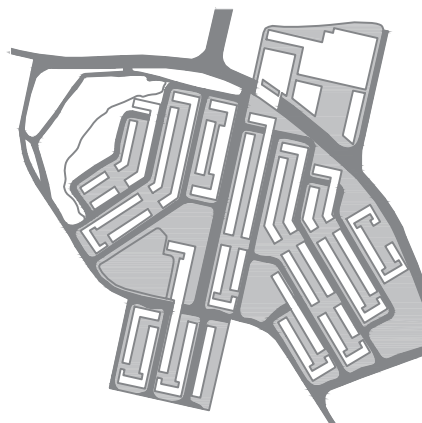
146 BENEVOLO, Leonardo – “A história da cidade”. (p. 725).



Barcelona – plano de extensão do núcleo medieval elaborado por Cerdà (séc. XIX) | Este plano (1855), que rompeu a muralha da cidade antiga, permitiu a expansão organizada e equilibrada do tecido urbano através da hierarquização de vias, tratamento do espaço público e controlo das tipologias de espaço edificado.



cidade moderna – plano de Voisin elaborado por Le Corbusier | Este plano (1925) representaria o espírito da época, caracterizando-se por extensas áreas verdes, altas densidades e a separação clara entre circulação pedestre e rodoviária.



novo urbanismo – plano pormenor da zona do Restelo elaborado por Nuno Teotónio Pereira (séc. XX) | Questionando os princípios enunciados pela Carta de Atenas, este plano (1969) admitia várias tipologias, mantendo um índice de densidade semelhante ao das torres modernas. O princípio seria o de alta densidade / baixa altura, possibilitando o diálogo e transição coerente com o contexto envolvente.

Fig. 043, 044 e 045 _

Esquematisações sobre o desenho e concepção do espaço público ao longo do tempo.

radicalmente novo”¹⁴⁷. A Carta de Atenas¹⁴⁸ ditou as áreas elementares segundo as quais o espaço urbano seria organizado – trabalho, lazer, circulação e habitação –, eliminando a complexidade funcional presente no modelo tradicional obtida pela sobreposição de funções e actividades que animavam os percursos quotidianos e a vivência do espaço. Surge, então, a monotonia, a ausência de significados e o sentimento de desintegração. A segregação de funções e a separação da circulação pedonal da automóvel aumentou a sensação de insegurança e a desertificação em determinados horários. Consequentemente, a falta de vigilância proporcionada naturalmente pela mistura de funções e pessoas, contribuiu para a redução e degeneração do usufruto público do espaço urbano. Por sua vez, a construção em altura provocou a dissolução das relações entre espaço público e privado, eliminando as formas híbridas – de mediação entre domínios – que noutras épocas caracterizavam e qualificavam o tecido urbano.

Contudo, os novos estudos urbanísticos, centrados na crítica ao *contra-modelo*, nomeadamente *“na redução do espaço habitável em tipologias sem prolongamento directo para pátios ou quintais; no anonimato decorrente de edifícios de grande dimensão que não permitiam adaptações ou a apropriação pelos seus moradores; enfim, a perda do sentido de orientação e identificação de espaços que não eram mais susceptíveis de terem nome ou constituíam verdadeiros labirintos...”*¹⁴⁹, procuram superar tais abstracções, através de um retorno à regularidade e do restabelecimento da relação entre edificado e espaço público envolvente, numa versão contemporânea do *modelo tradicional* apresentado. Desta forma, a unidade celular deixou de assumir o papel principal de composição – (reduzindo a sua interferência) –, sendo novamente o traçado urbano e seu espaço público, em diálogo permanente com o conjunto edificado contínuo (retorno ao quarteirão), responsáveis por estruturar o desenho urbano, e articular, prospectivamente, intervenções futuras.

*“(...) os edifícios não devem continuar a ser concebidos como o positivo num espaço livre negativo, tal como o sistema viário local não deverá manter o estatuto de independência da forma edificada que também lhe tem sido atribuído. (...) O espaço exterior público, as vias de distribuição ou de acesso local, deverá voltar a ter um papel ordenador e não sobranter, amorfo e insignificante, sem poder ter nome. E nomes.”*¹⁵⁰

Assim, ainda que se registem momentos na história da cidade onde se desprezou o desenho do espaço público em benefício de outros componentes – essencialmente no urbanismo moderno funcionalista –, verifica-se sempre um retorno¹⁵¹ e revalorização do espaço público devido às consequências negativas

147 PORTAS, Nuno – “Os tempos das formas”. (p. 108).

148 A Carta de Atenas, redigida em 1933 por Le Corbusier na segunda fase dos CIAM – fortemente influenciada pela lógica funcionalista –, serviu de suporte doutrinário para a expansão urbana dos anos 60. A Carta de Atenas recusava os elementos morfológicos tradicionais, acreditando numa revolução cultural e metodológica, pela qual a estética moderna superaria os conjuntos históricos precários.

149 PORTAS, Nuno – *op. cit.* (p. 113).

150 PORTAS, Nuno – *idem.* (p. 115).

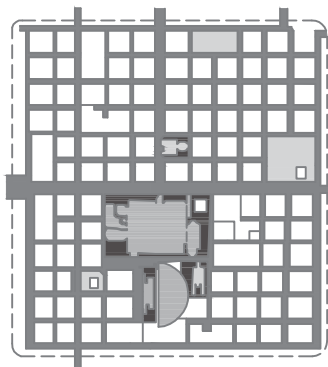
151 BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “(...) quando as formas do crescimento urbano, ou a evolução da cidade existente dá prioridade à edificação e/ou à estrada, quando os espaços se especializam devido à segregação social ou à zonificação funcional, quando a cidade perde qualidade de auto-representação, produz-se uma reacção social e cultural de retorno ao espaço

Fig. 046 _

Quadro síntese | esquematizações sobre o desenho e concepção do espaço público ao longo do tempo.



cidade grega Mileto, 479 a.C.



cidade romana Timgad, 100 A.D.



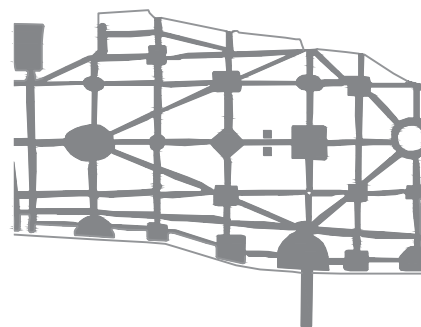
cidade muçulmana Casbah de Argel, séc. XVI.



vila medieval Óbidos, séc. XII.



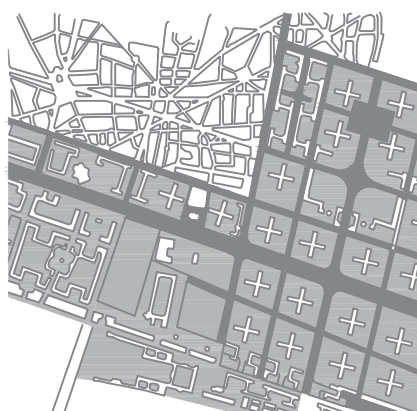
cidade ideal renascentista Palma Nuova, séc. XVI.



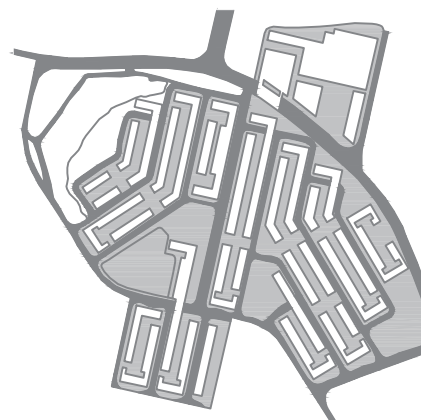
plano de Evelyn para a reconstrução, séc. XVII.



Barcelona – plano de extensão do núcleo medieval (assinalado a cinza claro), séc. XIX.



cidade moderna – plano de Voisin, séc. XX.



novo urbanismo – plano pormenor da zona do Restelo, séc. XX.

- Espaço percorrável e acessível a todos irrestritamente.
- Espaço percorrável onde se denota uma diminuição do grau de publicidade, podendo estar associado ao funcionamento de um equipamento público ou privado.
- Espaço colectivo onde o acesso poderá ser condicionado. (Espaços interiores de utilização colectiva).
- Limites / barreiras físicas que restringem o movimento e circulação.

resultantes. Isto porque, talvez, os componentes privilegiados não possam funcionar plena e correctamente sem uma base coesa que regula, determina e satisfaz as necessidades reais do espaço e sociedade urbana.

*"Parece claro que são os espaços públicos ou colectivos, no modo como se relacionam e determinam a paisagem, as mobilidades, as infra-estruturas e as fronteiras das edificações, os elementos mais estáveis da estrutura urbana, os que provaram, ao longo de séculos, maior capacidade ordenadora, pelo que podem ser entendidos como suporte à urbanização."*¹⁵²

público. É uma reacção que muitas vezes mistura o passeisme e a modernidade, a mitificação do passado e uma proposta de síntese para o futuro, demanda local e valores universais. Ainda assim é uma reacção oportuna e necessária para evitar o desastre urbano." in "El espacio publico: ciudad y ciudadanía". (p. 8).

[a propósito das relações sociais no espaço público contemporâneo]

“Em Cloé, grande cidade, as pessoas que passam pelas ruas não se conhecem. Ao verem-se imaginam mil coisas umas das outras, os encontros que poderiam verificar-se entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as ferroadas. Mas ninguém dirige uma saudação a ninguém, os olhares cruzam-se por um segundo e depois afastam-se, procurando novos olhares, não param.

Passa uma rapariga que faz rodar uma sombrinha apoiada no ombro, e abana também um pouco o redondo das ancas. Passa uma mulher vestida de preto com ar de velha, de olhos inquietos por baixo do véu e com os lábios a tremer. Passa um gigante tatuado; um homem louro de cabelos brancos; uma anã; duas gémeas vestidas cor de coral. Algo corre entre eles, uma troca de olhares como linhas a ligarem uma figura à outra e desenhando setas, estrelas, triângulos, até que todas as combinações se esgotam num instante, e entram em cena outras personagens: um cego com um leopardo pela trela, um cortesão com um leque de penas de avestruz, um efebo, uma mulher gordíssima. Assim, entre os que por acaso se encontram juntos a abrigar-se da chuva debaixo de um pórtico, ou se apinham debaixo dos toldos de um bazar, ou param para ouvir a banda do coreto na praça, consumam-se encontros, sedução, ligações, cópulas, orgias, sem que troquem uma palavra, sem que se toquem com um dedo, quase sem se olharem. (...) Se os homens e as mulheres comessem a viver os seus efêmeros sonhos, todos os fantasmas se tornariam pessoas com quem se poderia começar uma história de perseguições, de ficções, de mal-entendidos, de choques, de opressões, e assim acabaria o carrossel das fantasias.” ¹⁵³

2.2.2. O espaço público

2.2.2.1. Articulações

*“A história da cidade é a história do seu espaço público. As relações entre habitantes, poder e cidadania materializam-se e expressam-se na conformação das ruas, das praças, dos parques, nos lugares de encontro cidadão, nos monumentos. A cidade entendida como sistema de redes ou de conjunto de elementos – quer sejam ruas e praças, como infra-estruturas de comunicação (estações de comboios e autocarros), áreas comerciais, equipamentos culturais, ou seja, espaços de uso colectivo devido à apropriação progressiva das pessoas – que permitem o passeio e o encontro, que ordenam cada zona da cidade e lhe dão sentido, são o âmbito físico da expressão colectiva e da diversidade social e cultural. Isto significa que o espaço público é simultaneamente espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político.”*¹⁵⁴

Imaginar, ainda que de modo irrealista, o espaço urbano sem ruas, praças, jardins, parques – sem o seu sistema de espaços públicos, colectivos e *comunitários*¹⁵⁵ – significaria negar a sua história, a sua identidade, assim como o direito concedido aos seus habitantes de se expressarem e relacionarem livremente. Em casos extremos, isto é, onde o sistema de espaços públicos se encontra por consolidar, não imaginar – ou não planear / projectar – ruas, praças, jardins, parques, espaços de encontro *comum*, seria negar-lhes a possibilidade de construírem uma história, uma identidade¹⁵⁶, lugares de acesso democrático destinados ao contacto e à expressão social. Seria igualmente impossível encontrar o equilíbrio estruturante entre a presença de edificado e sua ausência – relação que geralmente assegura o equilíbrio entre domínio público e privado (ainda que com interferências do âmbito colectivo e comunitário). O espaço público afirma-se, desta forma, como esqueleto estruturante do espaço urbano físico, bem como do espaço intangível que vincula a sociedade ao primeiro, não devendo o seu sistema ser desvalorizado ou colocado em segundo plano.

*“O espaço público tem, basicamente, duas formas de se gerar: a que segue um processo temporal de acumulação e modificação sem uma pré-figuração precisa, e a que se origina a partir de uma ordenação prévia e unitária fruto de uma vontade planificadora.”*¹⁵⁷

Como já referido, a organização do espaço é um fenómeno universal que acompanha o homem

¹⁵⁴ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 8).

¹⁵⁵ Sublinha-se, neste contexto, a natureza *comum* do lugar comunitário, de a abrangência superior relativamente ao termo *colectivo* – comunitário será um espaço aberto a todos, ao contrário de um espaço colectivo que poderá destinar-se ao uso exclusivo de determinados grupos. Para uma leitura elucidativa destas questões deverá confrontar-se com o capítulo *Espaço colectivo e lugar social comunitário* (p. 105).

¹⁵⁶ A memória colectiva do espaço urbano – que define uma identidade – não se constrói apenas a partir de factos históricos, mas também com base em vivências actuais que, a longo ou curto prazo, poderão constituir igualmente parte da história / identidade de uma sociedade, sendo este um processo contínuo onde passado e presente se sobrepõem.

¹⁵⁷ ESPUELAS, Fernando – “El claro en el bosque: reflexiones sobre el vacío en arquitectura”. (p.35).



Fig. 047 _ Jogos de cartas na Praça Marquês de Pombal. Porto, 2017.



Fig. 048 _ Movimento e anonimato na Rua dos Clérigos . Porto, 2017.

desde as primeiras aldeias neolíticas até aos dias de hoje. De acordo com Távora, *“a cada clima físico ou espiritual corresponde uma solução própria”*¹⁵⁸, sendo necessária a adaptação e reinvenção de estratégias e modelos de concepção quando confrontados por diferentes contextos, modos de vida e outras especificidades. Contudo, reconhece-se a potencialidade intemporal da ordenação concedida pelo sistema de espaços públicos, cuja estruturação, devido à metamorfose acelerada do espaço urbano, se encontra hoje fragmentada. Neste cenário, o *“processo temporal de acumulação e modificação”* mencionado por Espuelas apenas será viável quando se priorizarem acções de fortalecimento e revitalização dos tecidos urbanos, considerando que a concepção do espaço público não deve obedecer a modelos pré-formatados, mas antes seguir as reformulações correspondentes ao levantamento e identificação de necessidades latentes, podendo, igualmente, tomar por base elementos já conhecidos, com o intuito de favorecer a legibilidade do sistema e seu potencial identitário.

Assim, o planeamento de uma rede de espaços públicos revela-se urgente em áreas segregadas e desordenadas – resultado da expansão urbana descontrolada –, onde os habitantes não encontram referenciais simbólicos, vivendo em circunstâncias de isolamento e anonimato. De facto, onde não subsistem lugares atractivos – espaços de comunicação e informação – que propiciem o desenvolvimento de outras actividades, rapidamente se inicia um ciclo vicioso de degradação e abandono tal como explicara Nuno Portas. Por sua vez, Siegfried Giedion alerta que *“mesmo o mais bonito bairro não passa duma obra fragmentada, se permanece isolado, (...) se não possui um local no qual se possa voltar a construir a ponte entre a esfera privada e a colectiva, e a estabelecer-se o contacto de homem para homem.”*¹⁵⁹, sublinhando a imprescindibilidade de um espaço organizado e articulado que influencie positivamente o comportamento social entre os habitantes. O projecto desta rede e/ou o redesenho e integração dos espaços existentes, assegurará, então, a expansão e evolução equilibrada do território.

*“Fazer cidade é conferir ao espaço público uma função central na política urbana. É nele que reside a garantia da evolução da cidade.”*¹⁶⁰

Por outro lado, nem sempre se toma o sentimento de anonimato como algo completamente nocivo, dado que, actualmente, parece ser este sentimento que convida ao uso do espaço público, considerando a possibilidade de observar e experimentar situações públicas sem se expor demasiado a privacidade de cada um. Este fenómeno relaciona-se directamente com as tendências contraditórias da nossa época. Ao longo da história da civilização sempre se verificou a presença de espaços destinados à reunião e ao encontro – desde a *ágora* grega e do *fórum* romano até aos centros cívicos da cidade medieval – *“tratava-se simultaneamente de um rito e de um direito”*¹⁶¹ –, no entanto hoje parece assistir-se a um fenómeno de dispersão que nega a natureza *gregária* do ser humano. Richard Sennett afirma que *“os tempos modernos são frequentemente comparados aos anos em que o Império Romano entrou em decadência”*¹⁶², uma vez

158 TÁVORA, Fernando – “Arquitectura e urbanismo: a lição das constantes”. (p. 3).

159 GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e comunidade”. (p. 78).

160 SERRA, João B. – “As cidades de Nuno Portas” in “O ser urbano nos caminhos de Nuno Portas”. (p. 49).

161 CULLEN, Gordon – “Paisagem urbana”. (p. 105).

162 SENNETT, Richard – “O declínio do homem público: as tiranias da intimidade”. (p. 15).



Fig. 049 _ TUDOR-HART, Edith | *"Going Home"*. 1930.

que nesse período os romanos começaram a encarar a vida pública como um dever ou *obrigação formal*, sendo o seu espírito e atitude cada vez mais passivos. Do mesmo modo, naquela época, os estranhos eram considerados uma ameaça e por isso poucos se sentiam confortáveis *“nesse mundo de estranhos: a cidade cosmopolita.”*¹⁶³. De facto, esta circunstância parece assemelhar-se à situação actual, porém, hoje reconhece-se na figura do desconhecido uma possibilidade de liberdade. Como explica Daniel Innerarity, a acessibilidade a um lugar regularmente frequentado por estranhos, onde a privacidade de cada um não é conhecida de antemão por todos, permite que os indivíduos se libertem de determinados constrangimentos e formas de sujeição social, regulando o seu próprio nível de exposição. Assim, uma vez que, no meio contemporâneo, os contactos sociais se limitam, inicialmente, a âmbitos direccionados – por exemplo, a venda de legumes –, os desconhecidos facilmente se integram numa diferente comunidade, tendo o direito de preservar a sua cultura e vida privada. Neste cenário, estabelece-se um maior número de contactos sociais, ainda que parciais, sendo a experiência urbana marcada pela multiplicidade de impressões e acontecimentos efémeros. Na verdade, o espaço urbano sempre foi o lugar privilegiado para o convívio entre estranhos e, consequentemente, o ambiente ideal para se assumir a verdadeira complexidade e heterogeneidade urbana.

*“O espaço público da cidade, que torna possível a individuação e não suprime a heterogeneidade, oferece um panorama da inusitada variedade (...). A liberdade cidadina implica que não se deve doutrinar os outros nem obrigá-los a adaptar-se: podem ser diferentes à sua vontade. Se há alguma coisa que define a urbanidade, ela será precisamente a capacidade de relacionar-se com estranhos sem sentir necessidade de lhes censurar essa estranheza nem de a suprimir.”*¹⁶⁴

Contudo, à sensação de autonomia proporcionada – algo que sempre se aspirou na vida cidadina – contrapõe-se a sucessiva interdependência social registada. A necessidade espontânea – inerente à condição humana – de deambular entre a multidão é inegável, ainda que seja apenas para sentir a liberdade de movimento e de ver o movimento.¹⁶⁵ Existem, por outro lado, situações extremas de isolamento e solidão que deverão ser combatidas com a oportunidade de encontrar, igualmente, um lugar para a sua diferença – lugares onde se restabelecem vínculos esquecidos ou ignorados. Como anteriormente referido, *“(...) não há maneira de se oferecer uma imagem da cidade que não seja contraditória. A urbanidade tem de ser pensada em categorias contraditórias e realiza-se no movimento das suas contradições (...)”*¹⁶⁶,

¹⁶³ SENNETT, Richard – “O declínio do homem público: as tiranias da intimidade”. (p. 15).

¹⁶⁴ INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 115 e 117).

¹⁶⁵ Segundo Jane Jacobs “o prazer das pessoas em ver o movimento e outras pessoas é evidente em todas as cidades. Esse hábito chega a um extremo quase absurdo na alta Broadway, em Nova Iorque, onde a avenida é dividida por uma estreita ilha central, bem no meio do tráfego. Nas esquinas das ruas transversais a essa ilha, (...) foram colocados bancos atrás das enormes defensas de concreto, e em qualquer dia, mesmo quando o clima ronda o insuportável, esses bancos enchem-se de pessoas em todas as quadras, que ficam a olhar os pedestres que atravessam a avenida diante delas, olhando o tráfego, olhando as pessoas nas calçadas repletas, olhando-se umas às outras. (in JACOBS, Jane – “Morte e vida de grandes cidades”. (p. 38)). No mesmo sentido, Jan Gehl constata, a partir dos seus estudos espaciais e sociais, que as pessoas que trabalham em casa demoram, em média, três vezes mais tempo nas compras, do que aquelas que trabalham fora, levando a crer que as frequentes e demoradas saídas “não têm que ver apenas com a aquisição de produtos”, mas igualmente com a satisfação de necessidades psicológicas. (In GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 129)).

¹⁶⁶ INNERARITY, Daniel – *op. cit.* (p. 122).



Fig. 050 e 051 _ (em cima) HENDERSON, Nigel | *"Children and adults at street event to mark the Coronation"*. Bethnal Green, 1953.

Fig. 052 _ (em baixo) Festa de São João no Conjunto Habitacional da Bouça. Porto, 2017.

sendo crucial calibrar disparidades e extremos opostos de modo a que estes se completem e favoreçam reciprocamente.

*“A modernidade pode ter implicado uma crise da ideia de comunidade, certamente, mas não por força da colectividade, nem da sociedade. A memória urbana pode ser perfeitamente fractal e atómica, dispersa e instável, e é justamente isso que lhe permite ser integradora.”*¹⁶⁷

O espaço público deve, assim, assegurar a capacidade / qualidade integradora que sempre o caracterizou: ser lugar com o qual os habitantes, ainda que diferentes nas suas diversas expressões, se identificam e sintam que pertencem. Perante o desconfinar da cidade canónica e a dissolução dos seus lugares de cidadania, devem valorizar-se os espaços que tornam possível a vida em *comum*, isto é, onde existe oportunidade para o estabelecimento de contactos sociais, inicialmente parciais, mas onde se propicia igualmente a sua evolução para relações mais complexas, reunindo e interligando os componentes diversos da sociedade. O *calor cívico* que Cullen aprecia e elogia, sendo aquilo que define a *essência do urbano*, gera-se espontaneamente entre o encontro das pessoas, ainda que esse encontro fique, frequentemente, em suspenso: *“ao verem-se imaginam mil coisas umas das outras, os encontros que poderiam verificar-se entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as ferroadas”*¹⁶⁸, pois como defende Manuel Delgado, nas circunstâncias actuais, a visão / visibilidade entre os humanos pode facilmente alterar a sua condição passiva e neles despertar uma atitude participativa novamente sociável.

Perante os relatos de crise e decadência do espaço público, consequência de múltiplos factores interligados – a invasão automóvel e a distorção da experiência e percepção urbana como sua sequela; o decorrente desconfinar do espaço da cidade tradicional e a conversão dos espaços locais em lugares globais; a crescente convivência com estranhos e o desejo de anonimato; a difusão dos meios de comunicação social¹⁶⁹ e sua aliada atitude passiva; e, essencialmente, a privatização do espaço público –, deve entender-se que estes não ditam a erradicação do *espaço público*, mas antes esclarecem uma profunda mudança que reclama estratégias de revitalização urbana e social.¹⁷⁰ Jordi Borja explica que a cidade sofre, actualmente, um processo triplamente negativo de dissolução, fragmentação e privatização: *“dissolução por difusão da*

¹⁶⁷ DELGADO, Manuel – “Memoria y lugar: el espacio público como crisis de significado”. (p. 20).

¹⁶⁸ CALVINO, Italo – “As cidades invisíveis”. (p. 53).

¹⁶⁹ A actuação dos meios de comunicação é controversa e ilusória, uma vez que estes, apesar de aumentarem a sensação de pertença a um mundo comum e de contribuírem para uma acessibilidade facilitada a temas de interesse colectivo, quebram simultaneamente vínculos sociais de presença física, alimentando atitudes passivas e distantes. Como explica Daniel Innerarity, os meios de comunicação social *“ampliam os meios do comum e do público”*, contudo, não é possível conhecer verdadeiramente o meio urbano nem as práticas de cidadania através deles, sendo proporcionada apenas uma vivência parcial e fragmentada, considerando a usual manipulação da informação fornecida.

¹⁷⁰ Esta profunda mudança expressa-se, simultaneamente, pela perda de *lugares públicos* – característicos da cidade tradicional – que concediam identidade a uma forma urbana reconhecível. Segundo Carlos Martí Aris, no espaço urbano contemporâneo, existe uma enorme dificuldade em definir tais *lugares*, considerando que um *lugar público* *“(…) conecta-se física e visualmente com outros pontos da cidade e território, formando um entramado de relações capazes de dotar de estrutura a totalidade da cidade.”* (in “La construcción de los lugares públicos – notas para una etimología de la forma urbana”. (Artigo virtual disponível para consulta: <http://www-etsav.upc.es/personals/monclus/cursos/501.htm>).

urbanização desigual e debilidade ou especialização dos centros. Fragmentação pela exacerbação de alguns pressupostos funcionalistas: a combinação de um capitalismo selvagem com a lógica sectorial das administrações públicas produz a multiplicação de elementos dispersos e monovalentes num território cortado por vias de comunicação (...). E privatização com a generalização dos guetos segundo classes sociais desde os condomínios de luxo até às favelas, e a substituição das ruas, praças e mercados por centros comerciais.”¹⁷¹, sendo urgente contornar tais aspectos, tendo por base a capacidade intrínseca e intemporal do espaço público em criar e organizar ambientes mais propícios à vida *em comunidade* e sua representação.

Neste contexto, o projecto de um sistema de espaços públicos terá como objectivos primários a democratização do acesso a um espaço *comum* qualificado, independentemente da localização geográfica, ordenando e revitalizando áreas menos favorecidas, uma vez que este acesso é um direito cívico e uma oportunidade à cidadania; a superação de modelos funcionalistas abstractos¹⁷², dado que a arquitectura e urbanismo devem ser direccionados para usos reais e para o estabelecimento de relações concretas, não para interesses alheios ao benefício da comunidade¹⁷³; e o início do processo de compreensão e aceitação da diferença, integrando comunidades discriminadas e segregadas. Assim, o espaço público deverá ser o lugar onde se encontram referenciais comuns, mas também onde se articulam e integram divergências, sendo este sistema complexo alcançado, apenas, através de um processo contínuo e persistente, e não um cenário pré-adquirido ou repentinamente introduzido. Uma vez que o espaço público organiza a experiência social, deverá ser igualmente lugar de consciencialização onde se produz uma *realidade comum* além dos âmbitos individuais – será no espaço público que se superam interesses e conflitos particulares, sendo este um espaço regido por princípios de “*igualdade, reciprocidade, abertura e discursividade*.”¹⁷⁴.

Desta forma, recuperar o espaço público da cidadania pressupõe igualmente o resgate de dimensões simbólicas desvanecidas, bem como a identificação de lugares que possam vir a afirmar-se como potenciais marcos cívicos ou reforçar outros já existentes, revertendo o estado de decadência referido. Valorizar as características que sempre definiram a cidade – produto físico complexo marcado pela mistura social e funcional, pela capacidade de auto-governo, pela participação cívica, pelo encontro e intercâmbio – será, na opinião de Borja, a atitude capaz de contrariar a morte anunciada do espaço público. Na verdade, o urbanismo, na sua dimensão plena, reconhece que o espaço urbanizado não constitui

171 BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 17).

172 Manuel Solà-Morales destaca a imprescindibilidade de contrariar a “*arbitrariedade de projectos, muitas vezes em tempo e espaço, copiar modelos, tópicos, figuras e tendências*”, uma vez que tal atitude distorce por completo a natureza original do espaço público. (In SOLÀ-MORALES, Manuel – “L'impossible projecte de l'espai públic”. (Artigo virtual disponível para consulta em: <http://www.publicspace.org/en/text-library/cat/c006-l-impossible-projecte-de-l-espai-public>).

173 Entende-se por tais interesses as iniciativas privadas levadas a cabo por entidades competitivas que privatizam o espaço urbano congenitamente público. A obsessão pelo poder financeiro desequilibra facilmente o domínio e acções públicas, sendo o *direito à cidade* retraído e deteriorado. Segundo Daniel Innerarity, existe uma “*dinâmica correlativa de privatização do mundo comum e de empobrecimento do espaço público. O público é simplesmente o cenário da tramitação das reclamações privadas*.” in “O novo espaço público” – INNERARITY, Daniel. (p. 19).

174 INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 13).

espontaneamente *cidade* (espaço de cidadania), uma vez que a *cidade*¹⁷⁵ apenas se conforma sobre um território devidamente articulado – um território ordenado por tecidos urbanos heterogéneos interligados. O urbanismo será, assim, estratégia de integração – quer social como funcional –, superando os domínios da abstracção funcionalista. Segundo Manuel Solà-Morales, a *arte de construir cidade* que se apoia em modelos tradicionais de referência opõe-se ao urbanismo abstracto, no entanto, e de acordo com o mesmo autor, nem sempre o meio urbano, em constante mutação, encontra expressão nesses antigos modelos. Assim, somente a partir da observação cuidada das dinâmicas urbanas e do quotidiano dos habitantes, da identificação de pontos críticos, marcados pela ausência de energia e escassez de referências sociais, será possível antecipar uma intervenção precisa e objectiva, capaz de regenerar tecidos urbanos inanimados.

*“A degradação reduz-se por meio de estratégias que combinam abertura de alguns eixos e espaços públicos com acupuntura múltipla nos pontos mais críticos.”*¹⁷⁶

Neste sentido, o espaço público poderá ser pensado como um meio de articulação entre lugares desvitalizados, atribuído-lhes sentido, significado, e clarificando a sua complexidade – tornando-a acessível e manuseável –, uma vez que os fenómenos de dispersão não podem ser encarados com resignação, mas como uma oportunidade para se desenvolverem novas polaridades onde os indivíduos se possam reencontrar consigo mesmos e com os outros. Como refere Manuel Delgado, os fragmentos urbanos que compõem o espaço público são simultaneamente distintos mas indissociáveis¹⁷⁷, mantendo uma relação de mútua dependência e actuação sincrónica, ou, nas palavras de Nuno Portas, *“mais do que um grande desenho é um meta desenho que pode responder a esta ambição.”*¹⁷⁸.

Consequentemente, deve reflectir-se sobre a natureza destes espaços articuladores, sobre o seu estatuto, compromissos e expectativas, sobre as estratégias de dinamização que convidam ao seu uso, sobre *lugares sociais comuns* de transição e seus condicionalismos. Quando, na presente dissertação, se fala de um espaço exterior privado de usufruto público, alude-se a um lugar que pretende regenerar o uso do espaço público a partir da resolução ou atenuamento dos problemas que o fragilizam. A concepção destes espaços protéticos deve, assim, distinguir-se das acções de privatização que, contrariamente, apenas alimentam crenças individualistas e egocêntricas.

2.2.2.2. Sobreposições

A discussão e distinção entre espaço público e espaço colectivo na cidade ocidental surgiu no final do século XIX. Neste período, várias áreas privadas foram expropriadas para o desenvolvimento de

¹⁷⁵ O termo *cidade* é aqui utilizado no sentido de aludir à ambiência que caracterizava originariamente o seu espaço – composto por lugares, essencialmente, sociais e identitários.

¹⁷⁶ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 34).

¹⁷⁷ DELGADO, Manuel – “Memoria y lugar: el espacio público como crisis de significado”. (p. 39).

¹⁷⁸ PORTAS, Nuno – “Os tempos das formas”. (p. 119).



Fig. 053, 054 e 055 _ Seagram's plaza (1958) | Mies van der Rohe, Nova Iorque. (Espaço privado de usufruto público).

A revisão das regras de zonamento em 1956, promulgada pela cidade de Nova Iorque, delineou uma nova política de gestão e concepção de espaço público. A oferta de benefícios legais aos projectos que garantissem a cedência de espaço térreo privado ao usufruto público constituiu um importante incentivo à regeneração do planeamento urbano.

programas de usufruto público¹⁷⁹, uma vez que o espaço público deveria afirmar-se superior ao âmbito privado dada a sua capacidade ordenadora, bem como por constituir o lugar primordial da cidadania. No entanto, foi apenas na década de 1970 que importantes reflexões sobre o tema estimularam propostas concretas para o planeamento urbano, quer valorizando os elementos tipológicos principais – como a rua, praça, parque –, quer destacando o valor simbólico de peças arquitectónicas detentoras da memória urbana, ou ainda salientando “o valor da cidade como arquitectura e do traçado urbano como projecto”¹⁸⁰, superando a abstracção dos planos funcionalistas.

Porém, a excessiva promoção e desenvolvimento do espaço público pode conduzir ao esquecimento das potencialidades do espaço privado – espaço que seria igualmente útil às propostas de regeneração e enriquecimento da vivência social comunitária. Neste sentido, a defesa do espaço público não tem de pressupor uma estagnação a nível da inovação formal / tipológica, ou restringir-se às áreas que lhe são atribuídas, devendo antes aceitar (e procurar) o contributo, por vezes inesperado, de espaços de natureza distinta (ambígua), mas que partilham um objectivo comum, colaborando para o equilíbrio vital do meio urbano. Deste modo, os espaços públicos podem apresentar variações, dado que quanto mais rico e diversificado for, mais dinâmicas e abrangentes serão as relações que se estabelecem entre os diferentes componentes.

*“Dar um carácter urbano, público, aos edifícios e lugares que, sem ele, seriam apenas privados, constitui a função dos espaços públicos; urbanizar o privado: ou seja, converte-lo em parte do público.”*¹⁸¹

Considerando o direito universal dos cidadãos ao espaço urbano – “o direito ao espaço público é, em última instância, o direito a exercer como cidadão que têm todos aqueles que vivem e que querem viver nas suas cidades.”¹⁸² –, a ampliação da acessibilidade pública até ao domínio privado de carácter ambíguo é justificável, porém, um dos principais motivos deste avanço reside na tentativa de integração espontânea dos indivíduos, uma vez que o excesso de exposição por vezes experimentado num domínio puramente público – ou a perda de um espaço de transição mais recolhido –, pode excluir por completo determinadas formas de vida em comunidade e suas variantes. Como argumenta Borja, no seguimento da defesa pela polivalência funcional do espaço público, é essencial projectar *separações flexíveis*, facilitando as relações e transferências entre espaços de modo a que a transição seja gradual “desde os espaços comunitários ou vinculados à casa e a edifícios comerciais ou oficinas, até às praças e avenidas”¹⁸³, prevalecendo a continuidade sobre a ruptura. Um entendimento válido de espaço público poderá, assim, passar pela definição deste como campo relacional, onde diferentes pessoas, de diferentes raças e etnias

¹⁷⁹ SOLÀ-MORALES, Manuel – “Esta motivação, fundamentalmente reivindicativa, tem as suas raízes no pensamento utópico do século XIX, onde os modelos ideais de cidade equilibrada (como objectivo) e a municipalização (como instrumento) eram os pilares ideológicos de toda a política urbanística progressista.” in “Espacios Públicos / Espacios colectivos” in “De Cosas Urbanas”. (p. 185).

¹⁸⁰ SOLÀ-MORALES, Manuel – “Espacios Públicos / Espacios colectivos” in “De Cosas Urbanas”. (p. 185).

¹⁸¹ SOLÀ-MORALES, Manuel – *idem*. (p.187).

¹⁸² BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 11).

¹⁸³ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – *idem*. (p. 70).

desenvolvem diferentes actividades que se interligam, proporcionando o contacto físico – pela partilha de bens materiais –, mas também intelectual – pela partilha de conhecimento, informação e emoção –, sobre uma base espacial fragmentada, porém, simultaneamente, articulada por tais relações.

*“A própria dinâmica da cidade e os comportamentos das pessoas podem criar espaços públicos que juridicamente não o são, ou que não estavam previstos como tal, abertos ou fechados, de passagem ou aqueles onde tem de se ir expressamente. (...) Em todos os casos, o que define a natureza do espaço público é o uso e não o estatuto jurídico.”*¹⁸⁴

Contudo, o grau de apropriação, ou seja, a propensão de um espaço para se converter num *lugar*¹⁸⁵ através dos usos que propicia e da versatilidade que lhe foi concedida, varia de acordo com a sua natureza: um espaço público caracteriza-se pela acessibilidade absoluta, acentuando a disponibilidade para o uso e apropriação; por outro lado, o tipo de actividades bem como o comportamento dos utilizadores deve adaptar-se às regras de um espaço privado de usufruto público, sendo o grau de condicionamentos igualmente variável. Assim, ainda que os últimos possam constituir uma mais valia para o urbano, poderão, em simultâneo, inibir acções e comportamentos¹⁸⁶; no entanto, o mesmo pode registar-se num espaço público onde a ambiência projectada perturba o desencadeamento de acontecimentos variados e / ou o estabelecimento de contactos sociais. Geralmente o espaço privado é, por natureza, o lugar de excelência para a apropriação – os indivíduos criam a sua privacidade de acordo com as suas próprias necessidades e preferências –, enquanto que o espaço público procura responder e representar um conjunto de interesses polifónicos. Neste sentido, o maior desafio colocado ao espaço público será a sua elevação a *lugar público*, ou seja, a sua apropriação espontânea por parte de uma sociedade urbana. Deve sublinhar-se ainda que a possibilidade de expressão plena e sentimento de liberdade são dados pelo espaço público – lugar onde cada indivíduo manifesta a sua condição de sujeito activo na construção física e espiritual do meio urbano, uma vez que este mantém um compromisso perene com os cidadãos nesse sentido.

Neste cenário, um espaço privado poderá receber uma apropriação pública, assim como um espaço público poderá suportar apropriações privadas dentro de limites estabelecidos. Tais apropriações e sobreposições resultam da mistura de funções que compõem a vida colectiva e social (comércio, lazer, trabalho, cultura, etc.), sendo necessário o diálogo e partilha entre as duas esferas – *“as categorias do privado e do público diluem-se, agora servem menos.”*¹⁸⁷. De facto, o alastramento do domínio privado origina situações ambíguas no que diz respeito a questões de acessibilidade, sendo estas materializadas por dispositivos que poderão completar e dinamizar a vida pública.

184 BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 28).

185 HERTZBERGER, Herman – “O que torna um espaço num lugar é o enchimento [uso] dado pelo ocupantes / usuários. Um local torna-se um lugar particular colorido pelas ocorrências passadas e presentes, que trocam associações.” in “Articulations”. (p. 33).

186 Deve salientar-se que esta inibição por vezes pressentida nos espaços privados de usufruto público pode, ainda assim, ser positiva enquanto mediadora de atitudes negativas ou violentas, motivando o florescimento de uma consciência de responsabilidade e respeito pelo outro – atitudes cívicas nem sempre presentes na vivência do espaço público.

187 SOLÀ-MORALES, Manuel – “De Cosas Urbanas”. (p. 188).

São, assim, os lugares de interação e de interesse comum que, cada vez mais, definem os percursos quotidianos e o carácter dos lugares que os pontuam, podendo estes tomar a forma de praças públicas, cafés ou jardins privados abertos ao público, constituindo oportunidade e pretexto para o encontro pelos significados *comuns* que transmitem, pois como sublinha Cullen, “o *objecto mais móvel numa cidade é o ser humano e, por razões possivelmente diferentes, ele próprio necessita de poder ancorar-se nas várias actividades exteriores, comerciais, recreativas e sociais. Prever unicamente espaços livres de modo a que estas actividades possam simplesmente existir não é o suficiente. (...) Porque o homem é gregário, mas para o ser totalmente necessita do pretexto, do incidente ou de uma âncora. (...) a âncora é mais do que uma atracção unicamente de carácter utilitário. Por construção é imóvel, e logo, por tradição de uso, torna-se num ponto de encontro aceite por todos.*”¹⁸⁸. De nada serve forçar a introdução de espaços que se julgam oportunos, quando estes não têm capacidade de se encaixar nos circuitos diários das pessoas nem corresponder às suas expectativas de lugar de encontro. A vida de um espaço público depende, então, da vida humana que nele se desenrola, sendo essencial a presença de pessoas de modo a evitar o abandono e, conseqüentemente, fenómenos de vandalismo e delinquência. Os espaços exteriores abertos à comunidade deverão, portanto, atrair e concentrar vários grupos de pessoas que, por sua vez, possam atrair outros grupos – “*onde quer que haja gente (...), geralmente é certo que as pessoas e as actividades humanas atraem outras pessoas, situando-se perto delas. As novas actividades começam na proximidade do que está a acontecer.*”¹⁸⁹.

Segundo Marc Augé, “*se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar.*”¹⁹⁰. Este pensamento exclui, à partida, alguns espaços *comuns* de suporte à vida contemporânea – tais como hipermercados, interfaces de transportes públicos, etc. –, considerando que estes não remetem para uma identidade ou memória colectiva histórica. No entanto, nestes espaços registam-se igualmente contactos sociais ainda que, na sua maioria, pouco profundos. Confrontados pelo entendimento de Augé, mas revisitando em simultâneo os parâmetros de definição de um *lugar* enunciados por Hertzberger¹⁹¹, pode defender-se que o “*não-lugar*” não existe na sua integridade, reconhecendo antes a existência de espaços não-identitários – ou abstractos –, resultado dos fenómenos de dispersão e ocupação exponencial que apenas sugerem contactos superficiais. Neste sentido, deve questionar-se de que forma tais espaços poderão adquirir um carácter significativo e disponibilizar-se à apropriação social, ocasionando vivências públicas mais intensas.

Depreende-se, neste contexto, que o espaço público poderá ser fortalecido por espaços privados de usufruto público que corrigem, por sua vez, indefinições de identidade, ausências de significado e a escassez de oportunidades para a apropriação e reunião social, apresentando-se como instrumentos

188 CULLEN, Gordon – “Paisagem urbana”. (p. 106).

189 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 31).

190 AUGÉ, Marc – “Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade”. (p. 67).

191 Como já referido, um *lugar*, contrariamente a um *espaço*, pressupõe um ou vários centros de atenção, assim como uma apropriação física e emocional por parte dos ocupantes, sendo-lhe atribuído um *valor especial* reconhecido por um indivíduo ou por um grupo de pessoas (mais ou menos extenso).

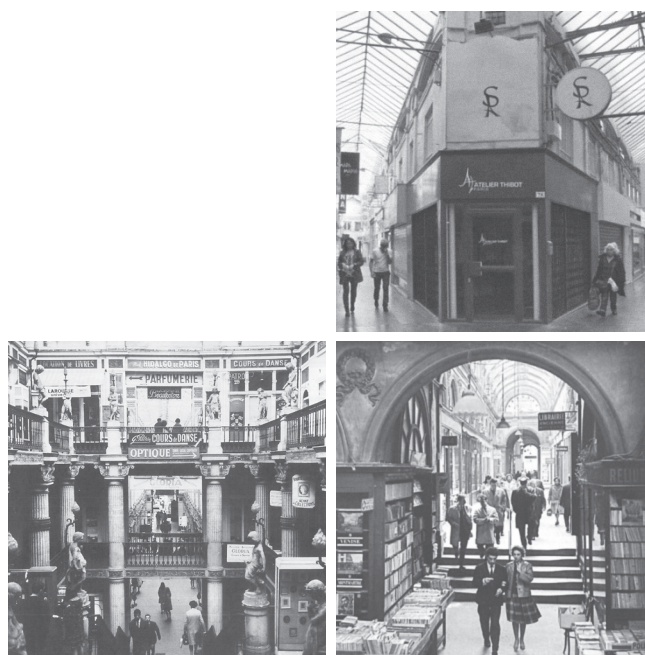


Fig. 056, 057 e 058 _ Galerias pedonais privadas de atravessamento público que conectam diferentes pontos da cidade.
(em cima) Passage du Caire (1779) | Paris; (em baixo à esquerda) Passage Pommeraye (1843) | Nantes; (em baixo à direita) Galerie Vivienne (1823) | Paris.



Fig. 059 e 060 _ (à esquerda) Passeio dos Clérigos (2012) | Porto; (à direita) Mercado do Bolhão (1914) | Porto.

O Passeio dos Clérigos – plataforma privada de usufruto público – estabelece a ligação dinâmica entre pontos emblemáticos da cidade, organizando-se em diferentes níveis, moldando-se à topografia existente.

O atravessamento pedonal conformado pelo Mercado do Bolhão une quatro ruas da cidade – Rua Formosa, Rua Sá da Bandeira, Rua Alexandre Braga e Rua Fernandes Tomás –, resolvendo as diferenças de cota entre elas, sob a forma de um espaço colectivo marcado pela identidade portuense.

protéticos de coesão. Outro possível contributo destes espaços assenta na sua participação activa no desenho e estruturação de percursos e atravessamentos urbanos. Muitas vezes, os projectos de iniciativa privada cedem parte (ou a totalidade) do seu espaço exterior à vivência cidadina, com o intuito de favorecer os dois domínios – encurtar distâncias e / ou colmatar rupturas que uma entidade impôs. Sublinha-se que o desenho de percursos pedonais não deve ser desvalorizado ou considerado secundário, uma vez que é a pé que se geram as verdadeiras relações sociais fomentadoras de uma identidade comum e da consciência de um território partilhado.

“As actividades sociais produzem-se de forma espontânea, como consequência directa da gente que deambula e está nos mesmos espaços.” ¹⁹²

Como referido, as estratégias de regeneração do espaço público tornam-se ainda mais oportunas quando confrontados pela generalização dos processos de privatização individualistas e discriminantes. A substituição do espaço público por espaços privados de acesso condicionado provoca o aumento das desigualdades sociais, e, como sabido, é no espaço público que se reflectem as principais crises sociais e outras adversidades dissimuladas. A sensação de insegurança na rua – a agorafobia – é um problema corrente que deriva do planeamento superficial do espaço urbano – muitas vezes os espaços não são pensados para transmitir segurança, mas antes para satisfazer funções específicas (como um parque de estacionamento por exemplo) ¹⁹³ –, assim como do desprezo pela heterogeneidade social – o projecto urbano não deve homogeneizar culturas mas antes clarificar as suas expressões. Neste cenário, questiona-se de que forma os espaços exteriores privados de usufruto público poderão contribuir para o restabelecimento de sensações de segurança e integração, bem como para o desenvolvimento pleno das práticas de cidadania.

“Os projectos e a gestão de espaços públicos e equipamentos colectivos são ao mesmo tempo uma oportunidade de produzir cidadania e uma prova do desenvolvimento da mesma. A sua distribuição mais ou menos desigual, a sua concepção articuladora e fragmentadora do tecido urbano, a sua acessibilidade e potencial de centralidade, o seu valor simbólico, a sua polivalência, a intensidade de uso social, a sua capacidade de criar ocupação, capacidade de fomentar novos públicos, a auto-estima e reconhecimento social, a sua contribuição para dar sentido à vida urbana... São sempre oportunidades que nunca se deveriam desperdiçar para promover os direitos e obrigações políticas, sociais e cívicas que constituem cidadania.” ¹⁹⁴

A solução poderá, assim, passar pela facultação de pretextos atractivos, acessíveis e integradores, sendo que estes surgem da criação, articulação e sobreposição de percursos aprazíveis que incluem ruas, praças, largos, esplanadas, galerias comerciais, espaços exteriores *comuns* vinculados a edifícios, lugares sociais de transição entre o público e o privado. Neste sentido, não se poderá reduzir o espaço público aos

¹⁹² GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 20).

¹⁹³ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “Não é um espaço protector nem protegido. Em alguns casos não foi pensado para dar segurança mas apenas para cumprir certas funções como circular ou estacionar, ou é simplesmente um espaço residual entre edifícios e vias.” in “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 23).

¹⁹⁴ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 73).



Fig. 061 _ Espaço exterior associado ao Museu de Arte Contemporânea (1995) | Richard Meier, Barcelona.



Fig. 062 _ Espaço exterior associado ao Centro Pompidou (1977) | Richard Rogers e Renzo Piano, Paris.

espaços puramente públicos, devendo incluir-se igualmente na sua rede todos os lugares que se afirmam como cenário da vida e expressão comunitária, sobretudo aqueles que garantem uma acessibilidade irrestrita, segura e confortável. A desejada redução das desigualdades sociais apenas se alcançará quando se priorizar o projecto destes sistemas abertos e interactivos, por sua vez caracterizados por uma acessibilidade plural e igualitária a lugares qualificados e compartilhados – sendo estes, como Nuno Portas refere, “*condição primeira da equidade e da sustentabilidade que hoje exigimos do espaço em que nos movemos ou onde paramos*”¹⁹⁵ –, surgindo, consecutivamente e de modo espontâneo, os fenómenos de agregação intrínsecos à índole humana.

*“A cidade deve fornecer lugares de comunicação, de informação gratuita, itinerários lúdicos. A luta por defender os espaços públicos constitui, em definitivo, um elemento básico para a democratização da sociedade. Cada vez que um lugar público se privatiza, é a colectividade que perde e vê diminuído o seu direito de participar na cidade. Este direito à cidade deve ampliar-se com a exigência do direito à memória, à beleza e aos lugares de expressão da comunidade.”*¹⁹⁶

*“O espaço público supõe pois domínio público, uso social colectivo e multifuncionalidade. Caracteriza-se fisicamente pela sua acessibilidade (...). A qualidade do espaço público poderá avaliar-se sobretudo pela intensidade e qualidade das relações sociais que facilita, pela sua força de misturar grupos e comportamentos; pela sua capacidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração culturais. Por isso é conveniente que o espaço público tenha algumas qualidades formais como a continuidade no espaço urbano e a faculdade ordenadora do mesmo, a generosidade das suas formas, do seu desenho e dos seus materiais, e a adaptabilidade a diversos usos ao longo do tempo.”*¹⁹⁷

¹⁹⁵ PORTAS, Nuno – “Os tempos das formas”. (p. 201).

¹⁹⁶ MONTANER, Josep Maria – “La modernidad superada: arquitectura y pensamiento del siglo XX”. (p. 177).

¹⁹⁷ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 28).



Fig. 063 _ MORELL, Abelardo | "Laura and Brady in the shadow of our house". 1994.

*"Toda a cidade é espaço público por excelência. O que distingue a cidade e a casa seria o que faz a diferença entre o público e o privado. A cidade acolhe o privado, mas, na verdade, é o conjunto de todos os espaços da cidadania – daí a beleza das cidades nas quais não cabe o privado. Não se deveria colocar restrições sobre a vida na cidade. Não creio que se tenha que colocar portas na cidade. As estações de comboio são espaços públicos de excelência porque nunca tiveram que fechar as portas. (...) Quais são os edifícios de vocação pública? O privado está ligado à sensação de propriedade que se experimenta ao abrir a porta de casa, mas também há culturas onde as portas de casa estão abertas. Ao privado gostaria de associar apenas o íntimo; o público é onde entendemos que estamos inteiramente disponíveis para o outro, enquanto que o privado é apenas para nós mesmos. A dicotomia entre cidade e casa é a que converte as pessoas em cidadãos. A casa fica como último reduto do íntimo. A cidade é tudo aquilo que não afecta a vida da intimidade, tudo é cidade, tudo isso é espaço público."*¹⁹⁸

2.3. Sobre o desenho do espaço privado (direccionado ao usufruto público)

*“As portas param e separam. A porta rompe o espaço, divide-o, impede a osmose, impõe os tabiques: por um lado estou eu e minha casa, o privado, o doméstico (o espaço carregado com as minhas propriedades (...)), pelo outro lado estão os outros, o mundo, o público, o político.”*¹⁹⁹

A delicada relação entre espaço público e espaço privado é uma temática incontornável na discussão da arquitectura e do urbanismo. As formas urbanas, que determinam ou respondem a diferentes modos de vida e sociabilidade, delineiam os contornos dos dois domínios, distinguindo singular e plural, individual e colectivo. Porém, estas esferas, opostas à partida, participam, ainda que de modo distinto, no processo de integração e reconhecimento dos indivíduos no mundo comum. Assim, não será possível discutir o desenho do espaço urbano sem incluir igualmente o contributo da esfera privada – espaço onde se gera o ser humano, lugar de conforto que ditará em parte a sua vivência e atitude pública, tal como defende Bachelard. Segundo este autor *“a casa é o nosso canto do mundo”*²⁰⁰, assegurando uma âncora ou vínculo emotivo perante a estranheza e desconhecimento do exterior – sendo este último, simultaneamente, sinónimo de libertação como já exposto²⁰¹ – *“sem ela o homem seria um ser disperso.”*²⁰². Neste sentido, o interior deverá corresponder ao ambiente protegido²⁰³, enquanto o exterior representará exposição e vulnerabilidade, devendo tais sensações ser calibradas de modo a que o indivíduo se encontre a si mesmo e se reconheça, igualmente, como cidadão e ser social. Seguindo a mesma linha de pensamento, Sennett argumenta que as pessoas são mais sociáveis quando lhes é assegurado um espaço de observação – uma distância que garante o respeito pela intimidade de cada um.²⁰⁴ O espaço privado poderá ser, desta forma,

199 PEREC, Georges – “Especies de espacios”. (p. 64).

200 BACHELARD, Gaston – “A poética do espaço”. (p. 200). No mesmo sentido, Hertzberger afirma que *“um ninho seguro – espaço conhecido à nossa volta, onde sabemos que as nossas coisas estão seguras e onde podemos concentrar-nos sem sermos perturbados – é algo que cada indivíduo precisa tanto quanto o grupo. Sem isso, não pode haver colaboração com os outros. (...) Não pode haver uma aventura sem uma base para onde retornar: todos precisam de alguma espécie de ninho para pousar.”* (in “Lições de Arquitectura (p. 28)), reconhecendo a relevância do espaço individual na construção de uma realidade comum.

201 Ver capítulo “O espaço público”. (p. 79).

202 BACHELARD, Gaston – “A poética do espaço”. (p. 201).

203 Deve referir-se que a noção de intimidade e privacidade doméstica apenas surgiu no século XVII, altura em que os valores burgueses atingiram o seu auge e se ansiava por um espaço para a família – refúgio para os terrores da sociedade –, face à emergência da individualidade. Como explica Javier Echeverría, a casa não foi sempre lugar de privacidade – não havia sequer lugar fixo para a cama. A vida social tinha igualmente lugar no âmbito privado, ainda que circunscrita a conhecidos – *“a sala grande onde se comia, se conversava, se recebiam visitas, se tecia, se faziam tarefas domésticas e se dormia: a casa medieval era um lugar público, e não privado. (...) Isto sucedia nas cidades entre famílias ricas. Outros estratos sociais nem sequer viviam em casas.”* (in “Cosmopolitas domésticos” – ECHEVERRÍA, Javier. (p. 36)). Apenas no século XVIII se tornou habitual a distinção entre espaços íntimos e públicos na organização espacial doméstica. A casa será o primeiro espaço onde se toma consciência da contradição da vida pública e, ao mesmo tempo, lugar onde se inicia o desenvolvimento e conservação de uma memória colectiva – desde as recordações familiares a símbolos culturais comuns.

204 SENNETT, Richard – *“(...) os seres humanos precisam de manter uma certa distância de observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis.”* in “O declínio do homem público: tiranias da intimidade”. (p. 29).

um suporte para o desenvolvimento da vida social quando projectado nesse sentido. Os casos estudados – espaços exteriores privados de usufruto público –, declaram-se como espaços sociais de transição onde têm lugar as regulações de intimidade e publicidade, evitando o contacto abrupto entre diferentes ambiências.²⁰⁵ Deve salientar-se ainda, neste contexto, que grande parte das crises sociais deriva de sentimentos de insegurança provocados pela fragmentação e desencontro entre o domínio público e privado, podendo tal colmatação ser efectuada por espaços exteriores privados de usufruto público, considerando os contributos significativos que posteriormente serão apresentados.

Deve também lembrar-se que a tradicional distinção entre espaço público e espaço privado apresenta hoje contornos ambíguos, não correspondendo, por completo, às transformações reais que constantemente reformulam os dois domínios. A evolução dos meios de comunicação e informação promove a sobreposição das esferas, incentivando o favoritismo pelo espaço privado devido às comodidades que dispõe, e, tal como refere Innerarity, enquanto uns acreditam que estes facilitam a integração dos indivíduos numa cultura comum, outros inquietam-se com a possível *fragmentação e polarização social*.²⁰⁶ De facto, apesar dos meios de comunicação contribuírem para uma acessibilidade democrática a temas de interesse público e de aumentarem a sensação de pertença a um mundo comum, estes desvirtuam simultaneamente o espaço público enquanto lugar social.²⁰⁷ Os vínculos relacionais, que apenas se estabelecem pela presença física, são substituídos por uma atitude passiva²⁰⁸ – “a passividade é a lógica dessa tecnologia”²⁰⁹ –, sendo proporcionada somente uma vivência artificial e fragmentada da realidade, distante do verdadeiro conhecimento urbano e das práticas da cidadania. Javier Echeverría²¹⁰, ciente da telepresença pública no âmbito privado, afirma que “o público gira hoje em dia em torno do privado, e reciprocamente.”, tendo a vida pública adquirido um formato doméstico onde a distinção entre interior e exterior perdeu a sua validade plena. A esfera pública estende-se, assim, além dos seus limites físicos, projectando-se virtualmente em redes sociais, invadindo o espaço privado e alterando comportamentos, tal como acontece no sentido inverso.

205 A necessidade de mediação entre esfera pública e privada não é um tema recente. As casas burguesas do século XIX já apresentavam dispositivos de suporte que qualificavam esta transição – como o jardim –, evitando que a fronteira entre público e privado fosse coincidente com a transição entre interior e exterior, e, assim, a súbita exposição em demasia. Contudo, este jardim seria apenas de usufruto privado, ainda que a vedação permeável demonstrasse o desejo de exibição e contacto com o público.

206 INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público”. (p. 12).

207 De acordo com Richard Sennett, os meios de comunicação facilitaram o conhecimento mútuo de diferentes grupos sociais, porém, tornaram o seu contacto desnecessário. Os instrumentos tecnológicos são, simultaneamente, íntimos por se assistirem geralmente em casa, mas também públicos pela informação que fornecem, sendo este um paradoxo de isolamento e visibilidade.

208 Enquanto que “nos discursos parlamentares do século XVIII, assim como no teatro, uma frase bem dita, uma sentença significativa, podia ser pontuada pela plateia, isto é, repetida a pedidos”, os meios de comunicação inibem a capacidade de acção política / social dos cidadãos – “não se pode responder ao aparelho de TV, apenas se pode desligá-lo.” in “O declínio do homem público: tiranias da intimidade” – SENNETT, Richard. (p. 345).

209 SENNETT, Richard – “O declínio do homem público: tiranias da intimidade”. (p. 346).

210 Javier Echeverría é professor do Politécnico de Madrid e da Universidade do País Basco, doutorado em Filosofia pela Universidade Complutense de Madrid. É especialista em ética e filosofia da ciência, tendo desenvolvido investigação sobre as relações entre tecnologias da informação, ciência e sociedade, e ganho vários prémios com os seus ensaios.

*“Se considerarmos a cidade como o local onde se encontram as esferas individual e colectiva, então a característica das cidades autênticas é a relação entre o EU e o TU. É esta relação entre TU e EU que tem hoje de ser reencontrada. Não há máquinas que possam substituir a presença corporal, nem o telefone, nem a rádio, nem a televisão.”*²¹¹

Porém, e ainda que se reconheça, muitas vezes, o favoritismo da esfera privada, o interesse pelo exterior e mundo público sempre foi uma constante. Os meios de comunicação são exemplo disso, abrindo o ambiente doméstico ao mundo num grito pela socialização, assim como outros instrumentos e dispositivos que ao longo do tempo manifestaram o permanente desejo de contacto entre as diferentes esferas. A preocupação em manter o indivíduo como ser social, oferecendo-lhe meios que contrariam o recolhimento e silêncio característicos não só do século XIX²¹² mas também da nossa época, é expressa em diferentes âmbitos (virtuais e espaciais). A concepção de dispositivos híbridos, a partir dos quais se podia observar tranquilamente o exterior desde um ponto seguro – como varandas, terraços, *bow-windows*, mirantes²¹³ – confirma a sedução pela rua, pelo público e a vontade de transposição para o exterior. Estes dispositivos funcionam como distância de segurança que, quando explorados e desdobrados em diferentes representações – mais ambíguas e flexíveis – podem conformar lugares de aproximação entre os dois domínios, bem como propiciar o seu contacto saudável e ponderado.

*“Se o ambiente público atrai ou afasta depende, entre outras coisas, de como está situado em relação ao privado e como está desenhada a fronteira entre ambos. (...) Os limites muito definidos (...) dificultam a transferência para o ambiente público (...). Por outro lado, os limites flexíveis – em forma de zonas de transição que não são totalmente privadas nem totalmente públicas – poderão actuar frequentemente como elementos de conexão, tornando-se assim mais fácil, tanto física como psicologicamente, que os residentes e as actividades vão e voltem entre público e privado, entre interior e exterior.”*²¹⁴

As sensações de segurança / protecção e de controlo sobre o espaço envolvente – concedidas pelo domínio privado – deverão ser assim ultrapassadas e reformuladas num lugar compartilhado, uma vez que o espaço é congenitamente relacional, tal como a natureza humana, sendo a interacção um comportamento inato. É certo que a estranheza do mundo exterior pode contrariar ideias definidas no núcleo familiar, porém, tais contradições enriquecem o ser humano, as suas percepções e experiências, convertendo-se num meio de socialização e aprendizagem. De acordo com Innerarity, *“a primeira pessoa do plural é um lugar cómodo:*

211 GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e comunidade”. (p. 79).

212 SENNETT, Richard – “O espectador silencioso, sem ninguém de especial para assistir, protegido pelo seu direito de ser deixado sozinho, poderia agora estar também absolutamente perdido em seus pensamentos, em seus devaneios; paralisado de um ponto de vista sociável, sua consciência podia voar livremente. (...) O silêncio, portanto, superpunha o imaginário público e privado. O silêncio tornava possível que se fosse ao mesmo tempo visível aos outros, e isolado dos outros.” in “O declínio do homem público – tiranias da intimidade”. (p. 269).

213 MOTA, Nelson – “Trata-se de uma forma de conformar o espaço que, apesar de se encontrar no interior, produz a sensação de transporte para o exterior. (...) São espaços de transgressão porque a sua função pressupõe uma certa exposição (...)” in “A arquitectura do quotidiano: público e privado no espaço doméstico da burguesia portuguesa no final do século XIX”. (p. 237).

214 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 125).

Fig. 064 _ (à direita) MYDANS, Carl | *"Boy at the window"*. Alemanha, 1954.

Fig. 065 a 070 _ (em baixo) HENDERSON, Nigel | *"A group of children playing outside"*. Londres, 1949 - 1956.

O conjunto de imagens apresentado procura evidenciar a multiplicidade de estímulos decorrente da experiência comunitária *no exterior*, em contraponto à estagnação vivenciada num ambiente enclausurado, sem possibilidade de extensão.



serve de coarctada, oferece segurança, dilui a responsabilidade, acompanha o solitário. É também uma sede inevitável, pois nós, humanos, estamos no mundo plural"²¹⁵, evidenciando os privilégios do encontro físico e espiritual entre público e privado. No mesmo sentido, Sennett afirma que *"quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais difícil nos será sentir ou exprimir sentimentos."*²¹⁶, culminando o excessivo isolamento numa frustração quer pessoal – por não conseguir conhecer e interagir –, como social – por não ser possível dar a conhecer nem se possibilitar a interação.

Neste sentido, a comunhão entre espaço público e privado poderá propiciar o alargamento e descompressão da vida privada – existência perpetuamente incompleta quando não conciliada com lugares regidos pela espontaneidade e pluralidade de acontecimentos. Giedion acrescenta ainda que a vivência particular do meio urbano – a experiência da monumentalidade por exemplo – enriquece e anima comumente o espírito individual²¹⁷ além de qualquer crença ou interesse pessoal, do mesmo modo que a experiência da sociabilidade, que se inicia naturalmente em lugares comunitários de transição e inserção, promove a dilatação da psique e a consequente percepção do *eu* e do *outro*. A este respeito Jane Jacobs declara que *"(...) se os contactos interessantes e significativos entre habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia. As cidades estão cheias de pessoas com quem o contacto é proveitoso e agradável"*²¹⁸, advertindo para os benefícios – quer a nível individual como comunitário – dos lugares disponíveis ao contacto social. Assim, espaço público e espaço privado, fenómenos evolutivos que se transformam e alternam propriedades e prioridades ao longo do tempo, devem ser pensados conjuntamente, considerando os modos de expressão humana e comunhão social que representam, corrigindo-se reciprocamente.

*"(...) esta distinção [público e privado] cobre uma variedade de assuntos que são analiticamente diferentes e, ao mesmo tempo, subtilmente interligados e sobrepostos."*²¹⁹

Contudo, e ainda que se verifique a sobreposição referida, a delimitação efectiva entre espaço público e privado não pode ser ignorada, uma vez que esta traduz, além da ordem civil e legislativa, o direito universal à privacidade. Surge, deste modo, evidente o contributo dos espaços privados de usufruto público – *lugares sociais comunitários* de transição – na mediação entre os dois domínios, materializando sistemas sensíveis às especificidades do lugar e da comunidade, e incorporando as premissas base que geram o ser social e urbano²²⁰. Os espaços estudados representam, neste sentido, uma tentativa de reorganização espacial e social, atendendo à influência dos suportes físicos no comportamento dos indivíduos – uma

215 INNERARITY, Daniel – "O novo espaço público". (p. 145).

216 SENNETT, Richard – "O declínio do homem público: tiranias da intimidade". (p. 16).

217 GIEDION, Siegfried – *"(...) o povo precisa de expressão para a sua necessidade de esplendor, de alegria e de elevação interior."* in "Arquitectura e comunidade". (p. 31).

218 JACOBS, Jane – "Morte e vida de grandes cidades". (p. 60).

219 INNERARITY, Daniel – *op. cit.* (p. 29).

220 Como referido inicialmente, a presença de um espaço de transição, onde o indivíduo pode regular o seu nível de exposição, bem como satisfazer o desejo de contacto com o mundo exterior a partir de um ponto seguro, será uma das premissas para este se reconhecer e assumir enquanto ser urbano social.

estrutura espacial indisciplinada propicia o isolamento e atrofiamento humano –, sendo crucial reconhecer e valorizar o uso e organização de espaços partilhados que, por sua vez, poderão otimizar, de modo recíproco, âmbitos privados e individuais.

*“Os centros colectivos construir-se-ão logo que as cidades deixem de ser entendidas como meras aglomerações de locais de trabalho e sinais de trânsito. Crescerão rapidamente logo que os homens sintam realmente o isolamento em que vivem no meio duma multidão que se empurra, e quando o desejo de uma vida mais rica, isto é, de uma vida em comunidade, não se deixe abafar.”*²²¹

*“Esta oposição extrema entre o público e o privado – como a oposição entre o colectivo e o individual – resultou num cliché, e é tão sem matizes e falsa como a suposta oposição entre o geral e o específico, o objectivo e o subjectivo. Tais oposições são sintomas da desintegração das relações humanas básicas. (...) No nosso mundo, experimentamos uma polarização entre a individualidade exagerada, de um lado, e a colectividade exagerada, de outro. Coloca-se excessiva ênfase nestes dois pólos, embora não exista uma única relação humana que nos interesse como arquitectos que se concentre exclusivamente num indivíduo ou num grupo, ou mesmo que se concentre de modo exclusivo em todos os outros, ou seja, no mundo externo. É sempre uma questão de indivíduos e grupos em inter-relação e compromisso mútuo, é sempre uma questão de colectividade e indivíduo, um face ao outro.”*²²²

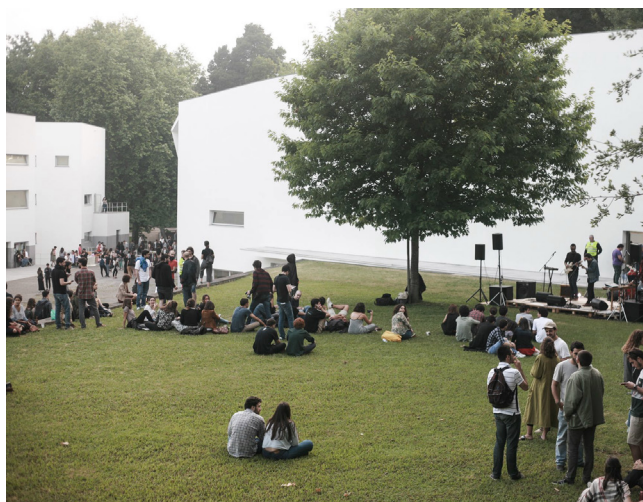


Fig. 071, 072 e 073 _ (em cima) Espaço público | Passeio das Virtudes – Porto, 2015; (ao centro) Espaço colectivo | Pátio exterior do Museu de Serralves – Porto, 2009; (em baixo) *Lugar social comunitário* | Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura – Porto, 2017.

2.3.1. O espaço colectivo e o *lugar social comunitário*

2.3.1.1. Entendimentos e clarificações

O espaço urbano, pertença congénita de todos os habitantes, reflecte o seu valor e qualidade através da diversidade espacial e multiplicidade de escolhas que oferece. Contudo, não se trata apenas do espaço em si – acessível fisicamente como base para o percurso –, sendo igualmente necessária uma acessibilidade espiritual que vincula a realidade imaterial do quotidiano ao espaço concreto, convertendo-o num *lugar* – uma apropriação social e emotiva. Assim, o espaço e arquitectura urbana compõem-se por lugares de diferentes naturezas, atendendo à capacidade que estes manifestam para acolher e atrair actividades que reúnam um conjunto heterogéneo de pessoas, e, consequentemente, de propiciar a vivência comum e social dos habitantes, independentemente do estatuto que lhes está associado.

Neste contexto, destacam-se variantes do espaço privado que se integram espontaneamente na estrutura de espaços públicos devido à sua vocação ambígua / *comum* predominante. Pode, desta forma, denominar-se *comunitário* o lugar exterior privado que, pelo seu carácter de usufruto público e acessibilidade irrestrita, se apresenta como palco para diversas práticas sociais, aproximando grupos de pessoas e qualificando os seus modos de vida, ao contrário de um espaço que apesar de público não transmite qualquer significado nem sugere qualquer prática, servindo unicamente uma função neutra: circulação automóvel ou estacionamento, espaços residuais resultantes da implantação de edifícios indiferentes ao planeamento urbanístico do espaço envolvente. Neste cenário, a qualificação e complementaridade da rede de espaços públicos apresenta-se como consequência da (ou como estratégia para a) superação de uma dimensão estritamente funcional, no sentido de evidenciar a importância do ambiente concebido para a urbanidade²²³ – “*a forma desenhada para viver colectivamente e para a representação da colectividade.*”²²⁴. De facto, a qualidade urbana surge apenas quando o lugar consegue ultrapassar a simples função, articulando diferentes áreas, actividades e elementos, disponibilizando-se de modo igualitário para vários grupos, géneros e faixas etárias, dando azo a uma consciência e apropriação comumente partilhada. A par do entendimento exposto sobre o *lugar social comunitário*, deverá considerar-se a definição de *espaço colectivo*, frequentemente confundida com as noções de espaço público e espaço privado de usufruto público. *Colectivo*, no sentido estrito da palavra, diz respeito ao uso exclusivo de um determinado grupo, colocando restrições efectivas à apropriação social do espaço, sendo tal fatalidade superada pelo *lugar comunitário* – aberto ao meio comum, destinado à fruição de todos. A este respeito, a diferenciação entre espaço colectivo e espaço social exposta por Hertzberger parece-nos pertinente: enquanto o primeiro apresenta uma natureza unifocal – centrando-se num único acontecimento –, o segundo promove a diversidade e sobreposição de episódios, funcionando como catalisador de contactos sociais e da própria vocação pública do espaço, tal

223

De acordo com Manuel Solà-Morales, a urbanidade não se reduz às práticas sociais e condutas civis, tendo igualmente um sentido material. Deste modo, a matéria e suas formas devem expressar significados civis, estéticos, funcionais e sociais, sendo esta a condição-base para a definição de lugares públicos. A urbanidade resultará, assim, “*da articulação das coisas urbanas.*”. in “*De cosas urbanas.*”. (p. 148).

224

BOHIGAS, Oriol – “*Em defesa da urbanidade*” in “*El espacio publico: ciudad y ciudadanía.*”. (p. 4).



Fig. 074 e 075 _ Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-1970) | Nuno Teotónio Pereira, Lisboa.

O conjunto de imagens ilustra uma gradação do *nível de publicidade* do espaço, representado pelo adro da igreja – acessível a todos, ainda que directamente vinculado à função do edifício que serve –, e pelo espaço interior, destinado à fruição de uma colectividade.

como um verdadeiro *lugar comunitário*. Neste sentido, a componente social²²⁵ será a premissa responsável por elevar a condição *colectiva a lugar social aberto à comunidade*, pois como sublinha Manuel Delgado “*nem tudo o que é colectivo há-de ser por força comum*”²²⁶. Contudo, persistem ainda teses referentes a este espaço *comum* que poderão equivocar os entendimentos apresentados, sendo crucial a análise do contexto em que os termos são aplicados.

*“Temos definido como espaço colectivo o conjunto daqueles lugares, quase nunca homogéneos na sua tipologia, mas ligados pela unidade do seu significado colectivo (para toda a comunidade ou para uma só classe social) e pela sua coesão determinada pela construção histórica da cidade e da sua imagem.”*²²⁷

Assim, deve esclarecer-se que o espaço urbano, composto por lugares públicos e colectivos, desdobra-se em espaços cuja viscosidade aponta diversos graus de acessibilidade (física e espiritual), de modo a organizar e enriquecer o tecido urbano, bem como o seu uso, experiência e percepção. Os elementos urbanos colectivos podem, então, apresentar-se sob a forma de edifícios²²⁸, ou como “vazios” – tendencialmente mais *comuns* – que se contrapõem aos volumes da malha urbana, num diálogo que se pretende equilibrado pela mútua complementaridade. Ao longo da história da cidade, este espaço liberto, que se constitui como parte do sistema de espaços públicos, viu a sua importância ser, por vezes, desvalorizada mas também reconhecida, sendo que actualmente o seu tratamento é essencial para potenciar lugares de qualidade e com significado comum. A valorização de vazios urbanos, assim como a reabilitação e requalificação de espaços descaracterizados por via do planeamento de novos lugares colectivos ou *comunitários*, é uma realidade actual em construção. Na verdade, não é possível falar, reflectir e intervir sobre a arquitectura urbana sem antes reconhecer devidamente as suas diversas formas, tipologias e consequentes relações, pois existe neste sistema uma continuidade que impede a dissociação dos elementos.

“A leitura da cidade como feito complexo, construído por justaposição de fragmentos autónomos, cronologicamente sucessivos, se é bem legítima contém um risco: o de manifestar-se como uma leitura estática. Arriscamo-nos a perder as conexões e as incidências – que ocorrem entre os

225 Herman Hertzberger afirma que “onde quer que as pessoas se encontrem – por acaso ou como transeuntes –, ou convergem no acto da reunião – acidentalmente ou deliberadamente –, pode usar-se o termo de espaço social. (...) É muito humilhante o modo como arquitectos e urbanistas estão aptos para simplificar a gama completa e a complexidade deste fenómeno quando se começa a analisá-lo e a explicá-lo. (...) Em toda a parte do domínio colectivo, interior ou exterior, existe um espaço social a descobrir.” (in “Articulations”. (p. 40)), sendo fundamental considerar as diversas formas de relacionamento que se transpõem para a organização do espaço, para que estas possam ser devidamente recebidas, preservadas e, possivelmente, difundidas.

226 DELGADO, Manuel – “Memória y lugar – El espacio público como crisis de significado”. (p. 23).

227 CERASI, Maurice – “El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna”. (p. 12). Na sua tese, Cerasi não diferencia a possível variação entre espaço colectivo e espaço permanentemente aberto à comunidade, evidenciando apenas o contributo dos lugares onde se regista uma vivência social significativa.

228 Segundo Manuel Solà-Morales, “a boa cidade é aquela em que os edificios particulares – sobretudo os bons edificios particulares – pretendendo ou não, são elementos públicos e transportam significados e valores sociais mais além de si mesmos, e nisso está o seu modo de ser urbanos” in “Espacio publico / espacio colectivo” in “De cosas urbanas”. (p. 190).

*elementos dentro de um mesmo sistema de funções, apesar da distinta derivação histórica, da distinta lógica projectista de qualquer elemento.”*²²⁹

Na opinião de Maurice Cerasi²³⁰, os espaços colectivos não se agrupam linearmente nem se restringem a uma única tipologia, o que, juntamente com a permanente transformação, poderá tornar menos clara a sua determinação. Contudo, de acordo com a tese do mesmo autor, os espaços colectivos partilham algumas propriedades que parecem coincidir com os atributos de um *lugar social comunitário*: características físicas, tais como a acessibilidade ao público e a escala apropriada para o estabelecimento de contactos sociais; e sobretudo sensoriais, como a transmissão do sentimento de pertença, a tendência para se afirmarem como elementos de orientação no percurso e vivência da cidade e a comunicação de significados comuns. Deste modo, e evocando Nuno Portas, mais do que um marco físico, o espaço *comum* pode transportar valores simbólicos²³¹ maiores que garantem a sua permanência e relação com os restantes elementos urbanos, bem como a consolidação de uma memória compartilhada.

*“O espaço colectivo de uma cidade pode ser definido como o sistema unitário de espaços e edifícios englobados no território urbanizado que têm incidência sobre a vida colectiva, que definem um uso comum para amplos extractos da população e que constituem a sede e os lugares da sua experiência colectiva. O conceito é certamente uma convenção pura: o espaço colectivo não existe como um facto unitário e reconhecível. Tal como expressei, abrange mais uma série de atribuições de uso que uma relação de elementos físicos facilmente classificáveis. Não é por acaso que as análises dos geógrafos e historicistas não mencionem o espaço colectivo, que aparece como uma categoria demasiado fugaz para os seus instrumentos, enquanto que por outro lado descrevem antes o espaço aberto, o centro da cidade, os monumentos dominantes: ou seja, descrevem os componentes do espaço colectivo [ou, possivelmente, componentes da rede de espaços comuns].”*²³²

Assim, entende-se que o conjunto de espaços colectivos – que inclui, como referido, edifícios de usufruto público (igrejas, bibliotecas, escolas), e espaços exteriores abertos temporariamente –, bem como o conjunto de espaços *comunitários* abertos permanentemente, isto é, sem condicionamentos rígidos de acessibilidade, não deverão confundir-se com o espaço público da cidade, uma vez que o conjunto de espaços colectivos (assim como um espaço privado comunitário) “(...) *desliga-se da condição base*

229 CERASI, Maurice – “El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna”. (p. 69).

230 Maurice Cerasi é um arquitecto turco que se interessa particularmente pelo planeamento de espaços abertos, tendo desenvolvido diversos projectos de parques urbanos, e reflectido sobre o tema em vários escritos e publicações científicas. Este arquitecto, que completou a sua formação em arquitectura em Istambul e Florença, interessa-se igualmente pelo projecto arquitectónico habitacional, sendo a relação entre o espaço aberto comum e o espaço residencial um dos temas de análise.

231 PORTAS, Nuno – “O papel que o espaço colectivo é chamado a desempenhar ao nível simbólico consiste (como sempre) em tornar reconhecível a imagem de unidade do todo, dentro de um sistema de partes complementares por mais diferentes que estas sejam.” in “Os tempos das formas”. (p. 119).

232 CERASI, Maurice – *op. cit.* (p. 87).

*de bem público para se instalar na condição de elemento aberto à comunidade.”*²³³. Deste modo, os espaços colectivos e *lugares sociais comunitários* poderão ser parte integrante, ainda que distinta, da rede de espaços públicos, complementando-a e excedendo-a quando estendidos para o interior edificado. De facto, o restabelecimento do espaço público como esqueleto ordenador implica o seu aprimoramento através da integração física e social de novos espaços exteriores que não deverão ser apenas residuais, mas igualmente estruturantes, e, por conseguinte, devidamente planeados.

Neste sentido, será oportuna a identificação e conformação de entramados compostos por lugares *comuns* inter-relacionados que, por sua vez, possam contribuir para a revalorização da vivência pública e intensificação da experiência urbana, dado que a relação estabelecida entre os habitantes e a cidade é medida pela qualidade do seu espaço. Segundo Nuno Portas, *“as responsabilidades do programa da arquitectura da nova cidade alargada, incidem, fundamentalmente, na disposição do máximo de escolhas e solicitações oferecidas à grande massa dos habitantes (...) e, por outro lado, numa organização do espaço em formas sensíveis, compreensíveis para a vida social, que contribua para caracterizar as novas células como focos de civilização, ligando o seu desenho à revisão do conceito de comunidade em meio urbano”*²³⁴, sublinhando-se a proeminência da vertente social associada a um uso compartilhado, uma vez que as formas urbanas apenas serão usufruídas na sua plenitude quando concebidas em função das particularidades sociais e culturais que marcam o contexto, e quando disponibilizadas para a expressão livre das suas práticas. O planeamento urbano encontra-se, deste modo, estritamente vinculado às formas de vida da sociedade em mutação, sendo possível, no entanto, dirigir a intervenção para comunidade emergente através do projecto em *continuidade* com o meio físico e espiritual existente: enfatizando a identidade quer do lugar como dos seus habitantes, reforçando o sentimento de pertença pelo reconhecimento das formas empregues e sua receptibilidade, e compreendendo as especificidades e riqueza de cada elemento compositivo. A este respeito, devem apontar-se os fenómenos onde, por vezes, o espaço público – apesar dos seus diversos atributos, entre os quais a afirmação como lugar de encontro –, se manifesta sob a forma de simples elementos de viabilidade – como a *rua* quando concebida apenas como artefacto de circulação (mais do que um espaço de passagem, a rua é um eixo cívico, um lugar de socialização). Com o objectivo de reverter tais circunstâncias, os *lugares sociais comunitários* não devem ser pensados como elementos isolados mas antes como uma sugestão de feito colectivo – influenciando-se reciprocamente e justificando a permeabilidade espacial desde a esfera pública até ao núcleo privado, dada a contiguidade e relações ambicionadas entre estratos urbanos coexistentes. O espaço *social comunitário* englobará, assim, espaços exteriores privados de usufruto público que, pela sua vocação ambígua, asseguram a articulação dinâmica do meio urbano, sendo a sua acção e contributos que interessam estudar.

2.3.1.2. Permanência e transformação

Uma vez que *“o espaço colectivo [assim como o lugar social comunitário] assenta numa complexa*

²³³ COELHO, João Paulo – “Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada: metodologias para a intervenção”. (p. 33).

²³⁴ PORTAS, Nuno – “Os tempos das formas”. (p. 152).

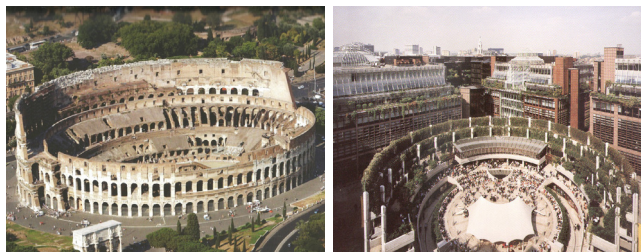


Fig. 076 e 077 _ A perenidade das formas. (à esquerda) *Colosseo* (70 d.C.)
| Roma; (à direita) *Broadgate Arena* (1990) | Londres.

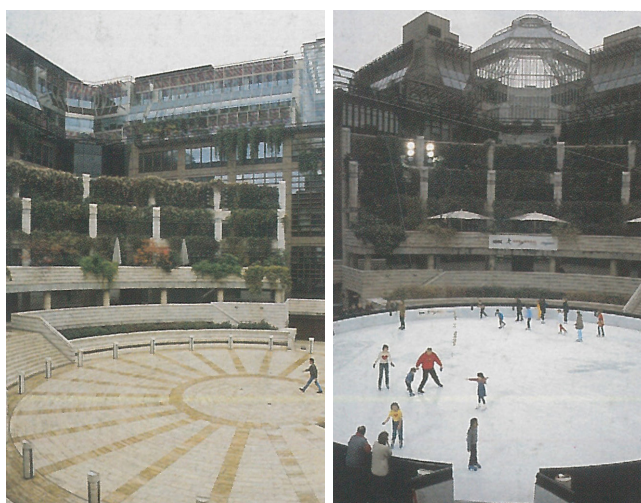


Fig. 078, 079 e 080 _ *Broadgate Arena* (1990) | Arup Associates, Londres.

O Broadgate Arena foi criado em parceria com um grande complexo de escritórios no centro de Londres. O desenho de um palco polivalente aberto à comunidade – definido por uma construção cilíndrica permeável –, acolhe diferentes actividades recreativas e apropriações sociais ao longo do ano.

rede de territórios públicos e privados onde variam as determinantes sobre a sua ocupação, apropriação e vivência do espaço" ²³⁵, importa reflectir particularmente sobre os lugares que completam a dimensão pública do espaço urbano, uma vez que as restrições características da sua natureza (privada) se dissolvem na abertura ilimitada ao público, assim como na oportunidade regeneradora que representam. Ainda que estes espaços exibam um grau de apropriação inferior ao experimentado no espaço público, um dos seus principais contributos reside na possibilidade de revitalizar e ampliar a utilização do espaço público – bem como a sua oferta –, e, conseqüentemente, no possível restabelecimento do homem como *"ser gregário"* ²³⁶.

Como referido no sub-capítulo *O espaço público*, este caracteriza-se pela capacidade de admitir e potenciar diversos usos e funções, ou seja, pela sua multifuncionalidade, sendo esta uma garantia de vitalidade – quando um lugar suporta inúmeras apropriações e variações de uso, tem maior probabilidade de sobrevivência no confronto entre forma arquitectónica e mutabilidade do seu programa inicial; por sua vez, o espaço colectivo tende a especializar-se numa única função ²³⁷, tal como avançado por Hertzberger, sendo esta uma das principais características que os distingue. Contudo, interessam-nos aqueles espaços onde persistem as noções de versatilidade e polivalência ²³⁸, registando maior incidência no planeamento e ordenação territorial. Tais propriedades encontram-se subjacentes ao *lugar social comunitário*, dadas as suas funções de articulação e transição que, por natureza, exigem maior flexibilidade perante a inconstância da metamorfose urbana (e social).

"Na realidade, em qualquer cidade europeia, inclusivamente hoje em dia, produzem-se poucos tipos edificatórios que se conservem por muito tempo e que tenham tendência para condicionar a cidade durante várias gerações dando-lhe, quiçá, a sua configuração definitiva." ²³⁹

Assim, considerando a mutação e expansão acelerada do espaço urbano, revela-se pertinente, e certamente mais interessante, reflectir e questionar o modo como formas urbanas se adaptam no tempo a novos programas, do que descrever as funções que temporariamente albergam, uma vez que não são estas que validam a permanência das formas, mas antes a sua capacidade moldável à volubilidade do espaço e da sociedade. Dado que o meio urbano e suas formas nunca foram uma realidade estática e que a sua

²³⁵ COELHO, João Paulo – "Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada: metodologias para a intervenção". (p. 33 e 34).

²³⁶ CULLEN, Gordon – "Porque o homem é gregário, mas para o ser totalmente necessita do pretexto, do incidente ou de uma âncora." in "Paisagem urbana". (p. 106).

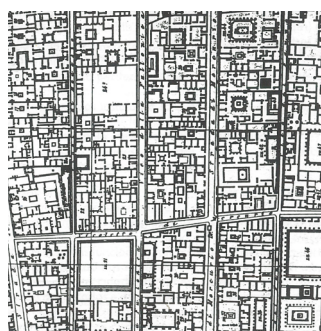
²³⁷ A dimensão unifocal do espaço colectivo, e a passividade implícita aos acontecimentos que nele se concretizam – desorganizando a vida em sociedade – é uma realidade que se procura reverter, tendo como referência a vocação comunitária dos espaços sociais.

²³⁸ De acordo com Hertzberger, "deveríamos fazer projectos de tal modo que o resultado não se referisse abertamente a uma meta inequívoca, mas que ainda admitisse a interpretação, para assumir a sua identidade pelo uso. O que fazemos deve constituir uma oferta, deve ter a capacidade de provocar, sempre, reacções específicas adequadas a situações específicas; assim, não deve ser apenas neutro e flexível – e, portanto, não-específico – mas deve possuir aquela eficácia mais ampla que chamamos polivalência." (in "Lições de arquitectura" (p. 152)), clarificando que a cada espaço deverá corresponder uma gama de usos e oportunidades expectantes, sendo estas exploradas e desdobradas ao longo do tempo.

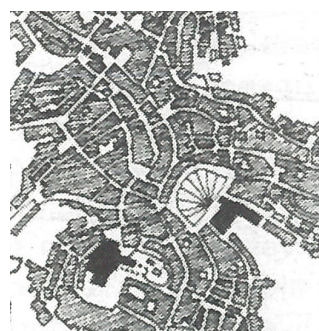
²³⁹ CERASI, Maurice – "El espacio colectivo de la ciudad: construcción y disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna". (p. 13).

a) A *quadra romana* diferenciava-se do quarteirão grego pela regularidade da sua geometria e pelos primeiros indícios de monumentalidade manifestados através do aumento da *cércea*.

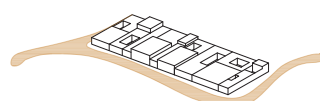
b) O quarteirão medieval, de desenho irregular, é marcado pelo aparecimento do logradouro – elemento privado que funcionaria como complemento da habitação.



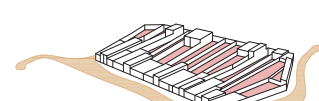
a) Quadras de Pompeia | Itália.



b) Cidade medieval de Siena | Itália.



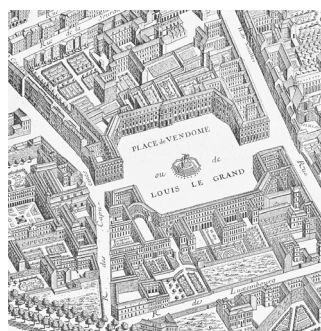
a1)



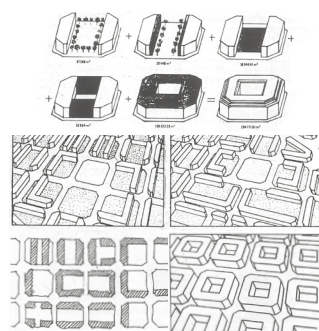
b1)

c) Na cidade renascentista, o desenho do quarteirão subordinava-se ao traçado do espaço público, abdicando da ortogonalidade, e admitindo novos usos ao seu interior – como a abertura de grandes praças públicas.

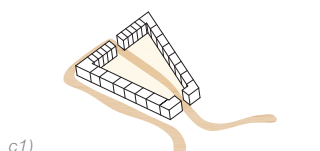
d) Devido à densificação intensa no período da Revolução Industrial e consequente necessidade de expansão, o quarteirão afirmou-se como unidade modular, apresentando diversas variações.



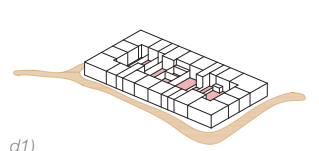
c) Quarteirão renascentista | Paris.



d) Quarteirões de Cerdà | Barcelona.

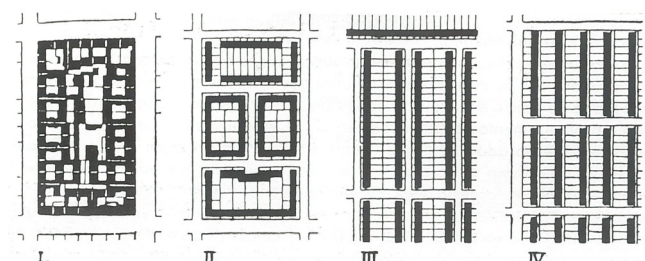


c1)

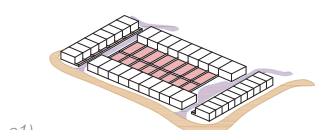


d1)

e) A organização do tecido urbano a partir de traçados principais e secundários, foi acompanhada pela abertura dos quarteirões ao uso coletivo e social. Desta forma, seria possível gerir diferentes escalas de orientação e gestão – local e geral –, admitindo que os quarteirões poderiam funcionar como unidades autônomas.



e) Esquemas sobre a evolução do quarteirão elaborados por Ernest May.



e1)

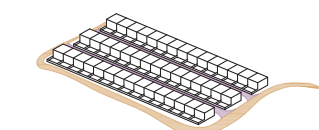


Fig. 081 _ O quarteirão como elemento intemporal de composição urbana e suas variações evolutivas de acordo com as necessidades do contexto (a abertura ao uso coletivo e comunitário).

condição natural motiva movimento, o seu planeamento deverá atentar a um tempo indeterminado e não apenas a um futuro próximo, procurando o lugar intemporal no que diz respeito à satisfação das necessidades humanas e ao nível de adaptabilidade, evitando a rejeição ou ultrapassagem pelo próprio tempo em que foi concebido.

*“As persistências manifestam-se através dos monumentos, dos signos físicos do passado, mas também através da permanência dos traçados do plano. (...) Por vezes estes factos permanecem, são dotados de vitalidade contínua, outras vezes perecem; fica então a permanência da forma, dos signos físicos, do locus. A permanência mais significativa é dada, portanto, pelas ruas e pelo plano. (...) Também estou disposto a admitir que reconhecer apenas aos monumentos uma efectiva intencionalidade estética, a ponto de os colocar como elementos fixos da estrutura urbana, possa ser uma simplificação (...). Além disto, procurei já demonstrar que a função é insuficiente para definir a continuidade dos factos urbanos e, se a origem da constituição tipológica destes é simplesmente a função, não estamos perante algum fenómeno de sobrevivência (...) o valor dos factos urbanos reside então na sua forma. A sua forma participa intimamente na forma geral da cidade, ou seja, uma invariante (...). A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade; e existem muitos tempos na forma de uma cidade.”*²⁴⁰

Neste extracto de *L'architettura de la Città*, Rossi remete para a permanência dos elementos primários de composição urbana – a rua, o seu traçado, o quarteirão – elementos que se revelam intemporais. De facto, a arquitectura urbana pode alterar-se ao longo do tempo, porém existe um traçado inerente à sua imagem, devendo ser objectivo do arquitecto e urbanista entendê-lo para que novos espaços possam integrar-se adequadamente e conquistar a admiração dos seus habitantes. No entendimento do mesmo autor, os grandes edifícios da História são aqueles que não se restringem a uma única função. A forma não deve determinar a função – não deve determinar simplesmente –, devendo antes abrir-se à cidade, desenhando-a em continuidade pela compreensão dos seus arquétipos. Do mesmo modo, Cerasi reconhece o valor de certas morfologias urbanas e das possíveis soluções de continuidade que estas poderão constituir (ou sugerir) – *“não podemos deixar de lado o potencial de algumas formas históricas do espaço colectivo que podem incluir-se num novo contexto urbano e funcional, modificando as funções que até então haviam suportado, mas conservando os seus caracteres arquitectónicos. Estas constituem uma lição projectual e estimulam novos conceitos de espaço colectivo, sem os quais os elementos novos do assentamento urbano são fragmentários”*²⁴¹, encorajando um jogo coerente de permanências e permutações, do qual poderão sobressair optimizações da tipologia colectiva, sob a forma de lugares protéticos que traduzem novas formas de vida e emergências contemporâneas – sendo o *lugar social comunitário* um exemplo destes suportes adaptativos.

Assim, numa leitura operativa, deverá conciliar-se a percepção das morfologias que nos chegam do passado com a sua articulação no espaço contemporâneo e eventuais transformações que possibilitaram o actual equilíbrio. Através deste processo poderão recuperar-se referências perdidas e modelos abandonados úteis ao planeamento urbanístico, pois alguns dos princípios estruturantes aplicam-se a mais do que uma época, justificando a sua persistência (e pertinência). Segundo Nuno Portas, o espaço público conecta

²⁴⁰ ROSSI, Aldo – “A arquitectura da cidade”. (p. 76 a 80).

²⁴¹ CERASI, Maurice – “El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna”. (p. 95).

diferentes tempos da cidade, assegurando a continuidade e transformação ponderada do meio urbano. Uma vez que esta transformação actua, naturalmente, sobre os fragmentos urbanos existentes, no sentido de os adaptar à vivência contemporânea, reivindicam-se, conseqüentemente, estratégias complementares cuja receptibilidade e elasticidade funcional seja capaz de amaciar determinadas transições, limites e ambiências.

*"O projectista não está livre, de facto, das formas do passado (como o desejou Gropius e muitos dos metodológicos do design, posteriores) menos ainda da disponibilidade destas formas como materiais estruturados em modelos tipológicos. Mais, quando se pensa que estamos livres, o que acontece é que estamos perdendo o controlo sobre um sector notavelmente activo da nossa imaginação e, sobretudo, do nosso poder de comunicar com os outros."*²⁴²

Salienta-se ainda que apesar de se reconhecer e defender que a concepção formal de um espaço não deve ser limitada pela função, esta não pode, no entanto, ser-lhe indiferente, pois nesse caso o contexto e destinatários estariam a ser negados. Será útil, neste sentido, a sensibilidade à circunstância e o diálogo participativo que inclui a opinião dos futuros habitantes, conservando-se uma *margem de erro* referente à metamorfose intrínseca do espaço urbano ao longo do tempo.

2.3.1.3. (Pre) conceitos

*"Na definição de espaço colectivo descobrimos, em primeiro lugar, um factor quantitativo: um espaço é tanto mais significativo para a colectividade quanto maior for o número de cidadãos que o utilizam ou que o conhecem, quanto mais largo é o seu período histórico durante o qual exerceu a sua influência. O uso e o significado colectivo de uma rua comercial central são mais intensos do que um bairro periférico. Por este motivo, certas ruas têm uma posição mais elevada na hierarquia das partes urbanas."*²⁴³

De facto não é possível contrariar a afirmação anterior devido à sua tradução real no espaço urbano. Contudo, um espaço periférico ou menos central pode, igualmente, ser intensamente vivido (ainda que de modo distinto) e denunciar um significado maior que ultrapassa a própria escala física. Tal possibilidade valida a concepção de novos espaços colectivos, assim como de *lugares sociais comunitários*, vocacionados para a resolução ou clarificação de problemáticas recentes, considerando-os um instrumento vantajoso na elaboração das propostas que constituirão a imagem e evolução do urbano. Como refere Nuno Portas, "o habitante das grandes cidades (...) tende a sentir-se desenraizado, pela falta de sítios e laços sociais que terá que reinventar à escala das unidades funcionais de hoje (...), de forma a estabelecer relações mais electivas. Os espaços urbanos, pela sua forma sensível, criadora de sentido de enquadramento, pelo modo como conduzem ou convidam a parar e identificar-se com o meio ambiente próximo, podem intervir como catalisadores de subculturas que, através da cultura popular e da acção de comunidades, se

²⁴² PORTAS, Nuno – "Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto". (p. 32).

²⁴³ CERASI, Maurice – "El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna". (p. 88).

procuram fomentar." ²⁴⁴, defendendo-se uma acessibilidade democrática aos lugares de coabitação onde se preservam valores de identidade e integração. Será, assim, deste modo que o planeamento dos espaços *comuns* deverá actuar, promovendo lugares identitários cuja vivência possa ser partilhada pela comunidade ainda que de modos diversos.²⁴⁵ No entanto, a dificuldade maior reside no alcance de uma *continuidade* ajustada aos espaços colectivos preexistentes, bem como na integração adequada dos novos elementos no quotidiano dos cidadãos, sendo que a readaptação dos suportes existentes às novas exigências, através da adição de ambiguidade ou alteração das condições de acessibilidade, bem como a incorporação de infra-estruturas recentes, poderão constituir um meio para tal. Deve ainda esclarecer-se que, apesar da hierarquia incontornável que Cerasi menciona, todas as partes se revelam essenciais na ordenação e coesão do espaço urbano, devendo este aceitar o contributo revigorante de novos componentes. Na verdade, o espaço público, elemento estruturante da composição, consolida-se a partir da sua vivência *comum* e consequentes associações de valor e significado, sendo o espaço *comunitário* – aberto ao usufruto de todos – essencial para seu desenho e desempenho.

"Há também um factor espacial e geográfico: a inserção na cidade e no território, e a magnitude do espaço, a centralidade geográfica ou arquitectónica, o vínculo com um percurso importante, facilitam e inclusivamente exaltam o fluxo colectivo." ²⁴⁶

Uma vez que a experiência urbana é, cada vez mais, marcada pelo contributo de uma gama complexa de espaços ambíguos na sua condição – espaços colectivos e espaços *sociais comunitários* –, dada a expansão e ramificação de actividades, depreende-se que "(...) a vida colectiva [e social] *completa-se em grande parte fora do solo público.*" ²⁴⁷. De facto, a actividade pública pode desenvolver-se igualmente em sectores privados que se disponibilizam como base para a vivência *comum*, estabelecendo restrições e condicionamentos próprios, independentemente da sua localização geográfica. Na opinião de Cerasi, existe a tendência para sobrepor o centro da cidade ao núcleo terciário, no entanto os lugares colectivos ou *comunitários* não têm necessariamente de coincidir com o centro cívico, de comércio e serviços. Cada vez mais, com a extensão do espaço urbano e afloramento de novas comunidades, surgem oportunidades e pretexto para a concepção de novos espaços *comuns*. Assim, de forma a contrariar o "*empobrecimento arquitectónico e cultural do conjunto dos territórios urbanizados*" ²⁴⁸, deverá ser desmistificada a ideia de *monumentalidade*, no sentido de uniformizar a atenção concedida aos diversos estratos urbanos, evitando fenómenos de exclusão e menosprezo que contribuem apenas para retóricas saudosistas.

"Certamente, seria mais lógico definir como monumentais os lugares e edifícios que demonstram

²⁴⁴ PORTAS, Nuno – "Os tempos das formas". (p. 151).

²⁴⁵ A este respeito deve referir-se que não existe uma única memória e imagem urbana, mas várias memórias disseminadas. Segundo Manuel Delgado, "*a memória urbana pode ser perfeitamente fractal e atómica, dispersa e instável, e é isso mesmo que lhe permite ser integradora.*" in "Memória y lugar – El espacio público como crisis de significado". (p. 23).

²⁴⁶ CERASI, Maurice – "El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna". (p. 88).

²⁴⁷ CERASI, Maurice – *idem*. (p. 90).

²⁴⁸ CERASI, Maurice – *idem*. (p. 92).

*uma forte persistência na estrutura da cidade, tanto porque têm capacidade de manter as suas características arquitectónicas através das vicissitudes funcionais e de vida urbana, como pela influência nos traçados da cidade e assentamentos posteriores.”*²⁴⁹

De facto, a persistência de determinadas formas urbanas não se manifesta somente nos edifícios antigos monumentais: *“no projecto de novas partes da cidade levantam-se idênticas opções de persistência e possibilidades análogas de influência sobre o tecido através de feitos marcantes / salientes. (...) Conferir a estas intervenções uma orientação clara enquanto ao que se refere à arquitectura da cidade, depende prioritariamente do espaço que se quer conceder aos factores culturais e civis na política da cidade. A intervenção pública deverá dirigir a atenção arquitectónica sobre os monumentos de interesse colectivo, e também da vida quotidiana, (...) fazendo sobressair algumas partes ou monumentos do conjunto urbano segundo um conceito moderno de monumentalidade.”*²⁵⁰. Assim, em conformidade com a reflexão de Cerasi, conclui-se que apenas quando se regista uma vontade e capacidade de intervenção por parte da entidade pública, e se procura, em simultâneo, uma análise mais complexa da realidade urbana, se torna exequível a incorporação de espaços privados desagregados na rede de fruição pública. Tal como este autor, Manuel Solà-Morales acredita que *“lutar pela qualidade desses espaços colectivos – ao mesmo tempo privados e públicos – é a melhor tarefa do arquitecto na cidade. Porque a cidade boa é a que consegue dar valor público ao privado. (...) E, portanto, a qualidade do individual é condição para que, ao ser semanticamente colectivizada, gere uma riqueza colectiva.”*²⁵¹, ou, preferencialmente, um valor e usufruto comum²⁵².

Frequentemente, a conotação trivial atribuída ao *espaço colectivo* considera apenas, ou dá prioridade, ao espaço interior – de um edifício – que se abre ao público, ignorando os espaços de apoio que possibilitam o prolongamento das actividades colectivas para o exterior, propiciando o encontro com o espaço público através de uma transição suave. Deve, então, salientar-se que a dimensão colectiva não se traduz apenas por edifícios, apesar destes serem igualmente válidos, sobretudo quando relacionados com o espaço urbano envolvente. Talvez a ideia de querer tornar o lugar reconhecível pelo *cheio* – mais facilmente manipulável – ao invés de um *vazio*, justifique, em parte, tal propensão. Contudo, são os espaços colectivos abertos, e sobretudo os *lugares sociais comunitários*, ambíguos pela sua disponibilidade, que acolhem a vida pública e que, apesar de surgirem associados a iniciativas privadas, contribuem activamente para o desenho e vivência urbana, libertando-se de algumas das principais restrições a que o espaço colectivo interior é sujeito – como o horário de funcionamento, as tarifas de entrada, a própria função especializada e utilizadores a que se destina. Um espaço colectivo exterior ou um *lugar social comunitário* pode apresentar igualmente limitações, porém, a sua presença garante continuidade ao usufruto do espaço público pelo pedestre e extensão à teia relacional que se bifurca e multiplica no meio contemporâneo. Estes espaços

²⁴⁹ CERASI, Maurice – “El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna”. (p. 92).

²⁵⁰ CERASI, Maurice – *ibidem*.

²⁵¹ SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 188).

²⁵² Sublinha-se, aqui, a plena abrangência implícita no termo *comum*, superando a dimensão restritiva que define um domínio colectivo.

comuns podem ainda funcionar como mediação entre espaço privado e espaço plenamente público, afastando e aproximando sucessivamente as duas esferas.

*“O espaço colectivo define-se por negação, como espaço liberado, expropriado do uso privado. A sua arquitectura é determinada pelas dimensões dos edifícios que o rodeiam e que não são necessariamente públicos ou colectivos.”*²⁵³

Na verdade, o espaço colectivo aberto e o *lugar social comunitário*²⁵⁴, que surgem muitas vezes como produto da relação conflituosa entre propriedade privada e usufruto público, têm como objectivo atenuar tal disputa em benefício de uma utilização mais justa e proveitosa do espaço urbano por parte dos cidadãos. Como referido anteriormente, o espaço colectivo interior pode reduzir-se a uma única função e público específico, ao contrário do que acontece num espaço *comum* exterior, cuja condição natural permite um uso mais flexível associado à dilatação do espaço público. Num espaço urbano plural, determinadas regalias sacrificam-se em prol de uma experiência social compartilhada mais rica e equilibrada. Assim, a estruturação de uma rede de percursos e estadias que inclui a interacção e interligação de espaços colectivos e *lugares sociais comunitários*, bem como espaços puramente públicos, dispostos em continuidade e abrigando funções e tipologias variadas, pode contribuir para uma resposta devidamente ajustada às necessidades contemporâneas e sua crescente complexidade. De facto, quando diferentes elementos se combinam numa rede plurifuncional, o nível de urbanidade aumenta singular e colectivamente. No mesmo sentido, a idealização desta rede expressa o objectivo implícito no uso dos princípios de ordenação – o reconhecimento de um conjunto consistente que se opõe ao destaque de elementos isolados e gritantes que conduzem à falência do espaço público. Importa ainda sublinhar que o espaço colectivo não terá qualquer expressão se não corresponder a uma função ou apropriação pública e social que, por sua vez, condicionará, de certo modo, o poder privado.²⁵⁵

“Não se trata apenas de uma questão quantitativa, mas antes de reivindicações sociais, da procura de maior sociabilidade dos serviços, de um uso estendido e não sectorizado dos espaços públicos. Não apenas os espaços abertos de uma escola (campos de desporto, jardins, etc.) representam – ou deveriam representar – uma quantidade relevante no tecido urbano, mas antes também se exige que estes espaços sejam desfrutáveis por toda a comunidade. Para tornar efectivo e eficaz o usufruto destes espaços, estes não podem estar distribuídos casualmente. Deverá procurar-se um certo sistematismo em relação com outras funções e tipologias urbanas.

253 CERASI, Maurice – “El espacio colectivo de la ciudad: construcción y disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna”. (p. 93).

254 De forma a clarificar a distinção entre estas duas tipologias, destacam-se como exemplo de espaço colectivo aberto o Jardim de São Lázaro e os Jardins do Palácio de Cristal; por sua vez, como exemplo de *lugar social comunitário*, apontam-se os espaços exteriores da Faculdade de Arquitectura, do Bairro da Bouça e da Casa da Música; sendo todos espaços privados que se abrem ao usufruto público, apresentando, no entanto, níveis de acessibilidade e apropriação discrepantes.

255 Seguindo o apelo de Hertzberger, “*devemos continuar a esforçar-nos, através da arquitectura e do urbanismo, para manter a abertura dos bastiões privados e a continuidade da rua para que o colectivo não fique reduzido ao interesse da consolidação do privado.*” (in “Articulations”. (p. 38)), devolvendo a dimensão pública congénita ao espaço urbano.



Fig. 082 _ *O lugar social comunitário* | Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

*Encontramo-nos, portanto, frente a um problema de continuidade e de quantidade de espaço aberto público, da sua crítica enquanto sistema urbano, do seu projecto como sistema físico que tem uma coerência própria.”*²⁵⁶

Desta forma, definem-se – ou recuperam-se – instrumentos de desenho e planeamento que nem sempre foram vistos como tal apesar da sua presença e pertinência latente na gestão do tecido urbano. De facto, nem sempre é (ou foi) possível conciliar interesses capitalistas com um urbanismo arrojado e inovador. Desta relação, onde vence a lei do mais forte, modificam-se os elementos de composição e sucedem-se fenómenos de descontinuidade, ausência de interligações e vínculos articuladores, acentuando-se o carácter fragmentário das diferentes partes. De modo a contrariar tal propensão, seria legítimo expandir e combinar espaços de diferentes naturezas – públicos e privados – num diálogo ambíguo de complementaridade, onde as funções e tipologias se completam também pelo carácter versátil que se pretende. Tal raciocínio esclarece a necessidade do espaço colectivo não se restringir a uma única forma, função e público específico, sendo fundamental a sua diversidade, extensão e optimização, fomentando o desenvolvimento de novos *lugares sociais* abertos a um *uso comunitário* permanente e igualitário. Ainda associado a este tema, deve destacar-se o interesse e tentativa de implementação de um *Sistema de espaços colectivos e percursos amigáveis*, tendo este sido desenvolvido no âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal do Porto de 2005.²⁵⁷ O estudo deste sistema, composto pela articulação de áreas públicas e privadas que oferecem condições de fruição pública – *áreas de equipamentos existentes e propostos, áreas verdes e espaços de utilização pública, áreas verdes mistas, áreas verdes privadas a salvaguardar, áreas verdes de enquadramento, paragens de Metro e interfaces* –, visa a coesão, requalificação e sustentabilidade do espaço urbano, atendendo ao potencial estruturante de cada um dos componentes identificados, e sua actuação conjunta revigorante sobre unidades degeneradas e / ou desarticuladas. A implementação desta estratégia é concretizável a partir de progressivas intervenções pontuais (relativamente simples), que têm em vista a melhoria dos espaços dedicados à vivência e deambulação do pedestre, consolidando-se, por conseguinte, um sistema que desenha e organiza a imagem urbana. A qualificação dos *percursos amigáveis* apontados – funcionando estes como “*ligantes dos diferentes episódios que tecem a narrativa urbana*”²⁵⁸ –, além de reafirmar as valências próprias de cada componente, aumenta o desempenho conjunto pelo reforço da sua articulação, sendo o “*conjunto maior do que o somatório de cada uma das partes*”.²⁵⁹

256 CERASI, Maurice – “El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna”. (p. 94).

257 O desenho correspondente ao *Sistema de espaços colectivos e percursos amigáveis*, desenvolvido pelo arquitecto Manuel Fernandes de Sá, foi tomado como base para a elaboração dos desenhos / esquemas sobre a área de influência de cada caso de estudo presentes nas páginas 157, 189 e 215. Sublinha-se que este Sistema pretende valorizar a riqueza urbana produzida pela diferença dos seus componentes, não admitindo o menosprezo dos trajectos dedicados à escala do corpo humano.

258 Plano Director Municipal do Porto – Relatório de Fevereiro, 2003. (p. 218). Deve referir-se que estes percursos têm origem na malha consolidada da cidade – centro histórico –, onde prevalecem os espaços públicos melhor dimensionados e caracterizados, lançando uma rede referencial que poderá integrar a orla periférica em progressivo crescimento e afirmação.

259 *Idem.* (p. 220).

De acordo com Manuel Solà-Morales, *“a riqueza civil arquitectónica, urbanística e morfológica de uma cidade é a dos seus espaços colectivos, a de todos os lugares onde a vida colectiva [e social] se desenrola, se representa e se recorda. E, quem sabe, cada vez mais, estes são espaços que não são públicos nem privados, mas sim ambas as coisas”*²⁶⁰, devendo a ambiguidade espacial, muitas vezes desvanecida entre interesses políticos e capitalistas, ser resgatada e devidamente valorizada, pois é na complexidade e multiplicidade de usos e ofertas de apropriação que se poderão encontrar as distintas expressões da sociedade contemporânea.

Assim, em determinados casos – pois esta acção não deverá apresentar-se como regra inconteste, mas antes como providência / alternativa possível –, revela-se essencial a diluição dos limites que quebram a fluidez das dinâmicas relacionais entre fragmentos urbanos, bem como o desejo de transitabilidade inerente à condição humana, pois como esclarece Delgado, *“a mente não é só um mecanismo que regista e descodifica informações (...). Também dentro desse corpo existe uma máquina de desejar. Na rua, o corpo concreto revolta-se contra as omissões que o afectam, menosprezam, que o ignoram nos projectos e nos planos, que o quiseram ver apagado pelas proibições, submetido a prescrições.”*²⁶¹. Os fluxos e movimentos humanos, cada vez mais fluídos, em concordância com a crescente facilidade de mobilidade, alastram-se e extravasam o espaço do peão – o passeio – recuperando o espaço social comum nas suas diversas variantes.

*“Se os espaços públicos são a imagem social da cidade e as casas privadas são privilégio do cidadão individual, onde aparece a urbanidade contemporânea no seu grau máximo é no que definimos como espaços colectivos [assim como nos seus derivantes de maior acessibilidade – espaços sociais comunitários], espaços híbridos, públicos e privados simultaneamente, onde a força do urbano como mecanismo mediador das diferenças do social se faz concreta, material, conflituosa por vezes.”*²⁶²

²⁶⁰ SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 188).

²⁶¹ DELGADO, Manuel – “Memória y lugar – El espacio público como crisis de significado”. (p. 40).

²⁶² SOLÀ-MORALES, Manuel – *op. cit.* (p. 149).

[a propósito de um sistema articulado e suas exigências de renovação e regeneração]

*“Depois de se passar seis rios e três cadeias de montanhas surge Zora, cidade que quem a viu uma vez não pode mais esquecer. Mas não por ela deixar, como outras cidades memoráveis, uma imagem fora do comum nas recordações. Zora tem a propriedade de ficar na memória ponto por ponto, na sucessão de ruas, e das casas ao longo das ruas, e das portas e das janelas das casas, embora não apresentando nelas belezas ou raridades particulares. O seu segredo é o modo como a vista percorre as figuras que se sucedem como numa partilha musical em que não se pode mudar ou deslocar uma nota. O homem que sabe de cor como é Zora, nas noites em que não consegue dormir, imagina que anda pelas suas ruas e recorda a ordem em que se sucedem o relógio de cobre, o toldo às riscas do barbeiro, o repuxo de nove esguichos, a torre de vidro do astrónomo, o quiosque do vendedor de melancias, a estátua do ermita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que dá para o porto. Esta cidade que nunca se apaga da mente é como uma armação ou um reticulado em cujas casas cada um pode dispor as coisas que lhe aprouver recordar (...). Entre todas as noções e todos os pontos do itinerário poderá estabelecer-se um nexos de afinidades ou de contrastes que sirva de mnemónica, de referência instantânea para a sua memória. (...) Mas foi inutilmente que parti em viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e igual a si própria para melhor ser recordada, Zora estagnou, desfez-se e desapareceu. A Terra esqueceu-a.”*²⁶³

(Parte II)

3. Casos de estudo

*"Precisamos de dar mais assistência ao pensamento."*²⁶⁴

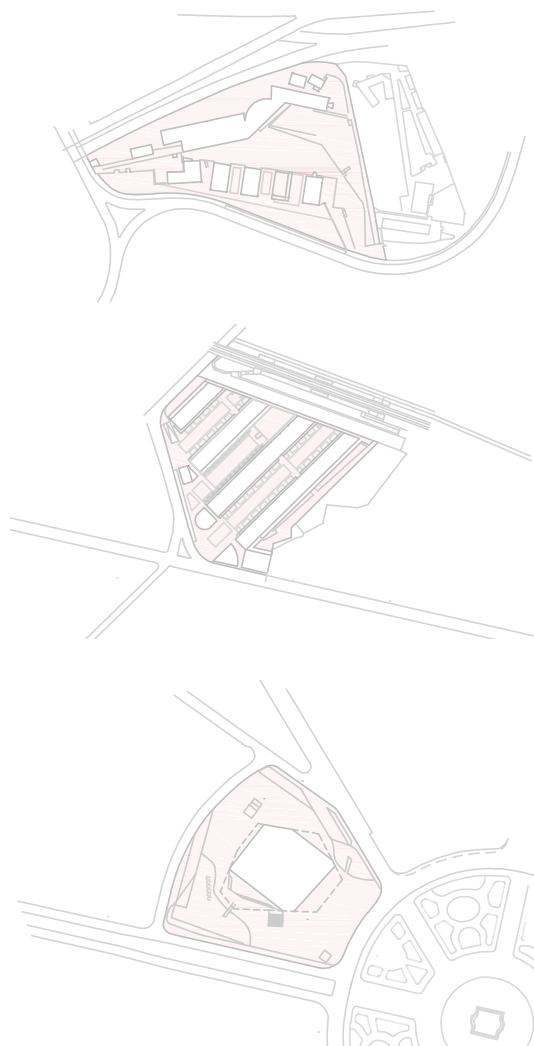


Fig. 083 _

Casos de estudo | Escala 1:5000.

(em cima) espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; (ao centro) espaço exterior do Conjunto Habitacional da Bouça; (em baixo) espaço exterior da Casa da Música.

3.1. Metodologia de análise

Os casos de estudo que se propõem para análise foram seleccionados com base na problemática em questão – *lugares sociais comunitários* que apesar de não se definirem enquanto públicos, disponibilizam-se como tal devido ao elevado grau de acessibilidade e flexibilidade de apropriação que os caracteriza, contribuindo activamente para a vivência pública e social do espaço urbano. Procurou garantir-se igualmente a sua diversidade morfológica, tipológica e funcional, elegendo um cenário académico (institucional), um cenário habitacional e um cenário cultural, inserindo-se todos eles nas dinâmicas do contexto urbano, apresentando, no entanto, solicitações e contingências distintas.

O primeiro caso de estudo – o espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – enquadra-se nesta problemática, uma vez que a opção projectual levada a cabo proporcionou a abertura da comunidade universitária ao meio urbano, contrariando o isolamento tendencioso induzido pelo local de implantação. A dissolução dos limites físicos que habitualmente configuram (e encerram) o espaço exterior de um estabelecimento de ensino, assegura e amplia, neste projecto, a vitalidade da experiência comunitária que, por sua vez, inclui a relação com os estratos envolventes, introduzindo em simultâneo o diálogo com futuras estruturas urbanas pelo percurso *comum* que oferece.

O segundo caso de estudo – o espaço exterior do Conjunto Habitacional da Bouça –, ainda que prescreva uma atenção acrescida sobre os níveis de privacidade / acessibilidade, evidencia a tentativa de integração de uma comunidade originariamente segregada, através da abertura do espaço comunitário ao ambiente citadino. Da mesma forma, a inclusão das novas dinâmicas funcionais e correspondentes estruturas – o Metro do Porto – destaca a estreita relação de complementaridade que se ambiciona entre arquitectura e urbanismo, uma vez que ambos os projectos concorrem, neste caso, com o mesmo objectivo: ampliar a qualidade da vida *comum e individual*, através da conciliação entre público e privado.

Por sua vez, o espaço que envolve a Casa da Música, apesar de vinculado a um conjunto juridicamente privado²⁶⁵, apresenta uma vocação pública incontestável. A integração espontânea deste lugar no quotidiano dos cidadãos é a condição primordial para o despontar de uma vivência social significativa. A ausência de barreiras físicas (e abstractas), convida à apropriação do espaço exterior por parte de diferentes grupos que se reúnem com variadas finalidades, assim como à aproximação, conhecimento e usufruto do programa interior. As dimensões generosas deste *lugar comunitário*, com capacidade para acolher uma multidão, restituem o espaço de circulação e estadia dos transeuntes, deixando a cidade *respirar* face ao movimento acelerado que cada vez mais a caracteriza.

Os casos de estudo seleccionados representam, em simultâneo, e independentemente das suas

265

A Fundação Casa da Música, instituída em 2006, é uma instituição “*de direito privado e utilidade pública*”. (Diário da República 26 de Janeiro de 2006 – Artigo 1º). Uma vez que o Estado Português é proprietário do terreno onde se implanta a Casa da Música, a Fundação detém um “*direito de superfície perpétuo*” sobre este (que inclui o edifício principal, bem como todas as construções no solo e subsolo envolvente – (segundo o Artigo 4º do Diário da República de 26 Jan. 2006, “*O património da Fundação é constituído: pelo direito de superfície onde se encontra construído o edifício da Casa da Música (...), incluindo o referido edifício e todas as construções nele edificadas ou no respectivo subsolo e os equipamentos nele instalados.*”)).

particularidades, exemplos de atravessamento *comum* – entre o público e o privado – que enriquecem a teia relacional progressivamente mais complexa e ramificada que organiza o espaço urbano contemporâneo.

Uma vez que o conhecimento, ainda que parcial, de um lugar, apenas se concretiza através da sua experiência física – observando-o e percorrendo-o sistematicamente –, os três espaços seleccionados serão examinados a partir da experimentação sensorial que apoiará, em parte, o pensamento racional, estruturando-se este, por sua vez, em cinco temas transversais à leitura-crítica de cada caso, sendo os factores de análise os seguintes: *contexto e tempo como dimensões projectuais*; *espaço de identidade e integração*; *morfologia, escala e plasticidade do lugar*; *questões de acessibilidade*; *sensação de segurança*; (podendo ser acrescentados outros factores de acordo com questões singulares que o caso de estudo possa suscitar). Sublinha-se que o tópico preliminar *Experimentar o espaço*, devido à natureza empírica e subjectividade característica das impressões registadas, adoptará uma expressão diferenciada do restante corpo de texto – tom cinza –, evocando a memória particular e fractal que cada transeunte detém da vivência urbana. Do mesmo modo, deve referir-se que não se procurou o estudo científico de cada espaço – um registo que decorre num período de tempo determinado e circunscrito –, tomando antes como referência a experiência contínua e conhecimento adquirido²⁶⁶ ao longo de cinco anos como estudante de arquitectura no Porto, tendo a vivência e análise de cada lugar se acentuado no âmbito desta dissertação.

O primeiro factor de análise – *contexto e tempo como dimensões projectuais* – procura evidenciar o modo como as opções de projecto se baseiam no estudo interpretativo da envolvente física e abstracta do espaço, bem como na própria vocação do lugar e suas necessidades latentes. Apenas desta forma se justifica a diversidade de soluções, a possibilidade de adição de ambiguidade e sua articulação com espaços de diferentes estatutos e propriedades. Neste tema será igualmente abordada a hipótese de alteração do *contexto* de intervenção ao longo do *tempo*, e da decorrente urgência de readaptação do projecto – assumindo o contributo propiciado pela sobreposição de estratos –, ou ainda, neste sentido, da imprescindibilidade de um carácter híbrido que permite ao projecto moldar-se, mais fielmente, ao movimento natural dos habitantes e da própria metamorfose urbana.

O segundo factor de análise – *espaço de identidade e integração* – assume pertinência no estudo do espaço físico correspondente a uma sociedade cada vez mais anónima e individualista²⁶⁷, reivindicando-se lugares regeneradores que contrariem tais tendências de isolamento e solidão através da transmissão de valores *comuns*. Uma vez que a índole humana, além da privacidade que se afirma como direito universal, exige igualmente espaço de exposição e interacção, deverá atentar-se nos lugares identitários propícios ao encontro, restabelecendo uma área confortável de transição – entre o público e o privado – à qual as pessoas sintam que pertencem e, reciprocamente, que o espaço lhes pertence, associando significados singulares e compartilhados devido ao uso sincrónico dos dois domínios. Contudo, ainda que prevaleça a intenção de criar condições favoráveis à integração e socialização – por via da extensão de possibilidades – nem

²⁶⁶ Uma vez que os casos de estudo seleccionados formam parte integrante de uma rede de percursos do quotidiano pessoal, foi possível retirar proveito de uma experiência consolidada, composta por representações plurais que, ainda assim, transparecem padrões regulares de uso e ambiência.

²⁶⁷ Para uma leitura elucidativa, poderá confrontar-se esta informação com a reflexão sobre os princípios da urbanidade, referidos no capítulo *Superação de uma modelo ideal de cidade inexistente* (p. 23).

sempre se espera registar uma adesão absoluta. No entanto, este motivo, ou mera hipótese, não retirará, ainda assim, validade ao contributo e oportunidade que estes *lugares comunitários* concedem à vivência social do espaço contemporâneo, contrariando o vandalismo e delinquência decorrentes de fenómenos de desintegração.

Morfologia, escala e plasticidade do lugar constituem o terceiro factor de análise, revelando ou clarificando aspectos obscurecidos pelo movimento acelerado que caracteriza (e distorce) a experiência urbana actual – motorizada ou, simplesmente, indiferente aos apontamentos didácticos patentes. De facto, a organização dos elementos urbanos e arquitectónicos, quando devidamente relacionados e sequenciados, pode sugerir acções e percursos aos quais se adere de modo inconsciente, bem como suscitar uma consciência mais sensata da composição e estruturação do espaço. Assim, para que a tipologia em questão – *lugar social comunitário* – funcione eficazmente, integrando-se num sistema maior de narrativas e sobreposições, a sua concepção deverá atentar nos atributos interactivos e articuladores que resultam de uma coordenação mútua – induzindo, sem impor, modos de apropriação espacial, propondo alternativas aos cenários convencionais, expressas pela diversidade morfológica, pela escala aprazível propícia ao estabelecimento de contactos sociais, assim como pela comunicação sensorial dos materiais empregues.

O quarto factor de análise centra-se nas questões de acessibilidade que determinam o estatuto social do espaço além da condição juridicamente atribuída. Como refere Hertzberger, “*o grau de acesso é, por vezes, uma questão de legislação, mas, em geral, é exclusivamente uma questão de convenção respeitada por todos*”²⁶⁸, podendo este ser reajustado, uma vez que, na verdade, o grau de acessibilidade, bem como a sensação percebida (bem-estar ou desconforto), estipulam mais justamente, ainda que de modo subjectivo, o carácter público ou privado de um lugar. A vivência real do espaço sobrepõe-se, assim, a qualquer lei ou regulamento quando o “*espírito do lugar*”²⁶⁹ o permite e deseja, manifestando tal vontade pelas formas convidativas à apropriação comunitária. Neste sentido, estudar-se-á a expressão dos limites que definem o espaço e sua permeabilidade, podendo suportar, através desta, o acesso plural a um lugar comum qualificado²⁷⁰ que, por sua vez, denuncia a preservação de uma sociedade complexa²⁷¹ e civilizada.

268 HERTZBERGER, Herman – “Lições de arquitectura”. (p. 15).

269 Segundo Norberg-Schulz, “*proteger e conservar o genius loci significa, na verdade, perceber a essência do lugar nos contextos históricos sempre novos. Pode dizer-se, também, que a história do lugar deveria ser a sua auto-realização.*” (in “Genius loci” (p. 18)), confirmando-se a existência de uma vocação latente que supera as barreiras e condicionamentos impostos de modo indiscriminado, fruto da incompreensão das particularidades do local de intervenção, bem como do contexto envolvente. No entanto, não deixa de se questionar a intemporalidade do *genius loci* perante os fenómenos de metamorfose urbana que obrigam a reformulações que, por sua vez, poderão modificar a integridade deste *instinto / essência espacial*.

270 Sublinha-se igualmente o contributo de uma acessibilidade igualitária concedida a determinados estratos urbanos no processo de estruturação de identidades comunitárias e singulares, uma vez que a mente humana se revolta contra as omissões que perturbam a receptibilidade física e espiritual do espaço.

271 “*A complexidade não é um atributo exclusivo da cidade contemporânea, mas uma condição essencial a qualquer realidade urbana. A cidade surge onde há diversidade de situações e pluralidade de conteúdo (...). Além disso, o conceito de complexidade não pode, em qualquer caso, tornar-se sinónimo de complicação e muito menos de confuso. Por outras palavras, nada impede que o complexo seja inteligível, e obtê-lo é uma das tarefas da arquitectura contemporânea.*” – ARIS, Carlos Martí – “A construção de lugares públicos: notas para uma etimologia da forma urbana”. (Disponível para consulta em: <http://www-etsav.upc.es/personals/monclus/cursos/501.htm>).

Por fim, o último factor de análise – *sensação de segurança* – resulta da experiência espacial percebida nestes lugares de coabitação. Uma vez que o espaço urbano é capaz de expor conflitos sociais dissimulados – como desigualdades alimentadas por atitudes discriminativas, fenómenos de anonimato e afastamento extremos, acções de privatização que marginalizam determinados fragmentos urbanos –, a sensação de segurança, frequentemente colocada em causa, deverá apresentar-se como base de reversão de tais desavenças. Nesse sentido, questiona-se de que modo os espaços em estudo procuram anular tais situações de desordem e conflito, ou se, pelo contrário, as acentuam. De acordo com Nuno Portas, “(...) a unidade da composição não é o edifício mais rua, mas os contínuos ambientes significativos postos como propostas em diálogo (...) com a zona ou cidade existente em que constituem intromissão e emergência”²⁷², regenerando ambiências desvirtuadas ou corrompidas de forma a restituir o seu usufruto partilhado e qualificado.

272

PORTAS, Nuno – “A cidade como arquitectura”. (p. 189).

“Observar a rua de vez em quando, quiçá com dedicação um pouco sistemática.

Aplicar-se. Tomar seu tempo.

Anotar o lugar: a esplanada do café perto do cruzamento de Bac-Saint-Germain,

a hora: as sete da tarde,

a data: 15 de Maio de 1973,

o tempo: bom seguramente.

Anotar o que se vê. Aquilo que seja importante. Sabemos ver o que é importante?

Há algo que nos chame a atenção?

Nada nos chama a atenção. Não sabemos ver.

Há que ir mais lentamente, quase sem jeito. Obrigar-se a escrever sobre o que não tem interesse, o que é mais evidente, o mais comum, o mais apagado.

A rua: tratar de descrever a rua, de que é feita, para que serve.

(...)

Obrigar-se a ver com mais simplicidade.” ²⁷³



Fig. 084 _ Caso de estudo 01.

3.2. Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

3.2.1. O espaço

O edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, projecto do arquitecto Álvaro Siza, foi construído entre 1988 e 1992, porém a base desta instituição terá sido concebida numa data que remonta à formação da chamada *Escola do Porto*²⁷⁴, tendo esta a sua sede na Escola Superior de Belas-Artes (ESBAP), na Avenida Rodrigues de Freitas. A construção de um novo edifício marcou a integração do curso de Arquitectura na Universidade do Porto, sendo o projecto atribuído ao arquitecto Álvaro Siza por nele se reconhecer “o intérprete do modo de fazer e de ensinar a arquitectura”²⁷⁵ da *Escola do Porto*.

O edifício localiza-se na zona Poente da cidade do Porto, num terreno envolvido pela Via Panorâmica Edgar Cardoso, voltando-se a Sul para o rio Douro e fechando-se ao movimento das vias rápidas a Norte. O espaço para implantação, que se integra no Polo III (Campo Alegre) da Universidade do Porto, incluía a Quinta da Póvoa, e sua casa – *Casa do Gólgota* – que inicialmente albergou um programa provisório aguardando a construção do novo edifício. De acordo com o Plano Geral do Polo III, a conservação da casa e dos seus muros e jardins foi considerada, acolhendo esta actualmente as instalações do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo e de Investigação da Faculdade de Arquitectura. Devido à demora da obra, foi construído um pavilhão provisório de programa simples a Norte do terreno – o Pavilhão Carlos Ramos – inaugurado em 1987²⁷⁶, anuciando a imagem futura da Faculdade e relação com a envolvente já aqui acentuada.

A implantação do novo edifício expressa uma vontade própria de independência e autonomia do restante *campus* ao voltar-se para o rio e para o mar, mas nem por esse motivo excluiu a possibilidade de se assumir como fragmento urbano e de se relacionar com a envolvente nesse sentido. A sucessão de oito volumes diferenciados que se adaptam à topografia do terreno, configura um conjunto de espaços exteriores quer de morfologia regular como irregular, que propiciam a vivência comunitária bem como o usufruto e experiência pública do espaço. De facto, o próprio local disponibilizado – visível mas fisicamente deslocado – e tal condição de implantação, tornam o conjunto marginal em relação à cidade, contudo, este equipamento universitário, ao contrário de outros com programa similar inseridos numa zona central ou

274 “Aquele que é hoje chamada Escola do Porto tem a sua origem remota na instituição do ensino artístico na cidade, no fim do século XVIII, e a sua origem próxima em 1940 quando é convidado como professor da Escola de Belas-Artes do Porto o Arquitecto Carlos Ramos que, em 1952, ocuparia a direcção.” – TÁVORA, Fernando – “Para a história do futuro: um texto de 1991” (in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 19)). Após a crise da relação entre prática pedagógica e prática política que marcou o final dos anos 60, estendendo-se esta até 1974, foi apenas no contexto da Revolução do 25 de Abril e com a formação do processo SAAL que a Escola se revigorou, sendo o culminar desta afirmação a construção de um novo edifício – o edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

275 TÁVORA, Fernando – “Para a história do futuro: um texto de 1991” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 21).

276 “O pavilhão inaugurou-se a 7 de Outubro de 1987, invocando a memória e o nome de Carlos Ramos.” – COSTA, Alexandre Alves – “Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 28).

numa malha mais consolidada, manifesta, simultaneamente, a vontade de se abrir à vivência urbana. As interrupções volumétricas, a permeabilidade do espaço, os enfiamentos visuais, a diluição das barreiras físicas e a diversidade de percursos, promovem o encontro e o diálogo entre o urbano e a comunidade que ali encontra um meio de expressão e identidade. Neste sentido, os espaços exteriores da Faculdade de Arquitectura acabam por funcionar como rótulas de articulação com o meio urbano, agarrando o edifício ao terreno e ao entorno imaterial da contemporaneidade. Esta opção projectual terá, igualmente, que ver com a lógica de um perfil edificado, como posteriormente se desenvolverá.

Nem sempre as atitudes captadas *a priori* se manifestam na sua plenitude, havendo igualmente traços de contradição e irreverência, sendo talvez esses, por vezes, que determinam mais fielmente o carácter e intenção da obra. Deste modo, encontram-se novas possibilidades de resposta a um programa universitário que se afastam dos modelos convencionais ou do “*mito do espaço-tipo*”²⁷⁷, estimuladas quer pelo lugar e contexto de implantação como pelas novas dinâmicas urbanas e suas necessidades implícitas. A expressão e materialidade de um programa não deve renegar as bases ou princípios de concepção estabelecidos, mas sim desafiar tais preceitos de modo a atingir novos níveis de percepção, sensação e apropriação do espaço, tal como acontece nesta Faculdade de Arquitectura.

277

“O vulgar hábito da repetição dos espaços nos edifícios escolares foi, nesta obra, profundamente abalado pela criação de circunstâncias de apreensão sempre limitada dos espaços análogos. O mito do espaço-tipo, como instrumento de programação das instalações escolares (e outras) sempre associados a dimensionamentos prévios feitos com base na ponderação da área e equipamentos destinados a cada posto de trabalho, por actividade e número de lugares, foi relativizado a partir desta obra. A exaustiva decomposição de cada um desses factores, que aqui foi feita materializou uma alternativa constituída por tantos espaços quanto os necessários mas análogos apenas na área útil e no número de postos de trabalho, sendo cada um deles singular na sua forma e localização.” – FONSECA, Teresa – “A construção da nova Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 1985-1998” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 52).

3.2.2. Experimentar o espaço

A experiência do espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, assim como dos seguintes espaços seleccionados, visa o suporte e ampliação do estudo sobre o lugar, evidenciando as características singulares que os tornam oportunos no contexto da presente dissertação.

A chegada à Faculdade de Arquitectura é marcada pela sensação de abertura e contiguidade espacial, sugerida pela fusão ininterrupta do espaço exterior da instituição ao percurso público. A permeabilidade visual resultante da fragmentação volumétrica, assim como as várias alternativas de acesso a uma cota superior de atravessamento, estimulam e intensificam a percepção do espaço, exigindo a constante tomada de decisões. Existe, no entanto, um percurso convencional que se inicia a Poente do edifício – no cubo de interior vermelho ²⁷⁸ –, marcando simbolicamente a entrada na instituição. Este percurso é apenas realizado por alguns – consoante a sua origem ou destino –, sendo a possibilidade de traçar vários itinerários alternativos a este uma característica que anuncia parte da natureza singular do espaço.

No sentido oposto ao cubo, a aproximação ao espaço da Faculdade de Arquitectura realizada a partir de Nascente – através da Via Panorâmica Edgar Cardoso – é impulsionada por duas rampas de generosas dimensões, cuja largura do seu conjunto é superior à largura de uma torre, apresentando-se assim como alternativa apelativa ao percurso da rua. Uma das rampas mantém o tipo de pavimentação do passeio – microcubo de granito –, acentuando a sensação de continuidade, subindo em direcção a um espaço não totalmente visível a partir da rua; a outra antecipa um percurso verde a uma cota superior à do talude anterior, possibilitando uma visão panorâmica sobre o espaço envolvente. Apesar da demarcação entre espaço público e propriedade privada ser assinalada por uma guia de granito delimitante, esta não tem repercussão – a ausência de barreiras físicas impositivas confere ao espaço um *grau de publicidade* distinto relativamente às situações comuns de acesso a um edifício escolar, aproximando a vivência comunitária do usufruto público. Apenas uma frágil corrente é colocada de modo a assegurar que nenhum veículo possa perturbar a vivência social entre os volumes. Porém, dada a dimensão das rampas e sua abertura à rua, crê-se que a intenção projectual seria a de total permeabilidade entre público e privado, onde nem mesmo a corrente teria lugar.

Optando pela rampa de granito inicialmente referida, o espaço central, oculto pela primeira torre, revela-se ao longo da subida, enquanto que a largura da rampa aumenta gradualmente como que anunciando uma chegada. Após a subida, uma plataforma de geometria irregular – desenhando o remate da regularidade de implantação das torres e sendo delimitada pela firme linha do muro em pedra que direcciona o movimento – conduz a um terceiro momento: o estreitamento do percurso. A fluidez até agora

278

O cubo apresenta-se como uma metáfora, pois apesar do significado que lhe foi atribuído – ponto de entrada –, o restante conjunto não contribui para a sua suposta função. Segundo Teresa Fonseca, Doutorada em Arquitectura, a colocação exacta do cubo a Poente representa a extensão da propriedade da Quinta da Póvoa – onde se havia localizado as instalações provisórias da Faculdade de Arquitectura – até à Rua Viterbo Campos, transferindo e assinalando simbolicamente o portão conservado no muro da Quinta da Póvoa a Nordeste.



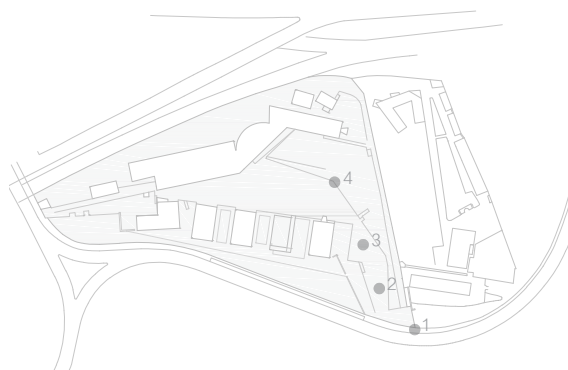
1



2



3



4



Fig. 085 a 088 _ Experimentar o espaço | Sequência de imagens de um percurso.

experimentada é interrompida por um episódio de tensão, não proibindo a continuidade do percurso, porém alertando para uma vivência particular do espaço.

Se, pelo contrário, se optasse pela rampa de percurso verde, esta encaminharia igualmente para o espaço central de atravessamento. Após a subida, uma plataforma nivelada obriga novamente à tomada de decisões: uma nova rampa que conduz aos jardins da *Casa Cor-de-Rosa*²⁷⁹, ou a permanência na plataforma de nível com percursos orgânicos e vista sobre o pátio central da Faculdade, alargando-se em direcção a ele, como que indicando o trajecto principal de atravessamento.²⁸⁰

Apesar do primeiro contacto com o espaço da Faculdade ser marcado pela tomada de decisões, o desenho e escala dos elementos que o compõem influenciam as opções dos usuários de modo inconsciente. A rampa em granito antecipa um percurso de atravessamento com continuidade, anunciada pelo material empregue semelhante ao passeio público; por sua vez, a rampa verde conduz a um percurso de lazer, onde é possível descansar e observar, como uma plateia sobre o espaço de acção. Junto às duas rampas, uma terceira alternativa surge esmorecida face à escala do primeiro conjunto. Tal diferenciação poderá ser intencional, uma vez que esta alternativa conduz a um espaço exterior sem continuidade imediata – a continuidade, ou o *percurso de atravessamento*, realiza-se aqui pelo interior do edifício. Conclui-se, assim, que as múltiplas alternativas de trajecto e os vários pontos de entrada / saída no edifício evidenciam o desejo de movimento, sendo este animado por acontecimentos de continuidade e fragmentação característicos da vivência urbana.

É igualmente plausível a situação em que não se optaria por nenhum dos percursos referidos, continuando o trajecto pela rua. Ao passar a primeira torre, um vazio acentuado pela quebra do ritmo volumétrico, desvenda parte do espaço central, oferecendo, em simultâneo, um agradável espaço de paragem – a *piscina seca* – que, em jeito de provocação, lança uma rampa de acesso em direcção ao percurso público. Este espaço, marcado por um banco corrido em todo o seu perímetro, posiciona-se entre e a rua e o pátio de atravessamento, sendo possível observar as duas realidades que à partida seriam facilmente discerníveis (pública e privada), mas que acabam por se assemelhar neste contexto.

O pátio central de atravessamento, de geometria irregular, é configurado a Sul pela implantação linear das quatro torres, assim como pela variabilidade das suas transparências; a Norte do pátio as linhas sugerem movimento, conferindo dinamismo espacial e, simultaneamente, sensações de intimidade e segurança através da sucessão de massas contínuas, densas e opacas, em contraponto às transparências do alçado Sul. Esta materialização procura, também, traduzir a organização funcional envolvente – a Sul encontra-se a rua, o movimento pedonal, a vista sobre o rio; a Norte o movimento rápido e ruidoso dos

279

A Casa do Gólgota, vulgarmente conhecida entre a comunidade da Faculdade de Arquitectura por *Casa Cor-de-Rosa*, localiza-se na Quinta da Póvoa, tendo sido restaurada e adaptada durante a primeira intervenção arquitectónica integrada no processo de construção da nova Faculdade, acolhendo as instalações provisórias do Curso. Tal como a casa, o jardim foi reordenado e os anexos igualmente remodelados, com o intuito de responder eficazmente ao novo programa.

280

Ainda que esta plataforma se desenvolva a um nível superior à do pátio, as duas mantêm contacto não só visual como físico através de diferentes acessos: o primeiro localizado junto ao estreitamento anteriormente mencionado (demonstrando o desenho concordante das duas plataformas), e o segundo materializado por uma extensa rampa que desmaterializa o carácter opaco do alçado Norte do pátio.



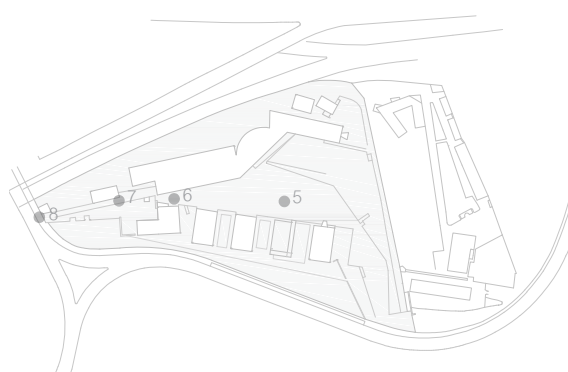
5



6



7



8



Fig. 089 a 092 _ Experimentar o espaço | Sequência de imagens de um percurso.

automóveis. Apesar da geometria irregular, o pátio da Faculdade de Arquitectura é facilmente apreendido devido à escala humana que apresenta – não é demasiado largo (cerca de 30 metros) e o seu comprimento mais extenso (100 metros) exprime a intenção de percurso. As dimensões deste espaço são ainda proporcionais à altura das torres, dado que a sensação percebida não é de espaço enclausurado, mas de lugar liberto e aberto à vida – quando o pátio estreita, aproximando-se da entrada principal, a altura das torres diminui.

Por sua vez, o desenho do alçado Norte do pátio parece assinalar um ponto relevante – o volume de betão, que serpenteia entre o verde, indica o caminho. Surge, novamente, um momento de tensão e estreitamento, marcando aquela que será a entrada oficial no interior do edifício. Esta classificação não se baseia apenas no programa interior ²⁸¹, mas sobretudo na relação e posicionamento desta relativamente às entradas individuais das torres que se abrem para o espaço exterior de modo indiscriminado. Contrariamente, a entrada no volume principal é o culminar de uma sucessão de acontecimentos, ritmada pelos acessos às torres, bem como pelas transparências amparadas pela opacidade pressentida a Norte. Mais à frente, o volume que acolhe o bar continua a indicar a direcção do percurso. Este será, assim, um exemplo de espaço didáctico que transmite instruções para o seu uso, sendo estas apreendidas de forma lúdica e involuntária.

A *escada escultura*, entre as duas torres a Poente, é igualmente um percurso alternativo que encaminha exactamente ao momento de tensão onde se realiza a entrada. Contudo, os desconhecidos, ou os mais distraídos, muitas vezes não dispostos ou não preparados para ler os sinais evidentes, perguntam-se onde será a entrada. Talvez a intenção seja fazer com que a descubram através da experiência sensorial do percurso, trazendo o público até à vivência *comum*. Poderá a vontade do transeunte não ser a de entrar, porém, tal como numa verdadeira rua, a possibilidade é-lhe oferecida. Na verdade, não faria sentido que uma barreira contínua impusesse um único e inflexível percurso, dado o carácter fragmentário quer do edifício como do seu espaço exterior, bem como a natureza dos fluxos que confluem neste lugar – atravessamentos longitudinais que traduzem diferentes origens, destinos e desejos.

3.2.3. Pensar o espaço

3.2.3.1. Contexto e *tempo* como dimensões projectuais

“Um campus universitário à maneira anglo-saxónica, espaço de parque verde com instituições dispersas, autonomizado da vida quotidiana, não é propriamente o ideal dos arquitectos. A escola de arquitectura quer-se confundida com o frenesim do dia-a-dia de todos, pressionada ao compromisso com a vida pública. Quer viver misturada no espaço físico das contradições

281

Os volumes que desenham o limite Norte da Faculdade de Arquitectura acolhem a recepção, secretaria, administração, centro de documentação e uma galeria expositiva assim como auditórios, anfiteatros e algumas salas de trabalho para grandes grupos.

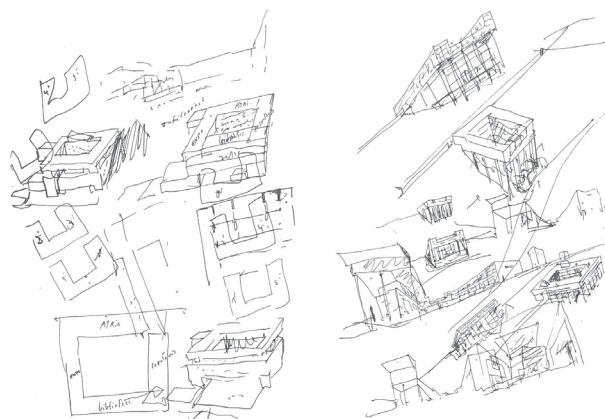


Fig. 093 _ Primeiros esboços do projecto | Álvaro Siza, 1985-1986.

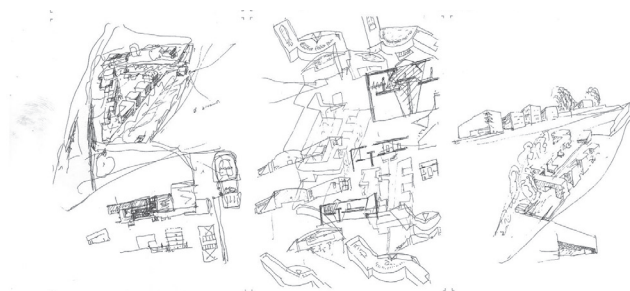


Fig. 094 _ Evolução da ideia | Álvaro Siza, 1986.

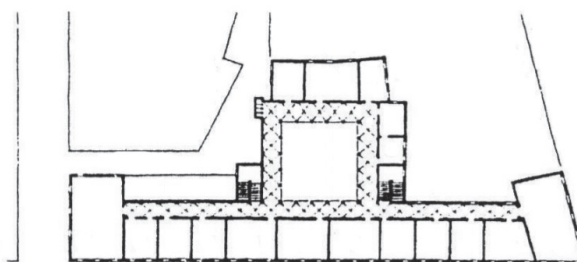


Fig. 095 _ Archiginasio (1562-1563) | Antonio Terribilia, Bolonha.

*urbanas, quer sentir o pulsar da vida da cidade, para dele tomar lição constante no processo criativo que é formar saberes e transmitir a matéria da arquitectura.”*²⁸²

O contexto no qual se insere a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, afastado do movimento citadino e das ruas que acolhem maiores fluxos pedonais e rodoviários, poderia determinar o isolamento irreversível da comunidade universitária. Os desenhos iniciais do arquitecto Álvaro Siza expressavam tal circunstância através de um volume compacto que se voltava para o interior, fechado a possíveis intrusos.²⁸³ Contudo, essa ideia de projecto, alusiva ao típico colégio inglês derivado da tradição monástica²⁸⁴, foi abandonada – ou de certo modo reinterpretada²⁸⁵ –, tornando-se sensível às necessidades contemporâneas do lugar, procurando a inserção da instituição no tecido urbano assim como a integração da sua comunidade na vida citadina. Neste sentido, o espaço da Faculdade não se restringe a uma forma única e encerrada, manifestando antes a intenção de simular e revitalizar a ideia de percurso, abrindo-se à vivência urbana.

No entendimento de Teresa Fonseca, o modelo de *campus* teve origem na Universidade de Virgínia em Charlottesville, projecto de Thomas Jefferson e Benjamim Latrobe, construído entre 1814 e 1826. Este *campus* encontrava-se segregado da vida quotidiana, “*em plena natureza, com vida própria – é uma cidade ideal em miniatura, consagrada ao estudo e à meditação*”²⁸⁶, tendo o seu modelo se expandido pelo mundo sob diversas formas e estilos. De facto, ainda que o espaço da Faculdade de Arquitectura reúna, de certo modo, características similares – isolamento e propensão para a meditação –, partilha simultaneamente de uma vocação ambígua que tende para a receptividade, disponibilidade e abertura ao meio urbano, sendo tais atributos suportados pelo carácter do contexto envolvente uma vez que este permite que o espaço se abra sem destruir a sua dinâmica funcional.²⁸⁷

De acordo com os condicionamentos programáticos e escala do Curso de Arquitectura, a atribuição do local de implantação, como referido no Programa Base de 1980, decorreu de um procedimento automático e inelutável – “*das áreas sobrantas somente resta uma, de características medianamente aceitáveis, situada a Sul dos arruamentos do nó e a Norte da Via Panorâmica. A reduzida dimensão,*

282 TAVARES, Domingos – “A casa da arquitectura” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 19).

283 Confrontar com as imagens 093 e 094. (p. 138).

284 FONSECA, Teresa – “(...) o típico colégio inglês é composto como um convento, por uma série de edifícios diferentes que, em torno de um ou vários pátios, forma um todo compacto e fechado sobre si próprio. Pela flexível articulação dos espaços livres e das diferentes partes construídas, cada uma com a sua própria função, o conjunto tem uma grande unidade e um carácter inconfundível. O quadrangle ou pátio interior é o essencial. (...) São também notáveis as zonas verdes que se incluem dentro dos recintos dos colégios.” in “A construção do Pólo 3 da Universidade do Porto”. (p. 16 – Vol. 3).

285 Como contraponto ao modelo do típico colégio inglês – voltado para um pátio interior –, o *Archiginnasio* em Bolonha foi um dos primeiros edifícios singulares onde o pátio já não se constituía como principal centro funcional. No *Archiginnasio*, as atenções são redistribuídas pela fachada a partir da qual o edifício se volta para o meio urbano, tal como se verifica na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

286 FONSECA, Teresa – “A construção do Pólo 3 da Universidade do Porto”. (p. 26 – Vol. 3).

287 Se, pelo contrário, a Faculdade se situasse num lugar fortemente movimentado, certamente o funcionamento da instituição poderia ter interferências nem sempre positivas.

a topografia, o revestimento e a irregularidade dos limites, somente permitem aí virem a localizar-se instalações de pequena dimensão que sem dificuldades se adaptarão a tais condicionantes. Do conjunto de instalações definidas no Programa Preliminar somente a Faculdade de Arquitectura e o ISEF serão aquelas que respondem a tal exigência”²⁸⁸, sendo responsabilidade do projecto arquitectónico a superação de tais condicionantes e, simultaneamente, a capacidade de possibilitar expansões funcionais ao longo do tempo, tal como o programa aponta.²⁸⁹

Como explica o Professor Eng. Aristides Guedes, a implantação de um *campus* num malha urbana densa é desaconselhável, no entanto tal opção apresenta igualmente vantagens, nomeadamente a interacção com as actividades citadinas, tornando-se o *campus* na própria cidade. Contudo, é indispensável que os edifícios tenham possibilidade de expansão, adaptando-se às evoluções programáticas e funcionais contemporâneas. Neste sentido, pode considerar-se que o projecto da Faculdade de Arquitectura procurou preparar, ainda que dentro das suas limitações, o terreno para futuras intervenções urbanísticas de consolidação do polo – tais como a inserção urbana da nova linha de Metro que servirá o Campo Alegre e a consequente proximidade a uma estação –, uma vez que o seu espaço exterior representa um contributo significativo para a vivência e qualificação do espaço público dadas as alternativas de percurso pedonal disponibilizadas, que poderão, por sua vez, integrar-se num sistema de *lugares sociais comunitários*. Ao mesmo tempo, a configuração do espaço pretende assegurar que este se mantenha funcional ainda que a afluência ao mesmo aumente, resguardando-se através de desníveis não impositivos. A solução arquitectónica encontrada detém, assim, um equilíbrio adequado entre estabilidade e adaptabilidade, podendo responder, ao longo do tempo, a diferentes fluxos, maiores afluências e, até, a diversos programas. Como refere Teresa Fonseca, “*muitas das comodidades potenciadas pelo edifício ainda hoje estão inexploradas, mas não podem as construções suprir os usos*”²⁹⁰, antes despertar o interesse daqueles que por meio da apropriação as poderão descobrir.

*“Cremos que, ao preferir soluções de continuidade entre os edifícios propriamente universitários e os residenciais ou sócio-culturais num sistema que os aproxima da malha urbana da cidade tradicional, excluímos toda a possibilidade de criação de uma universidade tipo campus com as suas vantagens de tranquilidade mas também com os inconvenientes de uma vida artificializada pelo isolamento, com poucas probabilidades de proporcionar os contactos variados e estimulantes que só uma vida comunitária aberta pode conceder.”*²⁹¹

288 Polipro, Arq. Nuno Tasso de Sousa – Plano Geral do Pólo 3 – Programa Base 1980 (in FONSECA, Teresa – “A construção do Pólo 3 da Universidade do Porto”. (p. 208 – Vol. 1).)

289 “Recomendaremos a expansão desta área para Nascente, ao longo da Rua da Pena, revendo o traçado da Via Panorâmica, conseguindo-se assim implantar esses dois departamentos, sem compromissos de limitações a curto prazo.” in Polipro, Arq. Nuno Tasso de Sousa – PGP3 – Programa Base 1980 (in FONSECA, Teresa – “A construção do Pólo 3 da Universidade do Porto”. (p. 208 – Vol. 1).)

290 FONSECA, Teresa - “A Construção da Nova Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 1985 - 1998” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 53).

291 Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto – Luís Cunha, Abril de 1973 (Extractos de Introdução e Cap. I – Objectivos e Princípios. Assessoria de Planeamento da UP (in FONSECA, Teresa – “A construção do Pólo 3 da Universidade do Porto”. (p. 32 – Vol. 3).)

3.2.3.2. Espaço de identidade e integração

A escala humana dos espaços exteriores da Faculdade, assim como a circulação confortável e fluída entre eles – permitindo que alunos e professores possam trabalhar conjuntamente, encontrar-se facilmente e debater assuntos de interesse comum –, favorecem a permanência e continuidade de uma identidade previamente gerada. O cubo de interior vermelho, entrada simbólica da Faculdade, evoca uma família espiritual de origem remota – a *Escola do Porto*²⁹². De facto, não é possível negar as referências plásticas e espaciais, (além das afectivas), que Álvaro Siza reproduziu no projecto da Faculdade de Arquitectura, nomeadamente o pátio vermelho de Távora na Quinta da Conceição.²⁹³ Talvez apenas a comunidade universitária possa reconhecer a associação das identidades presentes, sendo para os desconhecidos somente um acontecimento animador do percurso. O pequeno dispositivo espacial funciona, assim, duplamente, trabalhando diferentes níveis de identidade e percepção sensorial.

*“(...) não há memória colectiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: as nossas impressões sucedem-se, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no material que nos cerca.”*²⁹⁴

A ideia de identidade é apresentada ainda noutra vertente. A disposição dos volumes que constituem o alçado Sul, voltando-se para o rio Douro, procura dar continuidade ao casario característico do Porto que se estende *desde a ribeira até à foz*, representando, em simultâneo, a metamorfose evolutiva da paisagem urbana. A singularidade de cada torre, retratando a individualidade da casa típica da cidade, contrapõe-se à ideia de espaço social *comum* e plural, materializado pelo pátio central de atravessamento, aberto não só à comunidade escolar como a visitantes anónimos.

Neste sentido, a Faculdade de Arquitectura não é apenas um edifício, afirmando-se, por sua vez, como fragmento urbano *autónomo-dependente*, composto por uma rede de percursos animados pelo cruzamento quer de indivíduos com um interesse comum – o estudo de arquitectura –, como daqueles que procuram uma alternativa aos seus interesses (visitantes, turistas, exploradores). O facto da Universidade do Porto dispersar os seus pólos por vários sectores da cidade pode, desde logo, estimular o desenvolvimento

²⁹² TÁVORA, Fernando – “Aquele que é hoje chamada Escola do Porto tem a sua origem remota na instituição do ensino artístico na cidade, no fim do século XVIII, e a sua origem próxima em 1940 quando é convidado como professor da Escola de Belas-Artes do Porto o Arquitecto Carlos Ramos que, em 1952, ocuparia a direcção.” in “Para a história do futuro: um texto de 1991” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 19).

Importa ainda referir que o termo *Escola do Porto* ultrapassa o significado material de edifício para dar lugar a um “modo próprio de pensar e de fazer”, tendo este, actualmente, projecção internacional.

²⁹³ FONSECA, Teresa – “O estreito corpo da nova entrada a Poente é descoberto, interiormente pintado de vermelho, com degraus que não conduzem passos reais mas temporais, para um portal que se eleva para um lugar cuja cota de soleira será definida por cada novo arquitecto a formar na nova Faculdade. Anos atrás, quando Siza era aluno, Távora abriu uma porta análoga para a Quinta da Conceição, em Leça, de onde, mestre e discípulo fizeram muitas viagens. Testaram e contrastaram recintos criados com vermelho ou rosa, de Wright, Barragán e de Antigas Civilizações.” in “A construção da nova Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 1985-1998” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 50).

²⁹⁴ HALBWACHS, Maurice – “A memória colectiva”. (p. 143).



Fig. 096 _ Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Vista a partir de Vila Nova de Gaia.



Fig. 097 _ Pátio Poente | Morfologia e escala humana do lugar.

de estratégias férteis, capazes de contribuir para o redesenho e consolidação do espaço urbano, assim como da sociedade que o transforma. Segundo Peter Testa, a zona do Campo Alegre é “*uma zona marcada pela presença de urbanizações contidas que começaram a deslocar o centro comercial do Porto*”²⁹⁵, sendo crucial o contributo singular, mas simultaneamente articulante, de cada estrato no processo de integração dos habitantes numa vivência urbana activa e significativa. Com esse objectivo, o espaço da Faculdade de Arquitectura poderá conformar, a longo prazo, uma base democrática, aberta aos cidadãos, sob a forma de um lugar identitário, integrador e impactante.

*“Produto de uma união quimérica de forças, esta arquitectura nova reinventa o colectivo numa condição pós-urbana à qual faltam centros sociais e políticos. Não sendo um símbolo da cidade insular da Antiguidade, nem a cidade aberta ideal, a Faculdade de Arquitectura e todas as obras de Siza, transcendem auto-suficiência para suportar a vida urbana e as suas transformações.”*²⁹⁶

Na verdade, interpretar e reproduzir a metamorfose urbana e social através da concepção de espaços identitários nem sempre se revela tarefa pacífica. A ideia de identidade prende-se com as características inerentes a um objecto (ou lugar), porém, tal identidade pode igualmente construir-se com base no entendimento e diálogo coerente com o meio envolvente, opondo-se a processos individualistas e egocêntricos. Desenhar um lugar identitário não implica, assim, a ruptura com o meio urbano existente, mas antes o estabelecimento de contínuas relações que propiciam sensações de integração num conjunto interligado. As distintas partes que neste processo se combinam poderão desafiar-se e encontrar soluções reciprocamente proveitosas. A ambiência e identidade do espaço exterior privado de usufruto público – ou deste *lugar social comunitário* –, pode, então, completar e inspirar o planeamento do espaço público adjacente, sugerindo pretextos, programas, materialidades, temas.

3.2.3.3. Morfologia, escala e plasticidade do lugar

*“A familiaridade com os sentidos do ser humano – o modo em que funcionam e os âmbitos nos quais surgem – é um importante requisito para desenhar e dimensionar todas as formas de espaços exteriores e disposições de edifícios.”*²⁹⁷

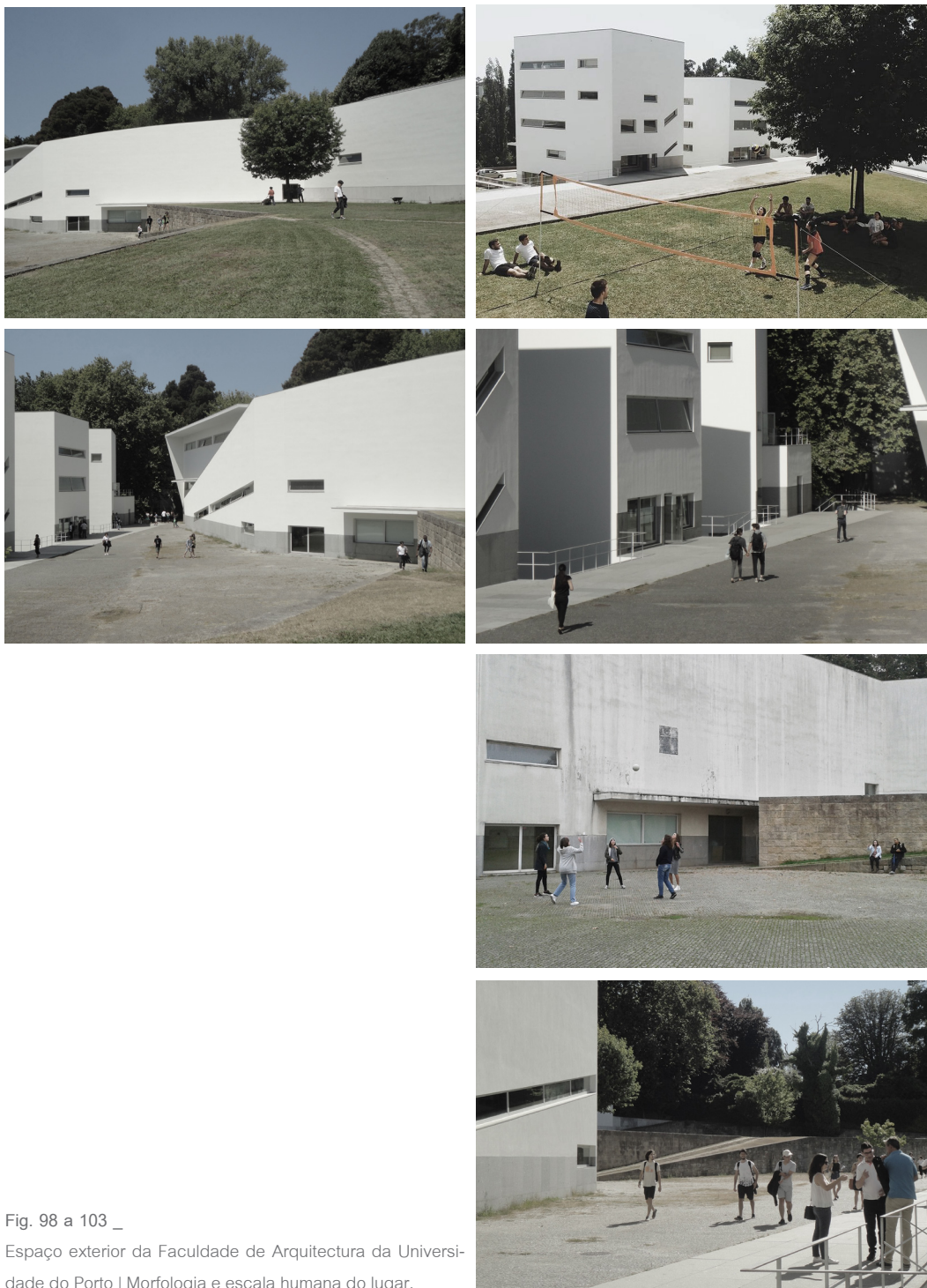
Os espaços exteriores da Faculdade de Arquitectura, de diferentes morfologias e dimensões, atentam nas particularidades topográficas do lugar²⁹⁸, trabalhando-as de forma a que estes possam

295 TESTA, Peter – “Espaço evolucionário. Projectar a Escola de Arquitectura do Porto” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 67 e 68).

296 TESTA, Peter – *idem*. (p. 76).

297 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 72).

298 Segundo Teresa Fonseca, Álvaro Siza demonstrou respeito pelo terreno de implantação, conservando elementos pré-existentes assim como desníveis naturais, ainda que de poucos metros, sendo esta atitude sinónimo de sensibilidade. Deve igualmente referir-se que a nova Faculdade de Arquitectura se implantou com base nos traçados existentes, nomeadamente o muro da Quinta da Póvoa e a fachada Sul da Casa do Gólgota, retirando destes elementos alinhamentos sobre os quais se desenvolveu o novo projecto.



converter-se em lugares de conforto para a vivência humana. O conjunto é, deste modo, organizado por espaços de características e disposições distintas, mas identicamente sensíveis à experiência física, sensorial e social dos usuários.

No pátio central da Faculdade, de morfologia irregular, a intensidade das relações estabelecidas é regulada pela proporção do espaço – pela distância entre elementos e intervenientes. A visão e audição, estritamente vinculadas às actividades sociais mais complexas, são, neste contexto, factores condicionantes do projecto, devendo o planeamento do espaço público, bem como do espaço exterior privado de usufruto público, considerar o desempenho destes sentidos face às distâncias projectadas. Como explica Jan Gehl, é possível manter conversas sem dificuldade até sete metros de distância, já a uma distância de 35 metros dificilmente se ouvem outras pessoas. Relativamente à visão, a presença de outra pessoa e o que se encontra a fazer é perceptível até uma distância de 100 metros, no entanto apenas a 30 metros de distância se reconhecem traços faciais ou outros aspectos físicos específicos, e apenas a uma distância de 20 metros se apreendem estados de ânimo ou expressões. Uma vez que a largura máxima do pátio da Faculdade não excede os 30 metros, sendo possível reconhecer com facilidade as outras pessoas, e o comprimento não ultrapassa os 100 metros, tornando-se igualmente perceptível a presença humana, pode concluir-se que as dimensões do espaço, proporcionais à natureza comunitária do lugar, beneficiam os contactos sociais entre usuários. Estas dimensões potenciam ainda a diversidade e flexibilidade de uso – espaço de encontro, de reunião, de movimento, por vezes campo de jogos, de concertos e churrascos, outras vezes sala de aula de desenho, onde a medida das distâncias ensina as harmoniosas proporções do espaço.²⁹⁹ Assim, pode por fim dizer-se que uma escala ponderada promove a superação da função, evidenciando o carácter versátil do lugar.

A noção de escala propicia ao contacto e proximidade entre pessoas, tantas vezes esquecida no desenho urbano, encontra aqui expressão e possíveis repercussões. A abertura deste lugar influencia e enriquece não só a experiência e prática projectual da comunidade escolar, como daqueles que, apesar de exteriores à instituição, têm a possibilidade de experimentar e interpretar um espaço com qualidades lúdicas, capaz de comunicar instruções para o seu uso e apropriação.

Por sua vez, a diversidade e o contraste entre os materiais de revestimento que compõem os espaços exteriores da Faculdade dinamizam o percurso e estimulam a percepção sensorial. As cores, texturas e a luz reflectida nas superfícies preparam a construção de uma memória. O contraste entre as paredes brancas, lisas e ascendentes, e os robustos muros texturados em pedra, é amenizado pelo equilíbrio entre as massas, assim como pela presença de elementos naturais. O jardim da *Casa Cor-de-Rosa* confere ao espaço serenidade e intimidade. Os pavimentos exteriores em granito encaminham o trajecto, fundindo-se com o percurso da rua com igual materialidade. Poderia pensar-se que o pavimento é tratado com

299

Na verdade, os espaços da Faculdade podem afirmar-se como lição de arquitectura, uma vez que evidenciam a riqueza de estímulos e sensações ao traçar diferentes percursos para chegar a um mesmo ponto, sendo que tal se verifica tanto no interior do edifício como no seu exterior. Simultaneamente, estes espaços enriquecem a experiência urbana e arquitectónica dos desconhecidos, levantando dúvidas, anseios, curiosidades, tal como acontece na cidade. Os alunos acabarão por transportar as sensações quotidianas para a sua prática projectual, assim como os visitantes terão a oportunidade de experimentar uma vivência espacial lúdica que marcará o seu domínio referencial.



Fig. 104 a 108 _
Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universi-
dade do Porto | Acessibilidade e receptibilidade do lugar a
actividades *comuns*.

indiferença, dada a sua neutralidade, contudo este elemento é cuidadosamente manuseado de forma a materializar a intenção latente – um percurso de *continuidade*.

3.2.3.4. Questões de acessibilidade

*“A cidade é um magma pesado que se move como um mar de água ou como um banco de areia, oscilando pela energia da sua própria massa interior. Ser sensível a esta condição gravitatória das formas urbanas implica encontrar sentido e beleza nas diferenças relativas com que a densidade de acontecimentos, edifícios, espaços e volumes aparecem na paisagem urbana.”*³⁰⁰

Habitualmente, o que distingue um espaço público de um espaço privado é o seu desvio de uso vinculado a um determinado grau de acessibilidade. Um espaço público mantém um compromisso perene com as pessoas, devendo garantir o acesso livre e ilimitado; por sua vez, o espaço privado pode fechar-se indiscriminadamente ao uso público, ou, pelo contrário, revelar-se como articulação entre diferentes domínios, deixando correr o *magma pesado carregado de energia*.

Através da experiência sensorial do espaço exterior da Faculdade de Arquitectura é perceptível tal fluidez articulante e acessibilidade irrestrita. Serão, assim, atribuídos ao espaço, através do seu usufruto *comum*, significados compartilhados que ultrapassam a vivência colectiva exclusiva, qualificando em simultâneo o tecido urbano. O grau de acessibilidade completa, desta forma, o carácter e identidade do lugar, bem como do meio urbano onde este se insere. O problema da privatização do espaço poderá surgir quando esta alimenta o desenvolvimento de lugares anónimos, onde a ausência de identidade limita o indivíduo a uma vivência solitária, tal como Marc Augé refere na teoria dos *não-lugares*.³⁰¹ De facto, quando não se valoriza ou retira proveito da memória colectiva e história do lugar, em prol de uma experiência mais proveitosa e abrangente, os níveis de urbanidade decaem singular e pluralmente.

Deve também referir-se que a Faculdade de Arquitectura, provisoriamente acomodada nas instalações da Quinta da Póvoa aquando a construção do novo edifício, procurou diferenciar-se da ambiência ali experimentada: o encerramento do jardim privado e o recolhimento pressentido face ao meio envolvente. A nova imagem da Faculdade desejava-se então aberta ao urbano, tal como Domingos Tavares referira.³⁰² Esta teria, portanto, uma acessibilidade convidativa, materializada pela multiplicidade de entradas (exteriores e interiores), acentuando a condição pública da instituição. Apesar do programa e actividades especializadas, as características morfológicas e o *grau de publicidade* do lugar conferido pela permeabilidade espacial, permitem que este receba diferentes eventos e que se adapte a derivações programáticas ao longo do tempo.

300 SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 108).

301 Ver capítulo “O espaço público” – (p. 79).

302 TAVARES, Domingos – “a nova casa da arquitectura não iria confundir-se com a velha casa em seu jardim que foi adoptada no polo universitário do Campo Alegre ou com a memória dos campos que outrora fizeram verde a paisagem destas encostas do rio” in “A casa da arquitectura” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 38).

*“Em mais nenhum sítio é tão evidente a espacialidade da arquitectura de Siza do que no campus aberto, no coração do complexo. Neste pátio distendido, o vazio assume particular importância já que o posicionamento preciso de volumes estabelece uma sensação de encerramento flutuante.”*³⁰³

“A localização da porta é, realmente, uma decisão de extrema eficácia para a concepção da forma arquitectónica, e também dos dados mais eloquentes para a sua avaliação. (...) Na porta se separam e se ligam os dois mundos que formam o Universo, o dentro e o fora, e se estabelece a fronteira subtil para os que querem entrar e para os que passam sem entrar. À forma da porta cabe a responsabilidade e o direito de instruir e preparar os que entram e os que saem para os espaços situados nos dois sentidos, através da organização conveniente (desenho) de todos e cada um dos elementos constituintes (construção).

Há edifícios que não têm a porta, embora tenham centenas de portas.

Há edifícios que têm uma porta que não é porta.

*Há edifícios com a porta e muitas outras portas, todas necessárias.”*³⁰⁴

3.2.3.5. Sensação de segurança

O processo de integração num determinado espaço não se concretiza apenas pela identificação afectiva com este ou pelo seu reconhecimento visual e referencial. Caminhar num lugar frequentado por outras pessoas, onde todos se vigiam involuntariamente, ocasiona uma segurança física e psicológica propícia ao estabelecimento de relações que conectam corpo e espaço.

Neste sentido, os percursos que se cruzam no espaço exterior da Faculdade, vigiando quer a propriedade institucional, quer o espaço público adjacente – uma vez que estes se fundem num movimento fluído –, contribuem para a segurança dos transeuntes bem como para a integridade do lugar. Ainda que não se registre uma afluência expressiva de desconhecidos ao espaço em questão, o objectivo deste assenta no incremento de um lugar social acessível, que apesar de aberto transmite igualmente segurança, reinterpretando a experiência urbana de um local mais frequentado. Tal como acontece numa rua da cidade, a segurança *“não é mantida basicamente pela polícia, sem com isto negar a sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controlos e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.”*³⁰⁵. Assim, ainda que o contexto isolado não disponibilize um número significativo de pontos de vigia e, conseqüentemente, uma sensação absoluta de segurança, este lugar reivindica o desenvolvimento da zona nesse sentido, reclamando novos espaços que reforcem a urbanidade do sector. O conjunto da Faculdade de Arquitectura expõe, então, a

³⁰³ TESTA, Peter – “Espaço evolucionário. Projectar a Escola de Arquitectura do Porto” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 72).

³⁰⁴ FONSECA, Teresa - “A construção da nova Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 1985 - 1998” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 177).

³⁰⁵ JACOBS, Jane – “Morte e vida de grandes cidades”. (p. 32).

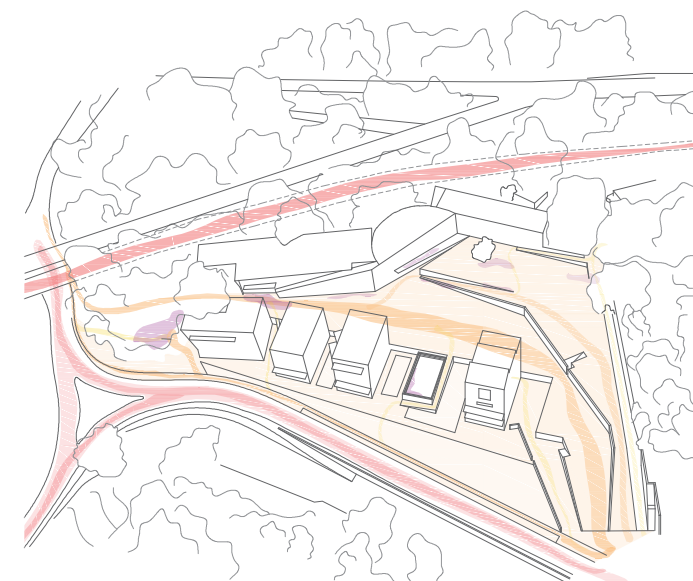
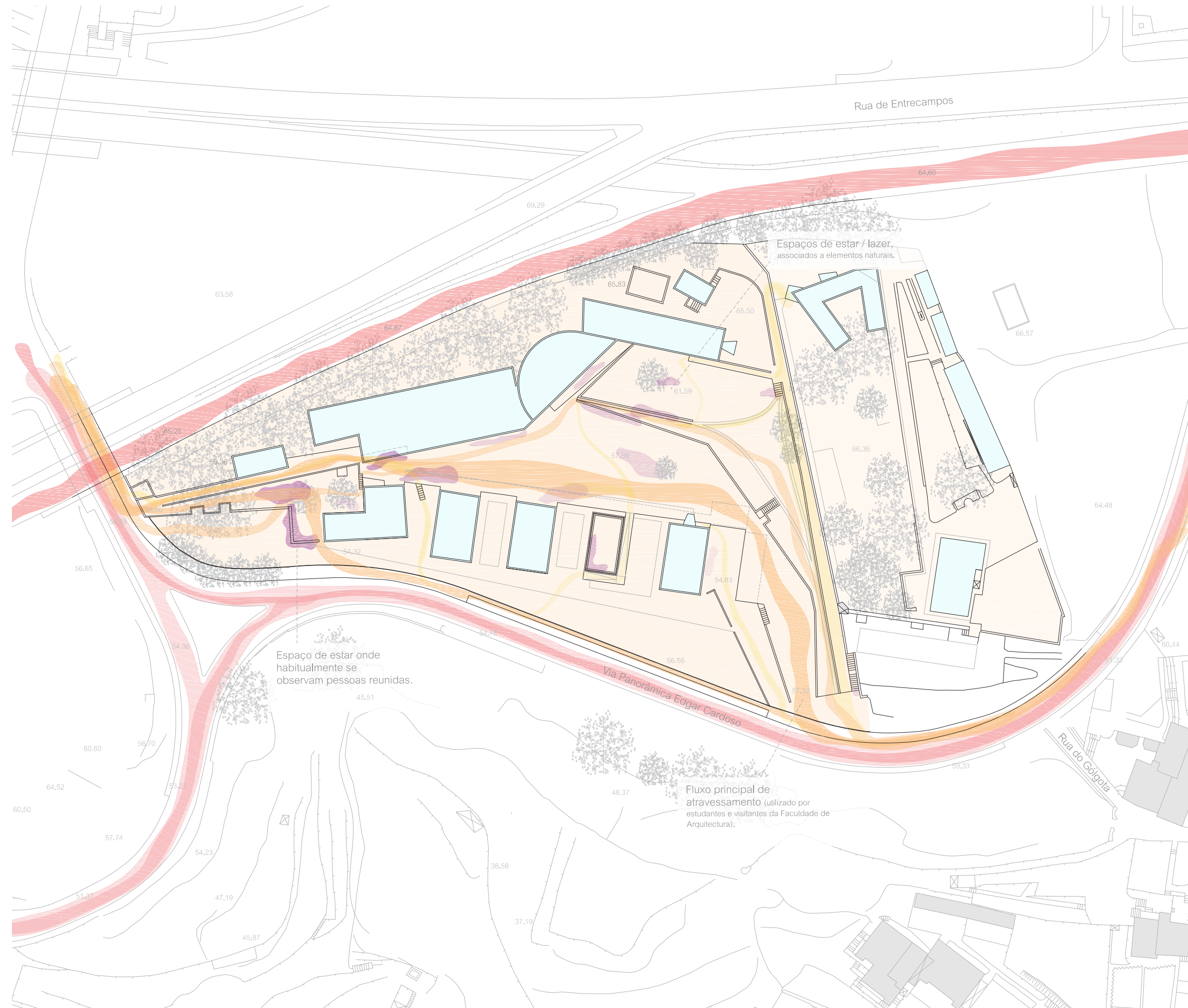
sua condição de fragmento urbano, cujo funcionamento correcto e maximização deste apenas se alcançará quando integrado numa rede devidamente equipada e constituída, não funcionando na sua plenitude isoladamente.

Por sua vez, os limites flexíveis do espaço exterior da Faculdade potenciam o florescimento de um sentido de responsabilidade sobre as áreas exteriores próximas – *que pertencem a todos* –, estendendo-se a ideia de pertença geralmente vinculada à propriedade privada, ao espaço público devido à transição suave entre os dois domínios – *“se incorporarmos as sugestões espaciais adequadas no nosso projecto, os [usuários] sentem-se mais inclinados a expandir a sua esfera de influência em direcção à área pública. Até mesmo um pequeno ajuste na forma de articulação espacial da entrada pode ser o suficiente para estimular a expansão da esfera de influência pessoal, e, deste modo, a qualidade do espaço público será consecutivamente aprimorada no interesse comum.”*³⁰⁶ Assim, entende-se que o problema da segurança e, aliado a esta, do sentido de integração, não se resolvem com base na dispersão, mas antes com o fortalecimento e regeneração de estratos urbanos desconectados, possibilitando o agrupamento de pessoas e a sua expansão igualmente densa. Contrariar fenómenos de dispersão mas, simultaneamente, promover a distribuição e continuidade de espaços públicos de modo uniforme – como uma rede que se justifica e protege reciprocamente – será, então, um dos principais desafios colocados aos espaços exteriores privados abertos à comunidade.

*“O edifício da FAUP é um desses exemplos que marcam o caminho novo para a arte de construir a cidade construindo na cidade, abrindo a forma para a nova urbanidade com a expressão de continuidade da cultura preexistente do lugar, tornada mais rica pela importação de valores que, dignificando o passado, expressam o presente e assim contribuem para a construção do futuro.”*³⁰⁷

³⁰⁶ HERTZBERGER, Herman – “Lições de arquitectura”. (p. 41).

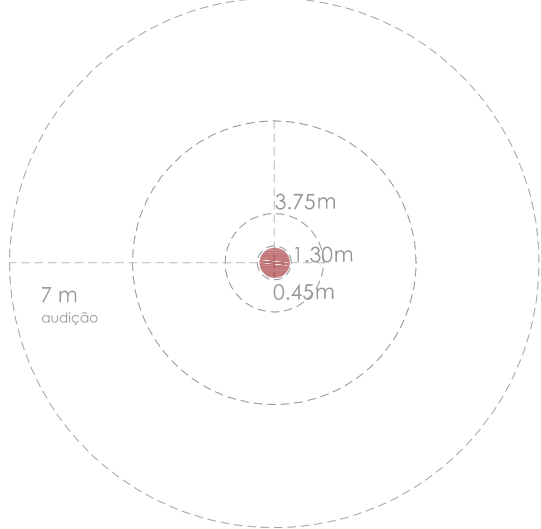
³⁰⁷ TAVARES, Domingos – “A casa da arquitectura” in “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. (p. 42).



Segundo o estudo de Edward T. Hall, apresentado por Jan Gehl, as distâncias sociais comuns na Europa Ocidental variam consoante as diferentes formas de comunicação:

- distância íntima: entre os 0 a 0.45m - manifestação de sentimentos intensos - ternura ou zanga;
- distância pessoal: entre 0.45 m a 1.30 m - conversas entre amigos próximos e família;
- distância social: entre 1.30m a 3.75 m - conversas entre amigos, colegas de trabalho, etc.;
- distância pública: +3.75m - ocasiões protocolares, quando se quer ouvir mas sem participar.

Neste sentido, desenharam-se as esferas cujos raios asseguram diferentes níveis de individualidade e sociabilidade, sendo estas interseccionadas por outras esferas que cruzam e modificam níveis de conforto, nomeadamente a esfera da audição e visão.



Consideraram-se igualmente neste desenho, algumas medidas que dizem respeito ao campo de audição, uma vez que a conversação se apresenta como um dos principais meios de socialização. De acordo com Hall:

- até 3 metros de distância estabelecem-se conversas normais;
- até 7 metros a audição é bastante eficaz, sendo possível manter diálogos com pouca dificuldade;
- até 35 metros é possível ouvir uma palestra ou conferência e participar num diálogo de perguntas e respostas;
- acima de 35 metros de distância é difícil ouvir outras pessoas, apenas se ouvem gritos ou algum ruído.

Numa quarta-feira de sol, entre as 13h e 13h30, registou-se uma média aproximada de 18 pessoas no pátio principal (de atravessamento) da Faculdade de Arquitectura, sendo que parte delas se encontrava de passagem, outras permaneciam de pé a conversar ou a observar, e algumas encontravam-se sentadas.

- a circular - 10 /11 pessoas
- a "estar" - 7 / 8 pessoas
 - a pé a conversar - 5 pessoas
 - sentadas - 3 pessoas

Por sua vez, no espaço de estar principal - a Poente - registou-se maior afluência:

- cerca de 16 pessoas encontravam-se no banco de pedra em forma de "L", *entre o público e o privado*,
- 32 pessoas sentadas nas mesas do bar.

Salienta-se que a maior parte dos usuários são estudantes da Faculdade; no entanto, a permeabilidade do espaço constitui uma oportunidade ao usufruto por parte de outros visitantes.

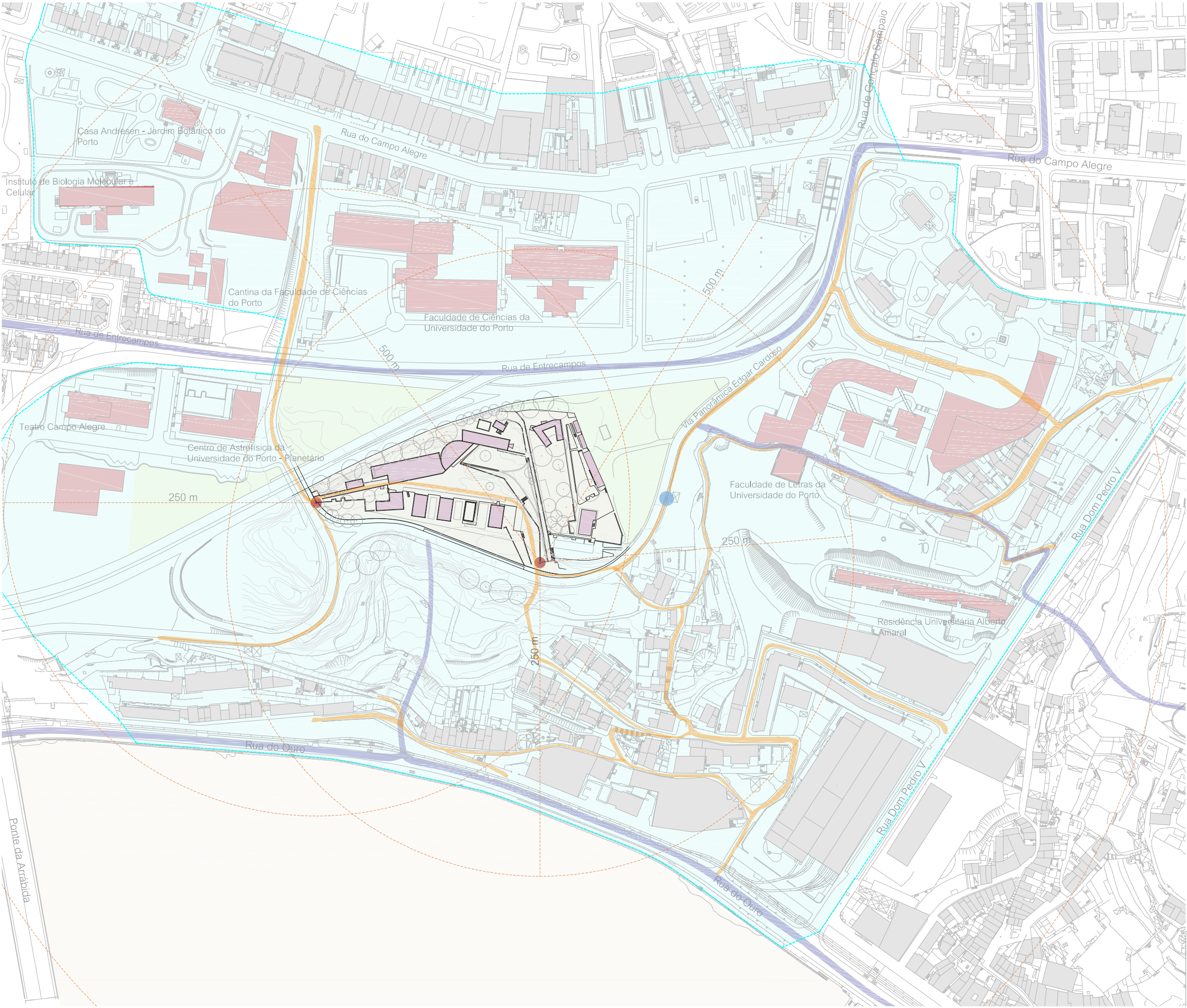
Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Estudo de distâncias sociais e observação do lugar

Escala 1/750







O sector urbano no qual se insere a Faculdade de Arquitectura é marcado pela presença / proximidade aos Caminhos do Romântico - percursos do Porto de Oitocentos (*romântico, burguês, rural e industrial*) -, sendo que um destes trajectos se inicia na Faculdade, passando pelo bairro de operários que trabalhavam na zona ribeirinha e recriando o seu itinerário até Massarelos; neste contexto, o percurso oferecido pela Faculdade de Arquitectura parece encaixar-se na lógica intrincada existente. Assim, assinalou-se neste desenho uma rede de percursos pedonais na área envolvente da Faculdade, e sua continuidade até algumas das principais artérias - Rua do Campo Alegre, Rua Dom Pedro V, Rua do Ouro. A partir destes percursos, delineou-se uma área aproximada de influência, considerando igualmente o estudo de Jan Gehl sobre as distâncias percorriáveis a pé confortavelmente - segundo o autor, até 500 metros é aceitável caminhar até outros pontos de interesse. Dentro da área de influência referida destacaram-se ainda alguns edifícios públicos de interesse comum, abrangidos pelos raios de 250 e 500 metros, bem como alguns espaços com potencial de se desenvolverem no sentido de reforçar a rede de vigia e atractividade do sector.

Neste desenho foi também assinalado o traçado indicativo - porém estruturante - dos *percursos amigáveis* idealizados no âmbito da revisão do PDM do Porto, que visam a qualificação do percurso de lazer, deambulação e convivalidade do pedestre, com o objectivo de incluir na sua rede o contributo do espaço em estudo, assim como o reforço das articulações previstas e existentes.

- Percursos pedonais
- Edifícios de interesse comum
- Espaços com potencial de desenvolvimento
- Área aproximada de influência
- Limite ajustável de influência
- Ponto de partida / chegada (marcação 250 e 500 metros)
- Percursos *amigáveis* assinalados no PDM em vigor.
- Estações de Metro previstas no PDM em vigor.





Fig. 109 _ Caso de estudo 02.

3.3. Espaço exterior do Conjunto Habitacional da Bouça

3.3.1. O espaço

O Conjunto Habitacional da Bouça, localizado na cidade do Porto a Norte da Rua da Boavista (entre a Praça Mouzinho de Albuquerque e a Praça da República), foi concebido pelo arquitecto Álvaro Siza num período marcado por fortes mudanças políticas e sociais – imediatamente anterior à Revolução de 25 de Abril de 1974³⁰⁸ –, período no qual se reivindicavam as condições mínimas de habitação, dada a situação precária em que vivia cerca de um quarto da população portuguesa. Este projecto – *social* –, direccionado ao realojamento dos moradores das ilhas de Ramada Alta³⁰⁹, desencadeou-se, tal como outros à sua semelhança, no âmbito do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) – programa criado pelo Ministério da Administração Interna e pelo arquitecto Nuno Portas, com o objectivo de apoiar as populações mais carenciadas, melhorando as condições habitacionais através da construção de novas casas e infra-estruturas.

O Bairro da Bouça é composto por quatro blocos de habitação de geometria regular e de diferentes comprimentos que configuram diferentes espaços exteriores, entre os quais três pátios longitudinais de usufruto público e comunitário, encerrados a Norte por um muro que unifica todo o conjunto. O Bairro implanta-se segundo a orientação Nordeste – Sudoeste, oblíquo à Rua da Boavista, de modo a permitir a ocupação interior do quarteirão e, simultaneamente, a abertura à cidade sem quebrar a continuidade do edificado e o carácter compacto da rua. O terreno onde se implanta, de morfologia irregular, é definido a Norte pela Rua Padre Luís Rodrigues, a Noroeste pela Rua do Melo, a Poente pela Rua das Águas Férreas, a Sul pela Rua da Boavista, e a Nascente pela passagem que actualmente faz a ligação entre a Rua da Boavista e a estação metropolitana da Lapa.

Existiu, nesta intervenção, a preocupação (e sensibilidade) de localizar o novo bairro na proximidade das antigas habitações – as ilhas de Ramada Alta –, reinserindo a população residente na malha urbana consolidada, de forma a promover a sua integração espontânea no contexto citadino, ao mesmo tempo que a vivência tradicional da ilha portuense era recriada pela ocupação interna do quarteirão e não apenas da frente de rua (que, no período da Revolução Industrial, se destinava essencialmente à Burguesia). Neste cenário, é inegável a tentativa de leitura de uma memória e identidade, assim como do contexto coexistente e necessidades projectuais implícitas. Privilegiou-se, no seguimento de tais aspectos, a unidade e continuidade com o meio existente, bem como a definição de estratégias moldáveis à evolução quer

308 Tal como explica Álvaro Siza, "o projecto começou com um convite do Fundo de Fomento da Habitação, em 1972 / 73", ficando a sua concretização pendente devido à mudança de regime em 1974. (Reportagem disponível para consulta em: <http://siconoticias.sapo.pt/programas/vizinhos/2016-05-28-Vizinhos-A-revolucao-e-as-casas-de-Siza-na-Bouca>).

309 A *ilha portuense*, tipologia característica do período da Revolução Industrial, com origem, possivelmente, em Manchester, (como refere Álvaro Siza), surgiu na cidade do Porto devido à falta de espaço para alojar as novas famílias operárias. Face a esta circunstância, a casa burguesa começou a crescer para as suas traseiras, surgindo a *ilha* como tentativa de resolução habitacional precária. A *ilha* caracteriza-se pela forma em corredor, perpendicular à rua, com cerca de 10/12 casas (cada uma com área aproximada de 16m²) dispostas ao longo de um corredor, podendo ocupar mais do que um lote. O acesso era feito, normalmente, a partir de um dos extremos do corredor de distribuição, sendo este um espaço partilhado pelos moradores.

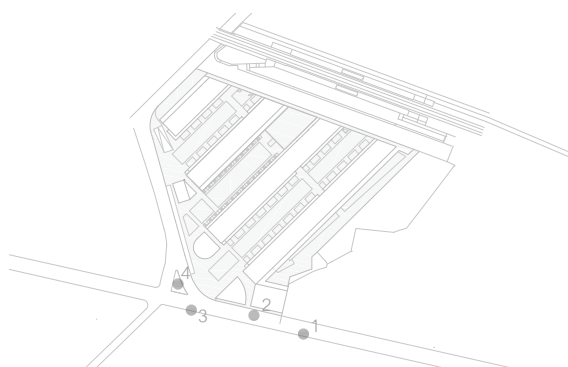
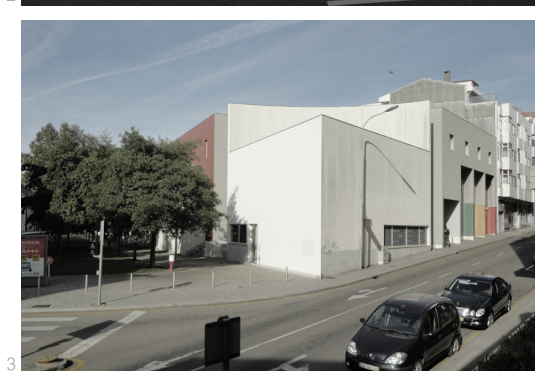


Fig. 110 a 113 _ Experimentar o espaço | Sequência de imagens de um percurso.

dos modos de vida, como do próprio funcionamento urbano – nomeadamente a inserção de uma nova infra-estrutura de mobilidade – o Metro do Porto. Reflexo destas atitudes adaptativas são os espaços exteriores do Bairro que se abrem ao urbano, completando a rede de percursos e de espaços de coabitação a partir da ausência de barreiras impositivas entre espaço público e espaço privado, acolhendo a vida e metamorfose de ambos. Será, assim, tal receptibilidade, ambiguidade e suas consequências que interessam estudar.

3.3.2. Experimentar o espaço

A descida pela Rua da Boavista, desde a Praça da República em direcção à Rotunda da Boavista, é marcada pelo pulsar urbano e, habitualmente, pela velocidade excessiva e inconveniente dos veículos motorizados. Os passeios, destinados aos peões, – onde conseguem circular lado a lado apenas duas pessoas, (sendo pouco confortável o cruzamento com aqueles que caminham no sentido oposto) – são nitidamente mais estreitos em comparação com o espaço atribuído à circulação motorizada – duas faixas e estacionamento num dos lados, consentindo o aumento de velocidade. Assim, apesar da rua ser bastante movimentada quer a nível rodoviário como pedonal, a organização do espaço privilegia de modo evidente a circulação rápida, desvalorizando, por conseguinte, a experiência urbana autêntica que apenas se concretiza *a pé*.³¹⁰

O primeiro volume do Bairro da Bouça que se volta para a Rua da Boavista procura dar continuidade ao desenho e identidade da rua, quer através dos materiais empregues – ainda que reinterpretados –, quer pela verticalidade conferida ao desenho do alçado, típica da habitação tradicional portuense.³¹¹ O uso de azulejos coloridos revela o desejo de inserção no conjunto de edifícios representativos da habitação portuense onde, em meados do século XIX, este material passou a afirmar-se como principal revestimento da fachada voltada para a rua – sendo que o mesmo se verifica no Bairro da Bouça.

O segundo volume do Bairro que se direcciona para a rua, na continuidade do primeiro, parece suavizar a cércea do conjunto edificado, preparando-o para a interrupção ocasionada pelo cruzamento que se segue. Este volume, devido à sua morfologia excepcional triangular, sugere ainda funcionar como uma rótula que desenha, simultaneamente, a continuidade da Rua da Boavista e a regularidade do Conjunto Habitacional da Bouça (não perpendicular à rua).

310

Segundo Jan Gehl, a cidade automóvel e a cidade do peão apresentam dimensões muito distintas, resultado da velocidade que as define. De acordo com o autor, quando a velocidade aumenta, a capacidade de percepção diminui drasticamente, não sendo possível processar de modo conveniente as impressões visuais fundamentais para a construção de uma imagem e memória urbana.

311

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando – “*Quem percorrer o velho centro do Porto (...) é de entrada surpreendido apenas pela completa falta de uniformidade das casas que aí se encontram (...). Atentando-se porém um pouco melhor, logo algumas ideias gerais se vão definindo, que introduzem uma certa ordem nesse polimorfismo caprichoso (...) – são todas elas uniformemente esguias, estreitas e altas, desenvolvendo-se, numa palavra, em solução vertical (...).*” in “Casas do Porto” – “Arquitectura tradicional portuguesa”. (p. 310 e 311).



5



6



7



8

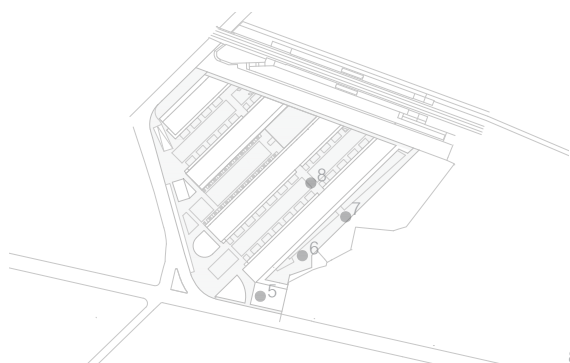


Fig. 114 a 117 _ Experimentar o espaço | Sequência de imagens de um percurso.

A permeabilidade do espaço que caracteriza e organiza o Bairro não é perceptível antes do cruzamento referido, sendo os volumes que desenham a rua mais compactos, mantendo a lógica existente, assegurando alguma tranquilidade aos espaços exteriores do conjunto face ao movimento rodoviário acelerado, e oferecendo, igualmente, tal como outros edifícios, comércio e serviços no piso térreo. A Rua da Boavista é, assim, pontuada por três vãos coloridos e um quarto vão de diferente funcionalidade – a partir deste pode aceder-se às galerias de distribuição dos fogos, bem como a uma rua que conduz à estação de Metro da Lapa. Não existe qualquer barreira que restrinja a entrada a estranhos, sendo a passagem por este vão uma variação da experiência de percurso.³¹² E, tal como em qualquer percurso estimulante, este primeiro espaço é marcado pela tomada de decisões: permite entrar e dar continuidade ao trajecto, seguindo-se em frente para a estação metropolitana; possibilita entrar e virar à esquerda na direcção dos pátios exteriores do Bairro; ou ainda entrar e subir para as galerias de distribuição. É interessante perceber como, de modo inconsciente, o movimento natural do percurso e a posição e materialidade dos elementos estabelece uma hierarquia ou sequência lógica que define diferentes graus de intromissão. O movimento de seguir em frente – o mais natural – conduz à rua de uso público, afastando o acesso imediato a um ambiente mais reservado; a viragem à esquerda é outra alternativa válida, porém esta desvia-se do percurso natural / trajecto principal; por sua vez, a chegada às galerias de distribuição implica a subida e mudança de cota, sendo o acesso a estas propositado e não tão ocasional. A materialidade do pavimento é igualmente trabalhada neste sentido, uma vez que, apesar do granito do passeio ser interrompido neste pátio, marcando uma transição, este é retomado na rua de acesso ao Metro, como se indicasse o percurso público. Numa situação comum, este espaço seria fechado – um *hall* de entrada com caixa de escadas e galerias de distribuição – porém, a *circunstância* exigiu aqui outro tipo de liberdade e possibilidade de atravessamento.

Optando por seguir pela Rua da Boavista sem atravessar o vão referido, surge, na interrupção dos dois volumes (cerca de 2 metros), uma segunda alternativa ao percurso que, por sua vez, mantém o pavimento em granito do passeio, reforçando o carácter público do trajecto. Esta alternativa é definida pelo movimento curvo do segundo volume e pelos planos rectos de fundo do primeiro, que direccionam o percurso. Os planos rectos são pontualmente rasgados por janelas que transmitem a *ideia de vigia*, como se alguém estivesse a observar o que se passa. Com a mesma intenção, uma janela contínua, atenta à escala humana, acompanha o movimento curvo de modo a conferir sensações de segurança, e a animar simultaneamente o caminho através da acentuação de contacto entre interior e exterior. Tais acontecimentos podem parecer insignificantes, no entanto são opções projectuais que impedem o isolamento e marginalização daquele espaço.

Nas galerias de distribuição aos fogos existe espaço para conversar e a vista sobre a rua que conduz à estação metropolitana é pretexto para estadias à janela – rua agitada quando o metro chega e traz pessoas, ou menos movimentada nos seus intervalos, de acordo com as frequências do transporte. A entrada de casa é mantida em segurança através de um pequeno pátio gradeado que funciona como dispositivo de transição entre o núcleo privado e a esfera gradualmente pública – na verdade, todo o conjunto é uma

312

Confrontar com imagens 110 a 117. (p. 160 e 162).



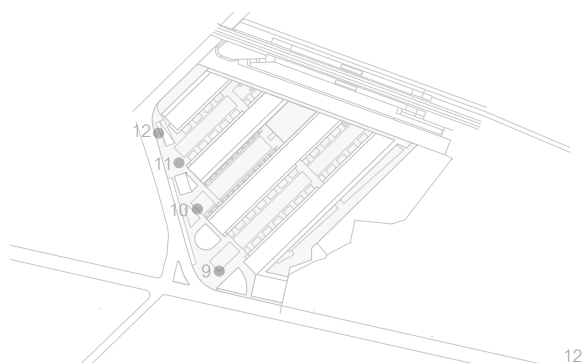
9



10



11



12

Fig. 118 a 121 _ Experimentar o espaço | Sequência de imagens de um percurso.

sucessão de acontecimentos de transição que afastam e aproximam progressivamente o espaço público e o espaço privado.

*“O estabelecimento de uma estrutura social e correspondente estrutura física, com espaços comunitários a vários níveis, permite o deslocamento desde grupos e espaços mais pequenos até outros maiores, e desde espaços mais privados aos gradualmente mais públicos, oferecendo uma maior sensação de segurança e um sentido mais intenso de pertença às zonas situadas fora da vivenda privada.”*³¹³

À cota da rua que conduz à estação de Metro, é feita, igualmente, a entrada para alguns fogos. Aqui, um muro mais rígido procura separar o espaço privado da circulação pública, garantindo um afastamento confortável entre transeuntes e janelas do piso térreo³¹⁴; porém, a certo momento, o muro é interrompido, não havendo qualquer barreira que impeça o atravessamento de pessoas exteriores ao Bairro. Contudo, e como já referido, a segurança é equilibrada pela vigia das pessoas que conversam nas galerias ou que se encontram à janela, observando quem passa, concluindo-se que o Metro do Porto gerou movimento e pretexto para as pessoas se olharem e reencontrarem, respeitando e respondendo à necessidade de abertura do Bairro à vida urbana.

Quando o muro mencionado se interrompe é possível atravessar o primeiro volume de fogos³¹⁵ – a passagem é coberta pelo corpo de habitação e nela situam-se as caixas de correio do mesmo bloco, sendo este um possível ponto de encontro entre vizinhos. Após a passagem, sucede um espaço longitudinal de morfologia regular (em forma de U) que se fecha a Norte e se abre de modo controlado para a Rua da Boavista. Este primeiro pátio é o espaço de maior relação com a cidade, assumindo-se como jardim aberto para quem vem da Avenida da Boavista em direcção à Praça da República. Neste pátio ajardinado é feita a entrada para algumas das habitações, funcionando como átrio de chegada onde os moradores se cruzam. No entanto, apesar dos elementos naturais e sombras que convidam à paragem, não existe mobiliário urbano que propicie uma estadia demorada. A eixo com a primeira passagem, surge uma segunda, conduzindo ao segundo pátio de ambiente distinto. Este, igualmente encerrado a Norte, é como um campo de jogos, como uma praça para a qual se voltam todas as janelas, varandas e galerias para se assistir a um espectáculo – é um espaço de tensão. Esta sensação é acentuada pela quantidade e ritmo dos vãos e pelas escadas que se lançam sobre o espaço central, como bancadas. O segundo pátio contrasta fortemente com o ambiente do primeiro – mais fechado e opaco, de carácter introspectivo, dada a presença de elementos naturais, e o uso da cor vermelha na parte superior da fachada que desenha o limite com o céu, relembrando os espaços melancólicos de Luis Barragán, assim como referências de outros conjuntos de habitação colectiva

313 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 69).

314 A habitação no piso térreo confere um carácter familiar e seguro ao espaço público adjacente – os estendais de roupa a secar, confiando que ninguém a roubará, são um exemplo da ambiência percebida. É claramente um ambiente diferente do que se vive na Rua da Boavista (marcado pela impessoalidade e indiferença).

315 Confrontar com imagens 114 a 117. (p. 162).

internacionais.³¹⁶ Contrariamente, o pátio central, com pavimento de saibro, convida a jogos de futebol, bailes e festas, reforçado pela plataforma mais alta a Norte que poderia funcionar como palco ou simplesmente como varanda para assistir ao que se passa mais abaixo – é um espaço desenhado para ser *social* (ainda que a utilização actual coloque em causa esta intenção). A eixo com a segunda passagem, uma terceira encaminha até ao último pátio, de natureza similar ao primeiro, sublinhando a proeminência do pátio central. Esta sequência põe em questão a eventual existência de uma hierarquia de espaços exteriores, onde o *coração* do Bairro é reforçado pela espacialidade dos espaços que o ladeiam.

Através da experiência do lugar é perceptível o diálogo aberto que os três pátios mantêm com a cidade, porém o posicionamento de cada um relativamente à Rua da Boavista interfere na definição das suas espacialidades. Supõe-se que o primeiro pátio, devido ao contacto directo com a Rua da Boavista, procura ser acolhedor e devolver às pessoas o espaço, a segurança e tranquilidade inexistentes ao longo do percurso pela rua; o segundo pátio, mais resguardado do movimento, reúne qualidades para se afirmar como *coração* do Bairro – ponto de encontro entre os residentes; o terceiro pátio, menos alongado, reforça a importância do primeiro e a unidade do conjunto. Por sua vez, os edifícios curvos e de morfologia excepcional, que rematam os volumes de habitação, destinam-se a comércio e serviços, cuja entrada não se situa à face da rua, convidando o público à vivência social dos espaços exteriores comunitários.

3.3.3. Pensar o espaço

3.3.3.1. Contexto e *tempo* como dimensões projectuais

A compreensão do espaço do Conjunto Habitacional da Bouça nas suas diversas dimensões – física e material bem como sensorial e social – exige o conhecimento prévio do contexto em que este se concebeu e transformou. A construção do Bairro concretizou-se em duas fases distintas e afastadas no tempo, sendo a primeira fortemente marcada pelas mudanças políticas e sociais do período revolucionário (25 de Abril de 1974). Este projecto, destinado aos moradores das ilhas de Ramada Alta, foi elaborado no âmbito do processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)³¹⁷, respondendo

³¹⁶ Álvaro Siza tomou como referência alguns dos princípios racionalistas das *Siedlungen* alemãs, bem como aspectos da sua plasticidade. Observando as obras de Bruno Taut, são inegáveis as similaridades de modelação e plasticidade, sendo esta atitude confirmada pelo arquitecto ao contar o episódio em que "(...) os moradores da Bouça tiveram de explicar a um conjunto de engenheiros detractores que aquela cor vermelha do bairro, que eles achavam horrenda, era uma homenagem ao arquitecto e urbanista Bruno Taut, operador das políticas de habitação de carácter socialista da República de Weimar que tanto influenciaram o arquitecto português." in "Público". (Artigo digital disponível para consulta em: <https://www.publico.pt/2014/11/09/culturaipsilon/noticia/as-discussoes-eram-de-uma-sinceridade-absoluta-muitas-vezes-conflituosas-mas-nunca-ninguem-bateu-em-ninguem-1675682>).

³¹⁷ "Criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que actuavam nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais às populações mais carentes." – BANDEIRINHA, José António – "O SAAL e a Arquitectura", Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Electrónico da Universidade de Coimbra, (Disponível para consulta em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=projsaal>).

às manifestações pelo direito às condições mínimas de habitação; porém, uma vez que o programa se destinava a uma população carenciada e conciliava igualmente um processo participativo, este foi sujeito a políticas restritivas, nomeadamente no que diz respeito a custos de projecto e construção, sendo privilegiadas as tipologias de habitação colectiva às quais os moradores das ilhas já estariam habituados.

Na primeira fase (1975-1978) foram construídos dois dos quatro blocos do conjunto de habitação, em conformidade com as restrições de custo e tempo de concretização referidas. Após esta fase, a construção foi interrompida durante cerca de vinte anos, devido, possivelmente, à classificação do programa SAAL como *“processo anárquico e de contra-gestão”*, sendo a sua conclusão retomada apenas no ano 2000. Nesta segunda fase (2000-2006) procedeu-se à optimização das habitações existentes (adequando o sistema construtivo à evolução técnica), bem como à construção dos restantes blocos de habitação e volumes de remate – destinados a comércio e serviços –, assim como um parque de estacionamento privado subterrâneo e uma galeria a Norte que unificou todo o conjunto.

Neste cenário, levantam-se questões relativamente à transformação do contexto ao longo dos anos de interrupção, não sendo apenas o contexto político que se vê alterado, mas também a própria dinâmica social e as expressões da evolução urbana. Questiona-se, assim, de que modo a inclusão de uma nova infra-estrutura urbana de mobilidade – o Metro – alterou a vivência colectiva dos espaços exteriores do conjunto habitacional, bem como o interesse por parte de um novo público diverso e heterogéneo.

“Não era fácil convencer os residentes em prescindir de algumas improvisadas intervenções entretanto realizadas. Sentia-se a dificuldade em aceitar a interrupção do magnífico isolamento em que viviam, no centro da cidade, embora em ambiente degradado; e também o receio de um eventual aumento de renda. Foi necessário um paciente diálogo com os moradores, o qual tornou clara a obrigação de manter quase integralmente o projecto inicial, salvo poucas excepções; assim o determinava o propósito de preservar as habitações já construídas e habitadas, parte de um projecto unitário. Esse diálogo incluiu cedências e inovações, ainda que pouco relevantes. Eu próprio me debatia com dúvidas e dificuldades. A revisão do projecto obrigava a considerar a evolução profunda da população residente, em relação ao contexto anterior à revolução de 1974 (era então impensável a necessidade de uma garagem, ou a preocupação em demarcar espaços público e privado, impossível prever o grau de exigência dos regulamentos actuais).

A Bouça era um projecto radicalmente económico, nem outra coisa poderia e deveria ser em 1974. A discussão do projecto revelou, anos volvidos, o desejo (e a possibilidade, ainda que reduzida) de melhoramentos pontuais de qualidade e de conforto. Era necessário atender às exigências manifestadas, algumas por preconceitos que acompanham a melhoria objectiva de qualidade de vida. Foi por isso e de novo um projecto participado, no que se refere à relação com as famílias residentes.

Concluída a obra, a reacção do mercado mostrou que o tipo de habitação não só não correspondia por inteiro às tendências actuais na procura de habitação económica – para bem e para mal – como, por outro lado, eram atractivas para outros sectores da população: estudantes, profissionais jovens, famílias recém-formadas – protagonistas da mobilidade característica da cidade contemporânea.

Na revisão feita perde-se de algum modo a integridade do primeiro desenho. Mas existe agora uma estação metropolitana à porta, ligando com toda a cidade; um fluxo de gente que atravessa o terreno; equipamentos abertos às ruas envolventes; um jardim tratado, automóveis como em



Fig. 122, 123 e 124 _ Conjunto Habitacional da Bouça antes de 2000.



Fig. 125 _ Conjunto Habitacional da Bouça actualmente.

*qualquer conjunto habitacional. Não é obra perfeita. Mas seria isso o principal?”*³¹⁸

De facto, não é possível negar a dimensão *tempo*³¹⁹ como factor condicionante do processo projectual e interveniente activo na própria vivência e compreensão do espaço. Esta dimensão transforma impreterivelmente o contexto no qual a obra se insere e, consequentemente, as formas de apropriação do seu espaço. Neste sentido, a interrupção do projecto pode ter resultado, na verdade, numa oportunidade raramente concedida – oportunidade para o Bairro crescer com a cidade e moldar-se a ela, ao seu movimento, aos percursos e atravessamentos que emergem paulatinamente e ligam diferentes pontos a novos equipamentos, sendo estes derivantes do processo natural transformação urbana, bem como das consequentes exigências de mobilidade. Onde antes não se colocava a questão de diferenciar o espaço público e privado do Bairro, existe hoje a necessidade de conciliar as duas naturezas, de modo a permitir atravessamentos que o próprio funcionamento urbano incita. Esta densa e meticulosa rede de percursos interligados, caracterizados pela concentração de acontecimentos, pode ser equiparada ao sistema de relações sociais que François Ascher descreve:

*“As estruturas sociais que emergem hoje, baseadas em laços fracos e muito numerosos e entre organizações e indivíduos muitas vezes afastados uns dos outros, são de tipo reticular. A sociedade é estruturada e funciona como uma rede, ou, melhor, como uma série de redes interligadas que asseguram uma mobilidade acrescida às pessoas, aos bens e à informação. É a generalização desta mobilidade que torna obsoletas as estruturas areolares antigas baseadas em processos de difusão limitada no espaço e sobre áreas de mobilidade restrita. Esta organização em rede gera de facto uma nova solidariedade, no sentido em que cria um sistema de interdependências entre indivíduos. Depois da solidariedade mecânica da comunidade aldeã e da solidariedade orgânica da cidade industrial, emerge, assim, uma terceira solidariedade, a solidariedade comutativa que põe em contacto indivíduos e organizações pertencentes a uma multiplicidade de redes interligadas. O desafio para a democracia é, portanto, o de transformar esta solidariedade comutativa, de facto, numa solidariedade reflexiva, isto é, numa consciência de pertença a sistemas de interesse colectivos.”*³²⁰

Neste contexto, entende-se que a inclusão da estrutura metropolitana na rotina urbana, ao atrair desconhecidos para o atravessamento do Bairro³²¹, alterou de modo significativo o carácter dos espaços

318 SIZA, Álvaro – “Publicação da Ordem dos Arquitectos, Secção Regional Norte acerca do Conjunto Habitacional da Bouça”, Porto, 12 de Setembro de 2006.

319 Como enunciado por Bruno Zevi, na sua obra “Saber ver a arquitectura”, “(...) a realidade do objecto não se esgota nas três dimensões da perspectiva (...). Existe, pois, outro elemento além das três dimensões tradicionais, e é precisamente o deslocamento sucessivo do ângulo visual. Assim se designou o tempo, quarta dimensão.” (p. 21 e 22); tendo sido esta tese aprimorada pelo pensamento de Fernando Távora, acrescentando outra variante a esta dimensão: “na arquitectura (...) o tempo joga como factor fundamental e não apenas como dimensão de observação, mas como dimensão da própria obra, sabido como é que um edifício tem uma vida (...) neste caso mais agitada, pois que o cumprimento de determinadas funções concretas a obrigam a uma actualização – ou a um abandono – que a alteram como espaço organizado.” in “Da organização do espaço”. (p. 16).

320 ASCHER, François – “Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos- um léxico.” (p. 46).

321 Os espaços exteriores do Conjunto Habitacional da Bouça – pátios principais e canal de atravessamento entre o volume de

exteriores – inicialmente pensados como espaços colectivos destinados à reunião da comunidade residente –, bem como a natureza e qualidade dos contactos sociais estabelecidos. No entanto, deve sublinhar-se que a abertura dos pátios à Rua da Boavista – característica que se manteve desde a fase inicial do projecto – já anunciava, de alguma forma, a vontade de contrariar a monotonia de um ambiente absorto (através da oportunidade explícita de contacto e integração dos habitantes na vida cidadina), assim como a ambição de ampliar as relações entre estratos fragmentários, intrínseca a qualquer projecto urbano – projecto que não se restringe aos seus limites de implantação – ou a uma dimensão estritamente arquitectónica – tendo repercussões quer a nível local, como a escalas mais alargadas e em âmbitos transcendentais.³²²

Por sua vez, a flexibilidade e hibridez do espaço, associadas às melhorias de qualidade e conforto executadas na segunda fase de construção, atraíram, como referido pelo arquitecto, um novo público – “*estudantes, profissionais jovens, famílias recém-formadas*” –, convergindo no mesmo conjunto habitacional dois grupos distintos: as famílias realojadas das ilhas de Ramada Alta e as famílias diversas que chegam de qualquer parte da cidade ou do mundo, com interesses e motivações diferentes da restante comunidade. Esta circunstância distorce, tal como a interferência da estrutura metropolitana, a ideia inicial do projecto, nomeadamente, o uso colectivo dos espaços exteriores, sendo que o novo público tende a valorizar a sua individualidade e privacidade, ao contrário dos habitantes das ilhas habituados a viver em comunidade. O interesse por esta tipologia poderá justificar-se pela proximidade ao novo meio de transporte, assim como pela localização do conjunto numa malha urbana consolidada. Na verdade, ao contrário do que se poderia pensar perante os fenómenos comuns de dispersão, assiste-se actualmente a um processo de revalorização da cidade tradicional onde “*(...) mito ou realidade, a cidade aparece como o lugar das oportunidades, das iniciativas e das liberdades individuais e colectivas.*”³²³, sendo crucial reflectir sobre as formas de ordenação do espaço urbano e repensar o seu sistema de espaços de usufruto público que o suporta e articula.

A par das situações anteriores, assiste-se, simultaneamente, à valorização da obra arquitectónica pela sua qualidade estética e funcional, capaz de transmitir valores simbólicos anteriormente desprezados. O reconhecimento do Bairro da Bouça como peça no tecido urbano detentora de memória e valor simbólico, assim como de um elevado grau de adaptabilidade relativamente à circunstância, justifica igualmente o interesse por parte de um novo público e valida a sua qualidade e permanência no espaço urbano.

“O Conjunto Habitacional da Bouça tornou-se, mais do que num edifício de habitação social, num símbolo da arquitectura do século XX em Portugal, testemunho da acção do SAAL nos anos setenta. O seu interesse enquanto obra paradigmática do contexto que representa motivou jovens e profissionais da área artística a nela residirem. A afluência quase diária de visitantes à obra

habitação Nascente e o limite da parcela – estabelecem a articulação entre a Rua da Boavista e a estação metropolitana da Lapa, assumindo, assim, uma vocação pública dada a apropriação ocasionada pela evolução do contexto urbano.

322 Segundo Nuno Portas, “*a nossa revisão começa na ideia de que a cidade designa um conceito de habitat que potencia a comunicação e a colaboração, a troca se se quiser, e se é estrutural a relação entre a cidade social e a cidade arquitectural, não poderá a cidade ser traduzida por um conjunto de partes mas por um conjunto de relações entre as partes.*” in “A cidade como arquitectura”. (p. 128).

323 BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 18).

*deve-se tanto à relevância da mesma no panorama arquitectónico português, como ao destaque que Álvaro Siza tem hoje na arquitectura mundial. O seu nome transformou-se numa espécie de marca transversal ao que produz, atraindo para a Bouça um público diferente do esperado num edifício de habitação social.”*³²⁴

Assim, ainda que não seja possível prever a metamorfose do lugar e seu contexto ao longo do tempo, o arquitecto deverá procurar uma análise e intervenção prospectiva que inclui a participação activa daqueles a que a obra se destina, uma vez que o projecto não se encerra aquando a conclusão da construção, sendo os seus espaços modificados e moldados à vida dos que os habitam. Apesar dos espaços exteriores do Bairro da Bouça não responderem por completo ao propósito original, estes conseguiram superar a circunstância em que foram concebidos, adaptando-se à expressão das novas formas de vida urbana, apresentando um carácter híbrido que assegura não só a sua vitalidade, como a dos espaços e estruturas adjacentes. Recordando a lição de Rossi, *“o bairro torna-se um momento, um sector da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem”*³²⁵, devendo, nesse sentido, seguir as formas da metamorfose que o acompanham.

3.3.3.2. Espaço de identidade e integração

*“A função principal dos espaços comunitários é proporcionar o cenário para a vida entre os edifícios, para as actividades quotidianas imprevistas: a circulação pedonal, as paragens curtas, os jogos e as actividades sociais simples a partir das quais se pode desenrolar uma vida comunitária adicional, tal como desejavam os residentes.”*³²⁶

Numa ilha portuense, a vida em comunidade é acentuada pela presença de um espaço compartilhado – pátio / corredor privado de distribuição que se declara como lugar de encontro e reunião entre os habitantes. De modo alusivo, os pátios que compõem o Bairro da Bouça funcionam como prolongamento desde o ambiente privado até ao espaço exterior *comum*, reinterpretando a vivência e identidade daquela tipologia. No entanto, estes pátios, sem qualquer barreira que restrinja o acesso a desconhecidos – ou sem o portão que pontuava por vezes a entrada na *ilha* –, misturam-se com a vida pública cidadina, ainda que de modo ponderado. É certo que tal circunstância pode inibir alguns comportamentos, porém o ambiente proporcionado pela organização do espaço potencia a experiência da espontaneidade e imprevisibilidade características do espaço público contemporâneo. Neste sentido, a abertura dos pátios viabiliza a integração natural da comunidade originariamente segregada, propiciando o estabelecimento de novos contactos, ainda que superficiais, sem deixar de se questionar em que medida se mantém os laços mais profundos entre os antigos residentes de Ramada Alta – na verdade, o espaço de encontro permanece, agora animado pela abertura ao movimento, sendo este pretexto para parar, observar, conversar, comentar, aprender. De acordo com Jan Gehl, a sucessão espaços comunitários que fazem a transição gradual desde o núcleo

324 CAMPS, Maria – “Da obra projectada à obra vivida : sobre o conjunto habitacional da Bouça”. (p. 97). Tese de Mestrado.

325 ROSSI, Aldo – “A arquitectura da cidade”. (p. 88).

326 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 67).



Fig. 126 a 131 _
Registo de alguns contactos sociais entre habitantes do Bairro decorrentes da disponibilidade do espaço *comum*.

privado até ao ambiente público, permite que os indivíduos se desloquem mais livremente no espaço, associando ao seu conjunto residencial uma área que se estende além daquilo que seria limitada por barreiras físicas.

Contudo, o verdadeiro espírito comunitário que caracterizava o projecto original dissolveu-se maioritariamente na superficialidade e egocentrismo contemporâneos. Ainda que o espaço de encontro se tenha conservado, como referido, este é pouco utilizado pelos residentes. Tal facto pode justificar-se pela divergência de interesses que confluem no mesmo lugar – a nova população valoriza a sua vida profissional e desenvolve a maior parte das actividades fora do núcleo habitacional, adoptando uma postura individualista; pelo contrário, os antigos habitantes das ilhas valorizam essencialmente o espaço residencial, restringindo as suas actividades à envolvente próxima.

*“Podemos definir a individualização, em primeiro lugar, como representação do mundo feita não a partir do grupo ao qual pertence o indivíduo mas a partir da sua própria pessoa. O uso do eu em vez do nós, ou ainda a invenção da perspectiva, que se impuseram progressivamente no fim da Idade Média, ilustram perfeitamente este processo de individualização. Falamos igualmente de individualização para exprimir as lógicas de apropriação e de domínio individuais que progressivamente tomaram a dianteira sobre as lógicas colectivas. Assim, as sociedades modernas separam e reúnem indivíduos e não grupos.”*³²⁷

A situação descrita poderá, no entanto, soar contraditória, uma vez que, como explica Gordon Cullen, o ser humano é um ser *gregário*³²⁸ por natureza, tendo necessidade de se agrupar e de estabelecer relações que garantem a sua sobrevivência – não se trata apenas da troca de bens, mas também de informação, conhecimento, ideias e valores, assistindo-se portanto, a um processo de degeneração social. Consecutivamente, os fenómenos de individuação humana transpõem-se para a individualidade e protagonismo das peças arquitectónicas, anulando lógicas de composição e coesão do conjunto, com o intuito de monumentalizar ou destacar fragmentos que apenas expressam a identidade própria do seu autor.

Neste contexto, a inclusão do Bairro e sua comunidade na dinâmica urbana revela-se fundamental para a sua preservação e perenidade; no entanto, este processo, nem sempre compreendido por todos, pode ser dificultado pela recusa dos próprios residentes, *“esquecendo que o bairro ou uma determinada área faz parte de um todo, que também outros usuários, aqueles que trabalham, consomem ou o atravessam têm interesse e direito a essa parte da cidade. Noutros casos, o conservadorismo é cultural e não necessariamente dos residentes – certos sectores da cultura urbana consideram intocável cada pedra e cada forma que tenha uma idade respeitável. Sem perceber que não há preservação urbana sem intervenção transformadora que contrarie as dinâmicas degenerativas.”*³²⁹. De modo a reverter tais

³²⁷ ASCHER, François – “Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos- um léxico.” (p. 24).

³²⁸ CULLEN, Gordon – “A noção de cidade como um local de reunião, de contacto social, de ponto de encontro, foi assumida como incontroversa através da história da nossa civilização até ao século XX. Essa reunião poderia surgir tanto no Fórum de Pompeia como à volta do pelourinho, sem no entanto perder o seu carácter de ritual próprio do homem; tratava-se simultaneamente de um rito e de um direito. (...) O homem é gregário e é natural que se reúna. Em todas as épocas com excepção da nossa é isto.” in “Paisagem urbana”. (p. 105).

³²⁹ BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 31).



Fig. 132 a 137 _

Festa de São João no Conjunto Habitacional da Bouça | Porto, 2017.

Apesar do espaço exterior *comum* ser pouco utilizado pelos residentes, é inegável a oportunidade que este proporciona ao encontro e reunião, acolhendo acontecimentos excepcionais durante o ano.

adversidades, a alteração das condições de acessibilidade e de apropriação de um espaço, assim como a ambiguidade do seu estatuto – resultado do processo inevitável de transformação –, deve ser entendida como estímulo essencial ao processo de regeneração de determinados fragmentos isolados, moldando-os de modo a que possam fazer parte de um sistema de revitalização e reordenação urbana, assim como das redes de espaço público estruturantes.

3.3.3.3. Morfologia, escala e plasticidade do lugar

*“A Bouça é uma solução de alta densidade, embora de cércea reduzida, privilegiando claramente a relação de complementaridade entre o espaço edificado e o espaço livre intersticial e assegurando, desse modo, a escala e a clareza semântica das áreas de utilização pública.”*³³⁰

Reconhece-se neste conjunto, de modo evidente, o equilíbrio adequado entre espaço livre e forma edificada, habitualmente ofuscado pela atenção concedida ao objecto arquitectónico palpável. Uma vez que aqui o espaço exterior, tal como a forma preenchida, é objecto de planeamento, este detém determinados atributos formais e sensoriais que garantem a superação da condição passiva (comum entre espaços desta natureza), tendo várias funções a seu cargo – estruturação do conjunto habitacional, articulação dos espaços envolventes, mediação entre espaço público e privado, e disponibilidade / estímulo ao usufruto público e apropriação comunitária. A morfologia regular dos três pátios exteriores, associada às proporções atentas à escala humana – não ultrapassando os 18 metros de largura³³¹ –, asseguram as premissas básicas para o estabelecimento espontâneo de contactos sociais³³², assim como uma experiência espacial aprazível. No mesmo sentido, a continuidade e permeabilidade do espaço público até ao núcleo privado coincide com as distâncias confortavelmente percorriáveis a pé³³³, sendo o conjunto complementado por equipamentos e serviços na sua proximidade. A este respeito, importa referir que a presença de tais elementos complementares varia, naturalmente, consoante o terreno de implantação e sua envolvente, sendo crucial, nesse sentido, a estruturação de uma rede de espaços de usufruto público que motivem a vivência e o percurso agradável na cidade para satisfação de necessidades adicionais, sendo os espaços exteriores da Bouça um exemplo de enriquecimento desta rede.

De acordo com Jan Gehl, o desenho das dimensões do espaço interfere directamente na qualidade dos percursos e estadias, assim como nas formas de socialização que lhe estão vinculadas, frisando a

330 BANDEIRINHA, José António – “Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974”. (p. 104).

331 De acordo com o estudo de Edward T. Hall, a 20 metros de distância é possível apreender estados de ânimo e expressões faciais, sendo esta a distância a partir da qual se iniciam as experiências urbanas mais interessantes do ponto de vista social.

332 Ainda que, actualmente, os espaços exteriores do Conjunto Habitacional da Bouça não registem actividade social expressiva, a base permanece expectante, considerando que a oportunidade e disponibilidade concedidas pelo lugar são o primeiro requisito para a apropriação e uso social.

333 GEHL, Jan – “Numa grande quantidade de estudos descobriu-se que para a maioria das pessoas, nas situações quotidianas normais, a distância aceitável para percorrer a pé é entre os 400 – 500 metros. Para crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, a distância aceitável é consideravelmente menos. O crucial para determinar a distância aceitável numa situação dada, não é só a distância física real, mas também em grande parte, a distância experimentada.” in “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 151).

imprescindibilidade de uma consciência sensível às proporções urbanas e escala humana. O desconforto sentido num lugar árido e sobredimensionado, onde os limites não são perceptíveis, dominando a sensação de infinitude, conduz a fenómenos indesejados de dispersão e individuação, sendo ignorada a vertente relacional que deveria ser intrínseca à arquitectura e urbanismo.

*“Com as grandes distâncias entre edifícios, não há grande coisa para experimentar no exterior e as poucas actividades que têm lugar dispersam-se no tempo e no espaço. Nestas condições, a maioria dos habitantes prefere ficar em casa, em frente à televisão, no seu terraço, ou em espaços exteriores igualmente privados.”*³³⁴

Neste sentido, as questões de morfologia e escala do espaço liberto – público ou privado de usufruto público –, devem colocar-se na fase inicial do projecto, pois *“(…) se não se cumprem os requisitos para que haja um funcionamento razoável dos espaços públicos mediante decisões no nível primário do projecto, dificilmente existirá uma base para se trabalhar a uma escala aproximada.”*³³⁵, tendo o seu desenho consequências a nível da vivência humana,.

Por sua vez, a subdivisão do espaço exterior ocasionada pela organização do conjunto, possibilitou a variação de ambiências e, consequentemente, das formas de uso do espaço. Segundo Rapoport, o meio envolvente é capaz de facultar *índices partilháveis de comportamento*, sendo estes decifrados pelos usuários como um código não-verbal.³³⁶ O contraste registado entre o pátio central e os pátios laterais³³⁷, resultado das opções de materialidade, permitiu, assim, a intensificação dos graus de flexibilidade e versatilidade exigidos a um espaço de transição desta natureza – estando, no entanto, tais atributos já corroborados pela qualidade e disponibilidade do lugar face ao atravessamento impremeditado que se estabeleceu entre a Rua da Boavista e a estação metropolitana da Lapa.

3.3.3.4. Questões de acessibilidade

Conforme confirmado através da experiência sensorial do espaço, a ausência de barreiras físicas que delimitam habitualmente espaço público e domínio privado, ampliou de modo significativo a percepção da vocação pública deste lugar, sendo o seu atravessamento uma variação natural do percurso. Sobre este tema, Lynch salienta que a atribuição de limites rígidos a um bairro tende a fragmentar e desorganizar o espaço urbano, devendo tais estruturas assumir um papel orientador do trajecto. O facto dos espaços exteriores do Bairro se encontrarem à cota da rua, facilita a sua apreensão e acesso, dado que o movimento

³³⁴ GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 39).

³³⁵ GEHL, Jan – *idem*. (p. 95).

³³⁶ RAPOPORT, Amos – “Aspectos humanos de la forma urbana”. (p. 17).

³³⁷ Como referido na secção *Experimentar o espaço*, o pátio central funciona como uma praça para a qual se voltam todas as janelas, varandas e galerias para se assistir a um espectáculo. Esta sensação é acentuada pela quantidade e ritmo dos vãos e pelas escadas que se lançam sobre o espaço central como bancadas. Por sua vez, os pátios laterais, mais fechados e opacos, de carácter introspectivo, dada a presença de elementos naturais e uso da cor vermelha na parte superior da fachada, relembram os espaços melancólicos de Luis Barragán, assim como referências de outros conjuntos de habitação colectiva internacionais. (Ver nota rodapé nº 316).

natural do ser humano é predominantemente horizontal. Neste sentido, a articulação urbana estabelecida, propiciada pelo elevado grau de acessibilidade, surge perfeitamente integrada na rede de percursos públicos. Como refere Francisco Barata, “o conceito de espaço público abrange também o conjunto de espaços fronteira, de interstício, que constituem aspectos particulares de determinados sectores da cidade ou da própria cidade”³³⁸, enfatizando a pertinência da relação fatal entre estratos urbanos, por vezes esquecidos ou ocultos, assentes num terreno movediço sobre o qual se estrutura a continuidade e fluidez do espaço urbano.

Sublinha-se ainda que a acessibilidade proporcionada, igualmente tema de projecto, poderá ser previamente estudada e moldada de forma a regular graus de intromissão. Como referido na secção *Experimentar o espaço*, a arquitectura do Bairro define uma sequência lógica que conduz o movimento dos transeuntes de modo automático / inconsciente³³⁹, sendo esta estratégia ainda mais oportuna quando confrontados por um programa residencial que, por natureza, exige maior controlo dos níveis de privacidade.

Assim, num plano aglutinador, reúnem-se diferentes ambiências e propriedades, de acordo com o grau de acessibilidade concedido, valorizando-se o contributo dos diferentes domínios na definição de um sistema de espaços partilhados.

3.3.3.5. Sensação de segurança

A definição clara da geometria e limites físicos do espaço, propiciada pelo desenho prévio e cuidado, permitindo o seu reconhecimento de modo imediato, é um dos principais requisitos geradores de sensações de segurança e acolhimento, oferecendo estabilidade para uma paragem mais demorada. Contudo, ainda que o desenho ponderado seja transversal a todos os espaços deste conjunto, regista-se uma redução gradual da sensação de segurança à medida que a distância à Rua da Boavista aumenta. O pátio menos alongado, a Noroeste do conjunto, apresenta, assim, um ambiente distinto – *hesitante* –, acentuado pela opacidade dos alçados que o conforma, bem como pela ausência de programas atractivos que motivem movimento constante. A este respeito, Jacobs adverte que “(...) *devem existir olhos para a rua, olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto as dos moradores, devem estar voltados para a rua.*”³⁴⁰, recordando a relevância da responsabilidade social que cada cidadão deve desenvolver sobre os outros de modo a diminuir *traços de hostilidade e desconfiança*.

Ainda no seguimento do pensamento da mesma autora, alerta-se para o contributo crucial

338 FERNANDES, Francisco Barata – “Transformações e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade”. (p. 306).

339 Confrontar com a leitura da secção *Experimentar o espaço* – “O movimento de seguir em frente – o mais natural – conduz à rua de uso público, afastando o acesso imediato a um ambiente mais reservado; a viragem à esquerda é outra alternativa válida, porém esta desvia-se do percurso natural / trajecto principal; por sua vez, a chegada às galerias de distribuição implica a subida e mudança de cota, sendo o acesso a estas propositado e não tão ocasional. A materialidade do pavimento é igualmente pensada neste sentido, uma vez que, apesar do granito do passeio da rua ser interrompido neste pátio, marcando uma transição, é retomado na rua de acesso ao Metro, como se indicasse o percurso público.” (p. 163).

340 JACOBS, Jane – “Morte e vida de grandes cidades”. (p. 36).



Fig. 138 a 143 _

Acessibilidade e vigia do lugar.

Fig. 144 _

(em cima à esquerda) Diagrama de uma zona residencial organizada hierarquicamente em espaços privados, semi-públicos e públicos, cuja estrutura reforça a vigilância natural, contribui para que os habitantes conheçam as pessoas que pertencem ao Bairro, e melhora a possibilidade de tomar decisões em grupo sobre problemas comuns. (elaborado por Oscar Newman in "Defensible Space").³⁴¹

³⁴¹

GEHL, Jan – "La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios". (p. 69).

da solução arquitectónica no que diz respeito ao desenho de pontos de vigia – através da modelação dos alçados –, bem como na gestão dos programas a fixar, uma vez que a situação desejada seria a presença de um número significativo de lugares públicos ou colectivos, abertos também em horários nocturnos, de forma a garantir a vigilância espontânea dos espaços exteriores mais isolados. Neste contexto, destaca-se o importante incentivo da estrutura metropolitana na qualificação e valorização deste sector urbano, sendo esta infra-estrutura promotora de agitação, ainda que insuficiente para animar todo o conjunto, reivindicando-se a cooperação dos fragmentos urbanos envolventes.

*“(...) a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar o número de olhos atentos, quanto para induzir um número suficiente dentro dos edifícios a observar a rua. Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela a olhar uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se, por vezes, olhando o movimento.”*³⁴²

3.3.3.6. Sobre a leitura do lugar

Numa entrevista realizada a Álvaro Siza, a propósito da reconstrução do Chiado – projecto no qual se regista a opção de abrir ao público o interior dos quarteirões –, o arquitecto reconhece que, tal como Távora definiria, *“(...) a circunstância é tão fundamental para a definição da forma como a água é indispensável para a vida de um peixe (...)”*³⁴³:

“Matilde Lobo: Em relação aos pátios internos e à questão do público a partir de dentro, já o questionaram muitas vezes acerca deste tema, poderá a experiência de Berlim ter tido aqui alguma influência? Talvez não directamente mas o ter contactado com essa realidade...

Álvaro Siza: ... Sim, talvez... Sim, talvez. Embora a abertura dos quarteirões seja muito discutível. Este foi um dos aspectos daquele Plano que foi muito discutido. E é discutível porque não é generalizável. Eu considero legítimo ali porque era condição inultrapassável, na minha maneira de ver, para conseguir retomar ou propor essas ligações (num sítio de topografia difícil), cómodas, directas, em múltiplos sentidos, para não contribuir para um eventual isolamento da zona, que é vocacionada e foi sempre, uma zona de passagem. Facilitar essa passagem era essencial e, portanto, é um caso especial.

Agora, de um modo geral, a abertura dos quarteirões para espaço público é discutível! E na maior parte das vezes até, na minha perspectiva, é errada.

Por exemplo, agora fez-se isso aqui no Porto, nas Cardosas, e é uma intervenção absolutamente lamentável... - Não, o quarteirão é um quarteirão, e tem um interior.

Em Berlim isso é muito interessante e realmente o conhecimento desses trabalhos não me terá passado ao lado. É que em Berlim os quarteirões são semiprivados / semipúblicos. Normalmente há portas que dão acesso ao interior, são quarteirões muito grandes e dentro há sempre, ou quase sempre, equipamentos: uma escola, uma igreja, umas oficinas, ou assim. E à noite é fechado o acesso ao interior do quarteirão. Praticamente em todos eles, mas sobretudo nessa zona do séc. XVIII, Kreuzberg, Charlottenburg.

E portanto, aí há um entendimento entre a disciplina do uso público e do uso privado.

³⁴² JACOBS, Jane – “Morte e vida de grandes cidades”. (p. 36).

³⁴³ TÁVORA, Fernando – “Da organização do espaço”. (p. 22).

*Agora não sou partidário, assim em abstracto, por exemplo neste caso extremo, em mau, do Passeio das Cardosas, da abertura dos quarteirões ao público. Naquele caso sim, achei que era fundamental.”*³⁴⁴

Assim, a leitura do espaço, que se inicia na primeira visita ao local e nunca se conclui, deverá procurar entender o lugar na sua essência – *“um sítio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser – coisas talvez opostas mas nunca sem relação.”*³⁴⁵. A capacidade de descodificar uma necessidade / vontade latente requer a sensibilidade cirúrgica perante a volubilidade do contexto envolvente. Neste cenário, nem sempre se justifica a abertura do espaço / elemento privado – ou do interior de um quarteirão originalmente reservado³⁴⁶ – para prolongamento indiscriminado da utilização pública. No Bairro da Bouça, a transformação do lugar ao longo do tempo introduziu novos factores e condicionantes que participam activamente na vivência e uso do seu espaço. Abrir o espaço privado ao usufruto público justificou-se pela necessidade de unir pontos da cidade, de forma a incluir e aproximar o Metro do movimento natural das pessoas – de forma a *possibilitar o quotidiano*.

“Uma das exigências mais importantes para que um sistema pedonal funcione bem consiste em

344 SIZA, Álvaro – entrevistado por Matilde da Costa Lobo in “Estratégias de reconstrução urbana: a experiência do Chiado em discurso directo”. (p. 161). Tese de Mestrado.

345 SIZA, Álvaro – “Oito Pontos” in “01 Textos”. (p. 27). Pode, neste contexto, referir-se igualmente a tese de Carlos Martí Aris – a vontade humana não é suficiente para a conformação de um lugar público, dado que nesta concepção participam outros factores determinantes, entre os quais, a vocação do sítio e seu instinto natural (muitas vezes relacionados com factores históricos e geográficos).

346 Desde as cidades gregas e romanas, o quarteirão apresentava-se como elemento fechado, cujo interior se destinava a pátios privados de habitações unifamiliares, não participando no desenho da cidade e servindo apenas para organizar e distribuir o solo privado. Na cidade medieval, o desenho do quarteirão apresentou mudanças significativas tanto na sua forma e posicionamento dos edifícios que o compõem, como no papel que desempenhava na estrutura urbana: *“(…) os edifícios vão concentrar-se na periferia ou no perímetro do quarteirão, em contacto directo com a rua, deixando livre a zona posterior de cada lote. Este espaço livre é utilizado para hortas ou jardins privados e constitui uma área de reserva à salubridade urbana.”* (in LAMAS, José Garcia – “Morfologia urbana e desenho da cidade”. (p. 158)). Por sua vez, na cidade Renascentista e Barroca, o quarteirão começa a assumir diferentes formas, volumes e dimensões – podendo adquirir formas irregulares consoante as necessidades da malha urbana, de modo a resolver resíduos ocasionais dos traçados e a conferir regularidade a praças ou vias. Neste cenário, o quarteirão assumiu-se como elemento gerador do espaço urbano por repetição e multiplicação. Já na cidade do século XIX, o quarteirão foi abandonado devido aos fenómenos de dispersão e preferência por construções de baixa densidade, no seguimento da fuga para a periferia face à densidade do centro urbano. Porém, não seria apenas o quarteirão a perder o seu significado – também a rua e a praça foram desvalorizadas. Na cidade moderna do século XX, formularam-se experiências de abandono e destruição do quarteirão, da rua e da praça. Assistiu-se, assim, à rejeição dos elementos de composição urbana da cidade tradicional. Contudo, a crítica à cidade moderna funcionalista retomou os valores e elementos da cidade tradicional nos seus ensaios. A título de exemplo expõe-se as experiências habitacionais holandesas: *“numa primeira fase, é criada uma rua de serviço permitindo acesso pelo interior do quarteirão aos logradouros-jardins privados. Um arco ou passagem coberta liga essa rua às ruas públicas. Num segundo tempo, a dimensão dos jardins-logradouros privados diminui, aumentando a largura da rua interior, que se transforma em espaço semicolectivo, terreno de jogos de crianças ou jardim. A evolução deste modelo transforma o interior do quarteirão de logradouro privado em espaço colectivo. Mais tarde, será também acessível da rua, chegando a acolher equipamentos (...) O interior do quarteirão tornara-se assim um espaço ou pátio público. Em 1930, esta evolução atinge o seu limite quando um dos lados do quarteirão desaparece. O interior prolonga directa e visivelmente a rua e toma-se um espaço verde público. A forma do quarteirão reduz-se a um simples U.”* (in LAMAS, José Garcia – “Morfologia urbana e desenho da cidade”. (p. 326)).

*organizar os deslocamentos de modo a que sigam as distâncias mais curtas entre os destinos naturais dentro de determinada zona.”*³⁴⁷

Prolongar o espaço privado até ao espaço público foi uma estratégia para integrar quer o Bairro como os seus residentes, inicialmente isolados e restringidos ao núcleo privado, respondendo ao mesmo tempo às exigências dos novos habitantes, caracterizados pela mobilidade permanente e relações sociais que se alastram pelo campo relacional urbano.

3.3.3.7. Sobre ambiguidade

“Pergunta: Considera-se um arquitecto post-modernista?

Resposta: Não importa que me chamem post-modernista, se isso concorrer para que se fale de Arquitectura.” (Aldo Rossi, debate em Bogotá, 1981)

Sob a leitura do lugar, alguns contornos do projecto começam a definir-se, porém o processo criativo não é linear nem se esgota com a sua materialização. O processo poderá iniciar-se perante uma base segura, orientada pelas necessidades objectivas do contexto e do programa, contudo, a dada altura, o projecto transforma-se num *“animal volúvel, de patas inquietas”*³⁴⁸, moldado pelas pessoas que o habitam e pela urbanidade³⁴⁹ que o envolve.

Neste sentido, a ambiguidade pode traduzir-se no processo criativo como ferramenta que garante a vitalidade do projecto face às futuras apropriações do espaço e metamorfose urbana. A possibilidade de atribuir qualidade pública a um ambiente privado, tornando-se um espaço ambíguo, nem sempre deve ser visto com desaprovação, pois a cidade é feita de complexidade e contradições, de forma a contornar a sua degeneração.

*“Defendo a riqueza de significados em vez da clareza de significados, a função implícita em vez da explícita. Prefiro o este e o outro do que o este ou o outro, o branco e o negro e algumas vezes o cinzento, do que o ou preto ou branco. Uma arquitectura válida evoca muitos significados e centra-se em muitos pontos: o seu espaço e os seus elementos lêem-se e funcionam de várias formas.”*³⁵⁰

*“Se teoria, falando de Arquitectura, significa um conjunto de regras registáveis e reutilizáveis, então sinto-me bem em não ter teoria (como por vezes é dito). Não sei de nenhuma tranquilamente aplicável. O rolar do tempo, por acelerado, não o permite nem perdoa. (...) O exercício de projecto não aceita um momento de segurança, de saber estável, mesmo se conscientemente provisório.”*³⁵¹

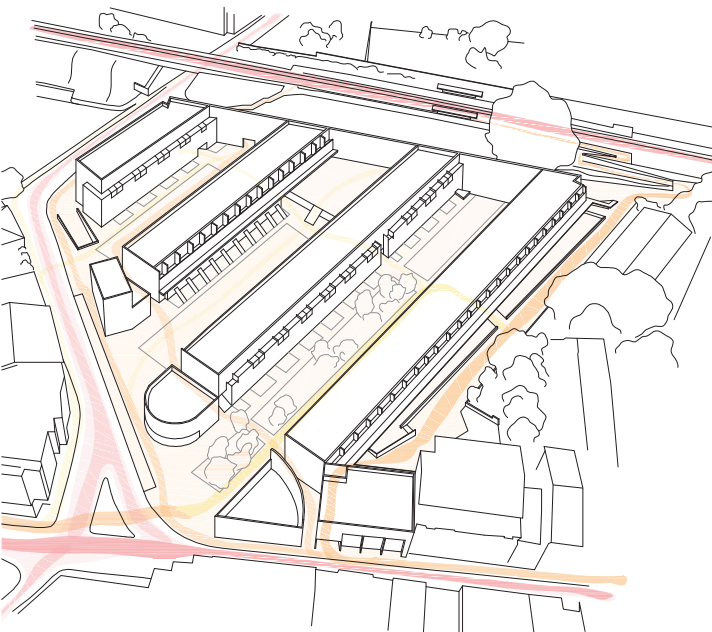
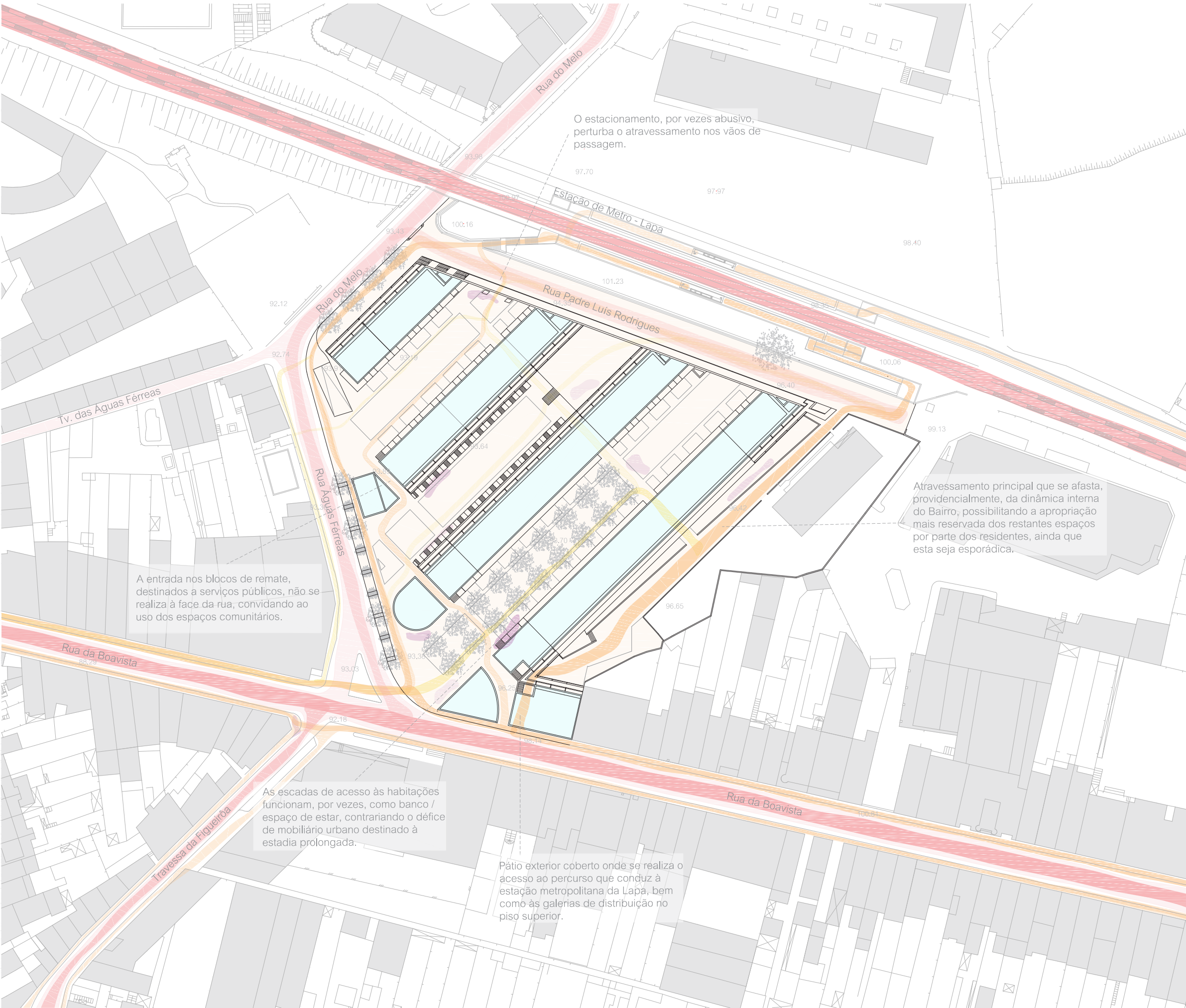
347 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 155).

348 SIZA, Álvaro – “Construir” in “01 Textos”. (p. 25).

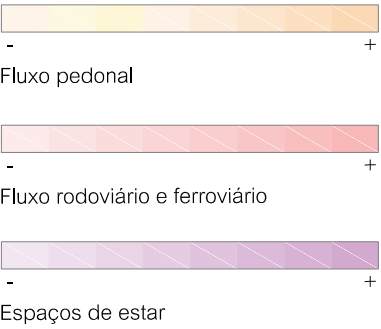
349 “A urbanidade resulta da articulação das coisas urbanas” – SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 147).

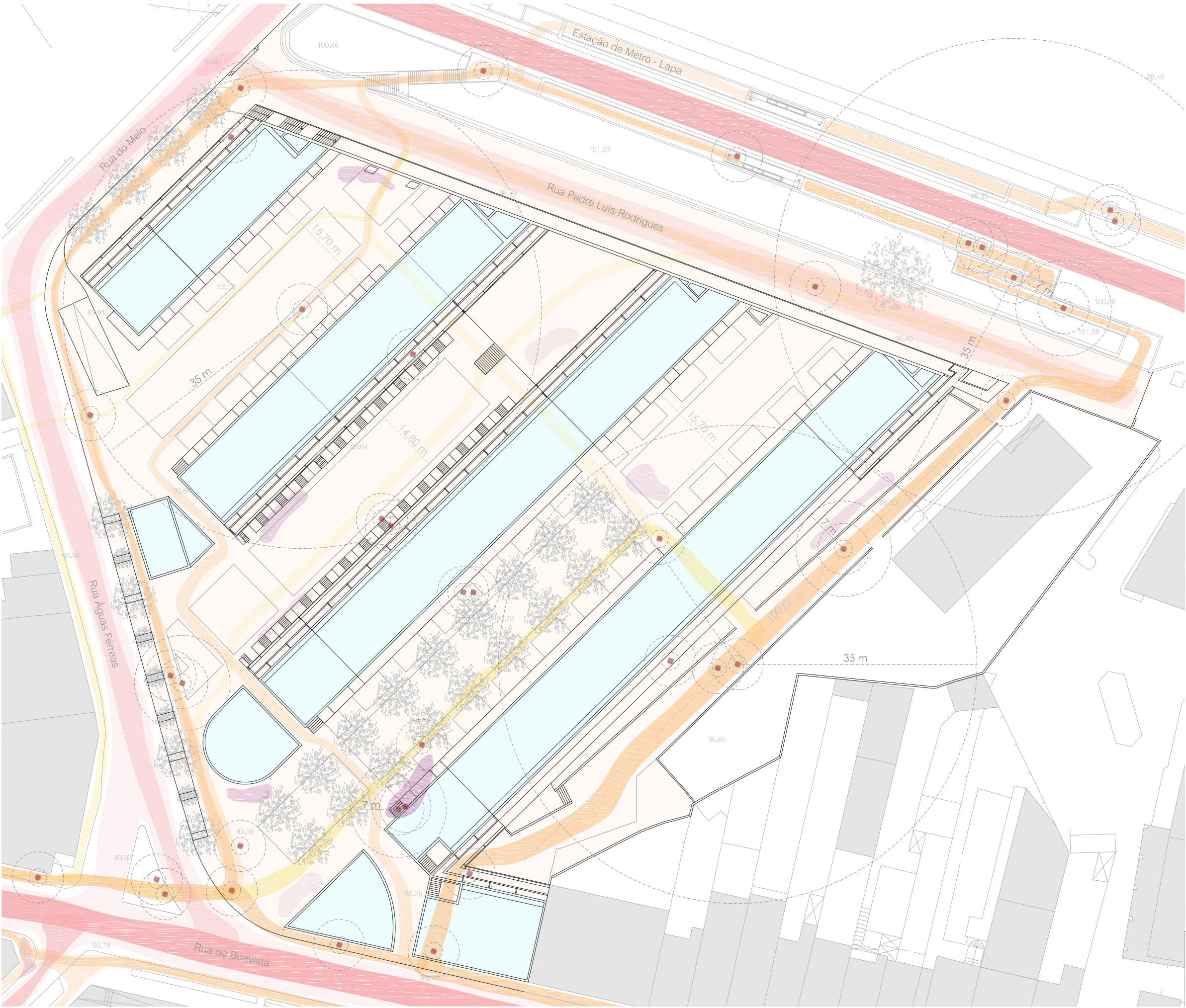
350 VENTURI, Robert – “Complejidad y contradicción en la arquitectura”. (p. 25).

351 SIZA, Álvaro – “Oito Pontos” in “01 Textos”. (p. 383).



Sublinha-se, neste contexto particular, que apesar de se possibilitar o atravessamento público dos três pátios, de modo a diluir uma barreira física entre a estação metropolitana e o movimento citadino - encurtando distâncias -, estes atravessamentos foram criteriosamente concebidos na tentativa de preservar o usufruto comunitário por parte dos residentes, (ainda que este não se concretize efectivamente). Assim, através da observação do lugar, verifica-se que o pátio central - *coração do Bairro* - não regista um fluxo significativo de atravessamentos, sendo estes controlados pela discrição e neutralidade da abertura no plano de fundo e pela mudança de cota que a passagem implica, assegurando um espaço propenso ao uso colectivo. Por sua vez, os pátios laterais registam maior afluência - ainda que igualmente comedida - o pátio a Noroeste apresenta uma abertura explícita que convida ao atravessamento, contrariando a sua condição isolada / mais afastada do movimento; o pátio a Sudeste, em diálogo permanente com a Rua da Boavista, é lugar de paragem e passagem; no entanto, salienta-se que a morfologia e organização do conjunto tende a encaminhar os transeuntes por percursos que não perturbam a dinâmica interna do Bairro, sendo o movimento proporcionado equilibrado em favor do público e do privado.

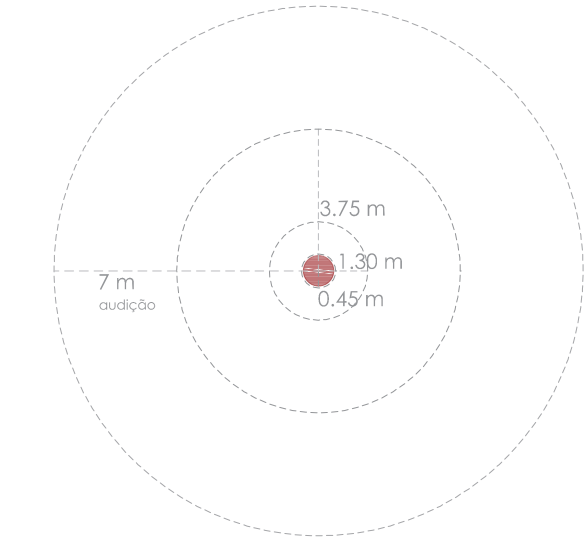




Segundo o estudo de Edward T. Hall, apresentado por Jan Gehl, as distâncias sociais comuns na Europa Ocidental variam consoante as diferentes formas de comunicação:

- distância íntima: entre os 0 a 0.45m - manifestação de sentimentos intensos - ternura ou zanga;
- distância pessoal: entre 0.45 m a 1.30 m - conversas entre amigos próximos e família;
- distância social: entre 1,30m a 3.75 m - conversas entre amigos, colegas de trabalho, etc.;
- distância pública: +3.75m - ocasiões protocolares, quando se quer ouvir mas sem participar.

Neste sentido, desenharam-se as esferas cujos raios asseguram diferentes níveis de individualidade e sociabilidade, sendo estas interseccionadas por outras esferas que cruzam e modificam níveis de conforto, nomeadamente a esfera da audição e visão.

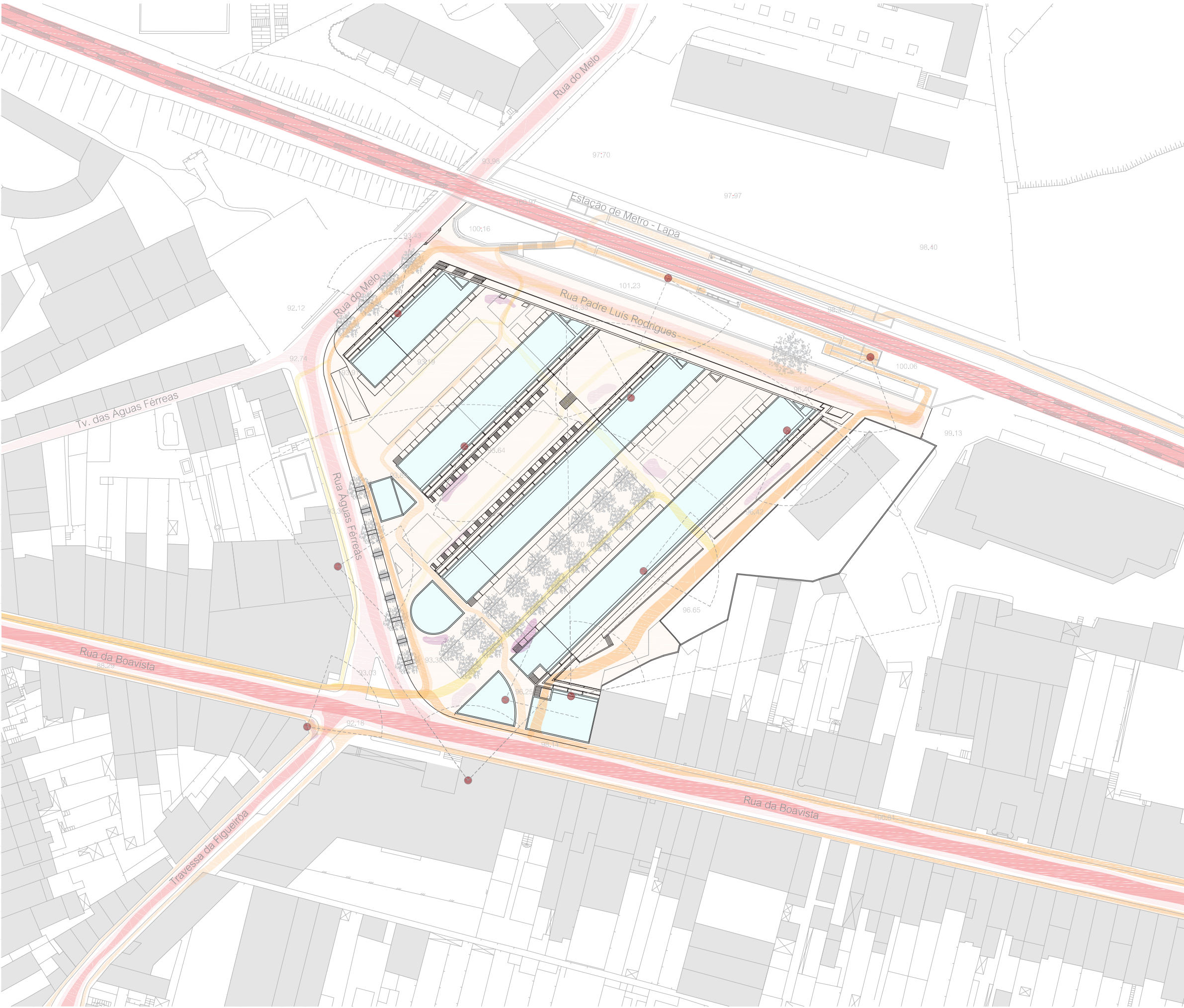


Consideraram-se igualmente neste desenho, algumas medidas que dizem respeito ao campo de audição, uma vez que a conversação se apresenta como um dos principais meios de socialização. De acordo com Hall:

- até 3 metros de distância estabelecem-se conversas normais;
- até 7 metros a audição é bastante eficaz, sendo possível manter diálogos com pouca dificuldade;
- até 35 metros é possível ouvir uma palestra ou conferência e participar num diálogo de perguntas e respostas;
- acima de 35 metros de distância é difícil ouvir outras pessoas, apenas se ouvem gritos ou algum ruído.

Numa terça-feira de sol, entre as 10h e as 10h30 registou-se uma afluência pouco significativa aos espaços exteriores do Conjunto Habitacional da Bouça. O espaço de atravessamento mais movimentado, a Nascente do Bairro, registou uma média aproximada de 6 / 7 pessoas, encontrando-se estas de passagem, enquanto que, esporadicamente, o seu percurso era vigiado por residentes que surgiam à janela / varanda ou nas galerias de acesso aos fogos. Nos pátios principais, nomeadamente nos pátios laterais, assinalaram-se igualmente alguns atravessamentos e estadias curtas, porém menos expressivos; por sua vez, no pátio central observou-se apenas o percurso de entrada e saída de residentes no Bairro. A observação do lugar repetiu-se a diferentes horas do dia, permanecendo, sem grande variação, o número de atravessamentos e apropriações referidas.

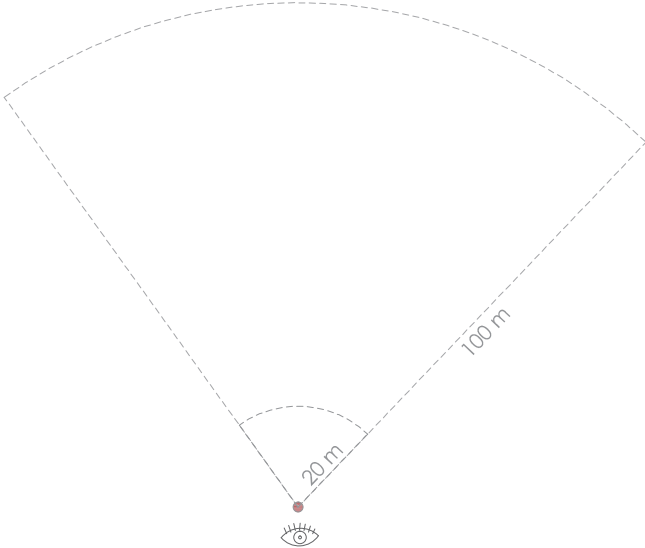




De acordo com Edward T. Hall,

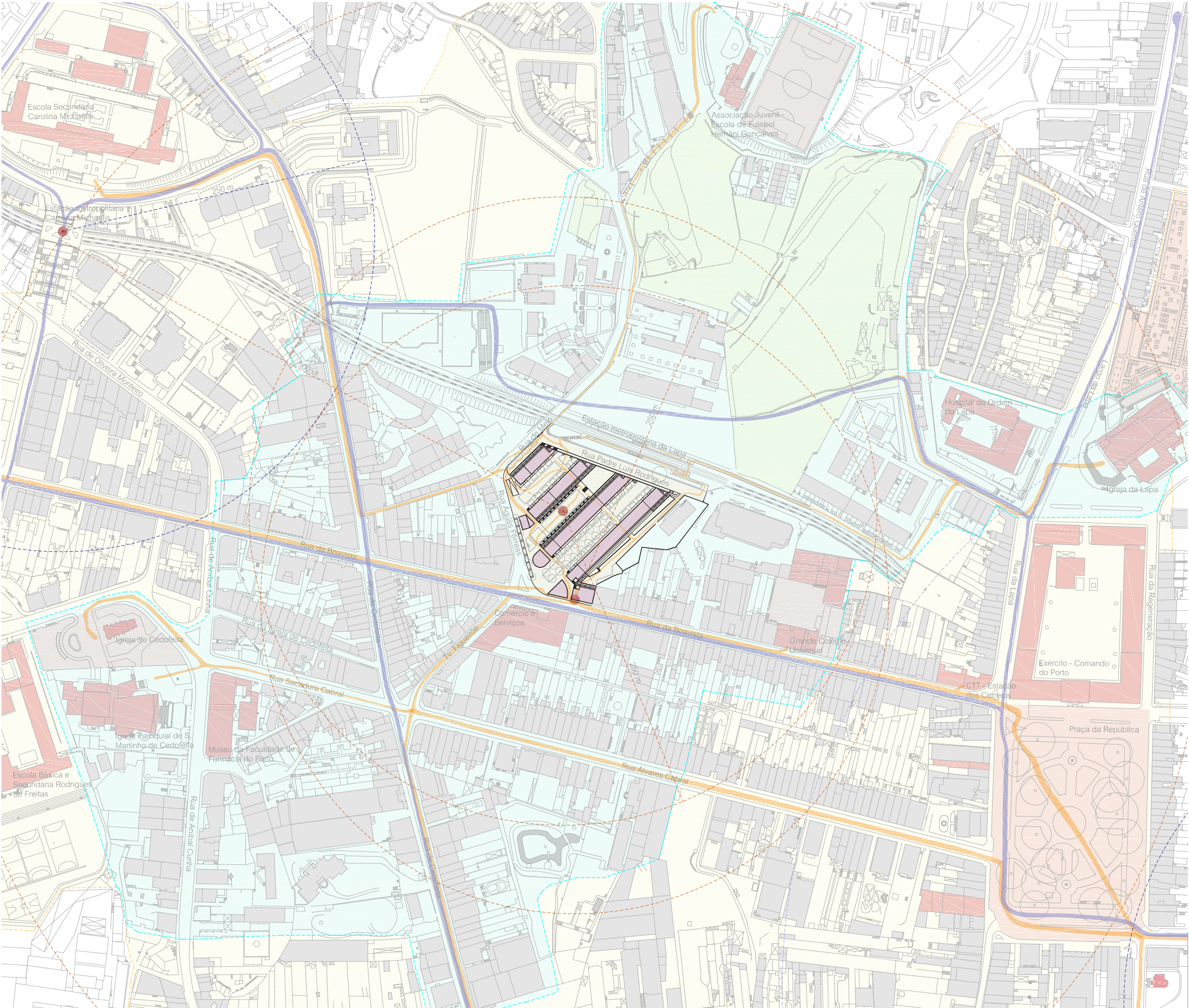
- a 100 metros de distância é perceptível a presença de pessoas, desenvolvendo-se o campo social da visão;
- entre os 70 e 100 metros determina-se o sexo da pessoa, idade aproximada e a sua actividade;
- a 30 metros de distância percebem-se rasgos faciais, cortes de cabelo, reconhecendo-se aqueles com quais é comum cruzar-se;
- a 20 metros de distância percebem-se estados de ânimo e expressões faciais. Será a esta distância que a experiência urbana começará a ser mais interessante do ponto de vista social.

Neste contexto, a sensação de segurança será tanto maior, quanto melhor se percepcionar a presença de outras pessoas, bem como a integração destas no campo social de visão.



Assim, no desenho definiram-se os principais pontos de vigia do espaço e possíveis campos de visão, verificando-se a progressiva diminuição da rede de vigilância ao longo da Rua das Águas Férreas devido às escassas aberturas nos planos de fachada e ao encerramento do piso térreo. Contrariamente, junto à Rua da Boavista assinalam-se vários pontos de observação, a curta e longa distância.





Inserido num tecido urbano denso e consolidado - onde é perceptível a prevalência da forma edificada sobre o desenho do espaço livre -, o Conjunto Habitacional da Bouça insinua uma estratégia de organização do espaço contrastante. Além de adicionar qualidade ao percurso público através dos espaços de usufruto comunitário que disponibiliza, o Bairro introduz permeabilidade à malha urbana e possibilita a extensão (e multiplicação) dos seus percursos, diluindo a barreira que a linha ferroviária poderia constituir. Assim, à semelhança do esquema elaborado para o espaço exterior da Faculdade de Arquitectura, assinalou-se neste desenho a área de influência aproximada do lugar em questão, considerando que esta se encontra directamente vinculada aos fluxos e dinâmicas derivantes da estação metropolitana da Lapa. Neste sentido, os raios de 250 e 500 metros - distâncias percorriáveis confortavelmente *a pé* - foram confrontados com as áreas de influência das estações metropolitanas mais próximas - Carolina Michaelis e Trindade -, sendo a área de influência do Conjunto Habitacional da Bouça partilhada ou alternada, em parte, com os sectores servidos pelas estações referidas, dado que o atravessamento pedonal do Bairro apenas se verifica quando a distância do trajecto sugerido - medida em tempo, sensações de segurança, entre outros - se justificar e compensar de algum modo. Neste desenho foi também assinalado o traçado indicativo - porém estruturante - dos *percursos amigáveis* idealizados no âmbito da revisão do PDM do Porto, que visam a qualificação do percurso de lazer, deambulação e convivialidade do pedestre, com o objectivo de incluir na sua rede o contributo do espaço em estudo, assim como o reforço das articulações previstas e existentes.

- Percursos pedonais (com interferência do lugar em estudo)
- Edifícios de interesse comum
- Espaços exteriores de interesse comum
- Espaços com potencial de desenvolvimento
- Área aproximada de influência
- Área aproximada de influência partilhada
- Limite ajustável de influência
- Ponto de partida / chegada (marcação 250 e 500 metros)
- Percursos *amigáveis* assinalados no PDM em vigor.



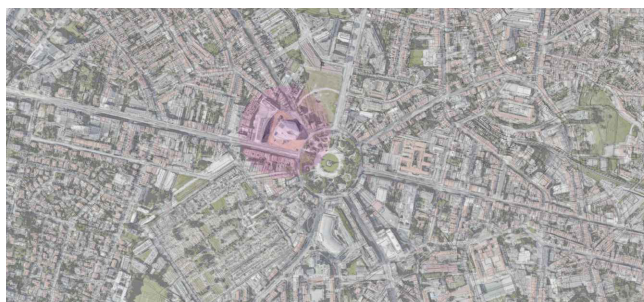


Fig. 145 _ Caso de estudo 03.

3.4. Espaço exterior da Casa da Música

3.4.1. O espaço

*“Em 1998, as cidades do Porto e de Roterão são escolhidas como Capitais Europeias da Cultura para 2001. Feito o anúncio, põe-se em marcha um processo longo e complexo de gestão de meios, criação de programas artísticos, sociais e educativos sob a responsabilidade da recém-criada Porto 2001 S.A. Entre outras iniciativas, é lançada a promissora ideia da Casa da Música: um edifício de características únicas onde a Música teria uma residência.”*³⁵²

O projecto da Casa da Música, da autoria do arquitecto Rem Koolhaas, situa-se num sector urbano da cidade do Porto em acelerado desenvolvimento – a Boavista –, ocupando um terreno contíguo à Praça Mouzinho de Albuquerque³⁵³, anteriormente utilizado pela Estação Terminal de Eléctricos do Porto como ponto de recolha dos veículos. O espaço em questão é definido a Norte pela Rua 5 de Outubro e Rua dos Vanzeleros, a Poente pela Rua Ofélia Diogo da Costa, a Sul pela Avenida da Boavista e a Nascente pela Rotunda da Boavista. As questões alusivas à escolha deste local para a implantação de um novo equipamento urbano de uso público³⁵⁴, interessam igualmente neste estudo, uma vez que a decisão tomada enfatizou a ideia de descentralização – característica do processo de transformação urbana –, afirmando a Boavista como nova centralidade emergente. Como explica Manuel Fernandes de Sá, a centralidade do Porto movimenta-se entre a construção de novas pontes – inicialmente a Ponte das Barcas definiu uma primeira centralidade, posteriormente a Ponte Luís I redefiniu o centro urbano, e, actualmente, a Ponte da Arrábida evidencia a formação de uma nova polaridade, sendo o Porto uma conurbação policêntrica.

A escala e vocação pública do espaço exterior que envolve a Casa da Música – acessível a um público que ultrapassa o conceito de *comunidade*, abrindo-se a todos os cidadãos – confere projecção à zona da Boavista, declarando-se o lugar em questão como novo ponto de referência, espontaneamente integrado nos percursos pedonais do quotidiano, atribuindo, sucessivamente, valor, significado e diversidade programática à nova polaridade. Desta forma, o projecto participa activamente na produção de um sentido de urbanidade, pois apesar da intenção não ser a de competir com o centro histórico, a sua vivência de coabitação contribui para que a população residente sinta que pertence igualmente a um centro – a um ponto de encontro e de movimento –, a um lugar identitário onde se inicia a construção de uma memória partilhada baseada na experiência de um espaço *comum* e equitativo.

³⁵² Site oficial da Casa da Música – “A obra”. (Disponível para consulta em: <http://www.casadamusica.com/pt/a-casa-da-musica/a-obra/#10024?lang=pt>).

³⁵³ A Praça Mouzinho de Albuquerque, vulgarmente conhecida por Rotunda da Boavista, é uma estrutura rotular que estabelece a conexão entre diferentes zonas da cidade. Esta intervenção urbanística, que data da segunda metade do século XIX, resultou da intenção de expandir a cidade em direcção ao mar, pela cota alta, através do prolongamento da Rua da Boavista, culminando na abertura de uma nova avenida – a Avenida da Boavista – eixo da expansão. A Rotunda da Boavista permitiria, assim, o acesso a vários sectores urbanos e, principalmente, a ligação facilitada à Baixa.

³⁵⁴ Entre as várias opções de locais para implantação – a Baixa, o Parque da Cidade ou a Boavista – optou-se pelo último, uma vez que o terreno pertencia já à Câmara Municipal, evitando processos de expropriação, e permitindo, assim, o arranque imediato da obra.

*“O direito à centralidade acessível e simbólica, a sentirem-se orgulhosos do lugar em que vivem e a ser reconhecido por outros, a visibilidade e a identidade, além de dispor de equipamentos e espaços públicos proximamente, é uma condição de cidadania.”*³⁵⁵

Neste sentido, o projecto da Casa da Música – edifício e seu espaço exterior – dissolve fronteiras físicas e sociais vulgarmente associadas à supremacia de uma centralidade consolidada sobre a construção de novas polaridades. O projecto assume, assim, um papel transformador e revitalizante que acelera e viabiliza um processo de urbanização uniforme, considerando que a essência de tal processo reside, mais do que no edifício, na consciência urbanística da totalidade do projecto e sua capacidade de articulação. Por sua vez, esta articulação manifesta-se pelo desenho de continuidades estruturantes que se estabelecem a partir do planeamento de uma rede de espaços de uso público – sendo o espaço em estudo um exemplo, dada a sua interferência expressiva na vivência *comunitária* do lugar, bem como a sua apropriação social efusiva.

*“(…) os elementos primários não são só os monumentos, como não são só as actividades fixas; de maneira geral são aqueles elementos capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, relacionando-os com um território mais vasto, são os elementos que caracterizam os processos de transformação espacial do território. Actuando frequentemente como catalisadores.”*³⁵⁶

355 BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. (p. 15).

356 ROSSI, Aldo – “A arquitetura da cidade”. (p. 128).

3.4.2. Experimentar o espaço

No centro da Rotunda da Boavista, ao olhar em redor, entre as copas e galhos das árvores, os edifícios envolventes desenhavam um pano de fundo relativamente uniforme através das morfologias semelhantes, das cérceas concordantes, dos alçados regulares e vãos de escala similar, ainda que a Nascente se pressinta maior coesão do tecido urbano dada a acentuação de tais características. Por sua vez, a Noroeste da Rotunda, um volume compacto, de altura próxima aos que se encontram a Nascente, destaca-se pela materialidade e morfologia singular, exibindo além das faces opacas, um grande vão contrastante que se distancia da escala do edificado envolvente. A Casa da Música apresenta-se, assim, como ponto referencial e elemento excepcional na composição monótona e racional deste espaço da cidade.

Quando observados da Rotunda, os planos de fachada da Casa da Música sugerem a marcação de diferentes direcções, sendo tal percepção confirmada pelos espaços exteriores do edifício que, por sua vez, traduzem os fluxos de movimento mais expressivos. Assim, a fachada que se volta para a Rotunda procura dar continuidade ao plano de fachadas circundante, e o grande envidraçado, anteriormente referido, declara esta frente como uma das principais, dada a primazia da Rotunda da Boavista. Uma vez que, em torno da Rotunda, o movimento rodoviário é contínuo e por vezes brusco, este plano de fachada recua de modo a devolver espaço aos pedestres para se deslocarem confortavelmente, pois o maior fluxo, tanto pedonal como motorizado, verifica-se neste sentido, associado à proximidade da estação metropolitana. Contudo, a entrada principal no edifício realiza-se a partir de uma escadaria que se volta para a Avenida da Boavista, num outro plano de fachada, cruzando os dois fluxos principais através da definição do ponto de entrada. Este plano, quando observado a Sul ou a Nascente da Rotunda, parece induzir igualmente a entrada num dos principais eixos urbanos – a Avenida da Boavista –, posicionando-se na diagonal ao primeiro plano de fachada referido, de forma a amaciar a transição ou o cruzamento de fluxos, e ainda a permitir uma visibilidade desimpedida, ao contrário do que aconteceria com um ângulo recto. Simultaneamente, este espaço exterior que acolhe os fluxos de atravessamento mais significativos, fecha-se, em parte, à Rua 5 de Outubro, apresentando um nível de permeabilidade distinto, sendo a fluidez do espaço interrompida por um desnível, (ainda que este permita também a passagem), de modo a enfatizar a direcção predominante.

Junto àquela rua, a plataforma térrea ergue-se, formando o desnível acima mencionado, e conformando a cobertura de pequenos estabelecimentos de apoio e serviços que dialogam com o programa do piso térreo no lado oposto da rua. No entanto, deve assinalar-se que a chegada à Rotunda da Boavista a partir da Rua 5 de Outubro é marcada por uma quebra do plano edificado – correspondente ao quarteirão da Casa da Música –, antecipando o vazio da Rotunda. Esta quebra é intensificada pelo arruamento convergente – a Rua dos Vanzeleros –, assim como pela ocupação não perimetral do terreno – opção projectual que liberta o tradicional espaço de logradouro, naturalmente mais resguardado, sendo este devolvido às pessoas e à cidade de modo a propiciar o seu usufruto público. (Poderá igualmente debater-se esta opção projectual a partir de questões de desobstrução de visibilidade, de enfatização da diferença de tempos de construção da cidade, e proximidade ou anúncio de um momento marcante – a Rotunda da Boavista como rótula urbana e enaltecimento do seu jardim).

Na Rua dos Vanzeleros, o plano de fachada da Casa da Música voltado para a rua simula e figura



Fig. 146 a 149 _ Experimentar o espaço | Sequência de imagens de um percurso.

uma seta apontando para o monumento comemorativo³⁵⁷ implantado no centro da Rotunda. Este plano fixa, assim, um momento de tensão e força dominante sublinhado pelo espaço envolvente liberto que permite a visibilidade para um ponto referencial mais antigo e abrangente, reconhecido por todos os Portuenses. Neste sentido, ainda que o espaço exterior possa, à partida, sugerir descontinuidades, este propicia simultaneamente a percepção de uma continuidade imaterial e sua fruição sensorial. O fortalecimento de uma memória partilhada, através da dramatização do lugar e de momentos sensíveis ao contexto existente, nem sempre claramente explícitos, revela o trabalho de continuidades a diferentes níveis materializado pelo manuseamento ponderado do espaço exterior.

Por sua vez, junto à Rua Ofélia Diogo da Costa, o espaço exterior menos movimentado, tal como a rua que o acompanha, acentua uma *condição de traseiras*, onde se realizam cargas e descargas. Não obstante, os edifícios que definem esta rua juntamente com a Casa da Música, conferem segurança ao percurso através do piso térreo preenchido por serviços. A partir deste ponto, os planos de fachada parecem indicar novamente as direcções principais, sendo tal sensação acentuada pelo ondular da plataforma térrea que impede parte da visibilidade, delineando os dois espaços exteriores de afluência e utilização dispar – o principal de maior fluxo, e o secundário destinado a actividades mais reservadas.

Na Avenida da Boavista é igualmente notável a quebra de edificado no quarteirão da Casa da Música. Numa progressiva aproximação ao espaço em estudo, uma pala começa por abrigar parte do passeio, sendo consecutivamente cobertura de algum comércio / serviços, permitindo a passagem coberta e antecipada para a praça de apoio ao edifício. Em direcção à Rotunda, a pala desce até se tornar pavimento, transformando-se num palco de fluxos fervorosos. Nesta praça, o recuo do edifício face ao edificado envolvente permite parar, conversar e circular em segurança; há espaço para sentar e descansar – assentos encaixados no desnível a Poente –, apesar de, por vezes, outros elementos, (como a escada de entrada), serem utilizados com essa finalidade. Este *lugar social comunitário* permite várias apropriações – não se registam apenas atravessamentos, mas também a concentração de grupos de amigos, de turmas de escolas, de turistas, de artistas... Os desníveis conferem dinamismo, surpresa e suporte à apropriação espacial: uma pessoa senta-se a ler o jornal num dos assentos encaixados a Poente, outras sentam-se no chão encostadas ao edifício, algumas agrupam-se a pé a conversar, há skaters entre as pessoas que circulam, misturando-se no mesmo lugar diferentes individualidades, faixas etárias, actividades e interesses. A ondulação do pavimento permite, em simultâneo, a adaptação do espaço a espectáculos ao ar livre, uma vez que a sua modelação improvisa a disposição de um auditório, onde as rampas, assentos encaixados e alguns degraus servem de plateia aberta à comunidade. Neste sentido, o espaço exterior da Casa da Música torna-se prolongamento do espaço e programa interior, bem como do meio urbano, permitindo a continuidade e ampliação do usufruto público já sublinhado pelo jardim da Rotunda da Boavista, onde o pedestre é o privilegiado pelas dimensões do espaço que lhe é concedido.

Assim, e como referido inicialmente, apesar do sector Nascente da rotunda se revelar mais consistente, reflectindo a progressiva expansão da cidade (desde o centro histórico) em direcção ao mar, a

357

O Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, localizado no centro da Praça Mouzinho de Albuquerque, da autoria do escultor Alves de Sousa e do arquitecto Marques da Silva, constitui um dos principais elementos identitários da cidade do Porto. (Ver figura 153. (p. 196)).



5



6



7



8

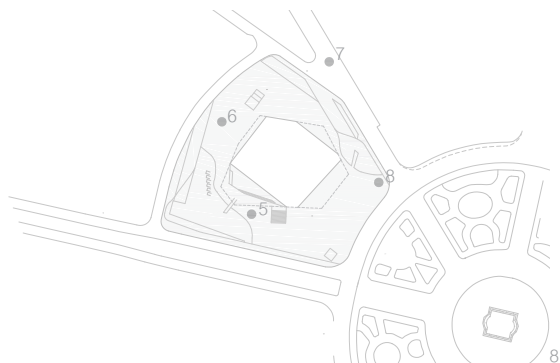


Fig. 150 a 154 _ Experimentar o espaço | Sequência de imagens de um percurso.

fragmentação percepcionada a Poente é equilibrada pela energia da Casa da Música e seu espaço exterior, estimulando e confirmando a pertinência do investimento na consolidação do tecido em direcção a Poente, funcionando o projecto em questão como catalisador do planeamento urbano.

3.4.3. Pensar o espaço

3.4.3.1. Contexto e *tempo* como dimensões projectuais

O projecto da Casa da Música foi controverso desde o primeiro momento. O contexto físico em que se insere, caracterizado por edifícios antigos e de escala mais modesta, bem como o pensamento conservador³⁵⁸ de alguns críticos, impediu a aceitação plena quer do edifício como do seu amplo espaço exterior. Do mesmo modo, Rem Koolhaas recebeu o impacto da intervenção declarando que *“o maior risco foi o de colocar um edifício desta escala num sistema formal que é muito mais velho e muito mais delicado, por um lado, e, por outro, foi, com certeza, o de comprometermos uma tipologia estabelecida.”*³⁵⁹.

Contudo, na tentativa de enfrentar o protagonismo atribuído à capital do país e a consequente perda de poder político e económico da cidade do Porto, o novo projecto veio suscitar interesse e curiosidade não só pela inovação morfológica e estrutural, como também tipológica e programática, atraindo públicos nacionais e internacionais. De facto, este projecto escapa às linhas e *imposições* dos modelos tradicionais de fazer cidade³⁶⁰, assumindo um valor de excepionalidade, em coerência com a iniciativa que o fez nascer. Na verdade, momentos excepcionais reclamam-se, ainda que moderadamente, perante a monotonia do espaço urbano, devendo prevalecer em simultâneo o entendimento e apreço pelo contexto existente. Segundo Koolhaas, o contexto físico envolvente é crucial para o correcto funcionamento do seu projecto, pois como explica *“ [o] edifício quase não tem cor, uma opção relacionada com a vontade de dar atenção ao colorido que o rodeia e, assim, se isso desaparecer, a Casa da Música fica numa situação de desequilíbrio”*³⁶¹, sem deixar, no entanto, de se afirmar a singularidade do objecto, pois, ainda

358 *“Em Portugal, o medo do que é ousado não habita apenas as esquinas imaginárias do Restelo. Está um pouco por todo o lado, à espera que uma expo, uma ponte, um centro cultural ou uma casa da música ponha em causa a pequena ordem das coisas. Não há ousadias que lhe escapem, nem obras para o futuro que não lhe suscitem pavor. Se não for pelos custos, há-de ser pela localização, pela estética, pela pertinência, pela prioridade ou por qualquer outra coisa. Assim aconteceu à Casa da Música. No dia em que obra se inaugura, vale a pena meditar sobre as razões que a envolveram numa permanente cortina de polémica. E procurar saber se, em última instância, o esforço valeu a pena.”* – CARVALHO, Manuel – *“O preço da ousadia”* in *“Público”*. (p. 1).

359 KOOLHAAS, Rem – entrevistado por Óscar Faria para o *“Público”*. (p. 66).

360 COSTA, Alexandre Alves – *“A Casa da Música é um objecto compacto, denso, escultórico, sem relações imediatas com o contexto, formalmente não decorrente da forma urbanística do lugar. Não tenta, por isso, definir os seus contornos a partir da geometria dos traçados preexistentes. Solta-se dessa lógica, no reconhecimento da aparente impossibilidade de impor a sua escala à globalidade do conjunto urbano e do desequilíbrio que para este resultaria constituir-se como parcela em geometria tão globalizante. Uma leitura pessoal do lugar deu ao autor o pretexto que queria, não temos dúvidas, para propor uma outra lógica de fazer cidade que se liberta das imposições da cidade tradicional.”* – opinião ao *“Público”*. (p. 86).

361 KOOLHAAS, Rem – *op. cit.* (p. 66).

que o discurso do autor seja de “se anular para dar destaque ao que o rodeia”, a escala dos elementos e a ausência de cor referida poderão funcionar de modo inverso, ampliando a notoriedade e saliência da intervenção. Contudo, a relação estabelecida entre o espaço exterior da Casa da Música e a vivência dos espaços públicos adjacentes é inegável, demonstrando sensibilidade perante o uso e identidade dos fragmentos existentes, ao mesmo tempo que clarifica o seu valor e hierarquia.³⁶²

Não obstante, a excepcionalidade do projecto poderia induzir a sua classificação como obra icónica, porém, a Casa da Música e seu espaço exterior procuram algo mais do que uma arquitectura comercial ou mediática. O facto de Rem Koolhaas recriar futuras intervenções radicais³⁶³ na zona, explica-se pela condição de *edifício-chave* que procurou conferir ao projecto. No entendimento de Joan Busquets, o *Key Building* é um edifício estratégico capaz de propiciar a construção de imagens referenciais fortes, assim como uma transformação próspera a nível urbano e social, não funcionando isoladamente.³⁶⁴ Neste sentido, o espaço exterior da Casa da Música poderá representar o desejo de interacção subjacente a qualquer *edifício-chave*, ainda que, por vezes, o ambicionado diálogo com outros estratos urbanos seja indirecto. O auxílio prestado à revitalização dos fragmentos envolventes e, especialmente, à reconversão do espaço público – conferindo ou ampliando o pretexto para a sua fruição –, afirma o projecto da Casa da Música como motor de desenvolvimento urbano. Este terá, assim, “*capacidade de operar a múltiplos níveis e escalas*”³⁶⁵, uma vez que o seu conjunto de espaços reforça, além das dinâmicas locais, a necessidade de contrariar a concentração de intervenções na Baixa da cidade – atitude que já havia sido iniciada pela abertura do Museu de Arte Contemporânea de Serralves –, adquirindo um papel ordenador mais amplo.

*“Foram quantificadas outras hipóteses de implantação mas chegou-se à conclusão de que a própria localização deste terreno – e, logo, da futura Casa da Música – iria imprimir a toda a área envolvente uma dinâmica de renovação urbana e social necessária a toda a Praça Mouzinho de Albuquerque.”*³⁶⁶

Desta forma, pode concluir-se que uma das principais características do *edifício-chave* ou, neste caso, do *projecto-chave* – incluindo o espaço exterior de usufruto público – assenta, ao contrário da obra icónica, na procura pela superação do tempo / circunstância em que este foi concebido (Porto Capital Europeia da Cultura), apresentando uma visão prospectiva da evolução urbana e das possíveis problemáticas provenientes da passagem do tempo, e respondendo às variações diacrónicas através da receptibilidade espacial (suportada, por sua vez, pela consciência da mutação dos factos urbanos).

³⁶² Como já referido, os planos de fachada, assim como o espaço exterior de uso público, traduzem a expressão dos fluxos de atravessamento e, consequentemente, a hierarquia das vias, evidenciando a primazia da Praça Mouzinho de Albuquerque.

³⁶³ “Compreende-se a reacção de Koolhaas, confrontado com o anúncio de outras potentes intervenções, a Poente e a Norte, também transformadoras – mas a descompasso. Sem a legitimidade de excepção de um equipamento profundamente transformador da vida cultural e quotidiana da cidade, ao contrário do que acontece – pela própria natureza e programa – com a Casa da Música.” – SIZA, Álvaro – “Casa da Música” in “01 Textos”. (p. 326).

³⁶⁴ BUSQUETS, Joan – “Cities X lines: a new lens for the urbanistic project / Ciudades X formas: una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico”.

³⁶⁵ BUSQUETS, Joan – *idem*. (p. 19).

³⁶⁶ Site oficial da Casa da Música – “A obra”. Disponível para consulta em: <http://www.casadamusica.com/pt/a-casa-da-musica/a-obra/#10024?lang=pt>.

Neste sentido, o *projecto-chave* analisa e reestrutura o urbano, sendo o espaço exterior a representação imediata da estratégia – um lugar privado de usufruto público que, apesar de vinculado a um edifício, valoriza a vivência *social comunitária*, bem como a requalificação do espaço público adjacente, assegurando e promovendo a articulação de um território volúvel em consolidação.

*“(...) é importante salientar a distinção entre um edifício icónico e um edifício-chave. Enquanto que um edifício icónico celebra um lugar, data e / ou determinada acção com a sua forma emblemática, um edifício-chave supera a dita forma emblemática e traz à tona um programa estimulante que pode estender a sua influência a uma rede de actuações maior que uma determinada localização. (...) o edifício-chave será como a ponta de um iceberg de um conjunto de acções muito mais amplo e com grande influência física para a cidade.”*³⁶⁷

Relativamente à quebra ou descontinuidade com o edificado existente, contrapõem-se continuidades nem sempre físicas ou evidentes, reproduzidas pela configuração do espaço – momentos singulares de contemplação de elementos identitários através da construção de enquadramentos interiores e exteriores – como o enquadramento do monumento central da Rotunda da Boavista sublinhado pelo plano de fachada da Rua dos Vanzeleres; o desnível que gradualmente desvenda o casario antigo a Sul da Avenida da Boavista; a marcação dos fluxos dominantes e, conseqüentemente, das principais vias; o tratamento diversificado do espaço exterior junto às diferentes ruas, clarificando a sua hierarquia e excluindo a opção de uma base comum aplicada a todas as frentes.

Por fim, deve salientar-se o factor *tempo* como dimensão projectual estimulante, traduzida pela flexibilidade e fluidez do espaço facilmente adaptável a novos usos e programas. Como reconhece Álvaro Siza, os espaços da Casa da Música reflectem a impossibilidade de controlar o desenvolvimento quer da cidade como da sociedade contemporânea³⁶⁸, sendo da responsabilidade de quem faz arquitectura e cidade, o dever de promover *possibilidades*. Nesse sentido, o espaço exterior da Casa da Música, tão importante como conjunto de espaços interiores, impede o isolamento do edifício, conectando-o a diversos fragmentos – próximos ou afastados espacialmente, mas interligados por sistemas de mobilidade –, não devendo ser entendido como simples meio de aproximação ou acesso ao edifício, mas antes como lugar relacional onde as expressões quer do objecto arquitectónico como do *urbano* e seus habitantes se encontram e reformulam no tempo. Decerto, a alteração dos usos e dos intervenientes, poderá corresponder a um retrato mais fiel dos contributos do projecto na estrutura urbana, sendo este, no entanto, um aspecto irrefutavelmente instável e intangível.

³⁶⁷ BUSQUETS, Joan – “Cities X lines: a new lens for the urbanistic project / Ciudades X formas: una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico”. (p. 45).

³⁶⁸ De acordo com Álvaro Siza, “o projecto da Casa da Música traduz a reflexão sobre a cidade contemporânea e as convicções de Rem Koolhaas em torno dos sinais de impossibilidade de controlar globalmente o seu evoluir. Assim, constituiu-se proposta radical de transformação urbana, assumindo-se como um núcleo potencialmente organizativo da cidade.”, justificando a imprescindibilidade de uma flexibilidade acrescida que assegurará a permanência e usufruto do lugar na estrutura urbana. – SIZA, Álvaro – “Casa da Música” in “01 Textos”. (p. 326).

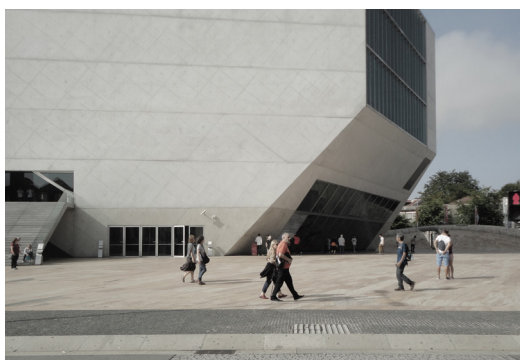


Fig. 155 _
(em cima à direita) Inserção urbana da Casa Música | Envolvente próxima.

Fig. 156 a 158 _
Apropriação pública do lugar | A efemeridade das vivências e dos fenómenos de agregação registados.

Fig. 159 _
(em baixo à direita) A valorização da envolvente próxima através da construção de enquadramentos contemplativos, criados pela modelação do espaço exterior.



3.4.3.2. Espaço de identidade e integração

Além da reestruturação sinérgica referida, o espaço exterior da Casa da Música procura expressar uma identidade cultural emergente. Ainda que este não possa reter um valor simbólico idêntico ao dos monumentos mais antigos da cidade, o projecto reinventa a arquitectura urbana e garante o seu progresso, representando a mobilidade e efemeridade características dos fenómenos sociais contemporâneos, e integrando-se naturalmente no quotidiano dos transeuntes – muitos deles frequentam o espaço exterior regularmente, porém nunca entraram no interior do edifício, e é este aspecto que permite o estabelecimento de fortes ligações entre *espaço* e *cidadão*, constituindo-se o lugar como marco de reconhecimento *comum*.

De facto, valores simbólicos e identitários ultrapassam os limites da arquitectura do edifício para transparecerem igualmente no espaço liberto e aberto ao urbano. Neste sentido, o projecto da Casa da Música introduz variação em *pré-conceitos* estabilizados comumente, ou seja, questiona modelos tradicionais, apresentando uma alternativa que funciona efusivamente – um espaço exterior privado que se oferece à vivência *social comunitária*, contornando a condição reservada que, à partida, lhe estaria associada, adquirindo particularidades *públicas*. De modo geral, aquilo que é culturalmente aceite gera unanimidade e concordância passiva, culminando na uniformização de ideias e modelos. Consecutivamente, o que exceder tais preceitos é considerado estranho ou não-identitário, podendo mais facilmente ser rejeitado ou constituir alvo de conflito. Porém, entre a estranheza e o contra-senso surge, muitas vezes, *oportunidade*. Como refere Álvaro Siza a respeito da Casa Música, “a contradição transpira do espírito de cada cidade”³⁶⁹, sendo a *contradição* inerente à evolução urbana, acabando por se tornar inevitável. Da mesma forma que qualquer teoria estremece perante um paradoxo, não se admite que esta possa estabilizar, pois a teoria, assim como o projecto urbano, terá de se moldar e abrir a reformulações, sendo tais momentos cruciais para o seu avanço e aprimoramento.

Neste cenário, não se poderá esperar que o espaço aberto à vivência pública e comunitária – um espaço *comum*³⁷⁰ – corresponda a um padrão fixado, pois, certamente, este será tanto mais estimulante e integrador quanto mais possibilidades oferecer, em concordância com a diversidade dos usuários. A valorização e enriquecimento da experiência urbana, e simultaneamente da experiência cultural, proporcionados pelo espaço exterior da Casa da Música – cujo ambiente eclético ultrapassa o fluxo deslocações casuais, suportando a convergência e disparidade de interesses e modos de apropriação –, permite a reformulação de *pre-conceitos*, percepções e formas de referênciação.

Como referido no capítulo *Sobre a percepção e experiência urbana*, a construção de imagens referenciais encontra-se directamente vinculada ao processo de identificação do lugar a partir da sua experiência física, definindo-se consecutivamente uma identidade. Esta identidade, ou memória partilhada, estrutura-se não só a partir de factos históricos, como também de vivências actuais, resultando de um

³⁶⁹ SIZA, Álvaro – “Casa da Música” in “01 Textos”. (p. 326).

³⁷⁰ Deve esclarecer-se que os espaços abertos ao usufruto público e comunitário, ainda que possam representar diferentes domínios, aproximam-se da *natureza pública*, dado o seu carácter e vocação urbana – concedida pela acessibilidade não-restritiva e flexibilidade de apropriação social –, introduzindo complexidade e variação tipológica à rede de espaços públicos e percursos urbanos. Para uma análise mais elucidativa deverá confrontar-se esta leitura com o capítulo *Sobre o espaço colectivo e o lugar social comunitário* (p. 105).

processo contínuo onde se misturam e sobrepõem tempos e espacialidades. Como esclarece Kevin Lynch, determinados elementos urbanos possuem um forte sentido de *imaginabilidade*³⁷¹, isto é, a capacidade de provocar uma imagem forte na memória do transeunte. Considerando a morfologia singular da Casa da Música, assim como a escala do seu espaço exterior, o conjunto poderá facilmente afirmar-se como ponto de referência na estrutura regular da Rotunda da Boavista, auxiliando a orientação a curta e larga escala através da marcação de um sentido de leitura e de percurso. A possibilidade de percorrer ininterruptamente este *lugar social comunitário* acentua a irreverência da imagem delineada, dada a relação corporal que se estabelece entre espaço e indivíduo.

*"Penso o melhor possível da Casa da Música. (...) Pude confirmar algumas das qualidades que me pareceu antever no projecto. Uma delas é o impacto a nível urbano que a peça conseguiu: sempre achei que a Rotunda da Boavista era um local muito pouco caracterizado, o que fazia a qualquer estrangeiro, nomeadamente lisboeta, perder-se naquela estrutura. Não haver nenhum edifício marcante que se contrapusesse àquela esplêndida massa arbórea que está no meio. Achei sempre que a solução do Koolhaas era muito acertada, porque iria criar, finalmente, uma referência."*³⁷²

Deste modo, o projecto intervém significativamente na estruturação de mapas mentais de orientação, superando, em simultâneo, um ideal de *monumentalidade* estático, uma vez demonstrada a possibilidade de concepção de novos espaços igualmente identitários – que dialogam e completam o contexto em que se inserem –, sendo, possivelmente, mais receptivos ao perfil da vida contemporânea: à multiplicidade de acontecimentos, ao desejo de novas sensações e experiências, às exigências de mobilidade facilitada, à recuperação e valorização do espaço do pedestre. De facto, a heterogeneidade social e fenomenológica registada a partir da experiência sensorial do espaço em questão confirma a sua acção integradora, não cedendo a modelos genericamente adoptados por programas culturais elitistas que culminam na privatização dos espaços exteriores e no desprezo pelo acto de fazer cidade. Este *lugar social comunitário* traduz, assim, um meio de aproximação à cultura espontâneo e igualitário.

Em suma, poderá dizer-se que o espaço exterior da Casa da Música se apresenta, na zona da Boavista, como um dos espaços exteriores de usufruto público com maior sentido de urbanidade – sendo parte integrante de itinerários individuais, ponto de encontro *comum*, lugar identitário de diferentes expressões sociais e culturais, e, essencialmente, pretexto para o planeamento e revitalização da rede de espaços públicos.

3.4.3.3. Morfologia, escala e plasticidade do lugar

A morfologia irregular do espaço que envolve a Casa da Música resulta da ocupação não

³⁷¹ LYNCH, Kevin – "(...) podemos chamar imaginabilidade: àquela qualidade de um objecto físico que lhe dá grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador. É essa forma, cor, disposição, que facilita a produção de imagens mentais vivamente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis no meio ambiente." in "A imagem da cidade". (p. 20).

³⁷² DIAS, Manuel Graça – opinião ao "Público". (p. 84).

perimetral do quarteirão, assim como da forma angular do edifício. No entanto, este espaço que poderá parecer residual, foi igualmente alvo de estudo e planeamento, tal como se confirma através da sua experiência física. Como já referido, o espaço exterior traduz diferentes intensidades de movimento, sendo o seu traçado, orientação e fluidez – a ausência ou presença de obstáculos – manipulados nesse sentido. Assim, o fluxo mais significativo – entre a Rotunda e a Avenida da Boavista –, propaga-se sem a interrupção de desníveis, rampas de entrada para estacionamento ou instalações de apoio, ao contrário do que se verifica nas frentes de menor fluxo. De acordo com Gordon Cullen, *“a disposição estratégica de acidentes vem dar sentido às formas essenciais duma determinada rua, num determinado local”*³⁷³, sendo tais *acidentes* igualmente necessários para garantir uma sucessão de pontos de vista variados e estimulantes ao longo do percurso. Do mesmo modo, a morfologia do edifício poderá contribuir para este último efeito, uma vez que a percepção da sua geometria, à medida que se percorre o espaço, se desenrola como um drama ou desvendar de um mistério, sensação também explorada por Cullen. A este respeito poderá ainda dizer-se que o lugar em questão é sensível ao movimento natural humano, pois como explica Jan Gehl, *“a preferência pelos ângulos rectos, seguida habitualmente pelos urbanistas, não é partilhada em absoluto pelos peões”*³⁷⁴, sendo o percurso mais directo e fluído devido aos recuos e disposição angular dos planos de fachada. Consecutivamente, a morfologia singular do espaço e sua articulação com os estratos adjacentes, anunciando uma estratégia transformadora, aproxima-se do conceito de *elemento primário* definido por Rossi – *“os elementos primários configuram-se como aqueles que, com a sua presença aceleram o processo da dinâmica urbana. Estes elementos podem ser entendidos, de um ponto de vista meramente funcional, como actividades fixas da colectividade para a colectividade, mas sobretudo podem identificar-se como factos urbanos definidos – um acontecimento e uma arquitectura que reassumam a cidade”*³⁷⁵ –, considerando que a forma resultante da relação entre edifício e seu espaço não edificado destaca-se quer na observação em planta, como na experiência sensorial do lugar – *“tomemos a planta de uma cidade e consideremos uma sua parte: saltar-nos-ão aos olhos, como manchas bem marcadas, estas formas emergentes.”*³⁷⁶.

Neste contexto, a escala do projecto da Casa da Música ultrapassa a dimensão arquitectónica para se assumir como intervenção a nível urbano, sendo os efeitos da sua sinergia profundos e perceptíveis tanto em pontos fisicamente próximos, como noutros mais distantes, igualmente conectados pelas associações à nova polaridade. Este lugar social de usufruto público será, então, um meio de relação e transição entre o edifício e a cidade – pertencendo a ambos –, definindo níveis de urbanidade e garantindo, consequentemente, tanto o funcionamento e vitalidade do edifício, como das expressões sociais mutantes suportadas pelo espaço.

“A escala e a lógica da cidade influencia a arquitectura e, por oposição, as estratégias arquitectónicas dão mote ao pensamento sobre a cidade. Dentro de uma ideia de arquitectura metropolitana, o maior contributo de Koolhaas é o cruzamento das escalas. A arquitectura reflecte

373 CULLEN, Gordon – “Paisagem urbana”. (p. 46).

374 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 152).

375 ROSSI, Aldo – “A arquitectura da cidade”. (p. 143).

376 ROSSI, Aldo – *ibidem*.



*as condições instáveis e as escalas da metrópole – a cidade é pensada a partir da invenção formal e material que a arquitectura pode oferecer. A arquitectura pertence, então, de novo à cidade, essa entidade informe, amalgamada e dinâmica, onde entretanto metade da população do mundo passou a viver.”*³⁷⁷

Associado a um espaço exterior vivo, o edifício adquire escala e projecção – *“escala não é dimensão, mas sim a dimensão que um edifício reivindica, implicitamente, aos nossos olhos.”*³⁷⁸ –, articulando diferentes programas, actividades, assim como outros espaços públicos e privados. Este lugar terá, então, forma urbana e arquitectónica, apresentando uma intenção transversal implícita: as medidas que conformam o espaço, além de organizarem as relações entre *cheio* e *vazio*, valorizam e propiciam o contacto entre cidadãos, uma vez que as suas dimensões permitem o percurso em segurança, possibilitam ouvir, conversar³⁷⁹ e consolidar laços sociais dada a viscosidade do lugar, isto é, a capacidade de suportar, segundo Cullen, ocupações estáticas, periódicas ou efémeras – sendo todas estas fenómenos de coabitação. A morfologia e escala do espaço exterior da Casa da Música revela-se, assim, proporcional aos fluxos da nova polaridade, bem como à verdadeira grandeza da diversidade social consequente, encontrando-se em estreita relação com a escala do espaço público da Rotunda da Boavista, permitindo que este e suas actividades se dilatem, não entrando em conflito com estas, reforçando antes a oportunidade regeneradora direccionada aos percursos e vivências do pedestre.

Relativamente à materialidade do espaço exterior da Casa da Música, poderá dizer-se que esta introduz textura e emoção à experiência urbana. A opção por materiais familiares à cidade, nomeadamente nos planos de fachada, revela sensibilidade ao contexto e identidade existentes – como referido por Koolhaas “[Álvaro Siza e Souto de Moura] reconheceram algo que não é uma ameaça, mas uma afinidade”³⁸⁰, quer no que diz respeito à materialidade do projecto, como ao método de pensar a cidade. Por sua vez, o pavimento distingue um espaço de extensão – o que poderia contradizer a fluidez e ausência de limites físicos –, no entanto, esta escolha pode ser interpretada como tentativa de evidenciar a imagem de um *lugar social comunitário* no processo de reconhecimento de pontos de referência, não sendo a sua experiência – e memória – monótona ou banal. De acordo com Cullen, *“o pavimento deve contribuir com o seu próprio carácter e personalidade”*³⁸¹, caracterizando e qualificando o espaço urbano e seus níveis de apropriação.

³⁷⁷ GADANHO, Pedro – “As arquitecturas de Rem Koolhaas” in “Koolhaas tangram” (originalmente publicado em “7 razões para gostar de Rem Koolhaas”, Blue Design, nº 4, Lisboa, 2000). (p. 11).

³⁷⁸ CULLEN, Gordon – “Paisagem urbana”. (p. 81).

³⁷⁹ Segundo o estudo de Jan Gehl, exposto na obra “Life between buildings”, acima dos 60 decibéis – volume que se pode atingir nos cafés – é quase impossível manter uma conversa normal, sendo a possibilidade de ouvir um dos aspectos mais valiosos no estabelecimento de contactos sociais.

³⁸⁰ KOOLHAAS, Rem – entrevistado por Óscar Faria para o “Público”. (p. 66).

³⁸¹ CULLEN, Gordon – *op. cit.* (p. 130).

3.4.3.4. Questões de acessibilidade

A acessibilidade física e intelectual de um lugar é um factor de atractividade determinante para o seu usufruto pleno. Nesse sentido, a libertação do espaço exterior em questão – que poderia ter sido privatizado segundo outras lógicas de ocupação do quarteirão – e a ausência de barreiras impositivas, viabiliza a ambicionada acessibilidade plural, não só ao espaço físico social como ao programa cultural vinculado. A possibilidade de extensão das actividades para o exterior, assim como a proximidade entre o percurso dos transeuntes e o interior do edifício, (eliminando-se, por consequência, a hipótese de classificação do projecto como arquitectura ou urbanismo de exclusão), aumentam, de modo incontestável, as formas de relacionamento e usufruto público.

*“Entre as exigências que ficam satisfeitas, em parte, nos espaços públicos está a necessidade de contacto, a necessidade de conhecimento e a necessidade de estímulo. Todas elas pertencem ao grupo de necessidades psicológicas.”*³⁸²

Assim, a experiência física do espaço exterior da Casa da Música é marcada pela extrema receptividade à comunidade e seu consecutivo enriquecimento intelectual, respondendo a carências que se desdobram em âmbitos sociais e emocionais. Nos pontos onde não existe total abertura, as passagens que irrompem os desníveis formados pela ondulação do pavimento conferem permeabilidade e sublinham a vocação pública do espaço, não estivesse este integrado na rede de espaços urbanos *comuns*. Por sua vez, o tratamento das superfícies exteriores facilita a deslocação e acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, carrinhos de bebé, bem como o movimento de skaters, bicicletas, patins, etc., sendo evidente o elevado grau de apropriação concedida. Importa referir igualmente, em relação às questões de acessibilidade, a restrição ao automóvel³⁸³ aqui apontada, visto que, muitas vezes, *“o mar de veículos prejudicou a qualidade de vida urbana num dos seus aspectos mais importantes – restringiu severamente o direito livre à reunião. A liberdade de se poder parar para conversar, de se sentir em liberdade no exterior, podem não parecer muito importantes ao lado dos imperativos do transporte, mas é uma das razões porque as pessoas vivem em cidades e não isoladamente – para gozarem os prazeres do social”*³⁸⁴, podendo este lugar ser entendido como manifesto que reassume a prioridade do pedestre no planeamento do espaço urbano.

3.4.3.5. Sensação de segurança

A experiência do espaço exterior da Casa da Música é caracterizada pelo movimento constante, quer de pessoas como de veículos, onde todos se vigiam involuntariamente, suportando uma ambiência de segurança. Por sua vez, as dimensões do espaço asseguram uma distância confortável perante o outro,

³⁸² GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 127).

³⁸³ Apesar de se restringir o acesso automóvel ao espaço em questão – sendo um lugar dedicado ao uso do pedestre –, o movimento rodoviário convive igualmente com a vivência social, impedindo a total segregação e isolamento do lugar nos horários menos movimentados, assegurando a vigilância involuntária que, por sua vez, influenciará a sensação de segurança registada.

³⁸⁴ CULLEN, Gordon – “Paisagem urbana”. (p. 130).

bem como a protecção adequada relativamente à circulação motorizada, sendo estes aspectos elementares para um usufruto espacial satisfatório, visto que *“a amenidade de um lugar depende em parte da protecção contra o perigo e o dano físico, e sobretudo contra a insegurança devido ao medo e delinquência do tráfego rodoviário.”*³⁸⁵. Uma vez que o espaço em questão reúne as premissas apontadas, a sensação predominante será de elevada segurança física e psíquica, atribuindo-se, consequentemente, significados e valores positivos ao lugar.

Segundo Jan Gehl, a apreensão dos limites físicos e sociais do espaço contribui igualmente para a sensação de segurança desejada³⁸⁶, sendo os limites do espaço exterior da Casa da Música parte da cidade ou coincidentes com outros elementos urbanos, possibilitando maior fluidez de actividades e melhor comunicação entre domínios público e privado. A experiência do lugar destaca-se, assim, pela total abertura ao urbano, onde a oportunidade e o pretexto para as *estadias exteriores partilhadas* ocasionam uma segurança espontânea que se alastra para os espaços públicos na proximidade.

*“A vida na rua, tanto que eu possa perceber, não nasce de um dom ou de um talento desconhecido deste ou daquele tipo de população. Só surge quando existem oportunidades deste ou daquele tipo de população. Só surge quando existem oportunidades concretas, tangíveis, de que necessita. Coincidentemente, são as mesmas oportunidades, com a mesma abundância e constância, necessárias para cultivar a segurança das ruas. Se elas não existirem, os contactos públicos nas ruas também não existirão.”*³⁸⁷

Neste contexto, a experiência do urbano – quer dos espaços públicos, quer dos *lugares sociais comunitários* – deverá ser suportada tanto pela visibilidade e movimento, como pela definição cuidada da escala e morfologia, dado que as apropriações esperadas exigem mais do que o cumprimento de normas regulamentares, sendo prioritária a sensação de segurança percebida através da vivência sensorial e social de cada espaço.

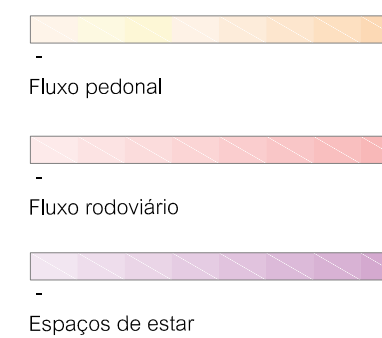
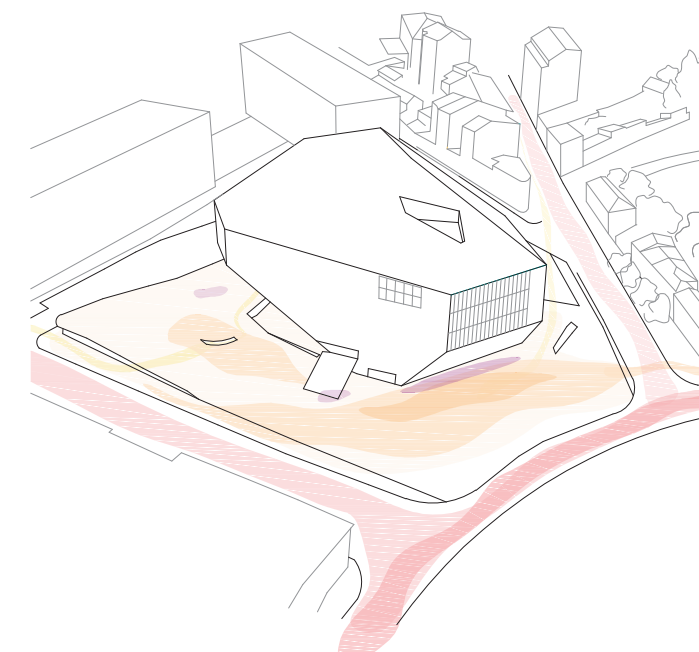
*“Os projectistas devem ter em conta que é a sensação de risco e incerteza, mais do que o risco real, o que tem um papel decisivo em situação determinada. Isto reflecte a necessidade de trabalhar cuidadosamente tanto com a segurança real do tráfego rodoviário como com a sensação de segurança com respeito ao tráfego [e a outros factores intrusivos].”*³⁸⁸

385 GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 185).

386 GEHL, Jan – “(...) resulta apropiado dimensionar os espaços públicos grandes de maneira a que os seus limites correspondam aos limites do campo social de visão. Deste modo, há sítio para uma ampla gama de actividades, todas elas à vista de quem usa o espaço.” in “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios”. (p. 177). No mesmo sentido, Jan Gehl defende que as ruas com limites bem definidos são apropriadas para saídas breves, pelo contrário, os espaços com limites suaves apresentam três vezes mais actividade.

387 JACOBS, Jane – “Morte e vida de grandes cidades”. (p. 75).

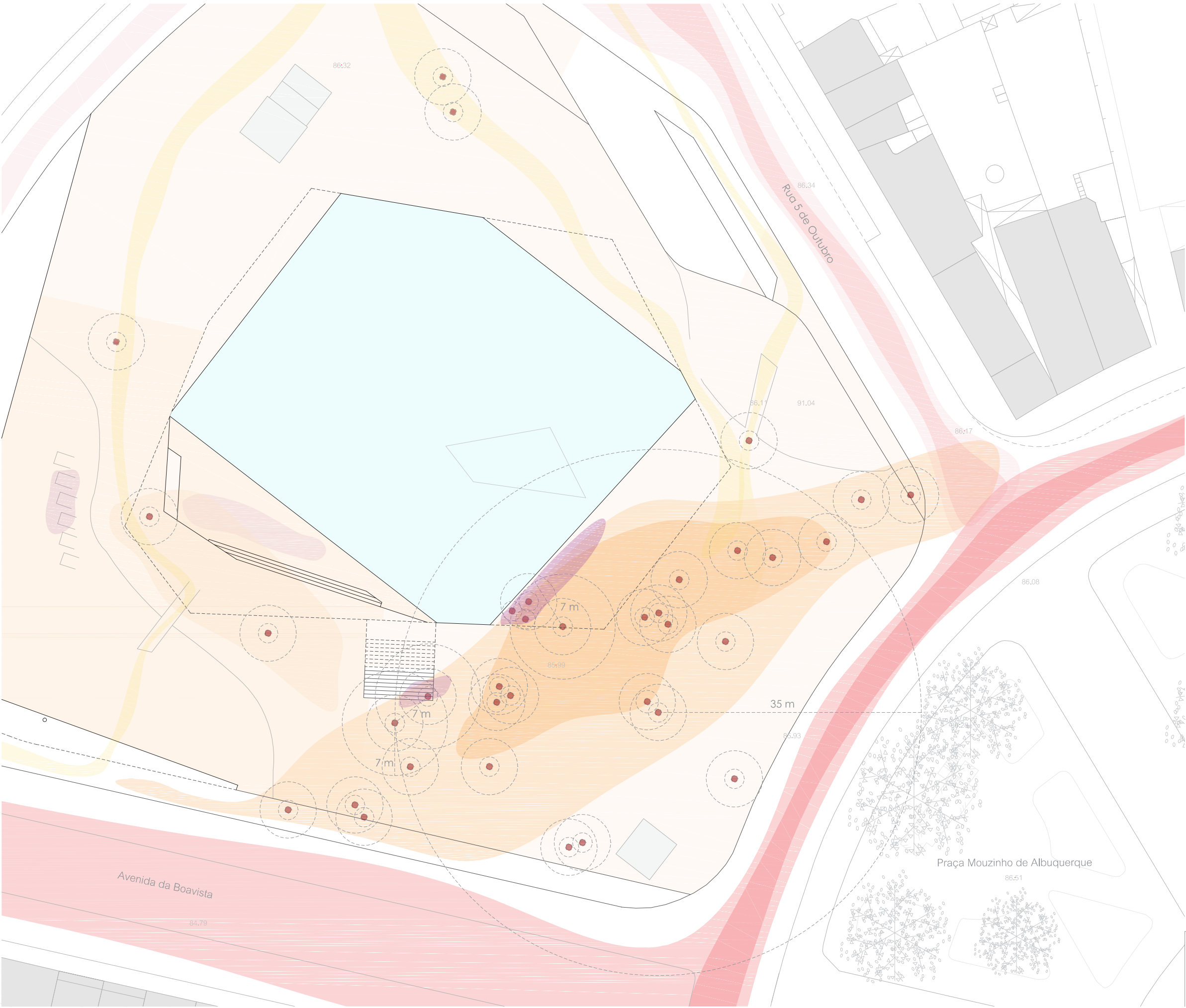
388 GEHL, Jan – *op. cit.* (p. 187).



Estudo de fluxos e permeabilidade do espaço

Boavista, Porto
Escala 1/1000

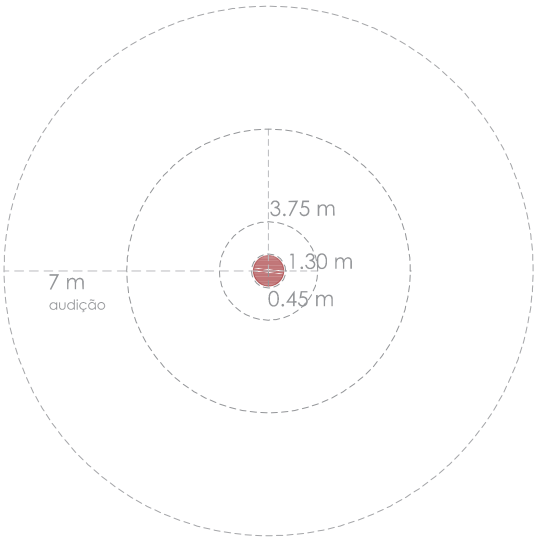




Segundo o estudo de Edward T. Hall, apresentado por Jan Gehl, as distâncias sociais comuns na Europa Ocidental variam consoante as diferentes formas de comunicação:

- distância íntima: entre os 0 a 0.45m - manifestação de sentimentos intensos - ternura ou zanga;
- distância pessoal: entre 0.45 m a 1.30 m - conversas entre amigos próximos e família;
- distância social: entre 1,30m a 3.75 m - conversas entre amigos, colegas de trabalho, etc.;
- distância pública: +3.75m - ocasiões protocolares, quando se quer ouvir mas sem participar.

Neste sentido, desenharam-se as esferas cujos raios asseguram diferentes níveis de individualidade e sociabilidade, sendo estas interseccionadas por outras esferas que cruzam e modificam níveis de conforto, nomeadamente a esfera da audição e visão.

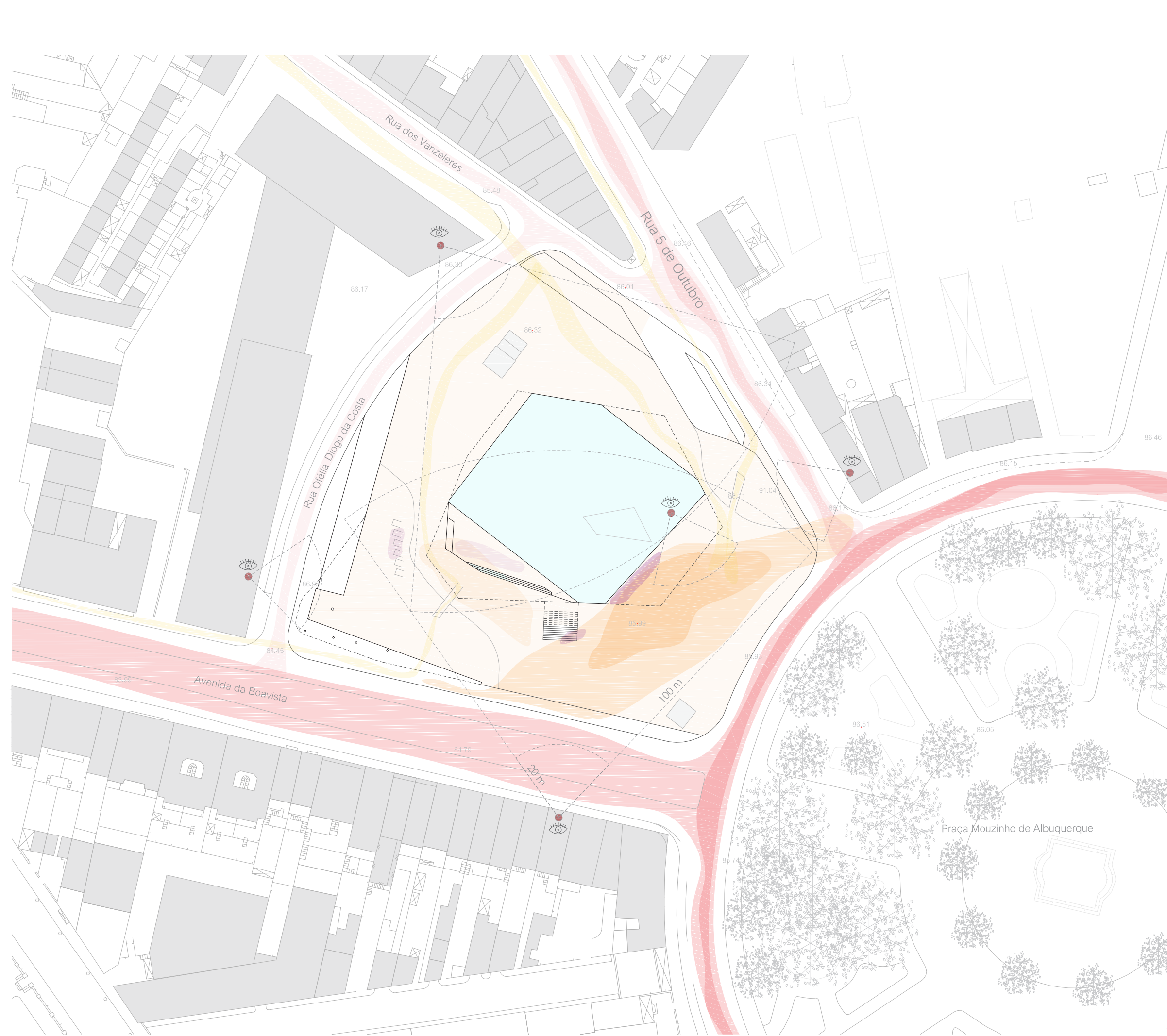


Consideraram-se igualmente neste desenho, algumas medidas que dizem respeito ao campo de audição, uma vez que a conversação se apresenta como um dos principais meios de socialização. De acordo com Hall:

- até 3 metros de distância estabelecem-se conversas normais;
- até 7 metros a audição é bastante eficaz, sendo possível manter diálogos com pouca dificuldade;
- até 35 metros é possível ouvir uma palestra ou conferência e participar num diálogo de perguntas e respostas;
- acima de 35 metros de distância é difícil ouvir outras pessoas, apenas se ouvem gritos ou algum ruído.

Numa segunda-feira de sol, entre as 17h30 e as 18 horas, registou-se uma média aproximada de 30 pessoas no espaço exterior da Casa da Música, sendo que parte delas se encontrava de passagem, outras permaneciam de pé a conversar ou a observar, e algumas desempenhavam outras actividades como andar de skate ou bicicleta.

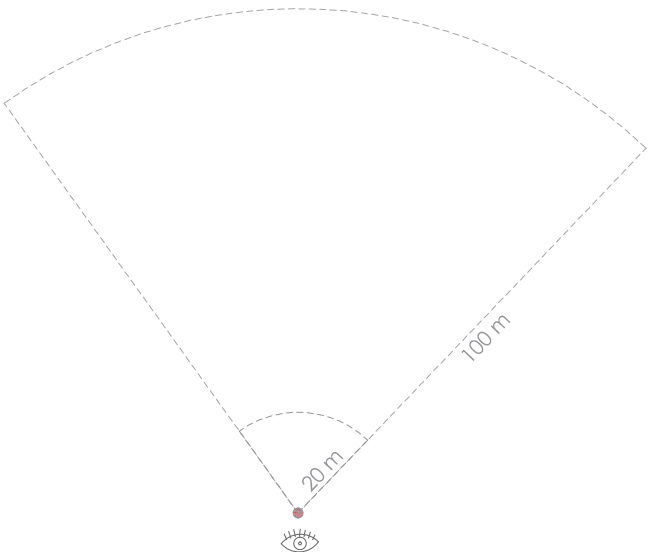
- a circular - 12 / 13 pessoas
- a "estar" - 18 / 21 pessoas
 - a pé a conversar - 4 / 5 pessoas
 - sentadas - 4 / 5 pessoas
 - skaters - 9 / 10 pessoas
 - bicicleta - 1 pessoa



De acordo com Edward T. Hall,

- a 100 metros de distância é perceptível a presença de pessoas, desenvolvendo-se o campo social da visão;
- entre os 70 e 100 metros determina-se o sexo da pessoa, idade aproximada e a sua actividade;
- a 30 metros de distância percebem-se rasgos faciais, cortes de cabelo, reconhecendo-se aqueles com quais é comum cruzar-se;
- a 20 metros de distância percebem-se estados de ânimo e expressões faciais. Será a esta distância que a experiência urbana começará a ser mais interessante do ponto de vista social.

Neste contexto, a sensação de segurança será tanto maior, quanto melhor se percepcionar a presença de outras pessoas, bem como a integração destas no campo social de visão.



Assim, definiram-se neste desenho os principais pontos de vigia do espaço e possíveis campos de visão, sendo notável o elevado grau de segurança proporcionado, ainda que a Poente este se reduza durante o período nocturno.

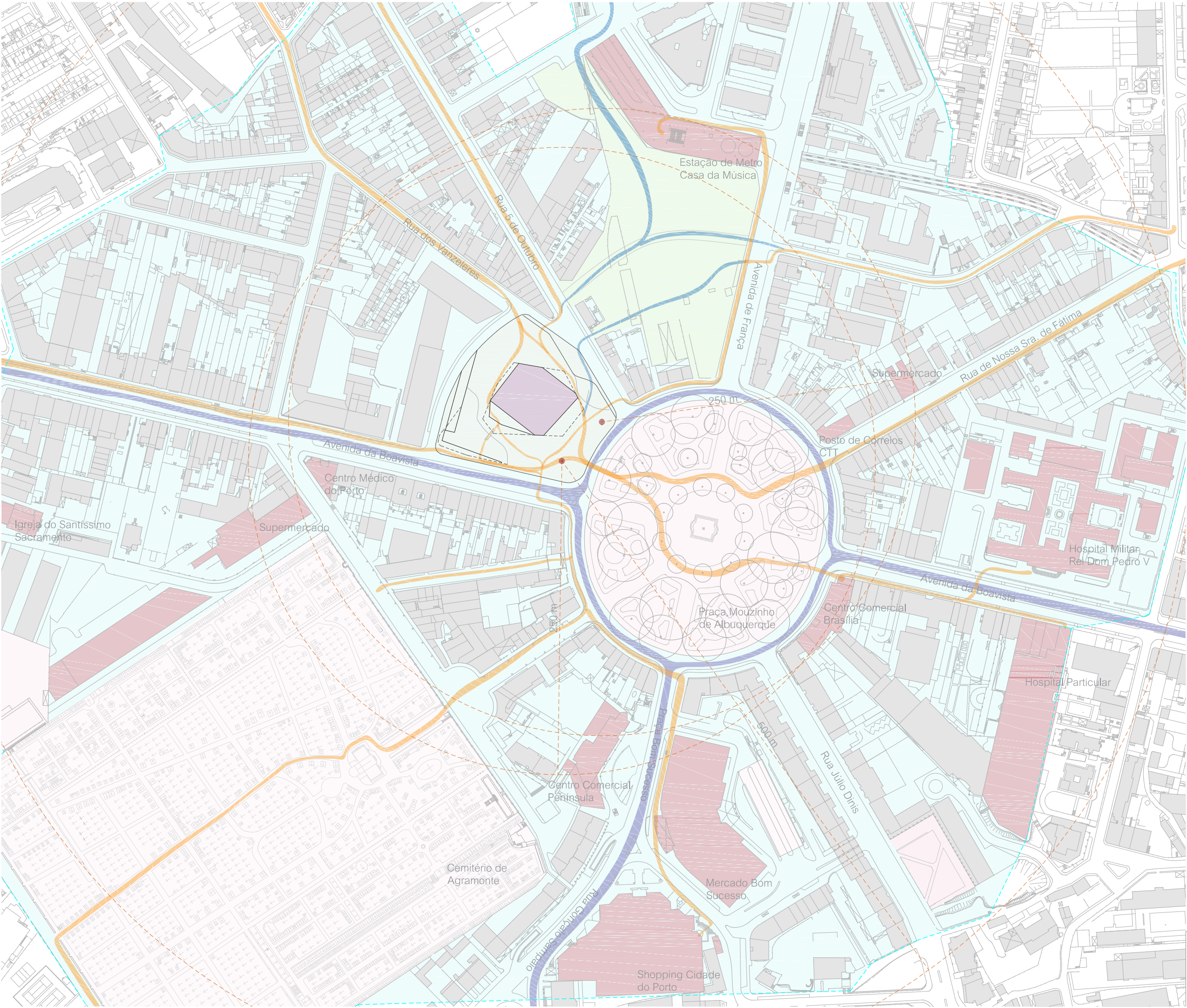
Espaço exterior da Casa da Música

Boavista, Porto

Estudo da sensação de segurança / pontos de vigia

Escala 1/1000





O sector urbano no qual se insere a Casa da Música denota um processo activo de crescimento, consolidação e afirmação, acolhendo diariamente não só habitantes locais, como um elevado número de desconhecidos - *homo viator* -, sendo o espaço exterior da Casa da Música palco de encontros anónimos e efémeros, bem como de reuniões deliberadas. Assim, com base no movimento registado, e tal como ensaiado nos casos de estudo anteriores, assinalaram-se neste desenho os principais percursos pedonais - com interferência do lugar em questão - e alguns percursos possíveis (futuros) que se poderão estabelecer na continuidade deste espaço comunitário - dada a sua relação directa com o Interface de transportes Casa da Música - acentuando tais conexões a partir da qualificação de vazios urbanos expectantes. Assinalaram-se igualmente pontos de interesse comum - edifícios e espaços públicos -, sobre os quais se delineou uma área aproximada de influência, tendo em consideração, simultaneamente, as distâncias percorriáveis confortavelmente a pé já mencionadas (250 e 500 metros). Neste desenho foi também assinalado o traçado indicativo - porém estruturante - dos *percursos amigáveis* idealizados no âmbito da revisão do PDM do Porto, que visam a qualificação do percurso de lazer, deambulação e convivalidade do pedestre, com o objectivo de incluir na sua rede o contributo do espaço em estudo, assim como o reforço das articulações previstas e existentes.

- Percursos pedonais (com interferência do lugar em estudo)
- Percursos pedonais sugeridos
- Edifícios de interesse comum
- Espaços exteriores de interesse comum
- Espaços com potencial de desenvolvimento
- Área aproximada de influência
- Limite ajustável de influência
- Ponto de partida / chegada (marcação 250 e 500 metros)
- Percursos *amigáveis* assinalados no PDM em vigor.

[a propósito da diversidade de percursos alternativos ao habitual que enriquecem a percepção e conhecimento do espaço urbano. Sobre uma *rede* que se completa.]

"Em Esmeraldina, cidade aquática, sobrepõem-se e cruzam-se um reticulado de canais e um reticulado de ruas. Para ir de um sítio a outro há sempre a opção do percurso terrestre e o de barco: e como a linha mais curta entre dois pontos em Esmeraldina não é a recta mas sim um ziguezague que se ramifica em tortuosas variantes, as ruas que se abrem a cada transeunte não são apenas duas mas muitas, e ainda aumentam mais para quem alternar trajectos de barco com transbordos em terra firme.

Assim poupa-se o tédio de percorrer todos os dias as mesmas ruas aos habitantes de Esmeraldina. E não é tudo: a rede de passagens não está num só estrato, mas segue todo um subir e descer de escadas, patamares, pontes em arco, ruas suspensas. Combinando segmentos dos diferentes trajectos aéreos ou à superfície, os habitantes dão-se todos os dias à distracção de um novo itinerário para ir aos mesmos lugares. As vidas mais rotineiras e tranquilas em Esmeraldina decorrem sem se repetirem." ³⁸⁹

4. Considerações finais

A transformação acelerada do espaço urbano e a consequente perda de estruturação sistémica, da qual o espaço público deveria ser o esqueleto, coloca em questão a capacidade ordenadora deste *conjunto elementar*³⁹⁰ enquanto instrumento de planeamento e suporte à vida pública da cidadania. Devido ao esbatimento dos limites da cidade e consecutiva diluição da sua forma, torna-se difícil gerir e promover um sistema de espaços públicos articulantes, organizados e atractivos dirigido a um público cada vez mais diversificado que se pretende servir. De facto, o processo de urbanização – produto de uma sociedade heterogénea que se movimenta irregularmente no espaço, participando também no seu desenho e organização³⁹¹ – reivindica estratégias alternativas para a consolidação das aglomerações emergentes, bem como para a afirmação de novas centralidades, corrigindo a ausência de planeamento prévio, ou reforçando, por sua vez, a rede de espaços públicos existente a partir da concepção de novos lugares receptíveis à vida e fruição pública. Neste sentido, devem considerar-se estratégias complementares revitalizantes das quais os casos de estudo são exemplo – espaços exteriores privados que se oferecem ao usufruto público, sob a forma de *lugares sociais comunitários*, promovendo um espaço urbano mais plural, diversificado e, também, mais complexo, onde a acessibilidade a um lugar identitário e qualificado, como condição base para a cidadania, é assegurado. Esta estratégia visa, em simultâneo, o equilíbrio entre esferas opostas: pública e privada, procurando a sua complementaridade através do reconhecimento e valorização da experiência social. Torna-se, assim, possível reverter a progressiva diminuição da condição pública do espaço urbano, resultado de acções de privatização que menosprezam o acto de *fazer cidade*.

*“A urbanização, como a democracia, na autêntica acepção da palavra, resumem no fundo a mesma atitude: estabelecer o equilíbrio entre a liberdade individual e os laços colectivos.”*³⁹²

A estratégia em questão pretende, igualmente, a articulação de diferentes tempos da cidade / urbanidade, libertando espaço para esse encontro nem sempre consensual, evitando a formação de fronteiras ou possíveis rupturas espaciais e sociais. Na verdade, os espaços estudados – assim como os de igual natureza – procuram a continuidade a diversos níveis: continuidades com o contexto físico através do desenho em conformidade com o espaço envolvente, motivando o seu uso e possibilitando a dilatação das actividades devido ao *limite praticável* que definem, e afirmando-se como pretexto para a requalificação dos espaços públicos adjacentes; bem como continuidades a nível espiritual, expressas pela sensibilidade às identidades existentes (a *Escola do Porto*; a comunidade do Bairro da Bouça; o contexto delicado e histórico da Boavista). No entanto, o *tempo* como factor de transformação, impede a total prevalência e autenticidade destas individualidades. Como se verifica no Conjunto Habitacional da Bouça, a afluência de

³⁹⁰ Segundo Carlos Martí Aris, o conjunto de lugares públicos “(...) actua como um sistema ósseo, como uma armação que sustém o corpo da cidade e que mantém unidas as suas diferentes partes.” in “La construcción de los lugares públicos – notas para una etimología de la forma urbana”. (Artigo virtual disponível para consulta em: <http://www-etsav.upc.es/personals/monclus/cursos/501.htm>).

³⁹¹ DELGADO, Manuel – “(...) como Henri Lefebvre nos ensinou, toda a prática social pratica espaço, produz espaço, organiza-o” in “Memória y lugar: el espacio publico como crisis de significado”. (p. 26).

³⁹² GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e Comunidade”. (p. 109).

um novo público – mais jovem, móvel, com diferentes interesses e prioridades – alterou significativamente a vivência comunitária do Bairro, nomeadamente dos seus espaços exteriores pouco utilizados pelos actuais residentes. De facto nem sempre se confirma o resultado desejado, pois apesar da intenção projectual proporcionar condições favoráveis à socialização, a adesão por parte dos utilizadores pode não ser absoluta, muitas vezes devido à multiplicidade de interesses que confluem num mesmo lugar.³⁹³

Contudo, não deve deixar de se salientar a capacidade integradora manifestada pelo carácter flexível destes espaços *comuns*, bem como a oportunidade regeneradora que poderão constituir a longo prazo face à inevitável metamorfose urbana. Ainda que o projecto original seja vocacionado para determinado uso / função, estes lugares volúveis afirmam-se como *margem de erro*, tolerando diferentes apropriações e variações de uso, validando a sua presença no tecido urbano. Como reconhece Álvaro Siza, não é possível prever ou controlar o desenvolvimento da cidade e sociedade contemporânea, sendo obrigação de quem faz arquitectura e urbanismo, promover *possibilidades*.³⁹⁴ Os dispositivos estudados serão, nesse sentido, uma resposta eficiente aos fluxos inconstantes que evocam mais necessidades excepcionais do que soluções permanentes. Neste contexto, os espaços exteriores privados de usufruto público não devem ser interpretados como simples meio de acesso ao edifício, ou seja, como espaços passivos, mas antes como lugares activos onde as expressões quer do edifício como do urbano e seus habitantes se encontram e reformulam ao longo do tempo. Na verdade, ambas as partes retiram proveito do êxito destes dispositivos *comuns*: o edifício adquire escala e projecção quando associado a um lugar social vivo, assim como o nível de urbanidade se enaltece quanto mais diversificadas forem as relações e componentes do seu espaço. No caso do espaço exterior da Faculdade de Arquitectura, o isolamento induzido pelo local de implantação é contrariado pela abertura do espaço exterior ao ambiente urbano, sendo recriada uma experiência cidadina, e preparado, em simultâneo, um lugar / percurso de apoio ao espaço público envolvente, tendo em vista futuras intervenções – proximidade à prevista estação de Metro do Campo Alegre; no Conjunto Habitacional da Bouça, a condição pública dos espaços exteriores permitiu a integração espontânea de uma comunidade segregada, assim como a inclusão de uma nova infra-estrutura de mobilidade – o Metro –, sendo o uso destes espaços estimulado através de uma variação funcional; por sua vez, o espaço exterior da Casa da Música opõe-se aos fenómenos de periferização, qualificando a polaridade da Boavista de modo a que os seus habitantes sintam que pertencem igualmente a um lugar central valorizado. Neste sentido, depreende-se que do planeamento prospectivo³⁹⁵ destes espaços complementares, aliado à sensibilidade pelo contexto, resultarão *lugares sociais comunitários* portadores de significado, cujo sentimento de pertença e integração viabiliza o estabelecimento de uma urbanidade igualitária, contrariando a sociedade anónima e individualista vigente.

³⁹³ Não obstante, sublinha-se a *oportunidade* que estes espaços conservam, uma vez que, como já referido, a existência de uma base que permanece disponível e expectante, será o primeiro requisito para o florescimento de novas apropriações comunitárias e usos sociais.

³⁹⁴ A propósito da Casa da Música, Álvaro Siza refere a impossibilidade de controlar o desenvolvimento e transformação da cidade e sociedade contemporânea ("*Casa da Música*" in "01 Textos", (p. 326)), sendo crucial reflectir e reinventar estratégias de organização do espaço em coerência com as "*necessidades colectivas do cidadão*", para que tal evolução se possa afirmar como "*fenómeno natural e prova de vitalidade*." – SIZA, Álvaro – "*A cidade que temos*" in "01 Textos". (p. 19).

³⁹⁵ Os dispositivos espaciais em estudo expressam a superação do tempo em que foram concebidos, atentando a possíveis problemáticas provenientes da passagem do tempo.

*“Se os espaços públicos são a imagem social da cidade e os edifícios privados são o privilégio do cidadão individual, onde surge a urbanidade contemporânea no seu grau máximo é no que definimos como espaços colectivos, espaços híbridos, públicos e privados simultaneamente, onde a força do urbano como mecanismo mediador das diferenças do social se faz concreta, material e conflituosa por vezes.”*³⁹⁶

Deve ainda sublinhar-se, a este respeito, a tentativa de conexão de diferentes fragmentos e estruturas urbanas que podem fortalecer-se reciprocamente, permitindo o funcionamento pleno de ambas as partes, e contribuindo para a estruturação de um sistema multifacetado. Uma vez que se assiste à progressiva conversão de espaços locais em lugares globais, torna-se crucial o planeamento *em rede*, isto é, a conexão física e virtual de espaços protéticos e complementares. Fisicamente, esta ligação permite que o funcionamento dos espaços públicos e privados de usufruto *comum* seja otimizado: a associação dos lugares estudados a uma infra-estrutura de mobilidade³⁹⁷ possibilita o deslocamento mais fluído e confortável para os utilizadores, intensificando a sua vivência urbana. De facto, um dos contributos mais significativos reside, precisamente, no planeamento de um conjunto de espaços partilhados consciente da sua inserção num conjunto maior, operando a múltiplas escalas e nunca isoladamente, dado que a qualidade urbana advém não só da diversidade e qualificação dos elementos de usufruto público, mas sobretudo do modo como estes se combinam num sistema de relações organizado.

Neste contexto relacional, onde a articulação surge do diálogo entre diferentes elementos e domínios – assim como entre forma livre e espaço edificado –, a concepção de *lugares sociais comunitários* vinculada à projecção de edifícios poderá proporcionar um maior controlo de escala e modelação³⁹⁸, ainda que, por vezes, tal constatação não seja unânime. Não obstante, os espaços estudados demonstram uma reflexão atenta às particularidades e fluxos do lugar, considerando as dimensões propícias ao estabelecimento de contactos sociais, sem, no entanto, desrespeitar o espaço de conforto de cada indivíduo. Estes lugares favorecem, igualmente, um percurso animado através da sucessão de diferentes enquadramentos e da indução lúdica do trajecto; bem como estadias agradáveis, (ainda que no espaço exterior do Conjunto Habitacional da Bouça a estadia seja mais calma e dedicada à introspecção devido ao ambiente nostálgico reforçado por elementos da Natureza, sendo interessante reflectir sobre a sua ligação e proximidade a espaços públicos de carácter semelhante – o jardim da Rotunda da Boavista e a Praça da República).

Numa época em que se discute e exige a concepção de *espaços de qualidade*, questiona-se qual a tradução concreta de tais ambiências. Segundo Manuel Delgado, *“gerar espaços de qualidade não significa apenas ter atenção às dimensões formais, nem preocupar-se por oferecer o mínimo de satisfação*

³⁹⁶ SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 149).

³⁹⁷ No caso do espaço da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, prevê-se a conexão com a futura estação de Metro no Campo Alegre; o espaço do Conjunto Habitacional da Bouça encontra-se associado à estação de metropolitana da Lapa, e, por sua vez, o espaço exterior da Casa de Música relaciona-se com o interface Casa da Música.

³⁹⁸ Uma vez que estes espaços são (ou deverão ser) alvo de planeamento conjunto, obrigando à calibração da atenção concedida ao objecto a ao espaço que o envolve, estes adquirem qualidades arquitectónicas que propiciam um maior número de possibilidades de apropriação. Possivelmente, as suas proporções espaciais serão cuidadas, gerando relações sociais igualmente ponderadas.

às demandas públicas. É sobretudo propor um fundo afectivo, administrar de maneira significativa recursos emocionais, e fazê-lo por via da esquematização (...). Por outras palavras, o chamado espaço de qualidade torna compreensíveis determinados indícios que são autênticas instruções de uso tanto prático como simbólico: orientam a acção, controlam as interações, exorcizam qualquer sobressalto, assinalam o que convém fazer, mas também convidam a pensar, sentir, ansiar”³⁹⁹, identificando a vertente didáctica que o espaço poderá tomar, sendo este atributo reconhecido na experiência dos lugares estudados – diferenças de cota, afunilamentos, ritmos e tensões comunicam a gradual diminuição do *nível de publicidade*.

Na sequência do pensamento exposto, também a disposição dos espaços relativamente à rua / espaço público poderá suscitar modos de apropriação distintos, de acordo com o grau de acessibilidade e receptibilidade concedido. Neste sentido, torna-se possível gerir a utilização privada e o usufruto público atendendo às necessidades funcionais e programáticas – o espaço exterior da Faculdade de Arquitectura, ao configurar-se a partir da articulação de diferentes cotas, regula a intensidade de abertura ao público, permitindo o funcionamento eficiente da instituição ainda que o fluxo de atravessamentos aumente; a disposição da abertura dos pátios do Conjunto Habitacional da Bouça – oblíquos em relação à rua de maior fluxo –, permite o controlo do uso público, possibilitando apropriações espaciais mais reservadas por parte dos residentes; por sua vez, a total abertura e permeabilidade do espaço exterior da Casa da Música evidencia a intenção de se afirmar como componente activo na definição de um sistema de espaços abertos à fruição pública – dialogando com o jardim da Praça Mouzinho de Albuquerque e com o interface de transportes –, e aproximando, simultaneamente, a comunidade do programa interior do edifício. Pode assim constatar-se a mais-valia destes dispositivos, dado que a sua versatilidade e polivalência, no que diz respeito ao proveito público e privado, é acompanhada pela possibilidade de controlar os níveis de acessibilidade / ambiguidade, sendo estes previamente determinados no processo de concepção espacial. De modo recíproco, as formas que organizam o grau de acessibilidade sugerem temas e padrões de projecto, contribuindo para a definição sóbria e racional das espacialidades.⁴⁰⁰

Outro relevante contributo define-se pela acessibilidade livre de condicionamentos rígidos ou discriminativos a um espaço socialmente partilhado, permitindo que o *magma pesado carregado de energia*⁴⁰¹ se propague, encontrando um lugar *comum* para as práticas da cidadania e da urbanidade. De facto, constatou-se que a expressão física e sensorial do grau de acessibilidade determina a condição do espaço além do estatuto jurídico atribuído, uma vez que a vivência real do lugar e seus desvios de uso se sobrepõem a qualquer lei quando este convida explicitamente ao usufruto e apropriação comunitária. Nos casos estudados, a ausência de barreiras físicas e a disponibilidade para a extensão de actividades (interiores ou exteriores), através da sucessiva diminuição do *nível de publicidade* ou privacidade – como um *limite flexível e praticável* –, proporciona uma experiência urbana mais rica e intensa, assim como um desenho

399 DELGADO, Manuel – “Memória y lugar: el espacio publico como crisis de significado”. (p. 8 e 9).

400 HERTZBERGER, Herman – “Lições de arquitectura”. (p. 19).

401 SOLÀ-MORALES, Manuel – “A cidade é um magma pesado que se move como um mar de água ou como um banco de areia, oscilando pela energia da sua própria massa interior. Ser sensível a esta condição gravitatória das formas urbanas implica encontrar sentido e beleza nas diferenças relativas com que a densidade de acontecimentos, edifícios, espaços e volumes aparecem na paisagem urbana.” in “De cosas urbanas”. (p. 108).

de continuidades de objectivo comum: o restabelecimento da primazia atribuída ao percurso do pedestre e seu acesso plural, equilibrando o diálogo nem sempre pacífico entre esfera pública e domínio privado. Como refere Manuel Solà-Morales, *“a cidade é precisamente o lugar onde o particular pode ser – e muitas vezes é – social, tanto ou mais que o público; a boa cidade é aquela em que os edifícios [e espaços exteriores] particulares, pretendendo ou não, são elementos públicos que transportam significados e valores sociais além de si mesmos, e nisso reside o seu modo de ser urbano.”*.⁴⁰²

No entanto, deve sublinhar-se que a adição de ambiguidade apenas se justifica quando a intenção / vocação latente do lugar a reivindica – fluxos de atravessamento, necessidade de integração social, continuidades espaciais sensíveis ao contexto e à metamorfose urbana, questões de acessibilidade e segurança. Neste sentido, a análise e compreensão do espaço na sua essência é determinante para a intervenção acertada. A ambiguidade pode, quando assim o deve, traduzir-se num instrumento que garante a vitalidade do projecto face às futuras apropriações e metamorfoses do lugar. Desta forma, a possibilidade de atribuir qualidade pública a um ambiente privado, tornando-se este num espaço ambíguo, nem sempre deve ser vista com desaprovação, pois, como já referido, a cidade é feita de complexidade e de contradições de modo a contornar a sua degeneração.

*“(...) um sítio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser – coisas talvez opostas mas nunca sem relação.”*⁴⁰³

Por fim, deve referir-se o aumento significativo da sensação de segurança proporcionada por estes dispositivos espaciais. De acordo com Jan Gehl, a sucessão de espaços comunitários responsáveis pela transição gradual desde o núcleo privado até ao ambiente plenamente público, permite que os indivíduos estendam a sua área de pertença e de vigia, propiciando o desenvolvimento de comportamentos cívicos que englobam a responsabilidade e apreço pelo outro. Destaca-se ainda a necessidade de incluir a circulação rodoviária na proximidade destes espaços, contrariando a total segregação funcional e consequentes fenómenos de desertificação. No espaço exterior da Casa da Música, o movimento constante de pessoas e veículos assegura uma vigia involuntária a partir de vários pontos de observação circundantes; por outro lado, o local isolado e menos movimentado da Faculdade de Arquitectura exige a criação de novos pontos de vigia e visibilidade dispersos – atitude já introduzida pela fragmentação do próprio edifício –, motivando a progressiva urbanização da zona e qualificação do seu espaço público; por sua vez, os pátios do Conjunto Habitacional da Bouça revelam uma diminuição gradual da sensação de segurança correspondente ao progressivo distanciamento da Rua da Boavista e dos locais de vigia mais activos, alertando para a inclusão de programas vigilantes nas áreas de menor visibilidade ou para a necessidade de evitar tais disposições.

Importa acrescentar que a associação do espaço a uma imagem edificada, bem como a relação corporal suportada pelo elevado nível de acessibilidade, contribuem para a afirmação destes lugares como pontos referenciais inseridos em mapas de orientação individual e colectiva. A conexão entre espaço exterior de usufruto público e edifício – público ou privado – não poderá, neste cenário, invalidar o seu contributo no desenho e estruturação do espaço urbano, considerando ainda que tal vinculação sugere, de

⁴⁰² SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 190).

⁴⁰³ SIZA, Álvaro – “Oito Pontos” in “01 Textos”. (p. 27).

modo mais evidente, um pretexto para o percurso e uso *comum*. A estratégia estudada remete, assim, para a reafirmação de uma rede de espaços compartilhados, valorizando a condição pública do solo urbanizado e fruição plena da sua diversidade. Os dispositivos espaciais em questão, de carácter ambíguo, funcionam também como catalisadores de uma expansão e transformação urbana próspera e equilibrada, sendo fundamentais para a vitalidade, regeneração e reinvenção do sistema de espaços públicos.

Segundo Manuel Solà-Morales, a essência da urbanidade reside no equilíbrio adequado entre densidade e mistura, entre construção e actividade, entre edificado e espaço livre – “*construir na cidade, construir a cidade, requer um delicado equilíbrio entre tecido urbano e a construção, entre a substância comum e os objectos especiais, entre a norma e a excepção*”⁴⁰⁴, advertindo para a necessidade de calibrar extremos opostos de modo a que estes encontrem uma compatibilidade recíproca. No entendimento deste autor, transformar algo especial em matéria do dia-a-dia permite reduzir a grande desigualdade presente em muitas cidades entre edifícios / espaços singulares e matéria urbana. Nesse sentido, a procura pela uniformidade tem como objectivo um território urbano vivo e equitativo, onde o encontro social entre os residentes da urbe, sendo estes parte integrante de uma sociedade urbanizada, é restabelecido e devidamente valorizado.

O equilíbrio entre a consideração de novas estratégias e o conhecimento já alcançado é igualmente essencial para não se cair num urbanismo abstracto, sem significado e identidade. Admitindo que o projecto urbano não consiste na unidade formal de um conjunto – uma abstracção –, mas antes nos “*elementos e episódios concretos que relacionam as pessoas com as coisas*”⁴⁰⁵, actuar sobre o território requer o planeamento de lugares onde tais relações⁴⁰⁶ se possam acentuar e multiplicar de modo proporcional à diversidade social contemporânea. Neste cenário, os dispositivos espaciais estudados, que procuram operar duplamente – satisfazendo e conciliando exigências quer públicas como privadas, e intensificando as relações entre estas, bem como entre os elementos de cada uma –, materializam lugares relacionais de excelência, onde diferentes expressões se encontram, reformulam ou coexistem.

Uma vez que a pele do espaço urbano transporta energia – fluxos, valores e significados –, será da responsabilidade do urbanista e arquitecto a identificação de pontos sensíveis, a partir dos quais se poderá canalizar nova energia de acordo com as necessidades latentes do território, propiciando uma reestruturação sinérgica. Com o objectivo de criar lugares⁴⁰⁷ e percursos dotados de significado, e não objectos efémeros, a estratégia estudada nesta dissertação, procurou reflectir sobre a actuação e canalização de energia no espaço público, fortalecendo-o e complementando-o a partir da integração de espaços com valor social e

404 SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 12).

405 SOLÀ-MORALES, Manuel – *idem*. (p. 148).

406 Pensar o espaço segundo uma vertente relacional, considerando o progressivo distanciamento social actualmente registado, significa que as relações propiciadas entre *arquitectura* e *usuário*, e entre os próprios usuários, são o novo requisito para a classificação de arquitectura e urbanismo com qualidade funcional.

407 Deve lembrar-se, aqui, a distinção entre *espaço* e *lugar* referida nas notas introdutórias desta dissertação: um *lugar*, que nasce pela articulação, pressupõe a existência de um ou vários centros de atenção, assim como uma apropriação espacial e atribuição de um valor particular. O arquitecto tem a capacidade de criar *espaços*, porém, apenas alguns terão qualidades singulares que os tornam mais aptos a se afirmarem como *lugares*.

comunitário – que, apesar da sua natureza distinta – privada –, quando combinados numa rede plurifuncional, contribuem para o aumento do nível de urbanidade, assim como para a redução de descontinuidades e fragmentações territoriais. Estes *lugares sociais comunitários* evidenciam a imprescindibilidade de um sistema espacial de relações no planeamento urbano, bem como do seu usufruto público (ou *comum*) que definirá, por sua vez, a qualidade das vivências físicas, intelectuais e sociais – (considerando a diferença que existe entre *ir de um ponto ao outro* ou *passear de um ponto ao outro*⁴⁰⁸) –, sendo estas as condições primordiais para a regeneração de um território partilhado.

*“Os espaços colectivos [assim como os lugares sociais comunitários] são a riqueza das cidades históricas e são, também, seguramente, a estrutura principal da cidade futura. Não sabemos se, nas nossas cidades, os espaços ambíguos na sua titularidade serão cada vez mais significativos na vida social quotidiana, podendo usar-se e apropriar-se de muitas diversas formas pelas diferentes tribos urbanas.”*⁴⁰⁹

Como nota final e apontamento de uma possível extensão do estudo apresentado, sugere-se, numa vertente prática, o planeamento e desenho de qualificação dos percursos que interligam os espaços identificados, incluindo lugares de natureza similar e considerando igualmente o Sistema de espaços colectivos apontado por Manuel Fernandes de Sá, de modo a conformar um verdadeiro *sistema*. No entanto, no campo da investigação, crê-se que foi – e que continua a ser – determinante o assentamento e clarificação de entendimentos, estatutos, prioridades e expectativas, desenvolvendo-se uma base que possa suportar a intervenção consistente, centrada nas possibilidades de apropriação por parte do pedestre enquanto ser urbano e social, inserido num meio correlacional.

408

O acto de *passear* diferencia-se do acto de *se deslocar* – o passeio é uma passagem com significado. Hoje, o homem que passeia modificou-se: abandonou a sua condição de *passeante* para ser um simples *viajante*. De acordo com Marc Augé, os *não-lugares* – espaços de transporte, trânsito, aeroportos – registam uma relação passiva com os utilizadores. O indivíduo é apenas *mais um* em movimento, no seu anonimato e solidão como tantos outros. A circulação constante tornou-se um acto banal, perdendo, consequentemente, o interesse – o indivíduo deixa de prestar atenção ao que o rodeia e circula passivamente, seguindo placas de sinalização, sem atentar nas referências e características espaciais. Neste cenário, o que se espera do *lugar social comunitário*, é que este possa devolver ao transeunte, um espaço de deambulação, de lazer, de vivências sociais e de conviviabilidade, portadoras de qualidade urbana.

409

SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. (p. 190).

Fontes

ANGLÈS, Magda – “In favour of public space: ten years of the European prize”. Ed. Actar, Barcelona, 2010.

ARIS, Carlos Martí – “La cimbra y el arco”. Ed. Fundación Caja de Arquitectos, Barcelona, 2005.

ASCHER, François – “Metapolis: acerca do futuro da cidade” – traduzido do original: “Métapolis ou l’avenir des villes”. Ed. Celta, Oeiras, 1996.

ASCHER, François – “Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos – um léxico” – traduzido do original: “Les Nouveaux – Principes de l’Urbanisme”. Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2010.

AUGÉ, Marc – “Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade”. Editora 90º, Lisboa, 2005.

BACHELARD, Gaston – “A poética do espaço” – traduzido do original “La poétique de l’espace”. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

BANDEIRINHA, José António – “O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976”. Ed: Serralves, Porto, 2014.

BANDEIRINHA, José António – “O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974”. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

FERNANDES, Francisco Barata – “Transformações e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade”. 2ª edição, Faup Publicações, Porto, 1999.

BENEVOLO, Leonardo – “A história da cidade” – traduzido do original: “Storia della Città”. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1999.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel – “Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información”. Ed. UNCHS, Barcelona, 1997.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – “El espacio publico: ciudad y ciudadanía”. Barcelona, 2000.

BUSQUETS, Joan - “Cities X lines: a new lens for the urbanistic project / Ciudades X formas: una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico”. Ed. Cambridge MA., Harvard University Graduate School of Design, 2007.

CALVINO, Italo – “As cidades invisíveis” – traduzido do original “Le città invisibili”. Ed. Teorema, Lisboa, 2006.

CERASI, Maurice – “El espacio colectivo de la ciudad: construcción e disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna”. Ed. Oikos-Tau, s.a., Barcelona, 1990.

COELHO, João Paulo Cabeleira Marques – “Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada: metodologias para a intervenção”. Ed. Faup Publicações, Porto, 2005.

- CULLEN, Gordon – “Paisagem urbana” – traduzido do original “Townscape”. Ed. 70, Lisboa, 1984.
- DELGADO, Manuel – “Memoria y lugar: el espacio publico como crisis de significado”. Ediciones Generales de la Construcción, Valencia, 2001.
- DOMINGUES, Álvaro – “*Da cidade ao urbano*” in “Políticas urbanas II: transformações, regulação e projectos”. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011.
- DOMINGUES, Álvaro – “Território: casa comum”. Ed. Faup, Porto, 2015.
- ECHEVERRIA, Javier – “Cosmopolitas domésticos”. Ed. Anagrama, Barcelona, 1999.
- ESPUELAS, Fernando – “El claro en el bosque: reflexiones sobre o vacío en arquitectura”. 5ª edição, Ed: Caja de Arquitectos, Barcelona, 1999.
- FONSECA, Maria Teresa Saraiva – “A construção do polo 3 da Universidade do Porto: planos, projectos e edifícios”. Ed. Faup, Porto, 2006.
- GEHL, Jan – “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios” – traduzido do original “Life Between Buildings”. Ed. Reverté, Barcelona, 2005.
- GEHL, Jan; GEMZOE, Lars – “Novos espaços urbanos”. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2002.
- GIEDION, Siegfried – “Arquitectura e comunidade” – traduzido do original: “Architektur und Gemeinschaft”. Ed. Livros Brasil, Lisboa, 1955.
- GRANDE, Nuno – “O ser urbano nos caminhos de Nuno Portas”. Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2012.
- HALBWACHS, Maurice – “A memória colectiva” – traduzido do original “*La memoire Collective*”. Edições Vértice, 1990.
- HELDER, Herberto – “Vocação animal”. Ed. Publicações D. Quixote, Lisboa, 1971.
- HERTZBERGER, Herman – “Articulations”. Ed. Prestel, Munich, 2002.
- HERTZBERGER, Herman – “Lições de arquitectura” – traduzido do original: “Lessons for Students in Architecture”. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1996.
- INNERARITY, Daniel – “O novo espaço público” – traduzido do original “El nuevo espacio publico”. Ed: Teorema, Lisboa, 2006.
- JACOBS, Jane – “Vida e morte de grandes cidades” – traduzido do original “The Death and Life of Great American Cities”. 1ª edição, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2000.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia – “Morfologia urbana e desenho da cidade”. 5ª edição, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.
- LEFEBVRE, Henri – “O direito à cidade” – traduzido do original “Le droit à la ville”. Ed. Centauro, São Paulo, 2001.

- LIBERAL, Ana Maria; PEREIRA, Rui; ANDRADE, Sérgio – “Casa da Música no Porto – para a história da cidade”. Ed. Fundação Casa da Música, Porto, 2009.
- LYNCH, Kevin – “A imagem da cidade” – traduzido do original “The Image of the City”. Edições 70, Lisboa, 1999.
- MILHEIRO, Ana Vaz – “Koolhaas tangram”. Ed. Circo de Ideias, Porto, 2014.
- MONTANER, Josep Maria – “La modernidad superada: arquitectura y pensamiento del siglo XX”. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1997.
- MOTA, Nelson – “A arquitectura do quotidiano: público e privado no espaço doméstico da Burguesia portuense”. Ed. ARQ, Coimbra, 2010.
- NORBERG-SCHULZ, Christian – “Genius loci: paesaggio, ambiente, architettura”. Ed. Electa, Milano, 1986.
- PEREC, Georges – “Especies de Espacios”. Ed. Montesinos, Barcelona, 2001.
- PORTAS, Nuno – “A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica”. Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2007.
- PORTAS, Nuno – “Arquitectura(s)”. Ed. Faup Publicações, Porto, 2005.
- PORTAS, Nuno – “Os tempos das formas”. Ed. DAAUM, Guimarães, 2012.
- PORTAS, Nuno – “Políticas urbanas II: transformações, regulação e projectos”. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011.
- RAMOS, Ángel Martín – “Lo urbano en 20 autores contemporáneos”. Ediciones UPC, Barcelona, 2004.
- RAPOPORT, Amos – “Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana”. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1978.
- ROSSI, Aldo – “A arquitectura da cidade” – traduzido do original “L’architettura della città”. Ed. Cosmos, Lisboa, 2001.
- ROSSI, Aldo – “Autobiografia científica”. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1998.
- SENNETT, Richard – “O declínio do homem público: as tiranias da intimidade” – traduzido do original “The Fall of the Public Man”. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.
- SIZA, Álvaro – “01 Textos”. Ed. Civilização, Porto, 2009.
- SIZA, Álvaro – “Edifício da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto”. Ed. Faup Publicações, Porto, 2003.
- SIZA, Álvaro – “Imaginar a evidência”. Edições 70, Lisboa, 2000.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi – “Territórios”. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2002.
- SOLÀ-MORALES, Manuel – “De cosas urbanas”. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2008.

TÁVORA, Fernando – “Teoria geral da organização do espaço: arquitectura e urbanismo – a lição das constantes”. Ed. Faup Publicações, Porto, 1993.

TÁVORA, Fernando – “Da organização do espaço”. (1ª ed. 1962) 3ª edição, Ed: Faup Publicações, Porto, 1996.

TEIXEIRA, Manuel C. – “Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto”. Ed. F.C.G., Lisboa, 1996.

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando – “Arquitectura tradicional portuguesa”. 5ª edição, Ed. Dom Quixote, Lisboa, 2003.

VENTURI, Robert – “Complejidad y contradicción en la arquitectura”. 2ª edição, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2003.

WHYTE, William H. – “The social life of small urban spaces”. Ed Project for Public Spaces, New York, 2001.

ZEVI, Bruno – “Saber ver a arquitectura”. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2002.

ZUMTHOR, Peter – “Atmosferas: entornos arquitetónicos: as coisas que me rodeiam”. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2006.

ZUMTHOR, Peter – “Pensar la arquitectura” – tradução do original: “Thinking Architecture”. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2004.

Trabalhos académicos

CAMPS, Maria – “Da obra projectada à obra vivida : sobre o conjunto habitacional da Bouça”. Faup, Porto, 2012. Tese de Mestrado.

LOBO, Matilde da Costa – “Estratégias de reconstrução urbana: a experiência do Chiado em discurso directo”. Faup, Porto, 2014. Tese de Mestrado.

LOMBA, Maria Manuela de Barros – “Do edifício síntese à refundação urbana: a Casa da Música na Boavista – Porto e a Hauptbahnhof em Mitte – Berlim”. Faup, Porto, 2007. Prova Final.

REBELO, Pablo – “Sobre o vazio que não o é: sobre a intervenção no interior do quarteirão”. Faup, Porto, 2007. Prova Final.

Artigos

ARIS, Carlos Martí – “A construção de lugares públicos: notas para uma etimologia da forma urbana”. Dezembro, 1999. (Disponível para consulta em: <http://www-etsav.upc.es/personals/monclus/cursos/501.htm>).

CHOAY, Françoise – “El Reino de lo urbano y la muerte de la ciudad”. Revista Andamios: Revista de

Investigação Social, vol. 6, nº 12, Dezembro 2009. (Disponível para consulta em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62815957008>).

Fontes

MONEO, Rafael – entrevista de Magda Anglès e Judit Carrera organizada pelo *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona*. Madrid, Abril 2010. (Disponível para consulta em: <http://www.publicspace.org/en/text-library/spa/c005-entrevista-a-rafael-moneo>).

MONTENEGRO, Manuel – “*Álvaro Siza e a cidade como arquitectura*” in SILVA, Madalena Pinto (coord.) – “EURAU’12 Porto: Espaço público e a cidade contemporânea: actas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design”; Faup, Porto, 2012. (Disponível para consulta em: <http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/306.pdf>).

SOLÀ-MORALES, Manuel – “*L'impossible projecte de l'espai públic*”. Laboratori d'Urbanisme, 2010. (Disponível para consulta em: <http://www.publicspace.org/en/text-library/cat/c006-l-impossible-projecte-de-l-espai-public>).

Periódicos

“El Croquis – Álvaro Siza 2001-2008”, nº140. El Croquis editorial, Madrid, 2008.

“El Croquis – Álvaro Siza 2008-2013”, nº168-169. El Croquis editorial, Madrid, 2013.

Créditos de imagens

Fig. 001 _ KLEE, Paul | *"Growth of the night plants"*, 1922.

Disponível em <https://theartstack.com/artist/paul-klee/growth-night-plants>

Fig. 002 _ HUILLET, Danièle; STRAUB, Jean-Marie | *"Die Antigone des Sophokles nach der Hölderlinschen Übertragung für die Bühne bearbeitet von Brecht 1948"*, 1992.

Disponível em http://motionsimages.blogspot.pt/2012_05_01_archive.html

Fig. 003 _ DOISNEAU, Robert | *"La premiere maitresse"*, 1935.

Disponível em <https://pleasurephotoroom.files.wordpress.com/2012/11/robert-doisneau-la-premiere-maitresse-1935.jpeg>

Fig. 004 _ FRANCK, Martine | *"The leap of faith"*, 1995.

Disponível em <https://pleasurephoto.files.wordpress.com/2016/02/the-leap-of-faith-c2a9-martine-franck.jpg>

Fig. 005 _ Desenho da autora.

Com base na figura 3-13.1 do livro "Morfologia urbana e desenho da cidade" de José M. Ressano Garcia Lamas. (p. 157).

Fig. 006 _ Desenho da autora.

Com base na figura "O princípio da incerteza" do livro "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos". (p. 6).

Fig. 007 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno | *"Imagem mental de um núcleo urbano tradicional: conformado, limitado e concêntrico"*, 2011.

Disponível em "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos". (p. 200).

Fig. 008 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno | *"Imagem mental dos novos sistemas urbanos baseados em vias rápidas"*, 2011.

Disponível em "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos". (p. 200).

Fig. 009 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno | Maia, Portugal.

Disponível em "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos". (p. 223).

Fig. 010 _ DOMINGUES, Álvaro | Imagem sobre a diversidade da geometria e dimensão do cadastro.

Disponível em "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos". (p. 138).

Fig. 011 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno | *"Processo de urbanização pela adição de fragmentos: operações autónomas penduradas na rede viária"*, 2011.

Disponível em "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos". (p. 171).

Fig. 012 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno | *"Possibilidade de densificação do urbano difuso"*, 2011.

Disponível em "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos". (p. 224).

Fig. 013 _ KAHN, Louis | *"Piazza del Campo, Siena"*, 1950-1951.

Disponível em <http://circayesterday.com/post/140674533061/louis-kahn-1901-1974-pastels-and-watercolors>

Fig. 014 _ KAHN, Louis | “*San Marco, Venezia*”, 1951.

Disponível em <http://art1arquitectura.blogspot.pt/p/arquitectura-en-la-pintura.html>

Fig. 015 _ KAHN, Louis | “*Piazza del Campo, Siena*”, 1950-1951.

Disponível em <http://prodavinci.com/2014/11/26/artes/sobre-los-viajes-y-los-dibujos-de-los-arquitectos-por-federico-vegas/>

Fig. 016 _ Desenho da autora.

Fig. 017 _ Desenho da autora.

Fig. 018 _ Público | Largo Amor de Perdição, Porto.

Disponível em <https://www.publico.pt/2014/11/27/local/noticia/cadeia-da-relacao-a-caminho-de-se-tornar-monumento-nacional-1677631>

Fig. 019 _ Fotografia da autora.

Fig. 020 _ Fotografia da autora.

Fig. 021 _ CHILLIDA, Eduardo | San Sebastián, 1968-1973.

Disponível em http://www.boisseree.com/fr/artists/Chillida/Chillida_Exhibition_2008.html

Fig. 022 _ Percursos no Chiado entre o público e o privado | Terraço do Carmo, Lisboa.

Disponível em https://www.designboom.com/architecture/alvaro-siza-vieira-terracos-do-carmo-terrace-chiado-lisbon-portugal-02-27-2016/?utm_campaign=daily&utm_medium=e-mail&utm_source=subscribers

Fig. 023 _ Percursos no Chiado entre o público e o privado | Pátio B (acesso desde a Rua Garrett), Lisboa.

Disponível em “Estratégias de reconstrução urbana: a experiência do Chiado em discurso directo” de Matilde Lobo. (p. 68).

Fig. 024 _ Percursos no Chiado entre o público e o privado | Pátio B, (acesso da Rua do Carmo), Lisboa.

Disponível em “Estratégias de reconstrução urbana: a experiência do Chiado em discurso directo” de Matilde Lobo. (p. 68).

Fig. 025 _ Autor desconhecido | “*Dog and woman looking out the window*”. Milão, 1970.

Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/826410600343455439/>

Fig. 026 _ MAIER, Vivian | “*New York*”. Nova Iorque, 1954.

Disponível em <http://www.vivianmaier.com/gallery/street-1/>

Fig. 027 _ CASTRO, Adelino Lyon | “*Peixeiras*”. Porto, 1950.

Disponível em <https://mastersofphotography.wordpress.com/2015/10/21/adelino-lyon-de-castro/>

Fig. 028 _ BERENICE, Abbott | “*Court of the First Model Tenements*”. Nova Iorque, 1936.

Disponível em <https://20x200.com/collections/berenice-abbott>

Fig. 029 _ Fotografia da autora.

Fig. 030 _ PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno | “*Puzzle – inserção de novas lógicas – sucessão de peças que não encaixam*”, 2011.

Disponível em “Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos”. (p. 168).

Fig. 031 _ CHILLIDA, Eduardo; GANCHEGUI, Luis | Monumento a los Fueros Vascos. Vitoria Gasteiz, 1982.

Disponível em <https://www.pinterest.pt/pin/572872015077394763/>

Fig. 032 _ CHILLIDA, Eduardo | San Sebastián, 1976.

Disponível em http://www.boisseree.com/fr/artists/Chillida/Chillida_Exhibition_2008.html

Fig. 033 _ CHILLIDA, Eduardo | San Sebastián, 1976.

Disponível em http://www.boisseree.com/fr/artists/Chillida/Chillida_Exhibition_2008.html

Fig. 034 _ Desenho da autora.

Fig. 035 _ Aldeia neolítica *Aichbuhl im Federseemoor*. Alemanha, 2000 a.C.

Disponível em "Storia della città" de Leonardo Benevolo. (p. 11).

Fig. 036 _ Palácio de Sargon II em Khorsabad. Desenho de 800 a.C..

Disponível em "Storia della città" de Leonardo Benevolo. (p. 30).

Fig. 037, 038 e 039 _ Desenhos da autora.

Com base nas figuras 3-5 e 3-7 do livro "Morfologia urbana e desenho da cidade" de José M. Ressano Garcia Lamas (p. 142 e 145); e figura 477 do livro "Storia della città" de Leonardo Benevolo (p. 227).

Fig. 040, 041 e 042 _ Desenhos da autora.

Com base nas figuras 3-14, 3-20.7 e 3-24.2 do livro "Morfologia urbana e desenho da cidade" de José M. Ressano Garcia Lamas (p. 159, 169 e 177).

Fig. 043, 044 e 045 _ Desenhos da autora.

Com base na figura 3-49 do livro "Morfologia urbana e desenho da cidade" de José M. Ressano Garcia Lamas (p. 217); na imagem disponível em <http://emoticone.info/voisin-plan>; e na imagem disponível em "Políticas urbanas II: transformações, regulações e projectos" (p. 356).

Fig. 046 _ Desenho da autora.

Fig. 047 _ Fotografia da autora.

Fig. 048 _ Fotografia da autora.

Fig. 049 _ TUDOR-HART, Edith | "Going Home", 1930.

Disponível em <http://www.faciepopuli.com/page/12>

Fig. 050 e 051 _ HENDERSON, Nigel | "Children and adults at street event to mark the Coronation". Bethnal Green, 1953.

Disponível em <http://www.tate.org.uk/art/archive/items/tga-9211-9-6-119/henderson-photograph-showing-children-playing-in-the-street-at-an-event>

Fig. 052 _ Fotografia da autora.

Fig. 053, 054 e 055 _ Seagram's plaza (1958) | Mies van der Rohe, Nova Iorque.

Disponíveis, respectivamente, em: <https://www.pinterest.se/pin/356839970444633858/>; <http://www.lippincottsculpture.com/art/gallery.html>; <https://www.pinterest.pt/pin/477170522996097289/>

Fig. 053, 054 e 055 _ Seagram's plaza (1958) | Mies van der Rohe, Nova Iorque.

Fig. 056 _ Passage du Caire (1779) | Paris.

Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/2181499795301560/>

Fig. 057 _ Passage Pommeraye (1843) | Nantes.

Disponível em “Lições de arquitectura” de Herman Hertzberger. (p. 85).

Fig. 058 _ Galerie Vivienne (1823) | Paris.

Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/349099408592535280/>

Fig. 059 _ Passeio dos Clérigos (2012) | Porto.

Disponível em <http://olhares.sapo.pt/passeio-dos-clerigos-porto-2014-foto6574791.html>

Fig. 060 _ Mercado do Bolhão (1914) | Porto.

Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/342695852868611620/>

Fig. 061 _ Espaço exterior associado ao Museu de Arte Contemporânea (1995) | Richard Meier, Barcelona.

Disponível em <https://www.ceetiz.com.br/barcelona/ingresso-museu-arte-contemporanea-barcelona-macba>

Fig. 062 _ Espaço exterior associado ao Centro Pompidou (1977) | Richard Rogers e Renzo Piano, Paris.

Disponível em <http://www.archdaily.com/tag/centre-pompidou>

Fig. 063 _ MORELL, Abelardo | “*Laura and Brady in the shadow of our house*”. 1994.

Disponível em <http://www.shadowofthehouse.com/press.html>

Fig. 064 _ MYDANS, Carl | “*Boy at the window*”. Alemanha, 1954.

Disponível em <https://www.pinterest.pt/pin/377669118721305729/>

Fig. 065 a 070 _ HENDERSON, Nigel | “*A group of children playing outside*”. Londres, 1949 - 1956.

Disponível em <http://www.tate.org.uk/art/archive/items/tga-201011-3-1-144-3/henderson-photograph-of-children-playing-on-chisenhale-road-london>

Fig. 071 _ Passeio das Virtudes | Porto, 2015.

Disponível em <http://www.portolazer.pt/noticias-porto-lazer/novo-circo-algures-pelas-virtudes>

Fig. 072 _ Pátio exterior do Museu de Serralves | Porto, 2009.

Disponível em <https://www.facebook.com/fundacaoserralves/photos/a.10151151230388656.470401.62848313655/10151151232843656/?type=3&theater>

Fig. 073 _ Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Porto, 2017.

Disponível em <https://www.facebook.com/aefaup/photos/a.1518730548157653.1073741857.266649160032471/1518745114822863/?type=3&theater>

Fig. 074 e 075 _ Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-70) | Nuno Teotónio Pereira, Lisboa.

Disponível, respectivamente, em http://www.snpcultura.org/vol_igreja_Sagrado_Coracao_Jesus_assinala_40_anos.html; <http://2015.openhouselisboa.com/places/igreja-do-sagrado-coracao-de-jesus-3/>

Fig. 076 _ Colosseo (70 d.C.) | Roma.

Disponível em http://4.bp.blogspot.com/-_2lwpr0jEo4/UsYWhCFaFDI/AAAAAAAAASB0/IWouAA-Sn14/s1600/coliseu-em-roma-italia.jpg

Fig. 077 _ Broadgate Arena (1990) | Londres.

Disponível em <https://www.architectsjournal.co.uk/home/hopkins-wins-broadgate-estate->

Fig. 078, 079 e 080 _ Broadgate Arena (1990) | Arup Associates, Londres.

Disponível em “Novos espaços urbanos” de Jan Gehl e Lars Gemzoe. (p. 114).

Fig. 081 _ Esquematisações sobre as variações evolutivas do quarteirão.

Desenhos *a1)*, *b1)*, *c1)*, *d1)* e *e1)* produzidos pela autora com base nos esquemas elaborados por Pablo Rebelo na sequência da Prova Final “O vazio que não o é: sobre a intervenção no interior de quarteirão”.

Imagens *a)*, *b)*, *c)*, *d)* e *e)* disponíveis em “Morfologia urbana e desenho da cidade” de José M. Ressano Garcia Lamas (p. 149, 163, 175, 217, 219, 220 e 330).

Fig. 082 _ Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Porto, 2011.

Disponível em <https://www.facebook.com/aefaup/photos/a.273377809359606.70007.266649160032471/273383129359074/?type=3&theater>

Fig. 083 _ Desenhos da autora.

Fig. 084 _ Imagem da autora.

Fig. 085 _ Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Porto, 2011.

Disponível em [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Faculdade_de_Arquitectura_da_Universidade_do_Porto._\(6086399088\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Faculdade_de_Arquitectura_da_Universidade_do_Porto._(6086399088).jpg)

Fig. 086 a 092 _ Fotografias da autora.

Fig. 093 e 094 _ SIZA, Álvaro | Primeiros esboços do projecto e evolução da ideia, 1985-86.

Disponível em “Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto” de Álvaro Siza Vieira. (p. 113 e 120).

Fig. 095 _ *Archiginasio* (1562-1563) | Antonio Terribilia, Bolonha.

Disponível em “A construção do Polo 3 da Universidade do Porto” (vol. 3) de Teresa Fonseca. (p. 18).

Fig. 096 _ SUZUKI, Hisao | Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto vista a partir de Vila Nova de Gaia.

Disponível em “El Croquis – Álvaro Siza 1958 - 2000”, nº 68-69 + 95.

Fig. 097 _ Fotografia da autora.

Fig. 098 _ Fotografia da autora.

Fig. 099 _ Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Porto, 2017.

Disponível em <https://www.facebook.com/aefaupdesporto/photos/pcb.862805493881777/862805323881794/?type=3&theater>

Fig. 100 a 103 _ Fotografias da autora.

Fig. 104 _ Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Porto, 2017.

Disponível em <https://www.facebook.com/aefaup/photos/a.1518730548157653.1073741857.266649160032471/1518731391490902/?type=3&theater>

Fig. 105 e 106 _ Espaço exterior da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Porto, 2011.

Disponível em https://www.facebook.com/pg/aefaup/photos/?tab=album&album_id=273377809359606

Fig. 107 e 108 _ Fotografias da autora.

Fig. 109 _ Imagem da autora.

Fig. 110 a 121 _ Fotografias da autora.

Fig. 122 a 124 _ Conjunto Habitacional da Bouça antes de 2000.

Disponível em “A unidade residencial da Bouça: a proposta, os espaços e a cidade” de Leidy Melo. (p. 37, 71 e 93)

Fig. 125 _ Conjunto Habitacional da Bouça actualmente.

Disponível em “El Croquis – Álvaro Siza 2001-2008”. (p. 67).

Fig. 126 a 143 _ Fotografias da autora.

Fig. 144 _ Diagrama de uma zona residencial organizada hierarquicamente, elaborado por Oscar Newman *in* “Defensible Space”.

Disponível em “La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios” de Jan Gehl. (p. 69).

Fig. 145 _ Imagem da autora.

Fig. 146 a 154 _ Fotografias da autora.

Fig. 155 _ Inserção urbana da Casa Música | Envolvente próxima.

Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Casa_da_m%C3%BAsica.jpg

Fig. 156 _ Espaço exterior da Casa da Música | Porto, 2017.

Disponível em <http://www.porto24.pt/cultura/casa-da-musica-lanca-votacao-para-publico-escolher-melhor-concerto-de-2015/>

Fig. 157 a 164 _ Fotografias da autora.

Fig. 165 _ Espaço exterior da Casa da Música | Porto, 2012.

Disponível em <http://www.chriskarlson.com/blog/2012/3/9/rotch-research-casa-da-musica.html>

Nota _ Os desenhos em formato A3 (desdobrável) que se encontram nas páginas 151, 153, 155, 157, 183, 185, 187, 189, 209, 211, 213 e 215 foram elaborados pela autora.

